

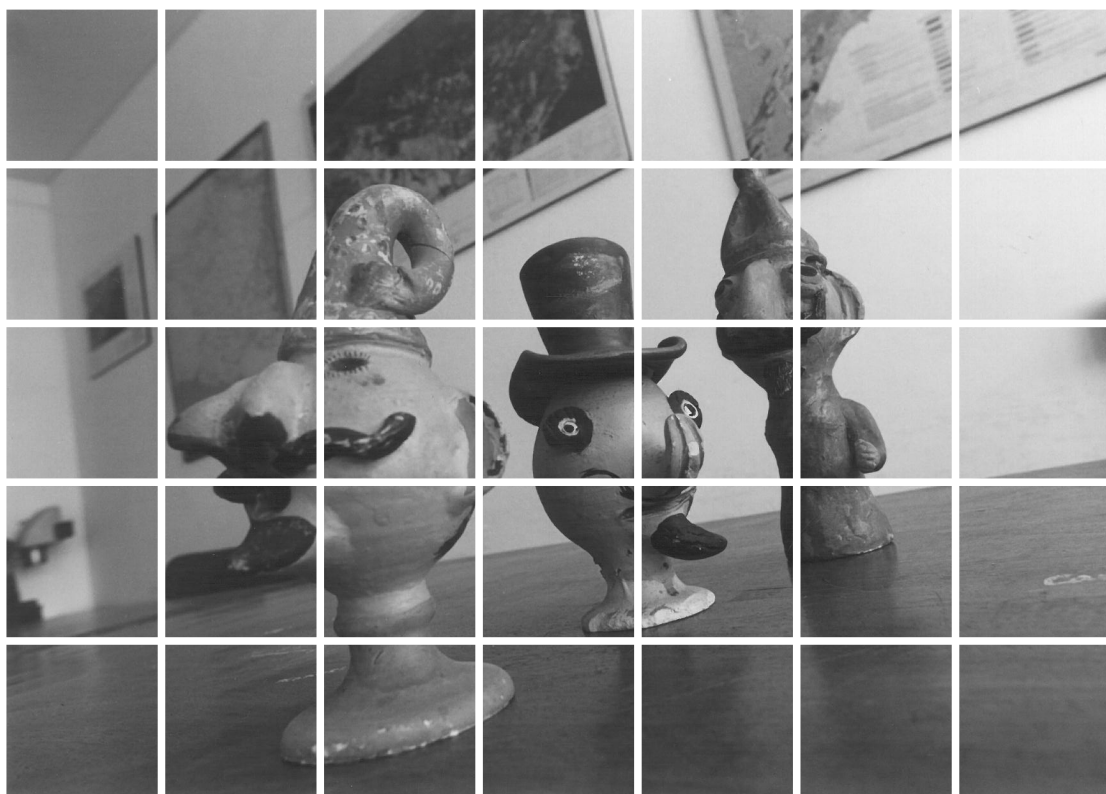
Cadernos de Geografia



Nº 37 - 2018

Imprensa da Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

Cadernos de Geografia



Nº 37 - 2018

Imprensa da Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

Ficha Técnica

Diretor
Norberto Santos

Secretário
Manuel Alberto Mateus

Coordenação
Diretor e Subdiretores do Departamento de Geografia e Turismo
Coordenador do Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território

Conselho Científico

Membros do Departamento de Geografia e Turismo

Fernanda Cravidão (cravidao@ci.uc.pt), Lúcio Cunha (luciogeo@fl.uc.pt), Paula Santana (paulasantana.coimbra@gmail.com), Luciano Lourenço (luciano@uc.pt), Norberto Pinto dos Santos (norgeo@fl.uc.pt), António Campar (campar@ci.uc.pt), Nuno Ganho (nganho@netvisão.pt), Rui Gama (rgama@fl.uc.pt), António Rochette Cordeiro (rochetecordeiro@fl.uc.pt), João Luis Fernandes (jfernandes@fl.uc.pt), Paulo Carvalho (paulo.carvalho@fl.uc.pt), José Gomes (jgs@fl.uc.pt), Helena Nogueira (helenamarquesnogueira@hotmail.com), Adélia Nunes (adelia.nunes@ci.uc.pt), Paulo Nossa (paulonossa@gmail.com), Fátima Velez de Castro (velezcastro@fl.uc.pt), Rui Ferreira de Figueiredo (ruiff@ci.uc.pt), Albano Figueiredo (geofiguc@gmail.com), Claudete Oliveira Moreira (claudete@ci.uc.pt), Luca Antonio Dimuccio (luca@ci.uc.pt), Isabel Paiva (isabelrp@ci.uc.pt).

Aposentados

Lucília Caetano (lucygeo@ci.uc.pt), João Victor Silva Pereira (jvsilvapereira@sapo.pt), Maria de Lurdes Roxo Mateus (mlroxo@hotmail.com)

Externos

Adriano Severo Figueiró - Univ. Federal de Santa Maria (adri.geo.ufsm@gmail.com), Aginaldo César - Univ. Federal Fluminense Fratucci (acfratucci@gmail.com), Alexandra Pereira - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (alexandramatospereira@gmail.com), Alexandre Panosso Netto - Univ. de São Paulo (panosso@usp.br), Ana Maria Ferreira - Univ. de Évora (amferreira@uevora.pt), Ana Monteiro - Univ. do Porto (anamonteirosousa@gmail.com), André Botequilha-Leitão - Univ. do Algarve (aleitao@ualg.pt), Andrea Cristina Conceição Lemos - Univ. Federal do Rio Grande do Sul (andrealemos.geo@gmail.com), António Alberto Gomes - Univ. do Porto (atgomes@netcabo.pt), António José Bento Gonçalves - Univ. do Minho (bento@geografia.uminho.pt), António Manuel Lopes - Univ. de Lisboa (antonio.lopes@campus.ul.pt), Antonio Nivaldo Hespanhol - Univ. Estadual Paulista (nivaldo@fct.unesp.br), Antonio Oliveira Jr. - Univ. Federal de Uberlândia (antonio.oliveira@ufu.br), António Vieira - Univ. do Minho (vieira@geografia.uminho.pt), Augusto Pérez Alberti - Univ. de Santiago de Compostela (augusto.perez@usc.es), Carlos Gonçalves - Univ. de Lisboa (c.goncalves@campus.ul.pt), Carminda Cavaco - Univ. de Lisboa (carminda.cavaco@campus.ul.pt), Catarina Ramos - Univ. de Lisboa (catramos@campus.ul.pt), Conceição Malveira Diógenes - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (conceicaomdiogenes@gmail.com), Cristiane Alcântara Santos - Univ. Federal de Sergipe (cristie09@gmail.com), Diogo de Abreu - Univ. de Lisboa (diogo.abreu@campus.ul.pt), Dirce Maria Suertegaray - Univ. de São Paulo (dircesuerte@gmail.com), Eduardo Brito-Henriques - Univ. de Lisboa (eduardo@campus.ul.pt), Eliane Carine Portela - Univ. de Caxias do Sul (elianecarineportela@gmail.com), Elsa Pacheco - Univ. do Porto (elsap@letras.up.pt), Elsa Peralta - Univ. de Lisboa (elsa.peralta@ics.ulisboa.pt), Felipe Pessoa de Melo Mestre Splinter - Centro Universitário AGES - UniAGES (felippemelo@hotmail.com), Gilian Evaristo França Silva - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (gilian.his@gmail.com), Jaime Serra - Univ. de Évora (jserra@uevora.pt), Jean-Noël Salomon - Univ. de Bordeaux III (jnsalomon@yahoo.com), Joana Lima - Univ. de Évora (jisl@uevora.pt), João Figueira de Sousa - Univ. Nova de Lisboa (j.fsouza@fch.unl.pt), João Lima Sant'Anna Neto - Univ. Estadual Paulista (UNESP) Presidente Prudente (joalima@fct.unesp.br), João Mendes Rocha Neto - Univ. de Brasília (jmdrn@uol.com.br), João Sarmento - Univ. do Minho (j.sarmento@geografia.uminho.pt), Jorge Gaspar - Univ. de Lisboa (jorgegaspar@hotmail.com), Jorge Marques - Univ. Portucalense (jorgem@upt.pt), Jorge Umbelino - Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (jorge.umbelino.pt@gmail.com), José Alberto Rio Fernandes - Univ. do Porto (jariofernandes@gmail.com), José António Tenedório - Univ. Nova de Lisboa (ja.tenedorio@fch.unl.pt), José Eduardo Ventura - Univ. Nova de Lisboa (je.ventura@fch.unl.pt), José Manuel Simões - Univ. de Lisboa (jmsimoes@campus.ul.pt), Josep Panareda - Univ. de Barcelona (panareda@trivium.gh.ub.es), Josefina Salvado - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) (josefina.o.salvado@gmail.com), Juan Antonio Garcia Gonzalez - Univ. de Castilla-La Mancha (juanantonio.garcia@uclm.es), Lorenzo López Trigal - Univ. de Léon (l.trigal@unileon.es), Luis Moura Ramos - Univ. de Coimbra (lmramos@fe.uc.pt), Luís Silveira - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (aviladasilveira@gmail.com), Marcello Tomé - Univ. Federal Fluminense (marcellotome@gmail.com), Marcelo Fragoso - Univ. de Lisboa (mfragoso@campus.ul.pt), Margarete Trindade Amorim - Univ. Estadual Paulista (UNESP) Presidente Prudente (mccata@fct.unesp.br), Margarida Neto - Univ. de Coimbra (mneto@fl.uc.pt), Maria Celeste Eusébio - Univ. de Aveiro (celeste.eusebio@ua.pt), Maria do Rosário Borges - Univ. de Évora (mrborges@uevora.pt), Maria Goretti Tavares - Univ. Federal do Pará (mariagg29@gmail.com), Maria Helena Mesquita Pina - Univ. do Porto (helenapina@netcabo.pt), Maria João Aibéo Carneiro - Univ. de Aveiro (mjcarneiro@ua.pt), Maria João Alcoforado - Univ. de Lisboa (mjalcoforado@campus.ul.pt), Maria José Roxo - Univ. Nova de Lisboa (mj.roxo@fch.unl.pt), Maria Luíza Cardinale Baptista - Univ. Federal do Amazonas (malu@pazza.com.br), Maria Noémí Marujo - Univ. de Évora (noemimarujog69@gmail.com), Marina Monteiro Machado - Univ. Estadual do Rio de Janeiro (marinamachado@gmail.com), Mário Vale - Univ. de Lisboa (mario.vale@campus.ul.pt), Miguel Sopas Melo Bandeira - Univ. do Minho (bandeira@ics.uminho.pt), Miguel Padeiro - Univ. de Lisboa (jmpadeiro@campus.ul.pt), Mónica Brito - Sines Tecnopolo (monicabrito71@gmail.com), Nicole Dévy-Vareta - Univ. do Porto (nvareta@gmail.com), Norma Valencio - Univ. São Carlos (normaf@terra.com.br), Nuno Serra - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (nuno.serra@gmail.com), Paula Coelho Araújo - Univ. de Coimbra (pclaraujo@hotmail.com), Paulo Peixoto - Univ. de Coimbra (pp@uc.pt), Ramón García Marin - Univ. de Múrcia (ramongm@um.es), Rogério Haesbaert - Univ. Fluminense (rogergeo@uol.com.br), Rosemeri Melo e Souza - Univ. Federal de Sergipe (rome@ufs.br), Samuel Lima - Univ. de Uberlândia (samueldocarmolima@gmail.com), Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto - Instituto Federal da Bahia (cerqueiraneto.mg@gmail.com), Teresa Salgueiro - Univ. de Lisboa (tbs@campus.ul.pt)

Cadernos de
Geografia

Toda a correspondência
deve ser dirigida: Cadernos de Geografia
Departamento de Geografia e Turismo
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 COIMBRA - Portugal
Telefone: +351 239 857000 - Fax: +351 239 836733
E-mail: depgeotur@fl.uc.pt
www.uc.pt/fluc/depgeotur

Paginação: Tiago Serafino

Impressão: Simões e Linhares, Lda.

Design gráfico: Marques Associados

Imagem da capa: Fotografia de Luísa Ferreira, 2003. Fundo etnográfico do Departamento de Geografia e Turismo.

Cadernos de Geografia, nº 37 - 2018
ISSN: 0871-1623
ISSN Digital: 2183-4016
DOI: https://doi.org/10.14195/0871-1623_37
ERIPUS (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences)
Depósito Legal nº 2700/83
Tiragem: 100 exemplares

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos Autores

In memoriam

Espaços e tempos em Geografia. Homenagem a António Gama¹. Apresentação da obra

Julio Villar Castro

Facultat de Geografia e Història. Universidad de Salamanca

vilcas@usal.es

ORCID: 0000-0001-5974-837X

Muito boa tarde a todos.

Sinto-me muito honrado pelo vosso convite para estar presente neste ato em que vamos apresentar o conjunto de artigos que foram feitos por tantos profissionais e amigos conhecidos do professor António Gama [breve silêncio emocionado do orador]. Num ataque de ousadia vou tentar fazer a minha intervenção em português para ficar mais perto de vocês e também em honra do António que me transmitiu o gosto não só pela língua mas também pelo país, um país que hoje conheço quase na sua totalidade (ilhas incluídas) porque me enamorei dele. No entanto, peço desculpas pelos erros que sem dúvida cometei mas que vocês, sei, sabem perdoar.

Estão comigo outras pessoas, acredito, muito mais preparadas do que eu para falar de modo sentido sobre o António. Por isso assumirei um discurso mais informal baseado sobretudo nos oito artigos que iniciam o livro, na verdade aqueles que são mais pessoais, onde, por vezes, como o fazem vários dos autores abaixo referidos, manterei uma posição de interlocução com o António.

Antes de começar quero dizer que, para mim, há duas palavras cujo som é tão geográfico que para sempre, na minha memória, estarão ligadas à pessoa do António; são Coimbra e Mondego. Na primeira, a subida de uma encosta, com significativo declive, leva à meseta da cidade velha, onde domina a universidade; no segundo caso, as três sílabas tão iguais lembram as ondinhas do tranquilo rio.

E agora sim, fixemos a atenção no livro. Mãe de Deus! Um bocadinho mais de oitocentas páginas para 43 artigos, a maioria de geógrafos, mas não só, assinalam sem dúvida um vasto reconhecimento.

No início, o artigo de Jorge Carvalho apresenta-se muito bonito e emotivo. Apresenta as desventuras dos alunos de geografia, no liceu D. João III, de Coimbra, com o exigente Dr. Faustino, que por ocasião da entrega e correção de exercícios escritos não deixou de repreender o António, (tido como bom aluno pelos colegas), deixando nos outros o pensamento de que “se é assim com o Gama, o que será quando chegar a minha vez”.

José Reis refere a biblioteca como território da felicidade do Gama (com licença para a Maria).

Uma imagem tão presente e tão bem expressa na capa do livro aqui apresentado que não são precisas mais palavras. Só gostaria de perguntar ao António o que é que ele pensa do futuro das bibliotecas desde que existem os e-livros? Como é que ele tomará as notinhas nas margens?

Do artigo de Rui Jacinto (na mesma linha de outro, em conjunto com Fernanda Cravidão, Lúcio Cunha, António Campar e Norberto Santos, presente na Revista Finisterra, de 2015) desejo salientar o perfil do Gama: “geógrafo irreverente, heterodoxo, inconformado, agitador de consciências, procurador de novos rumos... (para a) abertura das fronteiras disciplinares”. Enfim, acho eu que também um bocadinho anarquista. Por outro lado, importa afirmar o reconhecimento do transcendental papel que o Gama teve na viragem da Geografia, tanto em Portugal como em Coimbra.

De Maria Adélia de Souza (fugaz contacto no ano de 2015), extraio a engraçada história da conflituosa perceção de geógrafos acostumados a análises de escalas tão contrastadas como o gigantesco Brasil e o pequeno Portugal, conflito que entrou, atualmente, em via de resolução a partir de uma minúscula rosa feita pelas talentosas mãos do António com miolo de pão; uma afeição que todos bem conhecíamos. Também gostaria de sublinhar o interesse expresso pela Nova Geografia de Milton Santos e a sua proposta de olhar o território enquanto percebido pelo usuário.

A propósito do artigo sobre a Geografia Física sistémica, do professor George Bertrand, na interpretação de Messias Modesto dos Passos, salientaria a ideia da compreensão da paisagem não só como totalidade mas também desde a perspetiva da sua dinâmica temporal. Gostaria de poder comentar com Gama este retomado interesse pela paisagem como genuíno produto geográfico, síntese no presente da interação do homem com o meio natural ao longo da história, de alguma forma uma volta à geografia anterior à especialização.

A contribuição do economista Júlio Marques no artigo/história (?) Problemas de ontem e de hoje..., vem lembrarnos o gosto pela geopolítica e além disso pela geografia social e mesmo pelo papel, cada vez mais secundário, do poder político, referindo a

¹ A intervenção foi feita improvisadamente, apenas baseada numas notas de apoio. O presente texto é pois, uma reconstrução à posteriori e procura ser um fiel relato do acontecido.

aplicação dos cortes na despesa pública e a presença dos impostos e a crise, com a universidade e os demais a permanecerem calados. O poder está tão afastado da realidade que oferece a um carpinteiro de 55 anos que perdeu seu emprego, em Faro,... aulas de alemão!

E para finalizar, vou fazer de gafanhoto tomando terra em apenas mais três ocasiões. A escolha tem que ver com o meu interesse pela cidade... e pelo vinho (sou de terras do Douro Médio, em Espanha).

O artigo de João Ferrão sobre Antropoceno, cidades e geografia, ao fixar a atenção no enorme poder transformador que o homem tem hoje sobre o meio natural, de alguma maneira leva à atual perspectiva/preocupação ecológica de ligação à visão fundacional da Geografia. A Nova Geografia levou a que a Geografia Física e a Humana se afastassem cada vez mais. Terá chegado o momento de confluírem? Pois sim, a cidade é o espaço onde mais se manifesta a necessidade de reconciliação com a natureza.

Com referência à ...Baixa de Coimbra de Mário Gonçalves, destaca-se o inacabável conflito entre a trama medieval e as necessidades da modernidade. Pergunto: a resistência é tão grande que, como aconteceu em Lisboa, temos de esperar as incontornáveis forças da natureza?

Finalmente, o texto de Norberto Santos sobre Gastronomia e vinho desde uma perspectiva de recurso turístico oferecido a uma procura cada vez mais diversificada. “O produto turístico G&V consegue, de facto, fazer “mexer” todos os sentidos da pessoa”. Concordo totalmente porque eu gosto do vinho, mas sobretudo gosto tomá-lo com os amigos. Vamos tomar um copo, disseme muitas vezes o António para continuar a conversa.

E para despedida tomo emprestada a ideia de João Ferrão (no artigo da Rev. Finisterra nº 99) onde compara o Gama com um “cometa” mas fixo-me de preferência “na cabeleira” ou “na trança” pelo que se sugere o prolongamento dos seus ensinamentos muito para lá da sua vida.

Também, vocês vão permitir-me um jogo com a mesma palavra, mas em espanhol. A “cometa”, mas em feminino, é o mesmo que “papagaio” em português. Pois bem, lembrem o conto O Mandarim de Eça de Queiroz e a imagem recorrente do mandarim sempre acompanhado pelo seu papagaio com os olhos sempre abertos. Para mim, António é também a cometa (o papagaio) com os olhos escrutadores dum permanente curioso.

Muito obrigado.

Nuno Serra

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Programa de Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação,
FEUC e CES
nuno.serra@gmail.com
ORCID: 0000.0002.2832.1709

António Gama: uma suave e discreta revolução pedagógica

Há um risco que corro, conscientemente, nesta sessão de apresentação. É o risco de repetir o sentido de várias passagens sobre o António Gama que encontramos nas páginas deste livro, em sua justíssima homenagem. O que, contudo, creio ao mesmo tempo nos diz também muito sobre as marcas, profundas e luminosas, que ele deixou em tantos de nós.

Quando o Norberto Santos amavelmente me convidou a estar aqui hoje, em nome dos coordenadores deste livro, a quem também agradeço a iniciativa desta evocação, senti o misto de um imenso privilégio e de uma inquietante angústia. A angústia de não saber se conseguiria encontrar as palavras certas para o que vos quero dizer, no meio do turbilhão de pensamentos, emoções e memórias que, desde o final de 2014, me visitam - acreditem - quase diariamente.

Quero por isso pensar que este sentimento, misto de privilégio e responsabilidade, traduz o que acontece quando se trata de tentar dizer alguma coisa, num momento como este, sobre alguém que tanto “determinou”, no melhor dos sentidos - o da abertura do campo de “possibilidades” - a nossa vida e o nosso percurso. E é justamente por essa dificuldade, por esse desafio, que optei por vos ler estas palavras previamente escritas, em vez de participar nesta homenagem de uma forma mais espontânea e menos estruturada.

Espero ter intuído bem, na conversa com o Norberto, de que forma poderia melhor contribuir para esta sessão. Creio que vos quer falar um aluno do António Gama. Um aluno que procurará expressar, o melhor que souber - e com a expectativa de conseguir de algum modo representar muitos outros - a profunda gratidão, estima e admiração pela pessoa e pelo professor que hoje nos reúne aqui a todos, e a cada um à sua maneira, neste anfiteatro.

Vou, portanto, dispensar-me de referir o homem de ciência e o «homem culto, sem fronteiras nem disciplinas», de que fala o José Reis.² Como não podia

² Reis, José (2017). A biblioteca. O território de felicidade de António Gama Mendes. In Cravidão, Fernanda; Cunha, Lúcio; Santana, Paula & Santos, Norberto (org.), *Espaços e Tempos em Geografia. Homenagem a António Gama*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

deixar de ser, as referências a essas dimensões são diversas e estão ilustradas em muitas páginas deste livro, escrito pela mão de geógrafos, economistas, sociólogos, filósofos, historiadores e antropólogos. Além de que será também nessa linha que se inscrevem, certamente, muitas das palavras que a Fernanda Cravidão e o Julio Castro escolheram para hoje partilhar aqui connosco.

Vou assim tentar deter-me no António Gama professor. Na sua dimensão pedagógica, mesmo sabendo que a mesma é absolutamente indissociável, como é natural, da sua dimensão científica, humanista e cultural.

Creio que se pode dizer que, deste ponto de vista, o Gama nos propunha - mesmo que sem que disso nos apercebêssemos de forma plena, ou que ele mesmo se apercebesse - uma verdadeira revolução pedagógica. Suave e discreta, como ele próprio, mas uma revolução.

A face mais visível dessa proposta era, muito provavelmente, a constante *pedagogia do derrube das muralhas que compartimentam saberes*. O Gama conhecia as fronteiras, claro. Mas sabia melhor ainda o quanto era pedagogicamente fundamental ignorá-las, ou atravessá-las sem grandes cerimónias. É por isso que as suas aulas eram viagens imprevisíveis e fascinantes, sem um mapa que as definisse previamente - ou que permitisse antever o percurso - mas que nem por isso deixava de fixar os pontos que era importante percorrer. Se os diferentes domínios do conhecimento fossem lugares, o António tratava nas suas aulas de os ligar entre si, num fio pleno de exigência e de sentido. Sim, as aulas do Gama não eram aulas fáceis de acompanhar. Eram exigentes, pelos conhecimentos diversos que mobilizavam e pelas conexões que entre eles se estabeleciam. Mas nessa mesma exigência encontravam-se muitas das capacidades intelectuais que é suposto o ensino superior exercitar, desenvolver e consolidar.

Indissociável desta pedagogia existe uma outra: a *pedagogia da integração dos saberes*, que faz redobrado sentido se tivermos em conta que estava em causa lecionar matérias da dita “ciência de charneira”. Trata-se de uma integração com um duplo significado: o da articulação entre os diversos domínios da Geografia (nomeadamente da Geografia Física e da Geografia Humana) e da Geografia com outras ciências e áreas do conhecimento. Ou seja, integração e abertura, como instrumentos de uma verdadeira formação científica e humanística, capaz de apreender a realidade nas suas múltiplas conexões e na sua efetiva complexidade, que apenas a necessária comodidade da fragmentação disciplinar separa.

A facilidade, o deleite e o entusiasmo com que o António Gama se passeava pelos universos do saber - o que por si só já contém um inestimável valor pedagógico - estão bem documentados na sistematização de tudo o que foi escrevendo, registada pelo Rui Jacinto num dos capítulos do livro.³

Uma terceira vertente da revolução pedagógica proposta por António Gama relaciona-se com a *pedagogia da procura e descoberta de novos temas e perspetivas*. Creio que é justo dizer-se que lhe devemos o conhecimento de autores e de teorias que, de outro modo, dificilmente teríamos ouvido falar, pelo menos nessa altura. Para elucidar com os exemplos mais óbvios, refira-se a Geografia do espaço-tempo de Hägerstrand ou os conceitos de espaço vivido, do poder e da sua inscrição no território, ou da produção social do espaço. Descobertas muitas vezes associadas, como lembra Rui Jacinto, à valorização de geógrafos ignorados ou marginalizados pela “Geografia oficial”. Um distender de fronteiras que, mais do que os ampliar, enriquecia os territórios do conhecimento, reforçando o seu pluralismo e a sua diversidade e potenciando as múltiplas interconexões e a discussão.

Mais marcante porventura, ou com uma carga «revolucionária» mais forte, é a *pedagogia do espírito crítico, da construção, da natureza provisória da(s) verdade(s) e da problematização*. Isto é, a permanente vontade «de uma compreensão mais fina das coisas, uma compreensão sempre provisória, inquieta, à procura da mais sólida imaginação», como muito bem sintetizou o José Reis.⁴ Para o António, o conhecimento era intrinsecamente um processo. Um processo crítico, necessariamente feito de debate e de articulações diversas. E sempre epistemologicamente situado e enquadrado. Porque para o Gama a epistemologia era uma ferramenta do pensar. É porventura nesta dimensão, da pedagogia dos processos, da construção⁵ e do espírito crítico, que melhor percebemos que o Gama sabia muito bem o que é essencial que as instituições de ensino superior façam: ensinar a pensar.

³ Jacinto, Rui (2017). O geógrafo e o seu labirinto: António Gama, uma Geografia Vivida. In Cravidão, Fernanda; Cunha, Lúcio; Santana, Paula & Santos, Norberto (org.), *Espaços e Tempos em Geografia. Homenagem a António Gama*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

⁴ Reis, José (2015). Território e política do território. A interpretação e a ação. *Finisterra*, L, n.º 100. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa.

⁵ Recordo-me, a este propósito, das reservas que o António Gama colocava ao recurso indiscriminado e acrítico às «novas tecnologias da educação», que no final dos anos oitenta começavam a irromper, impantes e sobranceiras, nas salas de aula (os retroprojetores e respetivos acetatos, inicialmente, e os data-show e power point, mais tarde). A perda quase inevitável do «sentido de construção», de progressividade, que um giz e uma ardósia permitem, era uma das desvantagens pedagógicas destes novos recursos, recorrentemente assinalada pelo Gama.

Seguramente por tudo isto também, o António Gama cultivava a *pedagogia do pluralismo metodológico*. Não recusava nenhum método nem nenhuma abordagem, antes preferindo estabelecer as virtua- lidades e limitações de cada um e exercitar a adequada combinação entre aproximações de pendor mais quantitativo com aproximações de pendor qualitativo. Talvez por isso desvalorizasse tanto o descritivismo inconsequente (particularmente propenso numa ciência como a Geografia), como o deslumbramento pueril e absoluto pelo “quantitati- vismo”. Aliás, também aqui a pedagogia do espírito crítico era fundamental, assinalando aquilo que «os números» são intrinsecamente incapazes de alcançar e os enviesamentos que a sua leitura menos atenta pode conter. Ou, do mesmo modo, a irrelevância de abordagens que tentam, a partir de singularidades, estabelecer padrões de representação mais gerais. Em tempos como os que vivemos, que transbordam de *fake news*, esta espécie de crítica metódica e vigilante, de constante questionamento e descon- strução, constituem um legado pedagógico particu- larmente valioso e essencial.⁶

Por último, e definitivamente não menos importante, a *pedagogia da informalidade, do sentido de humor e da proximidade*. Talvez um dia consigamos perceber melhor a importância destas dimensões nos próprios processos de ensino e aprendizagem. Uma autoridade que se reconhece sem se impor. A afabilidade, a simpatia e o riso como estímulos cognitivos. A relação humana, a relação entre pessoas para lá dos estatutos e do «cânone académico». Creio que é exatamente disto que nos fala o João Maria André no seu capítulo do livro, quando refere a “complementaridade entre o conhecimento e a afetividade”, a par da necessidade de superarmos muitos dos dualismos que ainda hoje imperam nos “modelos dominantes na esfera educativa”, e que não são senão outra forma de compartimentar artificialmente o saber e a transmissão do saber.⁷ Como creio que é também disto que nos fala João Ferrão, quando sublinha - a propósito do António Gama - a sua “oralidade de proximidade” e “influência capilar”, numa “partilha serena e horizontal, sem tiques de

autoritarismo professoral ou de superioridade de quem leu mais, de quem sabe mais”.⁸

Entendi que estas notas poderiam ser a melhor forma de tentar contribuir para a sessão de encontro em que tenho o privilégio de participar, este momento de evocação e homenagem ao nosso querido amigo e professor António Gama Mendes. E tendo-me concen- trado na sua vertente pedagógica, importa agora regressar à integração de todas as coisas, como ele tão bem defendia e fazia. Isto é, não dissociar o Gama pedagogo, do Gama cientista social, nem da pessoa profundamente bondosa e extraordinária que ele era.

Fernanda Cravidão

Departamento de Geografia e Turismo. Faculdade de Letras. Universida- de de Coimbra.
cravidão@fl.uc.pt
ORCID: 0000-0002-4993-1864

Exmº Senhor Diretor da Faculdade de Letras
Prof. Doutor José Pedro Paiva

Exmº Senhor Diretor da Imprensa da Universi- dade Prof. Doutor Delfim Leão

Exmº Senhor Diretor do Departamento de Geografia e Turismo Prof. Doutor Norberto Santos

Estimados familiares do António Gama: o Luís, o Zé, o Rui e o Paulo.

Prezados Colegas, Amigos e Amigas
Senhoras e Senhores.

Cruzámo-nos, pela primeira vez, em Maio de 1969. O António Gama era nessa altura aluno de Geografia na Faculdade de Letras e eu terminava o 7º ano no Liceu Infanta Dona Maria. Reencontrámo- nos em Outubro. Nas mesmas salas. Nas mesmas bibliotecas. Nas viagens de estudo, sobretudo, organi- zadas pela Geologia. Nas Assembleias Magnas no Gil Vicente. Algumas vezes, nas quintas-feiras clássicas, no Teatro Avenida. Durante estes anos conversámos muito. Sobre tudo e às vezes sobre nada. Partilhámos muitas cumplicidades. Pessoais. Políticas. Académicas. Conversámos pela última vez em 29 de Dezembro de 2014.

A nossa amizade transformou-se numa ligação que se alargou para a esfera familiar, onde se consoli- dou sobretudo através da fotografia, uma ponte que ligou diferentes margens.

Durante os mais de 47 anos que convivemos, o António Gama teve sempre a capacidade de nos (me) surpreender. Pela sua permanente inquietude cívica.

⁶ A avaliação era um dos domínios em que este pluralismo metodológico era levado à prática. E, nesse campo, de uma forma absolutamente revolucionária, pelo menos na altura, com a realização de provas com consulta, que duravam várias horas e que asseguravam que os próprios momentos avaliativos eram momentos para relacionar, integrar conhe- cimentos e aprender.

⁷ André, João Maria (2017). Conhecimento, afetividade e cuidado nos processos educativos em sociedades multiculturais. In Cravidão, Fernan- da; Cunha, Lúcio; Santana, Paula & Santos, Norberto (org.), *Espaços e Tempos em Geografia. Homenagem a António Gama*. Imprensa da Uni- versidade de Coimbra. Coimbra.

⁸ Ferrão, João (2015). António Gama: um geógrafo peculiar. *Finisterra*, n.º 99. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa.

Pelo sentido de liberdade que cultivou até ao fim. Pela sua ética intelectual. Por saber dizer não quando estava convicto que era esse o percurso certo. Por se emocionar sem preconceitos. Pela sua generosidade sem limites.

A relação com os alunos foi, ao longo da sua carreira, o melhor testemunho da sua disponibilidade permanente. Que continuava nos corredores, no gabinete, nas viagens de estudo. Nos livros que emprestava e que não tinham retorno. Nos materiais que a todos cedia sem nunca questionar quando voltavam. Tinha sempre uma cópia. De muitas talvez. De modo breve, deixo um testemunho dessa generosidade que sempre o acompanhou.

Guardo os dossiês que me deu, quando, após a sua saída da Faculdade, passei a ser docente da disciplina que marcou gerações sucessivas de alunos que davam os primeiros passos pela Geografia: Teoria e Metodologia da Geografia. Infelizmente retirada da estrutura curricular do curso de Geografia. Dominam textos de geógrafos, sociólogos, antropólogos e economistas. Quase todos comentados. Notas pessoais e reflexões que em muito os valorizam. São textos que durante anos repartiu com muitos de nós. A preto e branco. Simples. Comentados quase sempre a lápis como se nada que escrevesse fosse definitivo. A sua generosidade está toda ali. Por vezes passava a ideia que o António Gama era um Docente um pouco desorganizado, julgo que fruto das muitas leituras de toda a sua vida e de ter com o tempo uma relação incomum. Ora fugaz, ora demorada. Na verdade raramente terá sido assim. Tinha, tenho eu agora, as aulas meticulosamente organizadas. Cada aula com o respetivo sumário, as referências bibliográficas e as cópias dos textos de apoio. Quase sempre anotadas. Para cada aula um dossiê, protegido por papel costaneira. Tudo datado, numerado e disponível no gabinete de fotocópias para os alunos.

Nesta viagem, que persistiu mais de 45 anos, fizemos muitos percursos juntos. Com colegas. Com alunos. Com amigos. Percorremos o país. Este país que o António Gama conhecia como ninguém. Caminhámos pela(s) cidade(s) vezes sem conta. Esta, que melhor que todos, mostrava a todos.

No início dos anos oitenta percorremos a então República Socialista da Jugoslávia. O conhecimento que tinha sobre o *carso*, rapidamente se transpôs para o livro que se abria do outro lado da janela do autocarro. A alegria que colocava nas palavras, a capacidade de despertar o interesse para companheiros de viagem onde os geógrafos eram um pequeno número, mostravam que a sua relação com a história, com a sociologia, a economia, a geologia, era suficien-

temente consolidada para continuar, com entusiasmo, a olhar a geografia na sua dimensão integradora, interdisciplinar, a única forma de interpretar os territórios.

Julgo que foi Yves Lacoste que escreveu que a Geografia tem uma face oculta. A política. Aliás, sempre entendi que uma das razões da paixão do António Gama era essa face oculta, isto é, a ligação permanente entre a Geografia, o Território e o Poder, onde a questão da água era central enquanto elemento geoestratégico.

Recordo o seu entusiasmo quando, em 1976, me mostrou os dois primeiros números da Revista Herodote, fundada nesse ano por Yves Lacoste e que tinha como subtítulo *estratégias, geografias, ideologias*. E em cujo grupo de discussão estavam, entre outros, Michel Rocheford, Jean Tricart, Milton Santos, Bernard Kayser ou Jean-Bernard Racine. Os temas fundamentais destes dois primeiros números, como de todos os outros que se seguiram, discutiam, a partir de diferentes olhares, as relações entre o poder e os territórios. Isto é, as questões de geopolítica que estiveram sempre na primeira linha dos interesses do António Gama.

Era um compulsivo frequentador de livrarias e de “velhos” livreiros. Entrar era um ritual obrigatório. Conhecia a Geografia destes espaços, e sabia exatamente como tudo estava organizado. Aqui encontrava sempre mais uma edição de uma obra de que já tinha dois ou três exemplares “é para dar ou emprestar”.

António Gama foi um geógrafo incomum. Pela inquietude cívica. Pelo seu sentido de liberdade. Pela sua cultura invulgar. Pela constante disponibilidade. Profundo conhecedor do país que nunca se inibiu de mostrar aos outros e pela sua profunda paixão pelos livros. A melhor homenagem que lhe podemos fazer é com a publicação de um livro onde estão testemunhos de Colegas, ex-alunos, companheiros de várias viagens. Amigos.

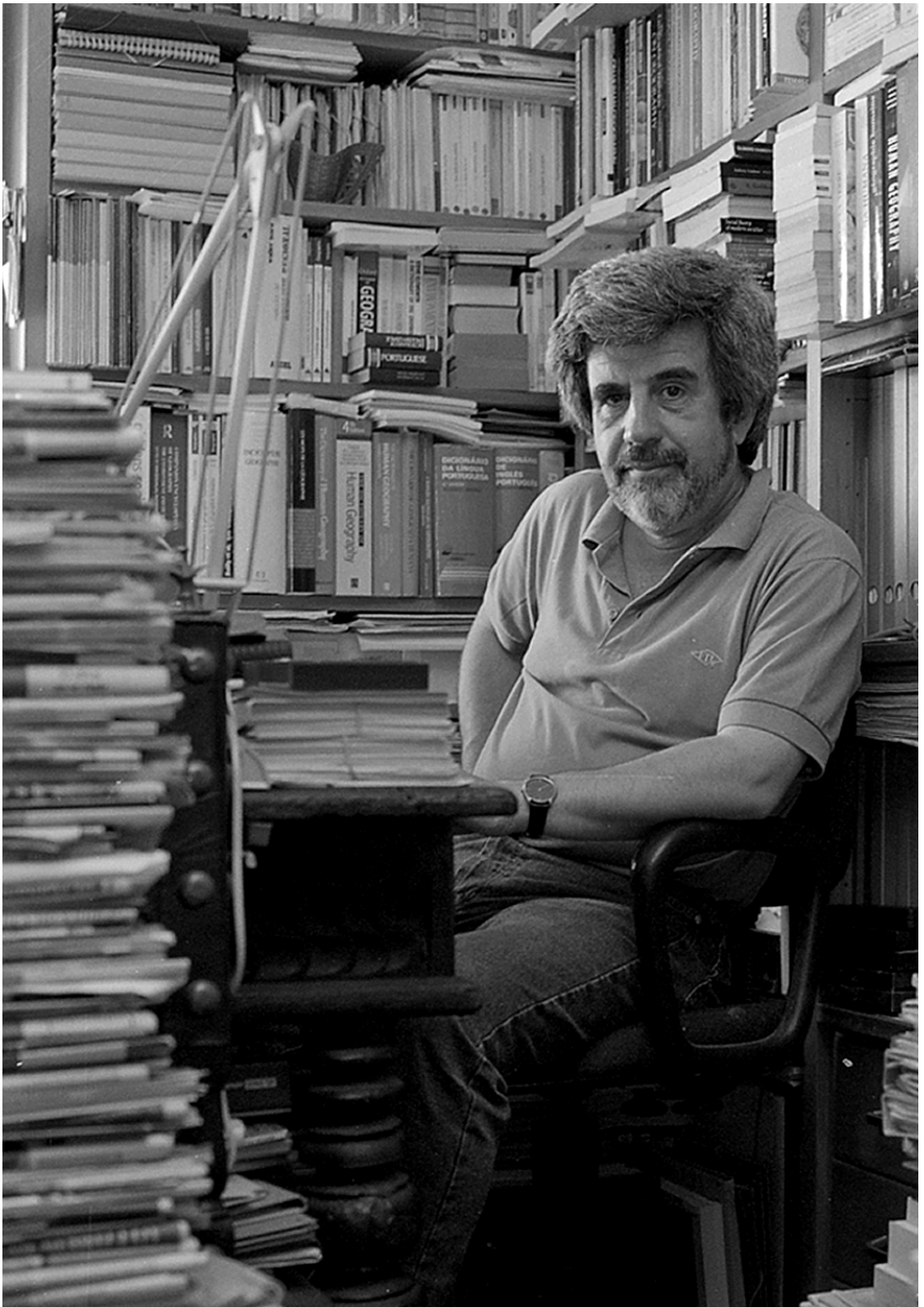
Trata-se de uma obra organizada pelo Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo como responsáveis Lúcio Cunha, Ana Paula Santana, Norberto Santos e eu própria.

Espaços e Tempos em Geografia foi o tema aglutinador para os 43 textos que compõem o livro. O António Gama investigou, refletiu, desenhou, problematizou, como nenhum outro geógrafo português as relações entre o(s) tempo(s) e o modo como os territórios, sobretudo societais, retratam esses diferentes usos temporais. Dos tempos de trabalho aos tempos de lazer, dos espaços do quotidiana

no aos espaços de fronteira - no sentido literal e no sentido simbólico. Da geografia histórica à importância da intervenção cívica. São 43 textos produzidos por amigos/as de formação académica muito diversa e que por isso também o significam, e de algum modo vão ao encontro da sua própria forma de interpretar a ciência, e a geográfica em particular: holística, aplicada e sobretudo com liberdade.

A partida precoce de António Gama deixou connosco muitos dos livros que não lhe devolvemos. As indicações de leitura nunca esgotadas. A sugestão de ir onde ainda não fomos. As inquietudes do seu espírito inquieto. E a saudade que o tempo se encarregará de serenar.

Coimbra, 28 Fevereiro 2018



ARTIGOS

O desenvolvimento de uma rota turística no litoral leste do estado do Ceará (Brasil) ancorada em paisagens culturais.

The development of a tourist route in the eastern coast of the state of Ceará (Brazil) anchored in cultural landscapes.

Conceição Malveira Diógenes

Instituto Federal do Ceará, Brasil / Universidade de Coimbra.
conceicaomdiogenes@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5024-9355

Norberto Pinto dos Santos

Departamento de Geografia e Turismo. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra
norgeo@ci.uc.pt
ORCID: 0000-0003-1752-9990

Pedro de Alcântara Bittencourt César

Universidade de Caxias do Sul, Brasil
pabcesar@ucs.br
ORCID: 0000-0001-6096-9209

Resumo:

Este estudo se propõe a analisar a viabilidade para a implantação de uma rota turística ancorada em paisagens culturais do Ceará, nordeste brasileiro. Os dois municípios estudados, Aquiraz e Aracati, estão localizados na costa leste de Fortaleza, capital do estado e principal portão de entrada para os turistas. Os destinos consolidaram-se no segmento de lazer, não trabalham o turismo cultural como um produto principal e/ ou como produto complementar | à oferta existente. Identifica-se como ter cultura, dominar conhecimentos e habilidades que permitem que pessoas compreendam e desfrutem de bens sofisticados, como obras de arte, literatura instruída, espetáculos teatrais e saberes e fazeres de um grupo de um determinado lugar. As viagens, voltadas para atrações culturais, são, portanto, oportunidades para se conhecer os berços culturais. O Ceará explora majoritariamente a praia como produto turístico. O património histórico material e imaterial dos municípios estudados seria, portanto, uma forma de diferenciação, dando visibilidade à expressão cultural local. Aquiraz foi a primeira capital do estado, ocupa uma área territorial de aproximadamente 481 km², sendo 30 quilómetros de praia. As mais conhecidas são Porto das Dunas (Beach Park) e Iguape. Registra-se em seu território a existência de quilombola e de uma tribo indígena. Aracati, com casas azulejadas construídas as margens do Rio Jaguaribe, desenvolveu-se sobre a influência da Igreja Católica, com vocação comercial e exportadora e sob a égide do poder económico dos coronéis de gado, sendo uma das mais importantes aglomerações urbanas do estado nos séculos XVIII e XIX. A praia mais conhecida é Canoa Quebrada. A integração dos dois destinos, pensados de forma integrada e colaborativa, possibilitaria o desenvolvimento de novas práticas turísticas, atribuindo novos significados e usos aos espaços e ao património histórico.

Palavras-chave: Rotas turísticas; Paisagens culturais; Território.

Abstract:

This study aims to analyze the viability to implement a tourist route anchored on Ceara's cultural landscapes in the Northeast of Brazil. The two studied municipalities, Aquiraz and Aracati, are located on the east coast of Fortaleza, the capital of the state and the main entrance gate for tourists. These destinations have consolidated themselves in the recreational sector. The cultural tourism does not work as the main product or as a complement to the offered one. It is identified how having culture, mastering knowledge and skills enable people to understand and enjoy sophisticated goods, like works of art, instructed literature, plays, know-hows and doings of a group of a particular place. Thus, cultural attraction orientated trips are opportunities to get to know the cradles of culture. Ceará explores the beach as its main tourist product. The material and immaterial heritage of the studied municipalities would, therefore, be a way of differentiation, promoting local cultural expression. Aquiraz was the first capital of the state with a territorial area of about 481 Km² and 30 km of beaches. The most known beaches are Porto das Dunas (Beach Park) and Iguape. There is also one quilombola

and one indigenous tribe in its territory. Aracati, with its tiled houses built on the shores of the Jaraguairé river, developed under the influence of the Catholic Church with a commercial and exporting orientation under the auspices of the economic power of cattle colonels, was one of the most important urban centers of the state throughout XVIII and XIX centuries. Its best-known beach is Canoa Quebrada. The inclusion of these two destinations, envisioned in an integrated and collaborative way, would allow the development of new tourist activities, assigning new meanings, and usages to spaces and to the historical heritage.

Keywords: Tourist route; Cultural landscape; Territory.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo propor a implantação de uma rota turística ancorada na existência de paisagens culturais do Ceará no nordeste brasileiro. Os municípios estudados, Aquiraz e Aracati, estão localizados no litoral leste de Fortaleza, capital e principal portão de entrada. Sendo destinos turísticos consolidados no segmento de lazer e que não desenvolvem o potencial de associação do turismo de lazer com o turismo cultural. A Figura 1 apresenta o mapa de localização dos municípios e destaca a Vila de Canoa Quebrada, o principal atrativo de Aracati.

A pesquisa apresentada neste artigo encontra-se em desenvolvimento. Inicialmente se realizou um levantamento bibliográfico dos pilares conceituais do trabalho, questões como cultura, patrimônio e turismo foram levantadas para uma revisão da literatura. Em uma segunda fase, realizou-se a seleção do recorte territorial para a criação de uma rota turística valorizando aspectos da cultura e do patrimônio. Posteriormente, em uma terceira fase, serão realizadas atividades de campo, com visitas às comunidades para análise do patrimônio imaterial, escuta das múltiplas vozes e análises sobre a viabilidade da rota para essas comunidades. Por fim, realizaremos uma leitura das múltiplas realidades estudadas e o mapeamento das áreas.

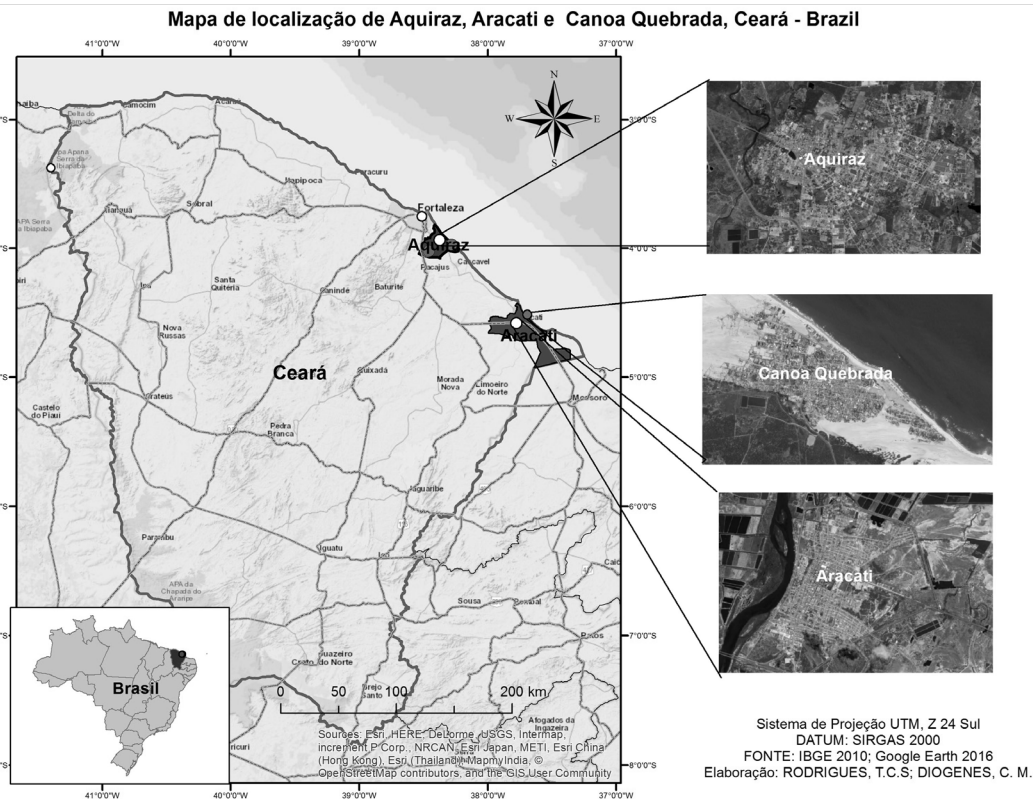


Figura 1

Mapa de localização dos destinos turísticos

Elaboração: Rodrigues, T. C. S. e Diógenes, C. M. com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) e de *Gloogle Earth*.

O trabalho está dividido em quatro partes. A primeira apresenta ao leitor a temática. A segunda, conceitua cultura, património e turismo. Posteriormente, apresenta-se o processo de desenvolvimento do turismo no Ceará, a partir de sua génese. A quarta parte, tem por objetivo apresentar o território estudado e demonstrar suas potencialidades para o desenvolvimento do turismo cultural.

Formadas as bases conceituais sobre cultura, património, e desenvolvimento turístico, buscamos construir uma proposta de rota turística ancorada nestes traços. Idealizada para inserir atores sociais dispersos e isolados nos territórios.

Cultura e sociedade

A cultura pode ter diversas abordagens. Assim, segundo Neves (2003: 50), o senso comum identifica como ter cultura, “o domínio de certos conhecimentos e habilidades que permitem a algumas pessoas compreender e usufruir de bens ditos superiores, como obras de arte, literatura erudita, espetáculos teatrais etc.”. A este panorama geral agrega-se o pensamento do antropólogo Geertz (2015) ao explicar que em um dado momento da evolução humana passamos a ser capazes de agir como recetores e transmissores, iniciando o processo de acumulação de cultura, sendo esta acumulação definidora de caminhos.

Os conceitos e definições de cultura variam de acordo com a abordagem aplicada. Segundo Pérez (2009) pode-se, por exemplo, em uma perspetiva antropológica, associar a cultura a um modo de vida. A noção sociológica, aborda a cultura como campo do conhecimento de grupos humanos, preocupando-se com a produção e o consumo de atividades culturais. A estética estuda a cultura, através da aproximação com a música, a literatura, o teatro e outras expressões relacionadas às belas artes.

Martins (2003: 44) entende que a cultura “refere-se às obras dos homens, portanto, aos conteúdos e símbolos que governam essas relações e que dão significado e continuidade à ação social”. Para o autor, os conceitos de sociedade e de cultura são indissociáveis, devendo-se unir os dois termos como forma de facilitar o entendimento tanto do termo sociedade como da cultura, dessa forma sociedade seria:

“Um conjunto de indivíduos identificados como membros de um grupo social, que inclui minimamente a ambos os sexos e a diferentes gerações, ou a uma família realizando o processo social total, ou a

várias famílias nucleares desenvolvendo relações orgânicas comuns” (Martins, 2003: 44).

Castoriadis (1982: 404) amplia a ideia apresentada ao afirmar que a sociedade “faz ser um mundo de significações e é ela própria por referência a um tal mundo. Sendo o que unifica uma sociedade a unidade de seu mundo de significações. Ela se institui instituindo um mundo de significações.” São essas significações, marcas de um tempo em um determinado espaço, que atraem os olhares dos turistas. Esse olhar volta-se para a cultura do outro, repleto de estranhezas, mas sedento de seus saberes.

Gastal (2002: 69) acrescenta que atualmente, “a cultura foi além da visão romântica de intelectuais como Haulot, que viam nela a ‘beleza do mundo’, para se tornar um consistente fator econômico nas suas diferentes manifestações.” Rolnik e Pinheiro (2005) seguindo a mesma corrente de pensamentos defendem a evolução dos conceitos e afirmam que a noção de cultura passa por transformações, deixando de ser relacionada apenas a cultura erudita ou as belas artes, passando a incorporar as manifestações populares e a moderna cultura de massa.

Alguns pesquisadores têm buscado entender a cultura e seus usos culturais. Nesta perspetiva Gastal (2002: 69) afirma que, para o turismo, a cultura deixou de ser apenas motivadora da viagem, passando a ser o eixo que envolve a formatação dos produtos e o planeamento dos destinos. A cultura compõe o produto turístico e sua preservação faz parte dos impactos positivos verificados. E como somos filhos do nosso tempo como afirma Castoriadis (1982), convém compreender o turismo enquanto fenómeno e traço cultural na sociedade atual.

2.1 O turismo cultural: do nascimento dos mercados de massa ao consumo emocional

Sabe-se que o turismo cultural é um dos segmentos que mais cresce na contemporaneidade. A busca por conhecer o mundo do outro, descobrir outras manifestações culturais e observar no património janelas da história, faz com que os turistas dos dias atuais, de alguma forma, se diferenciem dos turistas tradicionais. Na lista dos dez países mais visitados do mundo (UNWT, 2016) observa-se o destaque das destinações que tem forte apelo aos atrativos culturais. Entre os dez países mais visitados, os sete são: França (1º), Espanha (3º), Itália (5º), Turquia (6º), Alemanha (7º), Reino Unido (8º) e Rússia (10º), indicando uma clara busca por destinos turísticos que valorizam a história, a cultura e o património

nio. Apenas dois países associam outras estratégias para o desenvolvimento turístico, os Estados Unidos (2º) com seus parques temáticos, cassinos e urbes modernas e o México (9º) que apesar de sua forte diferenciação cultural, ainda tem sua imagem muito associada ao sol, a praia e aos resorts.

De acordo com Lipovetsky (2017), podemos dividir o consumo em três fases distintas a partir dos processos de compras. Essas fases, no entanto, não ocorrem da mesma forma e ao mesmo tempo em todos os lugares, sendo possível observar características da primeira e da segunda fase ainda nos dias atuais de acordo com o desenvolvimento do espaço observado. Na primeira fase, iniciada nos anos 1880 estendendo-se até fim da Segunda Guerra Mundial, nasce o mercado de massa, há uma expansão da produção, seguindo princípios da organização científica do trabalho, criam-se as marcas e há uma democratização do desejo e o *consumo-distração* de que o turismo tanto necessita para se desenvolver.

Urry (2001) explica que as viagens, antes da expansão do consumo, eram socialmente seletivas e indicavam um *status* social. E cita o caso dos Balneários Ingleses que na segunda metade do século XIX, começam a ser visitados pela classe trabalhadora das pequenas e grandes cidades industriais. O primeiro exemplo de turismo de massas é, portanto, doméstico, praticado pela classe trabalhadora; valorizava o consumo, a distração e não estava associado ao aprendizado ou a trocas culturais. Diferencia-se completamente do *modus* viajante das classes económicas dominantes.

A segunda fase começa por volta dos anos de 1950, ou seja, está associado aos novos valores sociais definidos na reestruturação do mundo ocidental pós Segunda Grande Guerra, prologando-se apenas até o final dos anos de 1970. Lipovetsky (2017) acredita que é neste momento que se chega ao modelo puro da sociedade do consumo de massa ou sociedade da abundância, onde há um alargamento do poder de compra, cresce o modo de vida que busca o lazer e as férias como forma de realização. Impera, nesse

momento, os princípios da sedução efêmera, inicia-se a segmentação de mercado e há a criação de necessidades artificiais. O princípio do trabalho-sacrifício é gradualmente substituído pelo desejo crônico. Os avanços tecnológicos, o avanço dos meios de comunicação e o encurtamento das distâncias, acabam por finalmente popularizar as viagens, fazendo com que um maior número de viajantes queira ostentar o *status* social de turistas. Nessa fase surgem novos destinos turísticos, fora da centralidade europeia, os destinos exóticos e ligados ao turismo étnico ganham força em países periféricos.

Na última fase, segundo Lipovetsky (2017) se inicia a partir do final dos anos de 1970 e estende-se até os dias atuais. Nesse momento o consumo deixa de estar relacionado ao *status* e passa a ser interpretado como uma lógica de diferenciação social, existe uma pressão contínua por preenchimento de valores. As referências de conforto, lazer, modelo de consumo do tipo individualista não são mais tão representativas, mas mantem o potencial de prestígio. A era do *hiperconsumo* requer objetos para *viver*, mais do que para exibir, cria-se o valor experimental e esse é o cenário ideal para o turismo cultural, uma vez que a curiosidade se torna *uma paixão das massas*, os artigos comprados, assim como as viagens realizadas, criam uma identidade individual, revelando personalidades a partir das compras.

O consumo emocional proporciona aos consumidores/turistas uma diversidade de experiências, tais como: afetivas, visitar regiões dos antepassados; imaginárias, ilustra a vida das cortes e realezas de períodos históricos; e sensoriais, sentir o cheiro das catacumbas, a forma de elaboração tradicional de alimentos (denominações de origem, comida patrimonial), criando-se as aventuras sensoriais.

Na terceira fase do consumo, na fase do consumo emocional ou experimental, Urry (2001: 117) defende que “a cultura passou a ocupar uma posição mais destacada na organização das sociedades atuais, cuja cultura contemporânea pode ser caracterizada pelo menos em parte como pós-moderna.” O olhar do turista passou por transformações tanto pela massificação da comunicação, como pela problematização da realidade. Ainda este sociólogo explica que “as formas culturais pós-modernas não são consumidas em um estado de contemplação [...]. A cultura pós-moderna afeta os espectadores através do seu impacto imediato, por meio daquilo que ela faz por alguém, através de regimes de prazer e não das propriedades formais do material estético” (Urry, 2001: 20).

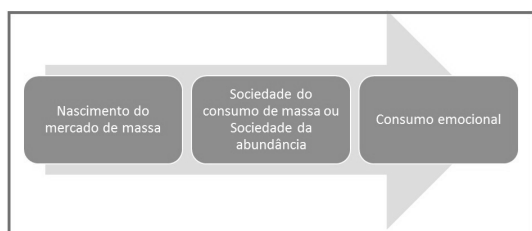


Figura 2

As fases do consumo

Fonte: Adaptado de Lipovetsky (2017).

É importante ressaltar que ao utilizar o termo pós-modernidade, não se busca um alinhamento teórico com Molina (2003) e com o surgimento do pós-turismo defendido pelo autor. O pós-turismo pressupõe o desinteresse pelas culturas locais, a reconstrução de ambientes em sistemas fechados e produtos turísticos que não utilizam recursos naturais ou culturais. A terceira fase do consumo pressupõe a experimentação, o consumo emocional e baseado nos sentidos. Dificilmente a criação de realidades artificiais despertaria esse tipo de consumidor. O ponto em comum entre as duas linhas de estudo diz respeito ao desafio dos países em desenvolvimento de competirem com os novos destinos que surgem desse fenômeno do pós-turismo. Uma vez que segundo o próprio Molina (2003) o turismo que busca autenticidade, valorização de atrativos naturais e culturais e um sentido de lugar, de identidade se distanciam do que o autor define como uma tendência para a atividade turística.

Ciente da complexidade de instituir-se um único modelo de desenvolvimento do turismo diante da diversidade do mundo e dos desejos dos turistas e dos interesses dos destinos ou espaços turísticos, ressaltamos a importância de pensarmos modos de desenvolvimento adequados às comunidades e pensados pelos diversos atores. As críticas às práticas de turismo cultural vigentes passam pela concentração do fluxo em áreas de preservação, por questões como a sazonalidade, banalização de espaços sagrados, criação de guetos de turismo, onde circulam exclusivamente turistas e profissionais do setor. Mas se pensarmos o turismo como uma atividade cultural da contemporaneidade, teremos que fazer reflexões mais profundas sobre os usos dos patrimônios.

O turismo e o patrimônio

Ao pensarmos os usos do patrimônio em uma rota turística, precisamos refletir sobre seus conceitos e sobre sua importância para a atividade. De acordo com a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), o patrimônio é principalmente um bem revertido de especial interesse, deixando evidente em seu primeiro e segundo artigos a diferença entre o patrimônio natural e cultural. Neste trabalho, seguiremos a ideia de Santana (2009), que defende a necessidade de trabalharmos o patrimônio de forma integrada e multidisciplinar, seja ele natural, cultural, material ou imaterial. O patrimônio, entendido como herança, tem muitas funções e entre essas funções que podem ser identificadas nos objetos antigos está, sem dúvida,

a de significar: significar o tempo. Não o *Chronos*, aquele que se costuma medir no cotidiano, o tempo cíclico: os dias, as horas, as marés, mas o tempo mudança, o não linear, o tempo *Kairós*. O tempo irreversível. Preservar esses objetos projetando, portanto, a rapidez e a diferença da mudança, ou a presença da transformação que se opera nos objetos e seus ambientes parece ser uma necessidade reconhecida (Mello Neto, 1983). Assim, entendemos o desejo da humanidade de eleger objetos, edificações e monumentos como significantes do tempo, como representantes da história ou mesmo como símbolos das transformações sociais e políticas.

A ideia de patrimônio, associada a cultura, se faz presente desde as sociedades tribais, não sendo uma criação da sociedade moderna ocidental. Choay (2010: 15) explica ainda que “a noção de monumentos históricos e as práticas de conservação que lhes estão associadas expandiram-se para fora da Europa, onde tinham nascido e que tinham permanecido durante muito tempo o seu território exclusivo.” Na Europa, “no atual contexto de (re) descoberta dos territórios, o patrimônio [...], constitui o fulcro de preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, destaca-se como recurso de elevado significado, capaz de configurar vias complementares ou alternativas de desenvolvimento.” (Carvalho, 2012: 62)

Segundo Gonçalves (2010) as categorias do patrimônio, entendido como um conjunto de valores, são delimitadas, podendo ser econômico/financeiro, cultural ou natural, não tendo havido sempre essa segmentação. Recentemente, passou-se a qualificar o patrimônio como material ou tangível, para os bens de pedra e cal e imaterial ou intangível, para os aspectos culturais e sociais. Choay (2010) explica que se associa a palavra patrimônio uma série de adjetivos, requalificando-a e tornando-a uma palavra de semântica nômada.

Por patrimônio cultural material se entende:

- Os bens, qualquer que seja sua origem e proprietário, que as autoridades nacionais, por motivos religiosos ou profanos, sejam especificamente importantes para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte, a ciência e que pertençam as seguintes categorias;
- As coleções e exemplares raros de zoologia, botânica, mineralogia, anatomia e os objetos de interesse paleontológico;
- Os bens relacionados com a história, inclusive com a história da ciência e das técnicas, a história militar e a história social, assim como

com a vida dos dirigentes, pensadores, sábios e artistas nacionais e com os acontecimentos de importância nacional;

- O produto das escavações (tanto autorizadas como clandestinas) e dos descobrimentos arqueológicos;
- Os elementos procedentes do desmembramento de monumentos artísticos ou históricos e de lugares de interesse arqueológico;
- Antiguidades que tenham mais de 100 anos, tais como inscrições, moedas e selos gravados;
- Material etnológico;
- Manuscritos raros e, livros antigos, documentos e publicações antigas de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário, etc.) soltos ou em coleções;
- Selos de correio, selos fiscais e análogos, soltos ou em coleções;
- Arquivos, incluídos os fonográficos, fotográficos e cinematográficos;
- Objetos de mobiliário que tenham mais de 100 anos e instrumentos de música antigos. (ICOMOS, 2008: 4).

Os bens de interesse artístico, tais como:

- Quadros, pinturas e desenhos feitos inteiramente à mão sobre qualquer suporte e em qualquer material (com exceção dos desenhos industriais e dos artigos manufaturados decorados à mão);
- Produções originais de estátuas de arte e de escultura em qualquer material;
- Gravados, estampas e litografias originais;
- Conjuntos artísticos e obras montadas originais em qualquer material. (ICOMOS, 2008: 4).

Já por património cultural imaterial se entendem:

- Usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - juntamente com os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe são inerentes - que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconheçam como parte integrante de seu património cultural. Se manifestam nos seguintes âmbitos: (a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do património cultural imaterial; (b) espetáculos; (c) usos sociais, rituais e atos festivos; (d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo; (e) técnicas artesanais tradicionais (ICOMOS, 2008: 6).

A proposta da rota turística se baseará nos conceitos apresentados, tanto de património material e imaterial e ainda terá elementos do património natural.

O desenvolvimento do turismo no Ceará

As consequências do crescimento do turismo vivenciadas durante o século XX criaram a necessidade de implementação de órgãos governamentais para administrar esse novo setor econômico. Boullón (*apud* Beni, 2006) afirma que na América Latina os trabalhos nessa área se iniciaram nos anos 1970, tendo a maioria dos países elaborado o Plano Nacional de Turismo. O autor afirma que nesse período: [...] a maior parte dos estudos foi encomendada para consultorias estrangeiras ou foi elaborada pelas repartições especializadas de organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Mundial do Turismo (OMT), ou o Banco Mundial [...]. Uma vez recebidos os relatórios finais, surgiu um novo problema: pôr em prática [...]. Assim, com muitos planos e pouco planejamento, o turismo cresceu na América Latina com os resultados conhecidos por todos (Boullón *apud* Beni, 2006: 12).

No Brasil, no período político vivido entre 1937 e 1945, iniciou-se a proteção dos bens históricos e artísticos e a fiscalização e a comercialização de passagens aéreas. No decorrer dos anos, o turismo foi sendo transferido entre diversas pastas, da Justiça e Negócios, para a Indústria e Comércio, para Desporto e Turismo, para finalmente em 2003 ser criado o Ministério do Turismo (MTUR).

As políticas nacionais de turismo, segundo Beni (2006), nem sempre foram claramente explícitas, além de muitas vezes se restringirem a ações de *marketing* ou promoção. Surgem então os principais problemas decorrentes da atividade, tanto no que diz respeito à infraestrutura quanto aos custos sociais.

Em 1991, ocorre uma primeira grande transformação da política de turismo no Ceará, sendo decretada a junção da EM CETUR com a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI) e a Companhia Cearense de Mineração (CEMINAS), surgindo uma nova empresa, a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODITUR).

A Secretaria do Turismo do Ceará (SETUR) foi criada em 12 de junho 1995, através da Lei n.º 12.456, pelo então governador Tasso Ribeiro Jereissati, com a missão de fortalecer o Estado como destino turístico

co nacional e internacional, de forma sustentável, com foco na geração de emprego e renda, na inclusão social e na melhoria de vida do cearense. Antes da criação de uma pasta específica para a atividade, o turismo era gerido pela Secretaria da Indústria e do Comércio. O turismo no Ceará foi gerido inicialmente pela arquiteta Anya Ribeiro, responsável pela elaboração de documentos norteadores do desenvolvimento turístico no Estado como o Plano de Desenvolvimento do Turismo (PRODETURIS) e o Planejamento Estratégico do Turismo, 1995-2020.

Em 1998 foi assinada a primeira fase do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, gerido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e executado pelas Unidades Executoras nos estados (UEE). No Ceará, a UEE foi instalada na SETUR e focou investimentos na melhoria da infraestrutura turística dos municípios beneficiados. Em sua primeira fase o Programa não beneficiou os municípios objetos deste estudo, uma vez que suas ações foram realizadas na costa oeste do Ceará. Neste período, iniciou-se a duplicação da rodovia que liga o litoral leste à capital, foram realizadas urbanizações de orlas e sinalização turística. Na segunda etapa do PRODETUR/NE, Aquiraz foi o único município do litoral leste a ser incorporado no escopo do Programa, sob a justificativa de ter sido fortemente impactado pela primeira fase.

A partir de 2011 o Governo do Ceará iniciou a busca para interiorizar o turismo e levar a atividade como uma alternativa para regiões pouco desenvolvidas. A construção dos aeroportos regionais foi a ação mais evidente dessa política, sendo construído um no litoral leste, em Aracati, e um no litoral oeste, em Cruz, ambos em áreas identificadas pelo Ministério do Turismo como destinos indutores do desenvol-

vimento regional. Ressalta-se, no entanto, que os aeroportos ainda não estão em operação.

Em 2012 a Secretaria de Turismo inaugurou um moderno Centro de Eventos, com uma área de 76 mil metros quadrados, divisíveis em 44 salas. Segundo informações do órgão gestor do turismo, o espaço conta com uma infraestrutura inteiramente acessível, seguindo padrões construtivos internacionais. Dados recentes da SETUR (2016:), demonstram que os principais fatores motivadores das viagens para o Estado ainda são o lazer e visitas a parentes e amigos, conforme demonstrado na Figura 3.

No Brasil o grande fluxo turístico é de brasileiros. Fatores como localização geográfica do país e dimensão territorial são citados como justificativa para o pequeno fluxo internacional. Uma publicação recente da Revista Super Interessante, escrita por Betina Neves (2016), questiona *por que ninguém viaja para o Brasil?* Esse questionamento diz respeito ao pequeno número de turistas internacionais. A matéria ressalta a diversidade de atrativos que o país dispõe, sejam naturais ou culturais, mas ressalta que existem entraves para o crescimento do número de visitantes estrangeiros. São eles: a infraestrutura deficitária, o fato de termos uma nação monoglota, e a ausência de estratégias de marketing e de conectividade que deem visibilidade aos produtos brasileiros no mercado internacional. O Ceará, apesar de estar localizado no Nordeste, mais próximo da África, Europa e América Central e do Norte, segue a mesma tendência do restante do país, sendo dependente do fluxo doméstico, conforme demonstrado na Figura 4.

Os principais mercados emissores de turistas para o Ceará, são os estados da própria região nordeste, tais como os vizinhos Rio Grande do Norte e Pernambuco, bem como o estado de São Paulo. Entre os mercados emissores internacionais, Itália e

MOTIVAÇÃO DA VIAGEM (2015)

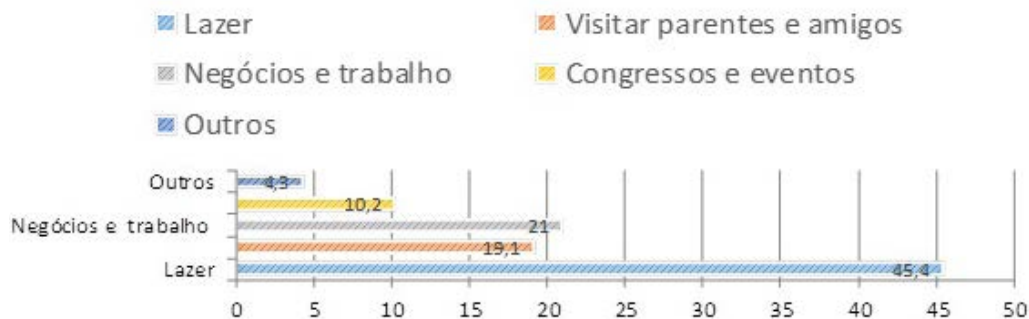


Figura 3

Fatores motivadores das viagens para o Ceará, 2015

Fonte dos dados: Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (2016).

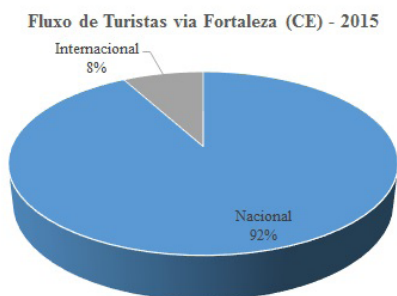


Figura 4
Fluxo de turistas no Ceará via Fortaleza
Fonte dos dados: Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (2016).

Portugal apresentam volumes mais significativos. Destaca-se que a empresa Transportes Aéreos Portugueses (TAP) possui voos diários e sem escalas de Lisboa para Fortaleza, com aproximadamente seis horas e meia de duração.

Os governos defendem o turismo como atividade econômica geradora de empregos, distribuidora de renda e capaz de incluir a mão-de-obra local. Ao analisarmos os dados que tratam dos empregos gerados no Ceará, observamos que a grande maioria deles estão ligados a alimentação, seguido pela hospedagem. Os turistas afirmam gastar mais em compras, depois seguidos por alimentação e hospedagem (Figura 6).

Apesar da forte atuação dos órgãos de gestão do turismo no Brasil e no Ceará, observa-se que o foco das ações foi o fortalecimento do segmento de lazer, ancorado no sol e na praia, ficando as ações de preservação do patrimônio histórico material e imaterial desassociadas das políticas de turismo. Apesar de os volumosos investimentos na interiorização e no segmento de negócios e eventos ainda não se percebe, na realidade cearense, um impacto significativo.

A criação de rotas turísticas, com a imagem associada ao turismo cultural, não voltado para a massa, pode contribuir não para o incremento do fluxo turístico, mas para a inclusão de novos atores, para a valorização de aspectos culturais até então adormecidos, e para a diversificação da oferta.

O recorte territorial estudado

O município de Aquiraz - água logo adiante

O município Aquiraz ocupa uma área territorial de aproximadamente 481 km² divididos entre oito distritos, sendo destes, 30 quilômetros de litoral. As

seis praias que fazem parte de seu território são de Oeste para Leste: Porto das Dunas, Prainha, Presídio, Iguape, Barro Preto e Batoque. Possuem um forte apelo paisagístico, o que demonstra a razão pela qual se destaca a prática do segmento de sol e praia no município.

Aquiraz é integrante da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), estando o núcleo central da cidade a apenas 28 quilômetros do Aeroporto Internacional Pinto Martins, construído na primeira fase do PRODETUR/NE, sendo este o principal ponto de embarque e desembarque do Ceará, fato que gera benefícios e impactos para a região.

A SETUR/CE demonstra, através de suas pesquisas de demanda e fluxo, que Aquiraz é dos destinos cearenses mais visitadas nos últimos anos e possui ainda o segundo maior parque hoteleiro.

O município de Aquiraz possui um vasto e rico patrimônio do povo cearense, alguns protegidos pela lei de tombamento, outros em processo de preservação e alguns gritando para serem protegidos. Aquiraz foi à primeira Vila do Ceará, criada em 1699, através de Carta Régia e a primeira capital da Capitania do *Siará-Grande*. Chamava-se Vila São José de Ribamar de Aquiraz, em referência ao padroeiro São José de Ribamar de Botas, em uma clara homenagem aos bandeirantes desbravadores. Em tempos de dominação portuguesa Aquiraz construiu sua história sobre a influência dos jesuítas, dos índios e negros que compunham o cenário da época. Segundo Cavalcante, Sousa e Albino (2005: 43), “no Ceará, os primeiros jesuítas chegaram em 1607, instalando-se na serra da Ibiapaba. Por mais de um século e meio (1606-1759), os jesuítas criaram escolas de ler, escrever e contar nos aldeamentos.”

Onde a globalização massifica, Aquiraz consegue manter traços dos tempos idos. A tribo *Jenipapo-Kanindé*, localizada na lagoa da Encantada, tenta manter suas tradições e crenças, repassá-las aos *cumrumins*, sem deixar de se preocupar com os meios de inserir seu povo no processo de desenvolvimento econômico. A lagoa da Encanta, segundo os índios que ali vivem, seria a guardiã de uma grande cidade de ouro e todos os seus tesouros estariam sob suas águas. Cavalcante, Souza e Albino (2005) afirmam que em 1997, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), realizou estudos e demarcou as terras dos *Jenipapo-Kanindé* que possui dez hectares.

No Ceará existe uma crença de que nesta terra não existem negros, muito menos comunidades quilombolas¹. Tal concepção ignora a existência da

¹ Quilombola é o negro refugiado em quilombo, sendo as comunidades quilombolas as que guardam a cultura remanescente do quilombo.

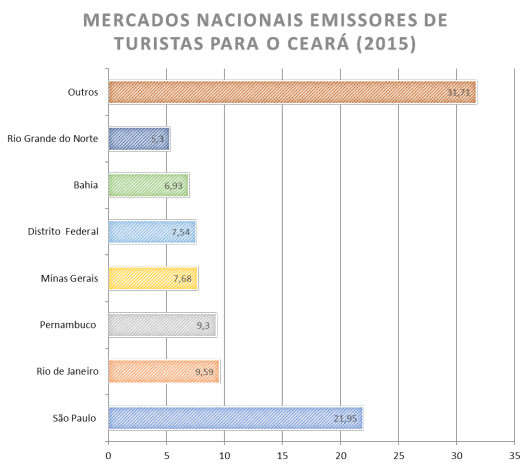
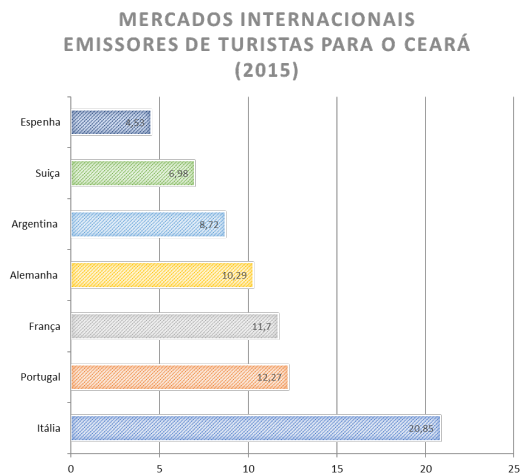


Figura 5
Principais mercados emissores de turistas para o Ceará
Fonte dos dados: Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (2016).



EMPREGOS GERADOS PELO TURISMO NO CEARÁ (2015)

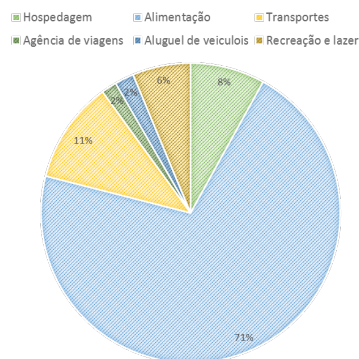
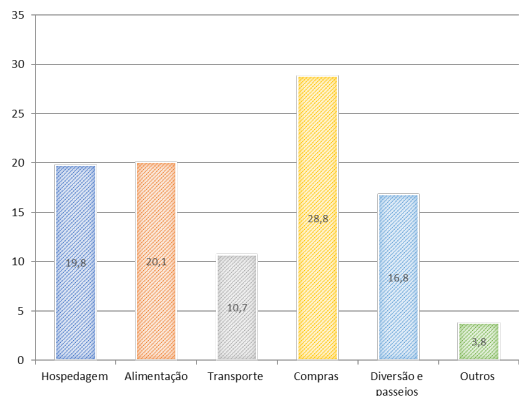


Figura 6
Empregos gerados e a distribuição dos gastos dos turistas no Ceará
Fonte dos dados: Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (2016).

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS



trajetória da população negra, tanto na zona rural como nas principais aglomerações urbanas. Assim, no senso comum da população cearense, não se admite a participação dos negros na sua formação étnica. Em Aquiraz existem duas comunidades na Lagoa do Ramo e Goiabeiras, localizadas no distrito de Serpa, as quais fortalecem a identidade e a autogestão de comunidades quilombolas em nosso Estado (Furtado, 2005).

O primeiro município a compor a rota, Aquiraz, reúne, portanto, traços culturais dos colonizadores portugueses registrados em seu patrimônio histórico arquitetônico, indígena e negro.

O município de Aracati - vento que sopra e alivia os ardores do estio

O segundo município da rota é Aracati. Registra-se que, em 1603, Pero Coelho ergueu, em Aracati, o primeiro forte, e que inicialmente essa localidade era chamada de São José do Porto dos Barcos, passando a Cruz das Almas, posteriormente Santa Cruz de Aracati e, finalmente, Aracati. Escrevia-se Aracaty ou mesmo Aracati, o que para muitos especialistas significava vento que soprava do norte e refrescava os ardores do estio. Os aracatienses, no entanto, a chamam de Terra dos Bons Ventos.

Os documentos históricos levantados por Nobre (1976) apontam que, em 1747, o Rei de Portugal, Dom João V, ordenou que fosse erguida uma vila na foz do Rio Jaguaribe. Registra-se que, nesse período, já havia, no local, o Porto das Barcas, por onde circulavam embarcações de pequeno porte. O ouvidor geral do *Siará Grande* cumpriu a determinação e fundou a Vila de Santa Cruz do Aracati. As fronteiras nesse período eram fluidas, e oficialmente Aracati fazia limite com a vila de Aquiraz e a vila de Icó, sendo este o nascedouro do Rio Jaguaribe, na Serra da Joanhina.

Assim surgiu a cidade de Aracati, com seus casarios construídos às margens do rio Jaguaribe, sob forte influência da Igreja Católica e com vocação comercial e exportadora. Configurou-se, sob a égide do poderio econômico dos coronéis de gado, uma das aglomerações urbanas mais importantes para o Ceará nos séculos XVIII e XIX.

Corrêa e Rosendahl (2015: 61) afirma que as cidades são lugares dotados de singularidade, e assim se diferenciam dos demais. Essa identidade cultural do lugar é expressa de muitas formas nos aspectos sociais. Em Aracati, existem diversas referências históricas que constituem sua identidade e sua singularidade - ressaltamos, no entanto, não haver uma identidade única, uma cultura homogênea que resuma todas as múltiplas expressões desse lugar. Descreve-se, na obra de Le Bosse apud Corrêa e Rosendahl (2015: 226), que a construção da identidade passa pelas heranças e pela preservação de um patrimônio sócio histórico, mas principalmente pela capacidade de um povo de recordar, preservar e perpetuar um passado, surgindo, assim, os “lugares de memória”.

Em Aracati, antigos espaços aparecem com novos usos e novos espaços, com marcas proeminentes que se notabilizam por um padrão turístico (Ferrara 2010). Esses aspectos são associados e potencializam o desenvolvimento de um espaço para a prática do turismo. Um exemplo emblemático da ocorrência desses lugares de memória é o Instituto Museu Jaguaribano, antiga residência que evidencia reminiscências de um passado de apogeu econômico e de fortes amálgamas com o Vale do Jaguaribe.

Apenas no século XX, mais especificamente a partir dos anos 1970, novos olhares foram lançados sobre esse espaço. Dessa vez, o foco seria o litoral e não mais a sede do município. Então, começa a se desenvolver uma nova fração do espaço no município de Aracati, outros aspectos da paisagem passam a ser valorizados, sendo ressignificados, e um novo ciclo de relações se iniciou, novas redes de relações

foram constituídas. Ao invés dos antigos vínculos estabelecidos com o sertão, as relações agora eram formadas com escalas geográficas mais amplas.

Aproximações e distanciamentos entre Aquiraz e Aracati

Das fundações oficiais dos municípios estudados, aos dias atuais, Aquiraz e Aracati foram construindo suas histórias, estabelecendo pontos de contato, mas também de distanciamento, quer seja por características socio-espaciais, quer pela especialização produtiva local. No passado, na fase colonial, onde a divisão político-administrativa era ditada pelas sesmarias, esses dois territórios faziam limite. Com a passar dos anos e em função das transformações políticas administrativas, os espaços foram sendo gradualmente divididos. Atualmente, existem cinco municípios entre Aquiraz e Aracati.

De acordo com dados divulgados em 2016 pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), a população de Aquiraz é de aproximadamente 72.628 habitantes, sendo que 92,37% dessa população vive em áreas urbanas e apenas 7,63% vive em áreas rurais. Já em Aracati, a população é de aproximadamente 69.159, com 63,67% da população em áreas urbanas e 36,33% em áreas rurais. A Quadro I, apresenta um resumo do perfil básico dos dois municípios estudados e busca apresentar as realidades.

Aquiraz se localiza na Região Metropolitana de Fortaleza e a proximidade com a capital, principal portão de entrada dos turistas, traz vantagens e desvantagens para o município. Dentre as vantagens, podemos citar o uso de serviços públicos e as boas vias de acesso que facilitam a distribuição de produtos e serviços. Entre as desvantagens, podemos refletir sobre a imagem do destino, que não consegue se desassociar de Fortaleza, sendo seus produtos comercializados como parte do pacote da capital ou como produtos complementares. A ocupação dos postos de trabalho por profissionais da capital e a aquisição de produtos fora da comunidade também são citados como problemas causados pela proximidade pela população local. Se observarmos o Quadro I, perceberemos que a renda *per capita* é superior à de Aracati, havendo um setor industrial e de serviços levemente mais forte, no entanto. O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é inferior ao do município mais afastado da zona de influência de Fortaleza.

Do ponto de vista do desenvolvimento da atividade turística os distanciamentos entre as áreas

Quadro I

Perfil básico dos municípios de Aquiraz e Aracati

	Aquiraz	Aracati
Ano de criação	1699	1747
Toponímia	Gentio da terra / água logo adiante	Vento que sopra do norte e refresca os ardores do estio
Área absoluta	480,976 Km ²	1.229,19 Km ²
Distância em linha reta da capital (Fortaleza)	21 Km	122 Km
População residente	46.305	69.159
IDH	0,641 (33 ^a)	0,655 (20 ^a)
PIB per capita	18.749,00	13.956,00
PIB por setor	Agronegócio 7,10% Indústria 34,70% Serviços 56,20%	Agronegócio 10,84% Indústria 30,69% Serviços 58,47%

Fonte dos dados: Perfil do Município de Aracati e Perfil do Município de Aquiraz - IPECE (2016).

Quadro II

Demanda de turistas para os destinos turísticos de Aquiraz e Aracati

	Porcentagem na demanda em relação ao Estado	Número de turistas	Permanência
Aquiraz	12,02	402.046	6,80
Aracati	9,49	314.564	5,10
Ceará	100,00	3.343.815	10,70

Fonte dos dados: Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (2016).

Quadro III

Oferta dos meios de hospedagem de Aquiraz e Aracati

Oferta hoteleira	Meios de hospedagem	Unidades habitacionais	Leitos	Percentual em relação à oferta hoteleira
Aquiraz	39	1.437	4.473	3,30
Aracati	88	1.207	3.102	7,57
Ceará	1.161	28.733	74.748	100,00

Fonte dos dados: Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (2016).

se evidenciam. O primeiro destino turístico de Aquiraz, se desenvolve a partir da década de 1970, quando a localidade da Prainha começa a ser utilizada como lugar de veraneio pelos residentes de Fortaleza. Só posteriormente (1989) surge o *Beach Park*, produto principal, transformando-se em um grande atrativo do lugar. Não são exclusivamente o sol e a praia a mobilizar os fluxos; associado a eles, o Parque faz o papel de produto âncora, atraindo uma grande quantidade de outros empreendimentos para as suas proximidades. De acordo com dados divulgados pela Secretaria Estadual do Turismo (SETUR/CE) em 2016, Aquiraz recebeu 12,02% dos turistas do Ceará, conforme demonstrado na Quadro II, sendo que esses turistas permanecem em média 6,8 dias no destino.

Aracati recebe um percentual menor dos turistas que visitam o Ceará, apenas 9,40%, e os visitantes permanecem um tempo inferior, são em média 5 dias. No entanto, se observarmos o Quadro III, perceberemos que a oferta dos dois destinos é muito diferenciada. O parque hoteleiro de Aracati, apesar de maior, tem um número inferior de unidades habitacionais, ou seja, os empreendimentos de Aracati são de médio e pequeno porte, enquanto em Aquiraz, os meios de hospedagem caracterizam-se como de médio e grande porte. Os estudos sobre planejamento e marketing turístico demonstram que, através da caracterização da oferta, podemos traçar um perfil do público-alvo desejado. Aquiraz construiu uma imagem de destino para famílias, com crianças e adolescentes, uma vez que o Parque é o fator motiva-

dos das viagens. Em Aracati a oferta se caracteriza de forma diferente e o perfil do turista atendido também se modifica. O público é essencialmente de jovens solteiros e adultos solteiros e casados, mas sem filhos, totalizando 62,5% dos seus visitantes (Diógenes, 2016). Consta-se que Aquiraz seguiu a tendência dos grandes empreendimentos, atraídos essencialmente pelo empreendimento âncora. Os *resorts* são frequentes na orla do destino, assim como os grandes condomínios que mesclam segunda residência e hotel (tempo compartilhado/*time-sharing*), a exemplo do *Aquaville*. Aracati, e mais especificamente a Vila de Canoa Quebrada, desenvolveu-se seguindo a lógica do *mito do paraíso perdido*, onde os turistas optam por permanecer no destino e encontram o turismo como alternativa para a permanência e subsistência. Ressaltamos que os dados apresentados tratam apenas do número de turistas nos dois destinos, não agregando os quantitativos de excursionistas, prática recorrente nos dois lugares.

Assim, apesar de pertencerem a um mesmo território e de haver uma clara proximidade, o foco no turismo de lazer com o sol e o mar sendo evidenciados, observamos que os destinos turísticos assumem posicionamentos distintos, atuando com um público-alvo diferenciado. As diferenças podem ser resultado de políticas públicas de desenvolvimento do turismo distintas ou, mesmo, do posicionamento adotado pelo setor empresarial.

O desenvolvimento de uma rota turística ancorada no património histórico dos municípios turísticos de Aquiraz e Aracati

A grande maioria das rotas turísticas, principalmente as religiosas, surgem como resultado de um itinerário praticado, com conexões previamente existentes, tais como os caminhos de peregrinação, rotas comerciais ou mesmo pela existência de antigas estradas que ligavam as cidades. O grande desafio na proposição desta rota é a integração de elementos que não estão previamente em contato. A inter-relação, neste caso, é resultado de um trabalho científico que busca proporcionar aos turistas uma visão plural das múltiplas formas de cultura existentes no território cearense.

De acordo com o relatório do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS, 2008), existe uma tendência em se reconhecer os itinerários como um novo conceito de património, uma vez que representam processos interativos, dinâmicos e

evolutivos das relações humanas. Assim, uma rota ancorada na valorização dos aspetos culturais, que reconhece a diversidade das incorporações de povos distintos, pode contribuir para que se lance outros olhares² sobre a história de um povo.

As ideias de itinerário cultural apresentadas pelo ICOMOS (2008) trazem reflexões sobre: valores de entorno, escala territorial e valor intrínseco de cada elemento na composição do todo. Assim seguiremos essas ideias para propormos o desenvolvimento dessa rota turística. O visitante possui o olhar de estranhamento ao local visitado, tudo apresenta-se como algo novo e inusitado, quanto mais distante da realidade vivenciada cotidianamente, maior será o estranhamento. Muitas vezes, no entanto, esse distanciamento ocorre também com os que estão próximos fisicamente, mesmo os moradores de uma região, desconhecem a história de formação de seu território.

No Ceará, onde se lê José de Alencar criador de um poema nacional, que apresenta em prosa o mito fundador, terra que foi canário para a Guerra dos Bárbaros, entre indígenas e colonizadores, onde primeiro se aboliu a escravidão dos negros e terra da prisão da heroína republicana Bárbara de Alencar, pouco se fala da riqueza cultural desse povo.

Se culturalmente o povo não despertou para a riqueza cultural de sua história. As estratégias de marketing adotadas também não o fizeram, não evidenciam a cultura local. Na última década, incluíram em sua *carteira de produtos* a serra e o sertão, ressaltando a existência de paisagens distintas do litoral. Mas sem adotar uma postura de valorização da identidade local.

Boullón (2002) entende que o espaço turístico é “consequência da presença e distribuição dos atrativos turísticos” e a rota seria o percurso, ou caminho percorrido entre esses atrativos. Assim, para a concepção dessa rota, associaremos a ideia de Boullón de caminho percorrido, a ideia defendida pelo ICOMOS que explica a importância de pensarmos não apenas em vias históricas de comunicação para conectarmos o património cultural material e imaterial, mas também em formas plurais e justas de se contar a história.

No caso específico deste estudo de caso, o trajeto apresentado propõe a integração de dois municípios com traços culturais relevantes da identidade cearense e brasileira. No Brasil existem exemplos consolidados de rotas ancoradas em aspetos históricos, como é o caso da Estrada Real e da Rota dos Tropeiros. No nordeste brasileiro busca-se trabalhar

² Saramago em seus *Ensaio sobre a cegueira*.

a ideia de rotas integradas, envolvendo um conjunto de destinos e seus atrativos, muitas vezes em estados distintos da federação, como no caso da Rota das Emoções.

Dessa forma, a integração dos dois destinos, Aquiraz e Aracati, comercializados de forma isolada e sem uma imagem associada ao turismo cultural, possibilitariam o desenvolvimento de novas práticas

Quadro IV
Lista do patrimônio material de Aquiraz e Aracati

Município	Nome	Classificação	Descrição
Aquiraz	Mercado de Carne e Lojas Adjacentes	Edificação Protegida pelo IPHAN desde 1984	Arquitetura popular formada por uma construção em planta quadrada com telhado de quatro águas feito em madeiramento de carnaúba de grande efeito plástico apoiado em coluna central de alvenaria e tijolos
Aquiraz	Casa de Câmara e Cadeia (Museu Sacro São José de Ribamar)	Edificação Protegida pelo Governo do estado desde 1983	Pequeno prédio de planta retangular. O primeiro pavimento, que servia de cadeia, foi erguido no século XVIII, com paredes de pedra e cal. O segundo pavimento, onde se reunia a Câmara data da seca de 1877 e foi construído com o fim de fornecer trabalho aos flagelados. Refuncionalizado recebeu o Museu de Arte Sacra
Aquiraz	Igreja Matriz São José de Ribamar	Edificação Protegida pelo IPHAN desde 1984	A Igreja de São José do Ribamar começou a ser erguida no início século XVIII, logo depois de ser expedida em Lisboa (Portugal), em 13 de fevereiro de 1699, a Ordem Régia mandando criar-se uma vila na capitania do Ceará, no lugar Iguape, atualmente a cidade de Aquiraz. A partir daí tem início a estruturação urbana onde se estabeleceram os principais edifícios públicos civis, militares e religiosos.
Aquiraz	Casa do Capitão-Mor	Edificação Protegida pelo Governo do estado desde 2006	Construída há cerca de 300 anos. Foi a residência da maior autoridade da capitania durante o século XVIII. Construídas em taipa, a edificação apresenta telhado em duas águas e estrutura em madeira atada com tirar de couro de boi. O madeiramento é em pau d'arco, carnaúba e aroeira, com portas de cedro, piso em tijoleira e arcaicas trameças. As ferragens são todas em ferro batido, de desenho singular. Os portais e as soleiras em pau d'arco.
Aracati	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	Tombado pelo IPHAN desde 2001 Inclui todo o acervo	Construída a partir de 1761. Igreja possui algumas imagens e mesa de comunhão em jacarandá, uma bandeira da porta do batistério (entalhada à ponta de faca), e uma portada de arenito baiano, com portas de almofada em relevo, arrematadas por motivos fitomórficos. Diante da Igreja há um grande cruzeiro, com os símbolos dos sofrimentos da Paixão de Cristo, de 1859.
Aracati	Prédio da casa de câmara e cadeia na Rua Liberato Barroso esquina com a Praça da Independência	Tombado	Construída na segunda metade do século XVIII, para servir de câmara, audiência, cadeia para homens e mulheres. Um dos documentos mais importantes para reconstituição da história do edifício é uma aquarela de José dos Reis Carvalho, pertencente ao Museu de História Nacional. Aluno de Debret na Academia Imperial, e pintor da Comissão Científica de Exploração, Reis percorreu o Ceará sob direção do botânico Freire Alemão, entre 1859 e 1861
Aracati	Sobrado Barão de Aracati (Instituto do Museu Jaguaribano)	Tombado	Construído no século XIX, com quatro pavimentos, era a residência do Barão de Aracati, José Pereira da Graça. A partir de 1889, após a morte do barão, no sobrado funcionaram colégio, clube e hotel. A fachada principal é guarnecida por azulejos portugueses estampilhados e as paredes de seus salões são decoradas por inúmeras pinturas. Nos amplos espaços, estão preservadas estruturas de madeira e alvenaria, além de peças artesanais como a escada-caracol do primeiro pavimento.
Aracati	Conjunto Urbano	Tombado	Com desenho setecentista em seu traçado urbano. O conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado pelo Iphan, em 2001, é formado por sobrados, igrejas e diversos prédios que somam mais de 2.500 edificações construídas e decoradas com azulejos portugueses de alto valor.

Fonte dos dados: IPHAN (2017) e Governo de estado do Ceará (2017).

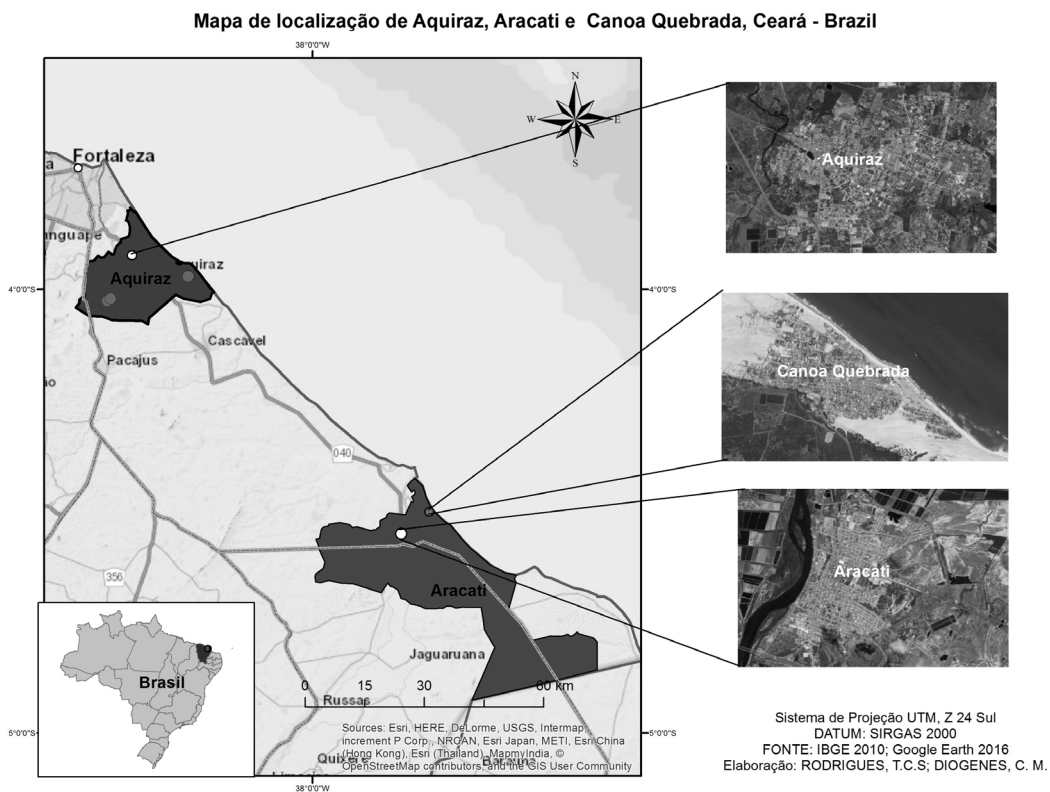


Figura 7

Mapa de localização dos municípios da Rota Turística

Elaboração: Rodrigues, T. C. S. e Diógenes, C. M. com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) e de Google Earth.

turísticas, atribuindo novos significados e usos ao patrimônio histórico.

Para a idealização da referida rota turística, foi realizado um levantamento do patrimônio material dos dois municípios estudados, o trabalho levou em consideração bens materiais protegidos por leis municipais, estaduais e federais, bem como bens com potencial para proteção, conforme apresentado no Quadro IV.

O simples levantamento do patrimônio edificado não seria capaz de contar a história de formação do povo cearense, certamente representam relatos importantes do modo de vida urbano nas vilas e cidades do período colonial, no entanto, outros atores também desempenharam papéis e merecem ser ouvidos pelas gerações atuais. Em Aquiraz, a ideia é valorizar o papel dos índios Jenipapo-Canindé, residentes na Lagoa da Encantada e do Quilombola na Lagoa de Ramos; espera-se com isso dar voz para que eles contem suas versões da história.

Em Aracati, espera-se dar voz à Comunidade do Cumbé, para que ela conte sua versão dos fatos e seus conflitos. Nascimento (2013), relata que no

Ceará existe um *consenso* de que não haviam índios ou negros, essa ideia, imposta para viabilizar a expulsão de comunidades tradicionais, acaba por instituir no litoral um tipo de turismo que exclui e concentra. Uma rota que contradiz esse consenso, daria visibilidade ao homem do mar e ao quilombola.

A grande preocupação que envolve a proposta da rota (Figura 7) é a inclusão dos atores locais, tal como já acontece com outras iniciativas de turismo comunitário desenvolvidas no Ceará pela Rede Tucum, assim como o delineamento das demais fases da pesquisa de campo. Essas fases envolverão uma maior interação com os atores locais e uma caracterização detalhada da rota.

Conclusões

O objetivo de analisar a viabilidade para a implantação de uma rota turística ancorada em paisagens culturais no Estado do Ceará, nordeste do Brasil, ainda não foi completamente alcançado. A pesquisa encontra-se em andamento, sendo necessá-

rio realizar estudos mais aprofundados para que se possa afirmar a viabilidade ou não da rota proposta. As etapas que se seguem têm uma importância significativa para este estudo.

Fica evidente nesta primeira etapa que no recorte territorial existe um vasto patrimônio material e imaterial capaz sustentar uma rota turística que associe elementos das culturas indígenas, coloniais e negras. No entanto, percebe-se que este é um estudo acadêmico, que deve servir de subsídio para as comunidades envolvidas e não apontar soluções.

Muitas são as limitações encontradas, mas a principal delas é a ainda insuficiente aproximação com as comunidades. Só o acolhimento da ideia fará com que a pesquisa consiga realizar uma leitura aproximada das realidades.

Bibliografia

- Beni, M. C. (2006). *Análise estrutural do turismo*. (11ª ed.). São Paulo: Senac.
- Boullón, R. C. (2002). *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: Edusc.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. (5ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Carvalho, P. & Fernandes, J. L. (2012). *Patrimônio cultural e paisagístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cavalcante, A. W. L. & Souza, M. A. (2005). *História de Fortaleza*. Ceará: Fundação de Demócrito Rocha.
- Choay, F. (2010). *Alegoria do patrimônio*. (3. Ed). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- Governo do Estado do Ceará (2016). *Demanda turística via Fortaleza e fluxo turístico receptivo, dezembro de 2015 a fevereiro de 2016*. Fortaleza: Setur/CE
- Nascimento, L. J. (2014). O papel político das lutas socioambientais dos pescadores/as do mangue do Cumbe/Aracati - CE, para afirmação da identidade negra e defesa do território. In *Congresso brasileiro de pesquisadores/as negros/as*, 8, Belém, (pp. 12-XX). Acedido a 01 de 05 de 2017, em <http://C:/Users/user/Downloads/João Luís Joventino do Nascimento.pdf>.
- Corrêa, R. L. & Rosendahl, Z. (2015). *Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Diógenes, C. M. (2016). *Estruturação e dinâmica da rede de serviços turísticos em Aracati/Canoa Quebrada-CE: 1970-2015*. Tese (doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro.
- Ferrara, L. D. (2010). *Os significados urbanos*. São Paulo: Universidade de São Paulo,
- Furtado, C. (1991). *Formação econômica do Brasil*. (24. ed.) São Paulo: Nacional.
- Furtado, E. D. P. (2005). *Fortalecimento de comunidades quilombolas: identidade e auto-gestão*. Fortaleza: Projeto apresentado ao CNPQ.
- Gastal, S. (2002). *Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local*. In: Susana Gastal (Org), *Turismo, investigação e crítica*. São Paulo: Contexto.
- Geertz, C. (2015). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ltc.
- Gonçalves, J. R. S. (2010). *Os patrimônios e o tempo*. Ciência Hoje. Revista de Divulgação da SBPC. Suplemento Trimestral. Rio de Janeiro.
- ICOMOS (2008). *Carta dos Itinerários Culturais: 12. Elaboração do Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais e ratificação pela 16ª Assembleia Geral do ICOM*.
- IPHAN, (2017). *Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico*. Patrimônio Histórico do Ceará. Acedido a 01 de 05 de 2017, em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/238>
- Lipovetsky, G. (2017). *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. (2ª ed.). Portugal: Edições 70.
- Martins, J. C. O. (2003). *Identidade: percepção e contexto*. In: J. C. O. Martins (org.), *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca.
- Mello Neto, U. P. (1983). *O forte das cinco pontas: um trabalho de arqueologia histórica aplicada a restauração do monumento*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade de Recife, (Coleção Monumentos do Recife).
- Molina, S. (2003). *O pós-turismo*. (2. ed.). São Paulo: Aleph.
- Nascimento, E. P. (2013). *Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política e Gestão Ambiental, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília.
- Neves, B. (2016). Por que ninguém viaja para o Brasil?: Enquanto o turismo cresce no mundo, o Brasil inteiro recebe menos visitantes que Miami. Onde estamos errando? *Superinteressante*. Acedido a 01 de 02 de 2017, em <http://super.abril.com.br/sociedade/por-que-ninguem-viaja-para-o-brasil/>.
- Neves, B. A. C. (2003). *Patrimônio cultural e identidade*. In: Martins (org.). *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca.

- Organização Mundial de Turismo (2016). *Panorama OMT del turismo internacional*. Paris: OMT. Acedida a 20 de fevereiro de 2017, em <http://mkt.unwto.org/es/publication/panorama-omt-del-turismo.internacional-edition-2016>.
- Pérez, X. P. (2009). *Turismo cultural: uma visão antropológica*. (2.ªed.). Tenerife: Pasos, 2009.
- Rolnik, R & Pinheiro, O. M. (2005). *Plano diretor participativo: guia de elaboração para os municípios e cidades*. (2ª ed.). Brasília: Ministério das Cidades.
- Santana, A. (2009). *Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph.
- UNESCO. (1972). *Conferência da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura*. Paris. Acedido a 01 de 06 de 2017, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>
- UNWTO. (2016). *UNWTO Annual Report 2016*. Madrid. Acedido a 01 de 06 de 2017, em http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/annual_report_2016_web_0.pdf
- Urry, J. (2001). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. (3ª ed.) São Paulo: Sesc.
- TERRAMAR, Instituto. *Rede Tucum*. Acedido em 02 de 05 de 2017, em: <http://www.tucum.org/>

Tempo e temporalidade, espaço e espacialidade: a temporalização do espaço sagrado¹

Time and temporality, space and spatiality: the temporalization of the sacred space

Zeny Rosendahl

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

zeny.rosendahl@gmail.com

ORCID: 0000-0001-7206-9435

Resumo:

Este artigo apresenta a dimensão temporal do espaço sagrado fortemente marcado nas transformações das práticas religiosas na sociedade brasileira no início do século XXI, período classificado de hipermodernidade. Os conceitos destacados na análise foram tempo e temporalidade, espaço e espacialidade do sagrado. A religião e religiosidade foram repensados neste processo de mudança do grupo social religioso.

Palavras chave: Tempo sagrado; Espaço sagrado; Temporalidade; Espacialidade.

Abstract:

This article presents the temporal dimension of the sacred space strongly marked in the transformations of religious practices in Brazilian society at the beginning of the 21st century, a period classified as hypermodernity. The concepts highlighted in the analysis were time and temporality, space and spatiality of the sacred. Religion and religiosity were rethought in this process of religious social group change.

Keywords: Sacred time; Sacred space; Temporality; Spatiality.

Este artigo visa espacializar o tempo reconhecendo o tempo contínuo e irregular em experiências religiosas espaciais. Há concepções e investigações que devem ser levadas em conta: o espaço-tempo sagrado sob o ponto de vista da ciência geográfica.

Geografia e religião são ideias pensadas desde o ano de 1989 (Nora, 1989). Na escolha do título coloquei: Tempo e Temporalidade, Espaço e Espacialidade: A Temporalização do Espaço Sagrado, pois refletem a essência e o significado de minhas pesquisas durante esses vinte e cinco anos de reflexões tanto teóricas como análises empíricas realizadas em diversos lugares religiosos.

Esses conceitos ocupam a primeira parte desse texto. Em seguida, trataremos da dimensão do sagrado nos processos de transformações culturais que marcam a sociedade do século XXI, ou seja, espaço e tempo sagrado no período denominado de hipermodernidade. A denominação hipermodernidade será atribuída às ideias de Lipovetsky e Serroy (2011) em continuidade as reflexões apresentadas por David Harvey em *Condição Pós-Moderna* (1993). Aceitaremos essas

afirmações para esclarecer ligações entre os processos culturais e as experiências religiosas espaciais e temporais. Ambos apresentam um tempo de mudanças nos processos culturais. Ressalta-se que transformações do tempo-espaço estão aliados com mudanças de comportamentos, e sem dúvida, provocadas pelas inovações dos meios de comunicação. Nossa análise privilegiará a religião nesta dinâmica de novas relações tempo-espaço.

A religião e a religiosidade numa era marcada por múltiplas *visões de mundo*, nas quais o quadro da tradição religiosa desloca-se/desliga-se do contexto social, cultural e político de origem (Giddens, 1991). A ideia de sagrado, no olhar geográfico, está em comunhão com as reflexões dos estudiosos da religião. Quer como poder de coesão durkheimiano; como a força carismática de Weber; na manifestação hierofânica de Mircea Eliade e na qualidade de numinoso de Gustavo Otto. Algumas religiosidades se apresentam com aparência de triunfo entre os grupos religiosos. Já outras demonstram um enfrentamento cotidiano em sua religiosidade indicando a existência de

¹ Texto já publicado *Revista Espaço e Cultura*, 35, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2014. 09-25

crise religiosa na sociedade num processo de (in) tolerância religiosa com fortes implicações na religiosidade dos grupos religiosos envolvidos. No discurso de crise, ou mesmo declínio da religiosidade abordados em análises acadêmicas - por sociólogos e antropólogos, podemos destacar, baseado nas ideias durkheimianas, que a religião tende mais a se transformar do que a desaparecer na sociedade.

A religiosidade, sem dúvida, pode ser classificada como umas das práticas culturais mais antigas experienciadas nos grupos sociais. Ela imprime no espaço marcas simbólicas dominantes e permanentes. É conhecimento nosso que a experiência religiosa, quer do devoto, quer do profissional religioso imprime, no tempo-espaço sagrado, formas e funções simbólicas religiosas.

Retomando a ideia de que fazer geografia e religião tem como sinônimo *ver e sentir* o sagrado em sua dimensão espacial, a incorporação do conhecimento novo se faz por motivações pessoais. Assim, nossa argumentação é qualificar o sagrado em sua manifestação de temporalidade e espacialidade. Em nossa reflexão teremos: *Tempo Sagrado; Espaço Sagrado e Temporalização do Espaço Sagrado* no século XXI, na denominada hipermodernidade.

O destaque dado ao tempo como categoria de análise se refere ao homem religioso em sucessivos acontecimentos quer no presente, quer no passado e também no tempo futuro. O estudo do tempo na ciência filosófica apresenta múltiplas concepções e investigações. Tais questões não serão discutidas no texto. Nossa aproximação será aplicar uma concepção, do ponto de vista geográfico, na experiência do homem religioso e suas organizações simbólicas no espaço e no tempo, pois “fornecem uma estrutura para a experiência mediante a qual aprendemos quem ou o que somos na sociedade.” (Harvey, 1993).

Tempo Sagrado

Registramos a passagem do tempo em segundos, minutos, horas, dias, meses, anos, décadas, séculos e eras como se tudo estivesse o seu lugar, numa única escala temporal objetiva. Os gregos tinham dois termos para designar o tempo: *Chronos* (Χρόνος) e *Kairós* (Καίρός). O primeiro vocábulo segundo Mora (1996) significava “época de vida”, “duração da vida”, “força da vida” a noção de tempo da vida. É interessante indicar o tempo *chronos* como o tempo objetivo, o tempo mensurável. A literatura nos aponta o tempo *chronos* como o tempo sequencial associado ao movimento linear das coisas terrestres como início e fim. Iremos ressaltar as ideias de Adam (2004),

Crang (1988), Corrêa (2011), Eliade (1962, 1991), Harvey (1993) entre outros. A ênfase se dará nos exemplos de análises de duas escalas temporais principais de análise: (a) escala temporal mais longa e; (b) escala temporal mais curta.

(a) A escala temporal mais longa, está associada e equivalente ao vocábulo ano. Os estudos podem ter como referência múltiplos calendários: o *calendário judaico* nos seus 5775 anos; *calendário islâmico* em seus 1437 anos, do *calendário maia*, do *chinês*, do *cristão ortodoxo* e *outros*. Como exemplo, podemos citar o *calendário juliano* implantado em 46 A.C. por Júlio Cesar e o *calendário gregoriano*. A citação desses calendários é necessária, pois sabemos que suas origens não ocorreram num mesmo tempo. O calendário gregoriano será priorizado em nosso estudo por ser ele referência e por vigorar, atualmente, na maior parte do mundo contemporâneo.

O calendário gregoriano tem sua gênese no tempo do Papa Gregório VI, em 1582, e foi criado para substituir o calendário juliano. Tal mudança adequou-se às descobertas científicas do Renascimento que, corrigindo o que até então se sabia, afirmar que o movimento de translação da Terra em torno do Sol se fazia em 365 dias e mais 6 horas. Permitindo que a cada quatro anos existissem outro dia a ser acrescentado ao ano.

(b) A escala temporal mais curta representada no tempo do dia, isto é, nas vinte e quatro horas variáveis de lugar a lugar em virtude do movimento de rotação da Terra em torno de seu próprio eixo. Em 1884, por motivos econômicos foi conveniado que a superfície da Terra teria vinte e quatro fusos horários com a função de regular a contagem do tempo diariamente. Estas ações permanecem até hoje e regulam nosso comportamento social, econômico, político e religioso.

Ao estudar o tempo *kairós*, desejamos reconhecer que o termo *kairós* significava *duração do tempo* e daí, *tempo como um todo* inclusive *tempo infinito*. Mora considera “que *chronos* e *kairós*, em seus sentidos primários, designavam respectivamente uma época ou parte do tempo e o tempo em geral” (1996). O termo *kairós* pode ser explicado como o tempo intersubjetivo, tempo como um todo, tempo infinito. É qualitativamente não mensurável, mas é singular. Refere-se a um momento indeterminado no tempo *chronos*, um momento certo, o melhor instante no presente, em que algo especial aconteça caracterizado por valores e oportunidades (Aquino, 2014).

A religião e a religiosidade podem ser interpretadas no tempo kairós, mas delimitável cronologicamente. Isto é, o tempo kairós de cada religião é próprio, não tendo necessariamente relação com o tempo kairós de outra religião. A religiosidade do homem religioso pode ser reconhecida e estar presente no tempo kairós delineado por ele em *seu ritual no lugar sagrado*, como poderá também estar na *prática religiosa*, no tempo cronológico, de comemorações próprias de sua religião. A concepção de tempo cósmico aqui tem o significado de tempo que se opõe ao tempo de caos. A concepção de tempo sagrado do historiador Mircea Eliade (1962), é um tempo mítico primordial feito presente na experiência hierofânica. É fundamental reconhecer que a manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo. Podemos afirmar que para o homem religioso, o espaço e o tempo não são homogêneos nem contínuos. A experiência religiosa pressupõe uma vivência no tempo sagrado. Tais experiências nos levam para fenomenologia do tempo, estamos nos referindo ao *tempo imanente e o tempo transcendente*. As vivências religiosas se expressam nestas temporalidades.

Destaca-se a temporalidade de uma religião no tempo *chronos* poderá ser de longa e de curta temporalidade com datas fixas e móveis. Na análise do tempo kairós, podemos destacar a vivência do homem religioso como devoto, em prática devocional, ao visitar um determinado santuário que poderá ocorrer, tanto em datas fixas, e como em datas móveis. As pesquisas empíricas vêm demonstrando que os homens possuem necessidades religiosas e têm suas experiências de existir relacionando-se com o mundo a sua volta. As análises dos espaços sagrados priorizam os comportamentos múltiplos e inúmeras novas possibilidades de pesquisas na geografia (Rosendahl, 2005, 2013).

Os lugares não são somente uma série de dados acumulados no tempo. A ideia é ressaltar que os lugares envolvem também intenções humanas. Não devemos apenas contar quantos peregrinos existem no tempo sagrado de santuário religioso, mas saber o que esse santuário significa para seus devotos. Deve-se refletir sobre a essência das coisas e dos objetos. Nosso conhecimento sobre os diferentes significados que os processos, as práticas, e as formas espaciais são criadas pelo homem, sendo assim, sugere-se que o olhar geográfico se estenda além do visível, além do evidente, para os domínios da emoção e do sentimento. Tal ação humana possui característica em sua espacialidade e em sua temporalidade.

A temporalidade religiosa origina-se num momento do tempo sagrado, Mircea Eliade (1962) o designa *in illo tempore*, e Barbara Adam (2004) nos leva a refletir nas dimensões do *timescape*. O homem religioso vivência a dimensão profana e a dimensão sagrada no tempo e no espaço. A religião é a experiência do sagrado no espaço- tempo sagrado. A religiosidade é um poder coletivo em que o devoto possui sua permanência ou sua transitividade ao longo do tempo. A prática religiosa tende a desenvolver-se, atingir seu momento de apogeu e pode declinar ou mesmo desaparecer na sociedade. Os rituais religiosos qualificam temporalidades no ser religioso no tempo e no espaço.

A compreensão singular da experiência do lugar é marcada por momentos de transcendência, os quais, a cada tempo sagrado, expressam a ordem divina (Rosendahl, 2005, 2013), pois os diversos locais religiosos, em diferentes religiões e culturas, possuem reconhecidamente uma localização real. A geografia define o reatar do homem com o divino em suas múltiplas espacialidades e temporalidades. São singulares as emoções de *ser no mundo*, isto é, o homem no sentido completo enquanto indivíduo com sua consciência e sua natureza humana.

Espaço Sagrado

A importância dos estudos geográficos da religião está em interpretar a dimensão do sagrado no espaço, particularmente como em seu arranjo espacial em seu sucessivo acúmulo do tempo. São espaços qualitativamente fortes de revelações hierofânicas que se transformam em poderosos "*centros do mundo*", separados do espaço comum, isto é, do cotidiano profano (Eliade, 1991). O espaço é ritualmente construído. Os estudos de Rosendahl (1996, 2001, 2005) reconhecem as forças simbólicas responsáveis pela manutenção e pela construção do espaço sagrado. A organização espacial obedece à lógica do sagrado.

É possível qualificar o *espaço sagrado* - caracterizado por sua sacralidade máxima, expressa por uma materialidade à qual se atribui valor simbólico - e o *espaço profano* em torno do espaço sagrado, caracterizado pela existência de elementos que não possuem a qualidade de sagrado (Rosendahl, 1996, 2003, 2012).

Ao privilegiar a localização geográfica dos espaços religiosos é possível reconhecer uma tipologia de espaço sagrado. A geógrafa reconhece três níveis. (a) o fixo, (b) o não fixo ou móvel e (c) o imaginalis. A pesquisa empírica realça múltiplas espacialidades do sagrado. São exemplos relaciona-

dos: (a) aos santuários, pois envolvem lugares de concentração de fiéis; (b) aos espaços de mobilidade do sagrado e; (c) aos recintos de qualidade numinosa que os distingue do espaço cotidiano. A categoria de numinoso trata-se de noção de sagrado investigada por Rudolf Otto (1992) como exclusivamente religiosa distinta de qualquer outra. A concepção de lugar sagrado reside no mundo imaginalis. Como veremos a seguir.

Temporalização do espaço sagrado

Em uma perspectiva geográfica, pode-se refletir como a temporalidade é uma realidade criada, reinventada no espaço. A temporalização do espaço sagrado adquire qualidades mensuráveis em formas espaciais, entre outros aspectos, por continuidades e/ou descontinuidades espaço-temporais, envolvendo mudanças que ocorrem em seus processos, estratégias e formas espaciais. Ao priorizar os espaços sagrados em diferentes culturas e em diversas religiões não estamos considerando a ideia de um lugar e de uma cultura única coincidindo, pois a ênfase estará sobre a experiência humana no momento (Augé, 1994). Prioriza-se a temporalização do espaço como matriz do acontecer, ou seja, reconhecer as propriedades que o tempo sagrado impõe no espaço sagrado. A vivência religiosa no tempo-espaço não é indiferente na experiência religiosa do devoto.

Estamos falando de um tempo transcendente, de um tempo sagrado, a experiência religiosa pressupõe uma vivência no tempo-espaço sagrado. Em nossa reflexão consideramos as ideias eliadeanas de que o tempo e o espaço não são homogêneos, nem contínuos, ambos, tempo e espaço sagrado são qualitativamente marcados pela manifestação da hierofania. A dimensão espacial do sagrado (Rosendahl, 2003) cumpre a função de comunicação do homem religioso com a divindade. No pensar de Jorge Miklos “na dualidade espaço profano-sagrado, tempo sagrado-profano se configura a existência religiosa do homem, para quem *o religare* orienta o caminho da transcendência inscrito no tecido da cultura” (2014).

Ao elaborarmos a Figura 1 - Temporalização do Espaço Sagrado, buscamos privilegiar como o tempo é uma realidade presente no espaço. O tempo adquire qualidades mensuráveis no espaço quando se harmoniza com o tempo chronos e qualidades imensuráveis no espaço quando o denominamos de tempo kairológico. Vejamos a Figura 1, elaborada tendo no centro o *sagrado*, vocábulo latino com relação estreita entre santidade e divindade. Este associado com a religião

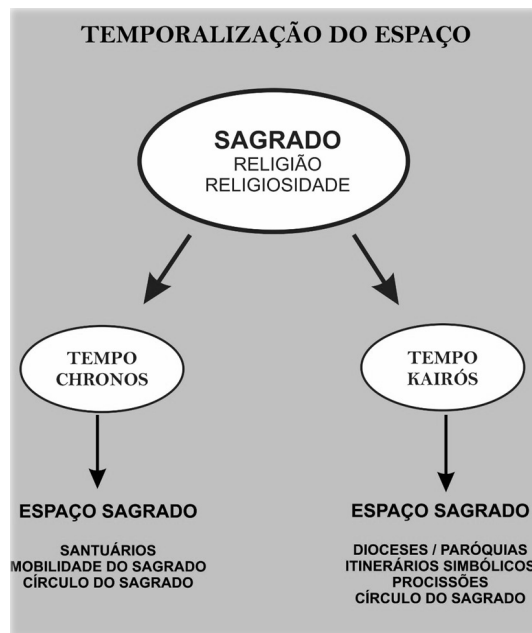


Figura 1
Temporalização do Espaço Sagrado
Fonte: Rosendahl, 2014.

e religiosidade. Dois outros vocábulos formam a figura, na esquerda o *tempo cronológico* e na coluna da direita o *tempo kairológico*.

No desejo de deixar claro nossas reflexões citaremos exemplos de pesquisas empíricas realizados nos últimos anos. Os exemplos ressaltam o tempo cronológico acontecendo em diferentes calendários citados, no qual a localização geográfica do espaço sagrado favorece a ideia de uma tipologia já apresentada em estudos anteriores. São tempos sagrados contínuos e de fundamental importância nos estudos do homem religioso, isto é, a vivência dos devotos e dos praticantes no espaço-tempo.

(a) Cidades-santuário ou hierópolis são espaços sagrados fixos de experiência espiritual do devoto, fortemente marcada por tempo sagrado. A prática religiosa no santuário imprime no espaço a cultura do grupo religioso envolvido (Rosendahl, 2005, 2013). Este lugar está impregnado de simbolismo e não foi meramente descoberto, fundado ou construído, mas reivindicado, possuído e operado por uma comunidade religiosa, conforme apontam Sopher (1981), Kong (1990), Park (1994) e Rosendahl (2003, 2005, 2013). A cada tempo sagrado o espaço é ritualmente construído e comemorado como *in illo tempore* na revelação hierofânica. Exemplos de santuários em escala mundial, temos: Meca, Roma, Jerusalém; na escala

regional temos Fátima (Portugal), Lourdes (França), Nossa Senhora Aparecida (Brasil), Nossa Senhora de Nazaré (Brasil), Cachoeira Paulista (Brasil); em escala local temos como exemplos: o Santuário de Jesus Crucificado de Porto das Caixas, Itaboraí (RJ) e o Santuário de São Judas Tadeu em diversos locais do Brasil. A análise empírica do ponto de vista geográfico vem demonstrando que há uma pluralidade de espaços sagrados numa mesma hierópolis, os quais podem ser classificados em dois tipos: no primeiro, os espaços sagrados possuem elementos simbólicos da mesma religião dominante do santuário. O tempo sagrado permanece o mesmo. O segundo tipo, as formas e funções espaciais religiosas favorecem a celebração de rituais simbólicos da crença do grupo religioso minoritário naquele santuário. Nestes casos temos a experiência religiosa de dois tipos de credo com práticas distintas, no mesmo tempo com o espaço sagrado, também distintos, no santuário.

(b) O espaço sagrado, não associado necessariamente a um território, pode ser denominado como espaço sagrado *não fixo* como foi denominado por Nora (1989). No exemplo de análise, o autor cita a Torá. Em sua ideia, os judeus mantiveram seu espaço sagrado móvel durante o tempo de exílio, a Torá assumia a função de reunir terra, povo e Deus. A mobilidade do espaço sagrado, no catolicismo popular brasileiro pode ser exemplificada nas festas de São Benedito - no tempo sagrado do lugar - na cidade de Jaraguá, Estado de Goiás. A festa possui característica singular. As tradições populares, da cultura do lugar, imprimem no tempo-espaço o *circuito do sagrado* (Rosendahl, 2013). O deslocamento da imagem do santo, símbolo do poder, à residência do festeiro durante o tempo da festa e o seu retorno à paróquia no final da festa ocorre numa comunicação individual entre o santo e o festeiro. O tempo de saída do santo da Igreja para a casa do próximo festeiro será estipulado no tempo da organização da referida festa que ocorre uma vez por ano.

(c) A concepção de espaço sagrado *imaginalis* pode estar vinculado à perspectiva humanística da geografia. A familiaridade com o lugar religioso e a experiência religiosa compartilhada num *mundo imaginalis* são fatores que favorecem a “essência espiritual” e a qualidade poética dos lugares religiosos. Bachelard

(1988) nos revela o espaço da imaginação - o espaço poético - um espaço que foi apropriado pela imaginação e não deve permanecer como espaço indiferente, sujeito às medidas e/ou estimativas do pesquisador. Para o geógrafo David Harvey esses espaços de representação imaginados estão teorizados na “grade de práticas espaciais” (Harvey, 1993). Em comunhão com o autor desejamos classificar como espaço sagrado a área onde ocorre as práticas familiares e religiosas. São espaços constituídos por rituais simbólicos religiosos. Durkheim pontua em seu livro *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1968) que espaço e tempo são construções sociais. A geógrafa Lily Kong (2001) relata o círculo *imaginalis* do sagrado nos rituais de Wiccan e podemos acrescentar os rituais em Stonehenge e Avebury entre muitos outros (Rosendahl, 2013).

O espaço sagrado *imaginalis* permite uma análise em ambos os tempos sagrados: no tempo cronológico e no tempo kairológico. Desejo refletir sobre o tempo sagrado do grupo religioso e a “duração do tempo” individual do devoto, aqui a reflexão espacial nos conduz ao tempo geral da prática religiosa e de parte do tempo do devoto em sua organização tempo-espaço sagrado.

Em análise dos rituais religiosos no tempo kairológico temos exemplos de territórios sagrados fixos: as dioceses católicas, no Brasil. Tais territórios religiosos estão também qualificados no período diacrônico, tempo histórico da difusão das dioceses católicas no qual se priorizou, desde o início, em 1500, de sua implantação no país. Um estudo sobre o processo de difusão dos territórios religiosos católicos no Brasil aponta uma variedade de tempos conjunturais de estratégias religiosas (Rosendahl, 2001, 2008, 2012). O tempo da diocese é evocado como o tempo religioso verdadeiramente presente e atuante no processo de regulação e religiosidade católica. As pesquisas na temática de criação e ampliação de espaços sagrados em dioceses são exemplificadas nos estudos de Peltre (1995), Bertrand (1999), Rouvillois (1999), Torres Luna e Duran Villa (1999) e outros, pois os territórios diocesanos existem como controle da fé católica nos lugares de predominância do catolicismo romano. O bispo é o profissional religioso, gestor do território religioso e interlocutor entre a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e os fiéis das múltiplas paróquias que estão subordinadas ao território do seu bispado.

O tempo sagrado de uma comunidade religiosa é constituído por comportamentos que se inserem

em territórios religiosos. A Instituição Religiosa Católica Apostólica Romana possui uma organização territorial que se espacializa em rede, *dioceses e paróquias* são configurações espaciais presentes na origem da divisão territorial do espaço brasileiro. Tais territórios religiosos têm funções distintas, porém vinculadas no tempo sagrado. A paróquia é o lugar simbólico que reflete o tempo-espaço de “organização da vida social e íntima dos habitantes, pontuando o tempo da comunidade” (Lecoquierre e Steck, 1999: 63).

A paróquia representa também, para os paroquianos, um lugar simbólico no qual cada habitante se insere em experiências cotidianas, e em que, na maioria dos casos, desenvolve uma intensa identidade religiosa. Assim a paróquia participa como principal lugar da vida da comunidade (Rosendahl, 2012, 2013). A paróquia deve ser reconhecida como o território em que se dá o controle cotidiano da vida religiosa do devoto, porque ela está na escala da convivência humana. Exemplos outros, como o território religioso metodista, ocorre na difusão por contágio. Ocorre por meio de *células*, é a comunicação interpessoal da fé, no encontro semanal nas células, que compõem a rede religiosa metodista, no Rio de Janeiro, no tempo kairológico investigado pela geógrafa Filipe (2014).

Gurvitch (1964) sugere a *Tipologia dos Tempos Sociais* para pensar o sentido do tempo na vida social do homem. David Harvey a partir desse estudo revela que “cada relação social contém seu próprio sentido do tempo”. (1993). Também é possível usar a tipologia para examinar os diferentes sentidos de tempo em ação na vida religiosa. Ainda para Harvey (1993) “o sentido de tempo implica na mudança de práticas culturais modernistas para as pós-modernistas”. Em nossa análise o tempo ilusório e o tempo cíclico serão privilegiados. O tempo ilusório nos fornece formas sociais de duração longa e desacelerada na sociedade organizada, destacando-se as sociedades carismáticas e teocráticas. Na classificação de Gurvitch (1964) analisada por Harvey (1993) o tempo cíclico apresenta-se fortemente marcado pela continuidade - passado, presente e futuro - existente em sociedades ou grupos sociais que priorizam as crenças, as mitologias, representações místicas e mágicas. Nos santuários, a comemoração de um evento histórico no qual o *Todo Poderoso*, intervindo neste mundo, participou diretamente qualifica-se o tempo histórico e o tempo divino da revelação (Claval, 2008). O Tempo da Revelação Kairológica está presente na prática religiosa do judaísmo, no islamismo e no cristianismo. A comemoração ocorre no espaço sagrado fixo em tempo não mensurável com práticas religio-

sas diferenciadas, porém em harmonia com a cultura do lugar. O fundamental na análise é a necessidade que o crente tem de visitar estes lugares. O *Ato de Peregrinar*. O tempo da peregrinação está vinculado ao tempo sagrado cronológico de peregrinar ao espaço sagrado histórico religioso, por exemplo, o muçulmano tem a obrigação de fazer a peregrinação a Meca no mês de Dhu al-Hijja (King, 1972).

As peregrinações podem ocorrer sem a obrigatoriedade de tal prática para o devoto, nestes casos a escolha da visita ao espaço sagrado do santuário pode ocorrer no tempo religioso de escolha do próprio devoto. O tempo sagrado adquire também o caráter de fato social de que nos fala Mauss (1979), em que a obrigação de dar, receber e retribuir se estabelece não somente entre os indivíduos, mas também na relação entre os homens e os santos, entre os homens e a divindade. “A prece participa ao mesmo tempo da natureza do rito e da natureza da crença.” (Mauss, 1979, p. 103). Temos aí um ponto de vista particularmente favorável de manifestação da fé que envolve o crente num encontro subjetivo com o divino num tempo kairológico religioso.

Espaços sagrados móveis são os *itinerários simbólicos* e as *procissões*. A análise sincrônica do comportamento do peregrino em sua visita ao santuário ocorreu em seu tempo religioso kairológico. É importante ressaltar que as romarias, peregrinações e as solenes procissões são práticas tradicionais devocionais católicas impostas desde o século XVI no litoral do Brasil, como estratégia de conquista e implantação da fé católica, no entrosamento entre a cultura lusitana e a dos nativos (Azzi, 1979, 2005) durante os séculos XVII e XVIII, principalmente, no interior do Brasil. As devoções surgem do povo, e as práticas desenvolviam-se com ampla liberdade de expressão (Rosendahl, 2012).

As procissões, os símbolos, os mitos e as falas sagradas são criações do grupo religioso no lugar. O tempo, ainda hoje, da realização de seus cultos religiosos são organizados com ilimitada liberdade tempo-espaço (Rosendahl, 2008, 2013). Alguns estudos consideram a procissão um cortejo religioso público, com elementos do clero e do povo dispostos de forma ordenada em alas que desfilam por um trajeto predeterminado: ruas, praças e avenidas retornando à Igreja da qual partiu (Barroso, 2004).

No Brasil destacam-se os preparativos para a passagem da procissão pelas ruas da cidade. Estudos demonstram que, além dos preparativos orquestrados pela paróquia, existe a seletividade espacial na construção do itinerário simbólico do cortejo. O momento do desfile é vivenciado no tempo kairoló-

gico dos devotos da paróquia envolvida na organização festiva. Nossa reflexão destaca que o círculo do sagrado, no tempo kairológico, dando continuidade às ideias do tempo *imaginalis* como um todo, com qualidades imensuráveis, pode ser revelado no ritual de práticas religiosas de orações dos católicos carismáticos. Principalmente, em grupos de oração e encontros quando ocorre, a partir de aclamações dos fiéis, a vinda do Espírito Santo como ocorreu na festa de Pentecostes.

Autores diversos trataram de concepções e investigações concernentes ao tempo do final do século XX e início do século XXI. O tempo na concepção da sociedade técnico-científico-informacional - Milton Santos (2006); a sociedade em rede - Manuel Castells (1999); sociedade pós-moderna - David Harvey (1993); sociedade-mundo - Edgar Morin (2003); sociedade de consumo midiático - João Carrascoza (2014), entre muitos. Numa aproximação primeira, acreditamos não haver conflito, consideramos a análise do conceito de hipermodernidade defendido por Lipovetsky e Serroy (2011). Privilegiar a temporalização do espaço sagrado propondo espaço e tempo integrados com a prática religiosa reconhecendo a religião como um sistema de significação que qualifica o tempo-espaço.

Completando nossa reflexão na temática da temporalização do espaço sagrado no início do século XXI, denominado de hipermodernidade, apresentamos a dinâmica das relações entre *tempo*, *temporalidade* e *espaço*, *espacialidade*. As relações manifestadas de diversas formas e suas representações espaciais também o fazem. Os estudos enfatizam a comunicação *das online communities* presentes na construção e manutenção de comunidades de fiéis, em suas múltiplas escalas de atuação, inclusive nesta reflexão no espaço virtual.

A análise da dimensão do tempo *chronos* e do tempo *kairós* experienciados no domínio da emoção e do *ser no mundo* leva-nos à compreensão de que a temporalidade individual e, portanto singular, nos conduz a uma experiência. A dimensão do tempo nos conduz a uma experiência simbólica de permanecer no *tempo do mundo*, *o meu tempo no mundo*, *o tempo da oportunidade*, *o tempo das mudanças*. Para alguns autores, o tempo atual é considerado, o tempo da oportunidade (Mora, 1996; Oliveira e Rosendahl, 2014), um momento de transformações e mudanças na sociedade e no grupo religioso.

A religião e a religiosidade acompanham esses processos de mudanças e criam estratégias flexíveis ao momento no tempo. Em análise a partir destas mesmas transformações, observamos que a socieda-

de, no século XXI, “passa por um processo crescente da busca pelo *self*, ou seja, uma busca por uma maior individualidade” (Oliveira e Rosendahl, 2014). Isto é, um comportamento cada vez mais marcante nos grupos sociais, onde os encontros pessoais começam a ser trocados pelo uso dos *smartphones*, *tablets*, *celulares entre outras tecnologias* que vêm substituindo o convívio social físico entre as pessoas (Oliveira e Rosendahl, 2014).

Ratificamos a preocupação atual dos geógrafos com a temporalidade-espacialidade do sagrado, através da tecnologia de comunicação em suas diferentes escalas de uso e a possibilidade do devoto num contato com o divino. Atualmente, o período hipermoderno (Lipovetsky e Serroy, 2011) marca a condição da sociedade pela busca do seu *self*, a busca da individualidade e a modernização da sociedade atual, o devoto pode participar de atividades e práticas religiosas que estão acontecendo no espaço sagrado que ele não está presente fisicamente, mas ele vivencia a experiência mentalmente/*imaginalis* no mesmo tempo do acontecer religioso.

Temos inúmeros exemplos como: a missa assistida pela televisão; os relatos da vida *online*; aplicativos de celulares utilizados para mensagens direcionados por devotos/crentes do catolicismo, do judaísmo, do protestantismo e do islamismo, entre outros vivenciados no dia a dia da comunicação com o divino.

A relação do homem como sagrado possui múltiplas temporalidades. A subjetividade é parte fundamental na variação do ritual religioso no tempo *chronos* e no tempo *kairós*. O tempo no mundo pode ser considerado o momento de transformação, tempo de mudanças de comportamento na sociedade. Pensando assim formula-se a pergunta: Por que o espaço e tempo sagrado são diferentes?

A resposta pode ser: porque a experiência com o sagrado é vivenciada individualmente. É uma prática subjetiva no tempo e no espaço do homem religioso. É bom finalizar ressaltando que a relação do homem com o sagrado possui múltiplas temporalidades no espaço. A subjetividade faz parte da experiência do homem religioso no ritual de sua devoção no tempo *chronos* e no tempo *kairós*. Tempo e espaço sagrados estão impregnados da dinâmica da cultura no lugar e com a prática religiosa do grupo social que escolheu este lugar.

Hoje, as transformações culturais na sociedade do século XXI, destacadas por nós neste artigo como *hipermodernidade*, foram no desejo de repensar a religião e a religiosidade. Num período marcado por múltiplas *visões de mundo*, num tempo e numa

temporalidade, que para alguns acadêmicos apresentam um *discurso de crise* ou mesmo *declínio da religiosidade*.

Pensamos diferente! Comungo com as ideias durkheimianas: a religião *tende mais a se transformar do que desaparecer* na sociedade.

Referências

- Adam, B. (2004). *Time*. Cambridge: Polity Press.
- Aquino, F. (2016). Significado de Kairós. Lorena/SP: Editora Cleófas. Disponível em: <<http://www.cleofas.com.br/significado-de-kairos/>>. Acesso em: 12 out. 2014.
- Augé, M. (1994). *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus. 111p.
- Azzi, R. (1979). A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: R. Azzi, *História Geral da Igreja na América Latina*. História da Igreja no Brasil, tomo 2. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 155-242.
- Azzi, R. (2005). *A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 327 p.
- Bachelard, G. (1088). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes.
- Barroso, P. (2004). *Romarias de Guimarães: patrimônio simbólico, religioso e popular*. Guimarães: Universidade do Minho.
- Bertrand, J. R. & Muller, C. (1999). *Religions et territoires*. Paris: L'Harmattan. 304 p.
- Carrascoza, J. A. (2014). O consumo de arte: luz, perspectiva e sfumato. In: G. Jordão e R. R. Allucci (Orgs.), *Panorama setorial da cultura brasileira*. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações.
- Castells, M. (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 3, São Paulo: Paz e Terra.
- Claval, P. (2008). Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na Geografia Humana? In: A. Serpa (Org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA.
- Corrêa, R. L. (2011). Espaço e tempo: um tributo a Maurício Abreu. *Revista Cidades*, São Paulo, 8(14).
- Crang, M. (1988). Humanisms, science and spirituality - place or space? In: Mike Crang, *Cultural Geography (Routledge Contemporary Human Geography)*. 1. ed. Londres: Routledge, pp. 104-119.
- Durkheim, E. (1968). *Les formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie*. 5. ed., Paris: Les Presses universitaires de France, Collection: Bibliothèque de philosophie contemporaine. 647 p.
- Eliade, M. (1962). *O sagrado e o profano: A Essência das Religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- Eliade, M. (1991). *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. Tradução de Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes.
- Filipe, R. J. M. (2014). *Plano de vida e a missão no metodismo brasileiro: considerações sobre as transformações sócio-espaciais*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Gurvitch, G. (1964). *The spectrum of social time*. Dordrecht: [s.n.].
- Harvey, D. (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- King, R. (1972). *The pilgrimage to Mecca: some geographical and historical aspects*. Bonn: Erdkunde, vol. 26, pp. 62-71.
- Kong, L. (1990). Geography and religion: trends and prospects. *Progress in Human Geography*. Londres, 14(3), 355-371.
- Kong, L. (2001). Mapping 'new' geographies of religion: politics and poetics in modernity. *Progress in Human Geography*. London, 25(3), 211-233.
- Lecoquierre B. & Steck, B. (1999). Pays émergents, paroisses recomposées: repenser le découpage du territoire. *Géographie et cultures*, Paris, 30, 47-69.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2011). *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mauss, M. (1979). *Marcel Mauss*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- Miklos, J. (2014). A religião da tecnologia. In: A. Moreira et al (Orgs.), *Religião, espetáculo e intimidade*. Goiânia: PUC Goiás, pp. 65-76.
- Mora, J. F. (1996). *Dicionário de filosofia*. Tradução de Roberto Leal Ferreira e Álvaro Cabral. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes.
- Morin, E. (2003). *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Nora, P. (1989). Between memory and history: les lieux de mémoire. *Representations*, 26(1), 1-25.
- Oliveira, J. R. & Rosendahl, Z. (2014). Religião, política e espaço: a difusão da fé através do mass media e as online communities. In: A. Moreira et al, *Religião, espetáculo e intimidade: múltiplos olhares*. Goiânia: PUC Goiás. pp. 77-92.
- Otto, R. (1992). *O sagrado*. Lisboa: Edições 70.

- Park, C. (1994). *Sacred worlds: an introduction to geography and religion*. Londres: Routledge.
- Peltre, J. (1995). *L'espace sacré des villages lorrains*. In: J. R. Pitte (Org.), *Géographie historique et culturelle de l'Europe*. Paris: Press de l'Université de Paris-Sorbonne, pp. 307-316.
- Rosendahl, Z. (1996). *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Rosendahl, Z. (2001). Espaço, política e religião. In: Z. Rosendahl, R. L. Corrêa (Orgs.), *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Rosendahl, Z. (2003). Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. In: R. L. Corrêa e Z. Rosendahl, (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. pp. 187-226.
- Rosendahl, Z. (2005). Território e territorialidade: Uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: Z. Rosendahl e R. L. Corrêa (Orgs.), *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 191-226.
- Rosendahl, Z. (2008). Hierópolis e procissões: o sagrado e o espaço. *Religião & Cultura: Espaço Sagrado e Religiosidade*, São Paulo, n. 14, jul./dez. 2008.
- Rosendahl, Z. (2012). *Primeiro a obrigação, depois a devoção: estratégias da igreja católica no Brasil, de 1500 a 2005*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Rosendahl, Z. (2013). Os caminhos da construção teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião. In: Z. Rosendahl e R. L. Corrêa (Orgs.). *Geografia cultural: uma antologia*, volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 103-118.
- Rosendahl, Z. (2014). Tempo e temporalidade, espaço e espacialidade: a temporalização do espaço sagrado. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, 35, 9-25.
- Rouvillois, M. (1999). Diffusion d'un ordre religieux nouveau. In: J. Bertrand C. Muller (Orgs.), *Religions et territoires*. Paris: L'Harmattan, 304 p.
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed., São Paulo: EdUSP.
- Sopher, D. (1981). Geography and religions. *Progress in Human Geography*. London, 5(4), 510-524.
- Torres Luna, M. & Duran Villa, F. (1999). Transformations des territoires: le diocèse de Mondoñedo-El Ferrol (Galice). In: J. Bertrand C. Muller (Orgs.), *Religions et territoires*. Paris: L'Harmattan, pp. 207-217.

Os "novos" velhos portos: espaços de metamorfose para o capital imobiliário e para o turismo.

The "new" old ports: spaces of metamorphosis for real estate capital and for tourism

João Mendes da Rocha Neto

Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em Administração
jmdrn@uol.com.br
ORCID: 0000-0002-2306-992X

Edna Maria Furtado

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Programa de Pós-graduação em Geografia
ed.furtado@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8166-4460>

Resumo:

Há um cenário que confere cada vez maior centralidade as áreas urbanas, que parecem ser constantemente reestruturadas para dar conta dos interesses das corporações econômicas. Entre as estratégias despontam os projetos de revitalização urbana, que não visam apenas a recuperação de áreas deterioradas, mas viabilizam um conjunto de intervenções voltadas para transformação desses espaços em áreas atrativas para o capital. E para que isso tenha êxito há uma necessidade constante de transformar tais pontos da cidade em grifes, o que requer também um tratamento para torná-las "espetacularizadas" e voltadas para a atividade turística. Nesse contexto os antigos portos adquirem importância, uma vez que se estendem por extensas áreas, próximas ao centro das cidades e, na maior parte das vezes se constituíram em espaços degradados, apartados da economia dos serviços, que caracteriza essas áreas centrais. Foi realizada uma revisão teórica que recorreu a autores de diversos campos de conhecimento, adicionalmente foram feitas consultas a documentos oficiais de planejamento de diversos portos no mundo, a fim de identificar suas estratégias nos projetos de revitalização; houve ainda a utilização de relatórios da Global Property Guide, que analisa os mercados imobiliários de grandes cidades, com a finalidade de verificar o impacto desses grandes projetos no mercado imobiliário, sobretudo na valorização fundiária das suas proximidades.

Palavras-chave: Cidades empresas; Portos; Revitalização; Capitalismo global; Mercado imobiliário.

Abstract:

There is a scenario that confers increasingly centrality to urban areas, which seem to be constantly restructured to account for the interests of economic corporations. Among the strategies, urban revitalization projects stand out, which not only contemplate the recovery of deteriorated areas, but make possible a set of interventions aimed at transforming these spaces into attractive areas for capital. And for that to be successful there is a constant need to transform such points of the city into brands, which also requires a treatment to make them "spectacular" and directed to the tourist activity. In this context, the old ports become important, since they extend over large areas, close to the center of the cities and, in most cases, they are constituted in degraded spaces, separated from the economy of the services, that characterizes those areas. A theoretical review was carried out, which recruited authors from various fields of knowledge. In addition, consultations were made with official planning documents of various ports around the world to identify their strategies in revitalization projects; We also used reports from the Global Property Guide, which analyzes the real estate markets of large cities, in order to verify the impact of these large projects on the real estate market, especially in the agricultural valuation of their vicinity.

Keywords: Ports; Revitalization; Global capitalism; Real estate market.

Introdução

O papel das cidades no modo de produção capitalista tem se mostrado cada vez mais ampliado. Na atualidade, mais do que nunca as cidades se colocam como portadoras de todos os interesses que envolvem os principais agentes da moderna economia capitalista.

Esse é um cenário que confere cada vez maior centralidade as áreas urbanas, que parecem ser constantemente reestruturadas para dar conta dos interesses das corporações econômicas e dão fôlego para que o sistema continue se reproduzindo.

Mas isso não ocorre sem um ônus para tais espaços, considerando que muitas dessas mudanças se fazem a custa da destruição de grandes áreas para dar lugar às “novidades” que o sistema impõe. Nesse sentido, pensar o papel das cidades no contexto da globalização requer uma perspectiva que sai do lugar e caminha, de fato em direção ao global. O sistema e seus atores hegemônicos demandam, de forma crescente, respostas das cidades.

Essas respostas são dadas nas formas de estratégias que manifestam no espaço urbano, todo o jogo contraditório que envolve a economia internacionalizada. A aceleração dos fluxos, de capitais e informação, reestrutura o espaço da produção global, e compete as grandes cidades continuar no comando, desde que adaptadas às necessidades e ao modelo que se impõe.

Mesmo que sejam paradoxais as respostas dadas, cada vez mais se orientam por um discurso de “competitividade, que reforça a competição entre cidades, o que por sua vez decorre dos recursos estratégicos que cada uma delas lança mão para se manter. Assim, são formatados planos, os quais são indutores de novas políticas públicas, embora muitas vezes, não considerem em nada as especificidades. Na verdade, fazem parte de um “pacote” de ações ditas inovadoras que se propõem a manter a atratividade dessas cidades.

Como importantes recursos despontam os projetos de revitalização urbana, mas que não são apenas recuperação de áreas deterioradas, mas sim um conjunto de intervenções voltadas para transformação desses espaços em áreas atrativas para o capital. E para que isso tenha êxito há uma necessidade constante de transformar tais pontos da cidade em grifes, o que requer também um tratamento para torná-las “espetacularizadas”.

Nesse contexto os portos adquirem grande importância, uma vez que se estendem por extensas áreas, próximas ao centro das cidades e, na maior parte das vezes se constituem em espaços degrada-

dos, completamente apartados da economia dos serviços, que caracteriza essas áreas centrais. Reúnem, portanto, todas as “condições” necessárias para os projetos de revitalização urbana nos modelos que o moderno empresariamento urbano deseja.

Portanto, esse artigo pretende, de forma breve, pontuar aspectos relevantes no entendimento dessa modificação no uso das áreas portuárias, entendendo-as na perspectiva de espaços que privilegiam um poderoso conjunto de agentes econômicos e como essas áreas se destacam no tecido urbano, tornando-se verdadeiras grifes espaciais, em face da sua espetacularização.

Para fundamentar o debate foi necessária uma revisão teórica que recorreu a autores de áreas do conhecimento diverso, adicionalmente foram feitas consultas a documentos oficiais de planejamento de diversos portos ao redor do mundo, disponíveis nos seus ambientes virtuais, a fim de identificar suas estratégias de operação e competição no contexto dos projetos de revitalização de grande expressividade; houve ainda a utilização de relatórios da Global Property Guide, que analisa os mercados imobiliários de grandes cidades, com a finalidade de verificar o impacto desses grandes projetos no mercado imobiliário, sobretudo na valorização fundiária das terras próximas a eles.

A análise dos dados associados ao debate teórico permitiu a estruturação do artigo, que após as considerações iniciais, percorre o caminho do diálogo com autores diversos que contribuem para esclarecer a natureza da questão, e no momento subsequente o trabalho envereda pela discussão das particularidades e similaridades que marcam tais projetos, procurando evidenciar pontos convergentes que são de grande importância para as cidades que abrigam essas iniciativas, e verificando os impactos desses projetos no mercado de imóveis de algumas dessas cidades, para então chegar as considerações finais, que possuem um caráter mais de provocação, considerando que o tema ainda merece aprofundamento e ampliação.

Breve debate conceitual de orientação

Compreender a cidade no contexto da globalização passa necessariamente por entender também seus fragmentos que se “espetacularizam”. Ressalte-se que no artigo o conceito de espetacularização substitui o de “embelezamento urbano” amplamente estudado, como uma forma de evidenciar as áreas objeto de projetos de revitalização como parte de

uma estratégia de integrar as cidades em um circuito de competição pela atração de investimentos e torna-las áreas onde o capital internacional se reproduz não só pelo uso, mas também pelas significações que tais frações adquirem no contexto local e internacional. Portanto, são pontos de conectividade entre agentes econômicos que operam em escala mundial, as populações locais e os viajantes que farão uso desses locais, de forma compartilhada. Nesse sentido Soja (1993) oferece uma contribuição ao dizer: “O processo de internacionalização criou outro conjunto de paradoxos, pois implica um estender-se para fora, do urbano para o global, e um estender-se para dentro, do global para o local urbano. Isso deu um, novo sentido a noção de “cidade-mundo”, como uma condensação urbana da divisão internacional reestruturada do trabalho [...]” (Soja, 1993: 228).

Esse entendimento como uma via de duas mãos que conecta as cidades ao processo de globalização leva esses centros urbanos a internalizarem signos e comportamentos que corroboram para o fortalecimento desse novo momento do modo de produção capitalista. Ao se tornarem um espaço síntese da reestruturação produtiva, as cidades impõem a si mesmas, a partir das forças hegemônicas e do discurso da competitividade, um conjunto de modificações nos seus tecidos urbanos que visam tão somente fazer com que elas não fiquem pelo meio do caminho nessa maratona que a globalização imprime. Harvey (2005) pontua bem esse cenário quando diz: “[...] o resultado é um turbilhão estimulante, ainda que destrutivo, de inovações culturais, políticas, de produção e consumo de base urbana. Nesse instante, podemos identificar uma conexão vital, se bem que subterrânea, entre a ascensão do empreendedorismo urbano e a inclinação pós-moderna para o projeto de fragmentos urbanos em vez do planejamento urbano abrangente, para a efemeridade e o eclétismo da moda e do estilo em vez da busca de valores duradouros, para a citação e a ficção em vez da invenção e da função, e, finalmente, para o meio em vez da mensagem para a imagem em da substância [...]” (Harvey, 2005: 181).

Assim, as mudanças no espaço urbano, passam a ser uma constante, e por que não dizer, quase uma necessidade, para sua manutenção nesse competitivo cenário, bem como passam a depender das estratégias que cada uma delas lança mão para se manter atrativa para os grandes agentes econômicos. Assim, o recurso de reconstruir extensas áreas que marcou meados do século passado, na contemporaneidade passa por uma hibridização. Isso quer dizer que os projetos de revitalização urbana, que incorporam

esse caráter de espetacularização, passam a utilizar inovações que mesclam o passado e o presente, em uma arquitetura denominada de pós-moderna.

Na realidade a preocupação não é de situar o projeto nessa ou naquela escola, ou caracterizá-lo com traços específicos, mas de torná-lo um empreendimento viável, sobretudo para os grandes agentes econômicos e despertar nas populações locais o desejo pelo consumo daquele “novo” espaço. Nesse aspecto Busquets (1996) assinala três tipologias dessas intervenções: a) as áreas industriais decadentes; b) as áreas portuárias; e c) áreas adjacentes aos caminhos ferroviários. Trata-se de uma primeira mirada que não se encerra nessas características, mas já serve como um ponto de partida para entender os projetos de maior envergadura, sobretudo nas cidades americanas e europeias. Nesse sentido Sanchez citando Lefebvre afirma que esse é o: “[...] o chamado “urbanismo de vendas” que concebe e realiza o espaço para o mercado, participa também deste movimento de transformação do espaço em valor de troca [...]” (Lefebvre *apud* Sanchez, 2003: 47).

Daí alguns desses projetos se constituírem como verdadeiros enclaves nas áreas onde se instalam. Isso não ocorre somente pelo “negócio” que se constituem, mas por uma característica que os praticamente todos eles, a semelhança de suas estruturas, que os torna parte de uma verdadeira linha de produção, que marca a revitalização urbana na atualidade. Sobre tal aspecto Fernanda Sanchez oferece uma relevante contribuição para o entendimento, ao comentar: “As novas formas de ação no espaço vêm criando nas cidades os chamados “espaços de renovação” que são cada vez mais homogêneos no mundo todo, pois são moldados a partir de valores culturais e hábitos de consumo do espaço, tornado dominantes na escala mundo. Essa tendência, em termos de experiência urbana, tem levado a uma homogeneização, a uma “pasteurização” dos espaços” (Sanchez, 2003: 47).

Os projetos de revitalização que transformam extensas áreas urbanas são uma das muitas estratégias e respostas que o sistema capitalista dá aos incorporadores imobiliários e outros grandes agentes econômicos. Mas não emerge descontextualizado de um discurso que o justifique, pois como se verifica nas palavras de Del Rio (2001) a situação das áreas centrais se caracterizava assim: “Após a II Guerra Mundial e até ao último cartel do século XX, as metrópoles do mundo inteiro viveram um intenso crescimento econômico de matriz fordista - produção e consumo massificado - onde o ideal positivista e a lógica racional-tecnista do modernismo orientavam

políticas urbanas equivocadas, numa renovação indiscriminada da cidade existente. Projetos arrasa-quarteirão substituíam a riqueza físico-espacial e a pluralidade socio-cultural das áreas centrais tradicionais, já desvalorizadas e esvaziadas de suas funções originais, com ambientes frios, monofuncionais e simplistas, e uma arquitetura distanciada de lastros históricos e dos valores da população” (Del Rio, 2001: 14).

Portanto, o cenário físico das áreas centrais já não era muito agradável e as estratégias de recuperar tais locais também não encontravam acolhida na população dessas cidades, uma vez que tais intervenções se mostravam cada vez mais portentosas e distantes daquilo que poderiam conferir um ambiente mais acolhedor e humanizado.

Os projetos, além de se caracterizarem por “substituições” em larga escala de extensas áreas degradadas, para dar lugar a infraestruturas e construções que não dialogavam com a história das cidades, tampouco se prestavam a trazê-las de volta à vida. São intervenções que acentuam a lógica funcionalista das cidades, sobretudo das metrópoles, voltadas à reprodução do sistema como um todo, fortemente orientadas pelo setor de serviços.

O cenário de reestruturação produtiva em escala mundial impacta sobremaneira o espaço das grandes cidades, em face da acelerada desindustrialização, revelando algumas transformações, sobretudo nas suas áreas centrais. Isso leva ao surgimento de extensas áreas subutilizadas que ficaram a margem da vida econômica e social das metrópoles e que receberam nomes diversos, tais como: “vazios urbanos, terrenos vagos, wastelands, brownfields ou terrain vague conforme a diferenciação da nomenclatura” (Leite, 2005).

A internacionalização da economia e o novo ambiente de negócios marcado pela emergência de novos setores produtivos, sobretudo, aqueles relacionados ao trabalho pensante, além da hegemonização das grandes corporações, induz a uma nova forma de apropriação do espaço urbano. Assim, os espaços “ociosos” das cidades despontam como objetos de desejo de grandes agentes, que neles identificam novas formas de reprodução adaptadas ao modelo globalizante dos espaços urbanos metropolitanos. Nesse sentido é importante registrar a contribuição de Vicente del Rio (2001), quando diz: “[...] o modelo de revitalização urbana do urbanismo contemporâneo [...] permite a gestão da cidade segundo uma lógica neoliberal, cuja prática urbanística passa a ser fragmentada e dispersa, de acordo com as oportunidades, as vantagens competitivas e as respostas de

um mercado consumidor cada vez mais globalizado, embora de expressões localizadas como, por exemplo, na instituição de espacialidades propícias para novos polos financeiros e imobiliários transnacionais, ou de intenso turismo cultural-recreativo” (Del Rio, 2001: 14).

Se num primeiro momento, as iniciativas de revitalização urbana se mostraram limitadas a alguns segmentos econômicos e se manifestaram pontuais no tecido urbano, na atualidade há uma considerável diversificação de negócios que se instalam nesses locais, e agora eles ocupam grandes extensões. Isso é resultante da superação do modelo experimental em que os projetos se davam de forma fragmentada, e eram conduzidos pelo poder público, para um modelo empresarial, que implanta uma lógica de gestão privada, a qual perpassa a concepção e se estende até ao funcionamento dos empreendimentos participantes do projeto.

Muitas dessas intervenções são componentes de planos estratégicos para determinadas cidades, sobretudo, as metrópoles mundiais, que se vem orientando por essa forma de gestão no sentido de fortalecer a sua competitividade e atrair capital. Rose Compans (1999) discute com propriedade tais características e aponta alguns recursos de que tais cidades se utilizam, as quais são denominadas de “imperativos” para a manutenção dessas posições privilegiadas, seriam eles: a) a construção de redes de comunicação modernas; b) a criação de distritos financeiros; c) a modernização e/ou construção de infraestrutura de transportes; e d) provisão residencial destinada às classes mais abastadas.

Além dessas provisões materiais, há duas importantes estratégias mencionadas pela autora, a primeira seria o Marketing Urbano que segundo a autora segue a mesma lógica do marketing empresarial e deve se apoiar não somente nas estruturas mencionadas no parágrafo anterior, mas nas “competências e qualidades sociais específicas” (Compans, 1999: 109). Adicionalmente a autora pontua a importância das trocas existentes entre essas cidades no que se refere a projetos urbanos e boas práticas, o que as tornam “pontas de lança” no sistema capitalista, uma vez que seus recursos para competir sempre serão mais inovadores que as demais.

Como se verifica nas palavras de Compans (1999) as trocas de experiências bem-sucedidas passam a ser uma constante entre as cidades globais. Nesse sentido, os projetos de revitalização despontam como um modelo de atração para novos agentes econômicos e diversificação do ambiente de negócios dessas metrópoles. Assim, o poder público de algumas dessas

idades aceita a revitalização como parte um novo modelo de desenvolvimento urbano conectado ao movimento de globalização baseado nos exemplos de cidades norte-americanas e europeias, pioneiras nesses projetos, como Boston, Baltimore e São Francisco (EUA); Londres e Glasgow (Grã-Bretanha), Barcelona e Bilbao (Espanha), Berlin e Hamburgo (Alemanha), Genova (Itália), entre outras.

O caráter empresarial demandou inclusive novos arranjos institucionais, com a criação de companhias que se tornaram incorporadoras, construtoras e administradoras desses projetos, a exemplo da Boston Redevelopment Authority; da Charles Center - Inner Harbor Management, de Baltimore; da London Docklands Development Corporation; além da Corporación de Antiguo Puerto Madero S.A., administradora do empreendimento de Buenos Aires.

Da parte do poder público houve a mobilização no sentido de promover alterações na legislação urbanística e instituir pacotes com incentivos diversos, além é claro, de dotar e/ou melhorar a infraestrutura existente no entorno da área do projeto. Nesse sentido Compans (2004) destaca: “No intuito de atrair investidores, os governos locais norte-americanos ampliaram os incentivos fiscais ao setor imobiliário, ofereceram contrapartidas em terrenos, infraestruturas e regras mais flexíveis para viabilizar empreendimentos nas Enterprise Zones e se lançaram na formação de “parcerias” com empresas privadas para a promoção de projetos de renovação urbana. A forma privilegiada de “parceria público-privado” neste período foi a de agências de desenvolvimento. Elas obtinham financiamentos mediante contrato, escolhiam terrenos apropriados aos novos empreendimentos, definiam programas financeiros, obras de infraestrutura e vantagens a serem acordadas com os investidores, além de negociar contrapartidas, como a melhoria dos transportes públicos, a manutenção do nível de emprego, a formação profissional dos trabalhadores ou ações concernentes à preservação do meio ambiente” (Compans, 2004:31).

Assim, o centro das cidades só se constitui em um espaço único do ponto de vista político administrativo, mas nos seus usos constitui-se em um mosaico que manifesta os sinais de decadência e abandono, em face da importância que possuem para a vida urbana. Nesse sentido, os portos cada vez mais foram se distanciando dessa relação com seu entorno imediato, para estabelecer conexões com pontos distantes nos territórios nacionais e mesmo com outras nações, dependendo da magnitude de suas operações. As palavras de Vicente del Rio (2001) dão o tom da questão: “[...] os modernos e gigantescos

navios de carga, a containerização e a especialização do movimento portuário, as dificuldades de acomodar as novas logísticas portuárias às limitadas instalações e espaços das áreas centrais e a difícil acessibilidade dos meios de transportes de apoio - rodovias e ferrovias - foram fatores fundamentais para seu esvaziamento [...]” (Del Rio, 2001:16).

Assim, o distanciamento seria inevitável e a lógica da relação passa a ser antagônica, uma vez que o porto opera a partir de sua lógica e a parte central da cidade muitas vezes não tira nenhuma vantagem de sua presença. Pelo contrário, a convivência da economia do terciário que é a marca das metrópoles passa a ser fortemente afetada pelos portos, tornando-os um ônus que as cidades já não desejam mais.

Nesse sentido, a reaproximação das antigas e degradadas áreas portuárias nas grandes cidades, com a vida urbana contemporânea passa necessariamente por uma requalificação desses espaços e dos seus entornos imediatos. São esses aspectos relativos a espetacularização das áreas portuárias e seus reflexos no tecido urbano que pretende-se discutir na secção seguinte do artigo.

Áreas portuárias como espaços a serviços do sistema em diferentes momentos

Ao iniciar essa parte do artigo é importante refletir sobre esse movimento de surgimento das cidades em torno dos portos, do papel desempenhado pelos mesmos no passado, tanto para o desenvolvimento dessas áreas urbanas, e até das regiões e países.

No primeiro momento essas instalações portuárias possuíam uma relação estreita com as cidades onde se localizavam, e estas as percebiam como parte do tecido urbano e de sua vida cotidiana, até porque dependiam fortemente dos produtos que por ali transitavam. Sob tal aspecto é relevante entender que: “A navegação e, conseqüentemente, os locais para abrigar as embarcações contam muito da história da humanidade. Assim, pensar sobre a evolução dos portos e das relações que os mesmos estabelecem com suas hinterlândias e entre si, enquanto portas de integração com terras distantes é sempre um exercício de associação com o sistema de técnicas [...]” (Rocha Neto e Cravidão, 2014: 28).

Com o advento da industrialização e certa autonomia das grandes cidades, essa dependência se acentua consideravelmente e o porto continua se mantendo como uma infraestrutura necessária e

hegemônica nas áreas centrais, reforçando o caráter de pontos para o escoamento da produção nacional, bem como da entrada de bens vindos de terras distantes.

Já no período da globalização que acentua as trocas internacionais, mas no espaço das cidades há uma evidente transição da economia metropolitana para o setor de serviços. Dessa forma, se estabelece um conflito de uso territorial entre as características da economia terciária e os grandes portos, que passa a operar em escala cada vez mais ampliada e necessitar de extensas áreas para isso. Nesse sentido: “[...] os portos transformam-se em pontos nodais das redes logísticas, exigindo contudo a incorporação de uma série de inovações, organizacionais ou físicas, que envolvem a logística. No caso específico dos portos, transformados em centros da cadeia logística, observamos a incorporação de novas tecnologias ligadas ao transporte, manuseio e processamento de informação das cargas acondicionadas em contêineres - transporte porta-a-porta. Mudam a posição dos portos na cadeia de transportes, sua organização espacial e as relações capital-trabalho na orla portuária mundial” (Rodrigues, 2007: 128).

Esse padrão de operação resulta em uma relação que começa a se tensionar e que adquire contornos dramáticos, com o fortalecimento da economia dos serviços, sobretudo nas grandes cidades. O porto passa a ser considerado como algo indesejável, por aspectos diversos, que vão desde o trânsito de veículos pesados, a poluição, a interferência na paisagem, entre outros que negam visualmente aquilo que se deseja para área central das cidades.

Adicionalmente, a economia internacionalizada vai demandando um trabalho intensivo por parte dessas instalações, levando-as ao isolamento espacial reforçando a pouca preocupação com seu entorno. Alguns portos se tornam especializados, outros se configuram como portos industriais abrigando dentro de seus limites diversas plantas produtivas, o que leva a uma ruptura definitiva com as áreas centrais das cidades.

Assim, os portos embora fisicamente se localizem próximos aos centros das cidades, estão muito distantes daquilo que a economia urbana deseja para essas áreas centrais, uma vez que ocupam amplos espaços que poderiam dar lugar ao terciário moderno e reproduzir capitais voltados para o setor de serviços.

A saída encontrada não se dá por acaso, ela ocorre em um contexto de internacionalização da economia, como já mencionado, que utiliza tais espaços degradados com a finalidade de “reincorporá-los” ao tecido urbano, através da sua inclusão a

economia do terciário moderno, através de corporações imobiliárias.

Dessa forma, as *waterfronts*, ou linhas de água, que margeiam extensas áreas portuárias tornam-se locais com amplas potencialidades para investimentos, por parte de uma gama de agentes, que vão desde os incorporadores imobiliários, aos grupos de hotelaria e alimentação, passando pelas empresas de lazer e diversão, sem considerar outros segmentos de menor expressão, mas que sempre se fazem presentes nesses projetos. Nesse sentido, a contribuição de Viegas citado por Vicente Del Rio (2001) é de grande importância: “Nos últimos anos, com o fenômeno mundial de revalorização das áreas de frente de água, as alterações nas relações entre o indivíduo e o seu tempo de lazer, o crescimento do turismo cultural e temático, e a tendência à construção de fragmentos qualificados de cidade, destacaram as áreas portuárias por suas potencialidades paisagísticas, lúdicas, logísticas e imobiliárias, bem como pela “revalorização mediática do seu capital simbólico” (Viegas *et al*, 1995: 11)

Aquilo que o autor pontua, é parte das argumentações que levaram a difusão desses “modelos” de revitalização de áreas portuárias a se difundir pelo mundo. Por se constituírem em frações “qualificadas” da cidade, como dito por Viegas (1995), é natural que elas apresentem distinções do restante do tecido urbano, principalmente, naquilo que se refere ao valor da terra e passem a se constituir em áreas de atração para moradores locais e viajantes.

Embora sejam muitas as ações convergentes para viabilizar tais projetos, que impactam em diversas dimensões, desde a social, ambiental, urbanística, econômica, cultural, institucional, o destaque dado à questão fundiária revela-se como um ponto de conectividade entre todas elas, visto que a valorização do solo em face da revitalização modifica toda a estrutura territorial antes existente. A análise de Lungo (2004) demonstra tal situação: “[...] os grandes projetos tendem a promover rupturas na dinâmica imobiliária e na formação dos preços fundiários, as formas de envolvimento estatal na sua formulação, operação ou gestão também sofrem descontinuidade. A intervenção do Estado vai muito além de uma participação financeira e é decisiva ao produzir exceções ou renúncias fiscais ou urbanísticas que oferecem ao grande projeto um espaço legal formatado segundo suas necessidades. É aqui, talvez, em que mais se aplica a flexibilidade, elemento central dos novos modelos de planejamento. Assim, pela sua própria natureza e dinâmica, os grandes projetos urbanos supõem e dependem do que poderia

chamar de urbanismo ad hoc: o Estado atua menos como regulador e representante de interesses coletivos da cidade e mais como ‘facilitador’ do projeto” (Lungo, 2004: 45).

Em todos os grandes projetos de revitalização de grande expressão mundial, o poder público atuou da mesma forma e forma, que poderia ser resumida em: a) modernização da infraestrutura existente; b) ações legais para diferenciar o espaço do projeto, com a finalidade de torná-lo atrativo para investidores; c) facilitação para modelagens de novos arranjos institucionais com vistas à gestão do projeto; e d) forte apoio nas estratégias de marketing voltadas para investidores e público.

Essas ações sintetizam uma análise de Vainer e Lima Junior (2012) que detalha aspectos relevantes dos grandes projetos urbanos e se desdobra em outros aspectos, denominados pelos autores de rupturas, as quais se dariam nas seguintes dimensões: a) Institucionais, através da implantação e desenvolvimento de novos tipos de arranjos administrativos e legais, cuja marca tem sido a parceria público-privada, mas que pode se apresentar de formas variadas; b) Urbanísticas, uma vez que são constituídos espaços que introduzem monumentalidade e/ou qualidades particulares, descontinuidades na malha e paisagem urbana pré-existent; c) Legais pela criação de regras ad hoc que geram descontinuidades no espaço legal da cidade; d) Imobiliárias e fundiária, pela sua capacidade de alterar os “fatores externos” que intervêm na determinação dos preços da terra e na conformação e distribuição espacial dos modos de uso do solo; e) Políticas, ao instaurar ou reconfigurar coalizões políticas que disputam legitimidades e hegemonia do espaço urbano; f) Simbólicas, ao produzir novas representações e imagens da cidade; e g) Escalares, ao introduzir novas relações entre as esferas local, nacional e internacional, tanto do ponto de vista financeiro-econômico quanto do ponto de vista cultural. E os autores arrematam dizendo que: “Em síntese, os grandes projetos urbanos desencadeiam rupturas nos espaços físico e social, em suas múltiplas dimensões, e contribuem para a consolidação de mudanças na dinâmica socioespacial, caracterizadas por reconfigurações escalares e efeitos de desenvolvimento desigual na escala local [...]” (Vainer e Lima Júnior, 2012: 16).

Se essas dimensões fossem utilizadas para analisar cada um dos grandes projetos de revitalização urbana em áreas portuárias, pouca coisa os diferenciaria do ponto de vista das grandes estratégias, uma vez que o “modelo” aparenta ser um pacote fechado de iniciativas, e a margem de flexibilidade

e adaptação é residual. Assim, a proposta da secção seguinte do artigo é exatamente evidenciar esse conjunto de iniciativas em sua forma “fechada”, que confere pouca singularidade a cada um dos portos onde tais projetos foram implementados.

O modelo de espetacularização de áreas portuárias: pontos de convergência

Uma forma de iniciar a análise não é ir exatamente ao encontro da primeira dimensão discutida por Vainer e Lima Junior (2012), mas destacar o caráter de espetacularização que cada um dos projetos teve e assim identificar seus pontos convergentes.

Do ponto de vista cronológico alguns projetos já vinham se estruturando desde os anos 1950 do século passado, embora o caso de Barcelona tenha adquirido relevo mundial lançado luzes para outras áreas portuárias. Ressalte-se que a cidade espanhola tem sido utilizada por áreas diversas do conhecimento como um caso a ser estudado, e que a matizes de análise, hoje em dia, se mostram bastante diversificadas, tanto naquilo que de fato poderiam ser consideradas intervenções urbanísticas bem-sucedidas, como aquelas iniciativas vistas apenas na perspectiva do marketing urbano, que visam consolidar a capital catalã no circuito das cidades mundiais mais competitivas.

O projeto de revitalização no porto de Barcelona continua a coexistir com os terminais que operam o transporte de cargas, embora afastados por alguns quilômetros. Sua apartação se dá em face do tratamento urbanístico e do regramento legal adaptado aos novos negócios que ali se instalam e ao espaço de consumo e deleite dos visitantes, no que é denominado de Port Vell, uma vez que essa porção do porto, de fato é a mais antiga.

A espetacularização do porto catalão se dá pela presença de grandes edificações modernas e outras antigas que foram modernizadas para atender a novos usos. A grandiosidade não é somente algo que marca a extensão do projeto de Barcelona, mas isso se faz presente nas construções que misturam funcionalidade, opulência e traços arquitetônicos bastante complexos.

Essa visibilidade do projeto de Barcelona pode ser resultante da presença dessas construções grandiosas, que possibilitam ver o porto com diferentes espaços âncoras, o que acentua seu caráter de espetacularização. Outro aspecto que distingue o porto da principal cidade catalã é sua implantação

de uma só vez, ao contrário da maior parte dos demais projetos de revitalização pelo mundo que foram modulados.

No caso específico de Barcelona, a extensão do porto revitalizado abriga o Museu de Arte da Catalunha, o Museu Marítimo, dois grandes hotéis, um Shopping que concentra grande número de lojas e restaurantes, o Clube de Natação, uma marina esportiva, um grande prédio de escritórios, a estação de passageiros dos cruzeiros marítimos, uma feira aberta e dois grandes mercados, isso sem falar em outras instalações menores. Na Figura 1 é possível ter uma panorâmica da área objeto do projeto de



Figura 1
Vista panorâmica do Porto de Barcelona
Fotografia: João Rocha Neto, 2015.

revitalização da cidade de Barcelona.

O caso de Barcelona se diferencia de outros projetos que possuíam âncoras únicas como focos da intervenção, a exemplo de Boston, onde o elemento central foi o New England Aquarium; no projeto de Sidney, na Austrália, no qual o Teatro da Ópera se configurou no centro da revitalização portuária; ou mesmo em Bilbao, na Espanha, onde o Museu Guggenheim adquiriu maior visibilidade frente a todo restante da intervenção. Nesses casos a espetacularização se dá a partir de um empreendimento âncora que “ordena” o restante do projeto, seguindo muitas vezes a lógica de sua manutenção com elemento central.

Ao retomar a análise a partir das dimensões consideradas por Vainer e Lima Junior (2012), o primeiro ponto que os autores destacam como elementos de rupturas e que estão presentes em todos os grandes projetos urbanos é a questão institucional. E de fato é perceptível que os arranjos organizacionais, amparados por normas urbanísticas e de gestão adaptadas a tais áreas são uma constante, poderia

se falar em “normas de exceção”, uma vez que são viabilizadoras dos empreendimentos, e mesmo fazendo parte do tecido urbano, sempre adquirem um tratamento bastante diferenciado.

A trajetória dos projetos de revitalização em áreas portuárias aponta para um mesmo modelo, que separa formalmente a unidade de gestão dos projetos, das companhias de docas, que operam o porto. Algumas são transformadas em subsidiárias, outras se tornam independentes, mas o fato que as caracteriza de forma geral, é o desenvolvimento de uma cultura empresarial, voltada para lucratividade e inovação constante na gestão do projeto. Alguns exemplos podem ser dados aqui a título de afirmação dessa inferência tais como: a) a Boston Redevelopment Authority, uma companhia criada exclusivamente para conduzir todo o projeto de revitalização da cidade norte-americana do mesmo nome; b) Catellus Development, empresa privada que faz a gestão do projeto de Mission Bay, em San Francisco; c) a Corporación Puerto Madero, empresa privada que conduz o projeto na capital portenha; d) a Port Vell, subsidiária do Porto de Barcelona, que cuida da área revitalizada da capital catalã; e) a London Docklands Development Corporation, da capital inglesa; e f) a Harbour Foreshores, uma sociedade de economia mista que faz a gestão do projeto na cidade de Sidney, Austrália.

Esses são apenas alguns arranjos institucionais, dos muitos que poderiam ser elencados aqui. Cabe assim entender que, embora situados nas áreas portuárias, tais projetos se “desincorporam” delas do ponto de vista funcional para se incorporarem a economia urbana do setor terciário moderno. De um lado, essa desincompatibilização se dá de fato e de direito, pois parte dos instrumentos legais que são aprovados para viabilizar os projetos de revitalização retiram qualquer remota possibilidade delas retornarem ao uso operacional; de outro lado, se incorporam-se ao terciário moderno, pois há também um conjunto de normas que possibilita novos usos dessas áreas, estabelecendo gabaritação, padronização para as novas construções. Nesse sentido: “Los proyectos del puerto de Barcelona se enmarcan en situaciones excepcionales respecto al marco legal de cualquier actuación urbanística. En un primer lugar, como se ha indicado, su emplazamiento dentro de suelo portuario y no de suelo urbano lo exime de las obligaciones normativas para su desarrollo, lo que le permite insertarse sin las restricciones urbanísticas que se exigen en el centro histórico” (Gomez, 2015: 23).

Quadro 1
Valor médio de alugueis em cidades com projetos de revitalização

Cidade	Aluguel médio nas áreas revitalizadas (US\$)	Aluguel médio no restante da cidade (US\$)
Barcelona	2.600	900
Lisboa	1.400	1.100
Londres	10.000	3.000
Capetown	3.000	1.900
Buenos Aires	2.500	1.100
Miami	4.000	2.000
Nova York	12.000	3.000

Fonte dos dados: Relatórios do Global Property Guide.

O segundo aspecto destacado por Vainer e Lima Junior (2012), se refere aos aspectos urbanísticos e os autores ressaltam a monumentalidade, mas também as intervenções, do poder público, que viabilizam tais projetos. Nesse sentido, alguns documentos oficiais e artigos acadêmicos relatam alguns desses casos e apontam para obras que reestruturam extensas zonas urbanas, a exemplo de Barcelona, que enterrou uma via inteira, bem como a linha férrea, permitindo a integração do *waterfront* com a cidade; em San Francisco o polemico anel viário de dois andares deu espaço a calçadas; na cidade de Boston foi demolida a Expressway e decidiu-se pela sua construção subterrânea, liberando a superfície para parques e novas construções.

A terceira dimensão considerada pelos autores refere-se aos aspectos fundiários decorrentes da implantação desses grandes projetos de revitalização, de forma geral os estudiosos do tema sinalizam para esse efeito “valorização” em face das novas funções assumidas pelas áreas, bem como pela paisagem que se transforma, incorporando o “moderno”, através da arquitetura do espetáculo. Naturalmente que cada cidade tem suas especificidades, quanto ao mercado de terras, mas a alta dos imóveis em áreas revitalizadas e no seu entorno constitui-se em uma característica que une todos eles, conforme se verifica no quadro 1 que mostra algumas dessas cidades.

Além dos dados coletados, quando são analisados estudos de caso específicos, o relato do processo de valorização fundiária sempre é algo destacado tanto em documentos oficiais como em artigos científicos. Em seu artigo que discute os portos de Boston e Baltimore, Leite (2011), destaca que, os projetos da prefeitura e a recuperação dos prédios históricos do antigo mercado conquistaram a confiança e o interesse dos investidores, fazendo com que o preço dos imóveis em seu entorno subisse bem mais do que no resto da área central. E continua mencionando Frieden e Sagalyn (1990) que estudaram o caso

específico de Boston, de 1970 a 76, quando o Market Place ainda estava sendo projetado e construído, e constataram que em um raio de 5 quarteirões a partir do shopping, os preços dos imóveis se valorizaram em 13%, enquanto que no resto da área central a queda era de aproximadamente 16%. Os estudiosos estimaram que, com sua complementação, o Market Place tenha valorizado o preço do solo de 20 a 25% e o valor do aluguel de salas de 5 a 15% acima do resto da área central, demonstrando seu papel fundamental como catalisador para o reaquecimento do mercado imobiliário.

Essa valorização leva ao processo de gentrificação, muito bem discutido por Neil Smith, uma vez que leva de volta elites para áreas degradadas através de um processo indutor meticolosamente planejado que viabiliza uma ocupação marcada pela intensa mercantilização, seja para moradia, seja para serviços de uso cotidiano, conforme se verifica no fragmento abaixo, que trata do projeto de revitalização do Porto de Xangai: “Produzido em conjunto entre a Sasaki Associates (companhia americana de paisagismo e arquitetura), Shui On Land (uma incorporadora chinesa), interessados locais e o governo, o plano busca transformar a ilha em um dos maiores distritos de inovação da China [...] Procurando atrair uma “classe criativa” para morar e trabalhar na área, usos mistos do solo incluíram bairros residenciais com instalações de pesquisa e desenvolvimento (como campi corporativos, escolas de negócios e comércio, incubadoras industriais e centros de convenção). Amenidades urbanas (como varejo, restaurantes, entretenimento, museus e teatros) serão integradas aos antigos armazéns, estaleiros, guas e pórticos, para preservar o conjunto estético industrial, adaptando-o aos novos usos sem apagar a memória cultural do local [...]” (Ivins, 2013: 16).

Observa-se um fator que potencializa essa ocupação e conseqüentemente impacta no valor da terra, que são os projetos de grandes escritórios mundiais de arquitetura, o que torna essas áreas verdadeiras “grifes” dentro do espaço urbano, um bom exemplo disso é a área revitalizada do Porto de Aarhus, na Dinamarca.

Além desses empreendimentos imobiliários, existe outro conjunto de ícones presentes nos projetos de revitalização que reforçam seu caráter espetacular e se relacionam a duas dimensões discutidas pelos autores, a simbólica e a escalar, a exemplo do New England Aquarium, de Boston, que replicou sua expertise em instalações semelhantes nas cidades de Baltimore, Osaka (Japão) e Lisboa (Expo 98) ou mesmo do Museu Guggenheim, em Bilbao. Seja em escala

fordista, seja com “peça” única esses empreendimentos âncoras conferem visibilidade aos projetos em face dos traços arquitetônicos, que espetacularizam seu entorno, uma vez que essas áreas adjacentes são adaptadas para se harmonizarem com a construção principal.

Mas essa transformação em um espaço de “grife” inviabiliza a permanência das populações que habitam as cercanias do projeto, levando-as a expulsão. Em algumas cidades já existem movimentos organizados de resistência com estratégias de contrainformação, como é o caso de Barcelona, que vem desenvolvendo ações coletivas.

Portanto, a imagem positiva que se desenvolve a partir da implantação desses grandes projetos de revitalização, possui “outro lado”, que ainda precisa ser amplamente discutido a fim de não se reforçar aquilo que Otília Arantes denominou de “pensamento único das cidades”. Ou seja, um discurso que em nome desenvolvimento e do bem-estar, muitas vezes se hegemoniza na sociedade, mas obscurece aqueles que serão os maiores prejudicados com tais projetos. Nesse sentido a autora assinala: “Não falta nenhum dos ingredientes básicos: num arrastão gentrificador de grandes proporções, todo tipo de negócios imobiliários são fechados, por certo às custas das populações desalojadas e deslocadas sob a poeira de demolições especulativas, sem falar nos water front desenhados sob medida para os suspeitos de sempre, etc.” (Arantes, 2012: 8).

Esse é um aspecto que se associa com a dimensão política discutida por Vainer e Lima Junior (2012), uma vez que as coalizões que se formam em torno desses projetos de revitalização, atuam para coloca-los prioritariamente nas agendas dos governos. Suas estratégias são bastante sofisticadas e se baseiam na racionalidade que preserva seus interesses, e, aparentemente, também parece resguardar os do poder público e se preocupar com a coletividade. Dessa forma: “Esse “pacote” é avaliado como a coleção de troféus (*trophy collection*) do prefeito municipal, que, apoiado pelas elites políticas e econômicas locais, apresenta um conjunto de obras monumentais que atesta seu comprometimento, trabalho e visão de futuro para a cidade, composto por: hotéis renovados e/ou de grande porte, shopping centres, centros de convenções, áreas históricas preservadas, estádios esportivos, aquários, torres de escritórios, áreas portuárias recuperadas e convertidas para novos usos, etc. Dessa forma, tem-se o que Harvey (1996) classifica como a criação de espaços urbanos “padrões” em ampla gama de cidades ao redor do mundo. Muitos elementos desse “pacote”

são implantados com o objetivo de se tornarem grandes atrações turísticas da cidade, chamadas pela literatura analítica de atrações principais (*flagship attractions*)” (Kholer, 2014: 96).

O apelo da “recuperação” paisagística e socioeconômica dessas áreas está no centro das estratégias. Claro que isso requer um novo desenho institucional, em que o capital privado toma para si, “livrando” o poder público do ônus de pensar estrategicamente as cidades. Adicionalmente, o portfólio de oportunidades e investimentos, com a conseqüente geração de postos de trabalho sempre colabora para uma aceitação massificada de tais projetos, por parte da população local, com raras vozes que se levantam contrariamente.

Nesse sentido, atuam incorporadoras imobiliárias nacionais e até mundiais, escritórios de arquitetura de expressão internacional, corporações interessadas em adquirir glebas das áreas revitalizadas, fundos de pensão e imobiliários, empreiteiras, entre outros agentes. Naturalmente que na disputa pelo espaço esse grupo se hegemonizará e fará prevalecer seus interesses, frente ao restante da população local, tonando essas áreas altamente rentáveis e excludentes para moradia.

Assim, aquilo que Jonh Kingdon (1995) denomina de “janela de oportunidades” na agenda de governos está sempre aberta em face não somente da competitividade territorial que é inerente ao período da globalização, como também pelo numero crescente de grandes eventos, desportivos, científicos, econômicos e culturais, que reforçam a “necessidade” dessas áreas urbanas construir imagens positivas para o mundo. Nesse aspecto: “A externalização da disputa doméstica e a formação de coalizões transnacionais duráveis que possam pressionar os Estados e as organizações internacionais são os mais fortes sinais de que uma fusão de políticas nacionais, internacionais e transnacionais tem tomado lugar” (Vandenbergh, 2011: 96).

A dimensão anterior também se interconecta com o aspecto da escala estudado por Vainer e Lima Junior (2012), considerando que a construção dessa imagem de inovação, muitas vezes necessita de um reconhecimento da relevância do projeto por parte das populações locais, o que neutraliza boa parte da resistência que poderia surgir ao longo de sua implantação, apesar de já existirem ações, conforme mencionado anteriormente.

É como se a população acreditasse que de alguma forma aquilo lhe trará algum benefício individual, inclusive econômico, em face dos impactos de

alguns desses projetos se estenderem por muitos quilômetros além das suas áreas.

Além disso, as campanhas publicitárias e o espaço que esses projetos adquirem na mídia, inclusive mundial, corroboram para esse efeito “consenso” em torno dos projetos de revitalização. As peças publicitárias levadas à *mídia mass*, de forma geral, incluem não só os apelos paisagísticos, trazidos pela espetacularização dos projetos, mas, sobretudo trazem argumentos relacionados ao desenvolvimento e a inovação, que passam a ser vistos como algo que identifica a cidade.

Considerações finais

A dinâmica do capitalismo, primeiro conferiu um espaço privilegiado as cidades na sua estruturação e sobrevivência, mas isso não foi algo que não impusesse um custo as áreas urbanas. Elas têm que responder a todo o momento, aquilo que lhes é demandado pelos agentes econômicos e pelo mercado de consumo. Nesse sentido, elas se tornam um reflexo da destruição e reconstrução constantes que o sistema impõe a fim de superar suas contradições e crises.

Portanto, o espaço urbano se constitui em um espelho das respostas que as cidades necessitam dar ao modo de produção e, assim, se configuram em um mosaico complexo que acumula nos seus limites tempos, funções, formas e processos, muitas vezes ininteligíveis para um leigo, mas que no fundo se constitui em uma rede.

Nesse espaço reticular, aquilo que teve determinado uso no passado e possuía importância para a vida urbana, pode já não ser tão relevante nem tampouco manter essa proximidade com a sociedade local, esse é o caso das áreas portuárias. A reaproximação possibilitada pela reconversão de uso, mas, sobretudo, pela incorporação dos portos das *waterfronts* a economia dos serviços, passa a ser uma constante em boa parte das metrópoles mundiais.

As estratégias de reconversão, em sua maioria, estão ancoradas em projetos de revitalização de extensas áreas degradadas, em geral localizadas no centro dessas cidades. Embora possuam algumas especificidades, há um traço de união entre todas elas, a transformação dessas áreas em símbolos das cidades e a incorporação da espetacularização dos projetos, que pode estar relacionado a um único empreendimento em torno do qual gira todo o restante ou então essas marcas de monumentalidade podem estender-se por toda área revitalizada.

O artigo procurou analisar a partir de uma metodologia desenvolvida por Lima Junior e Vainer, aspectos que reforçam o caráter fordista desses projetos, mostrando que na sua essência as particularidades ficam apenas no nível da aparência, mas que a essência do processo se dá de forma semelhante entre todos eles.

Constatou-se, portanto, que desde a sua concepção, tais projetos se inserem em uma estratégia maior de “vender” as cidades em um competitivo mercado que as torna produto, e que essas iniciativas constituem-se em um diferencial que constrói uma imagem positiva não só do poder público local e sua capacidade de resolver problemas urbanos de grande magnitude, como também de uma cidade “aberta” aos investidores e grandes corporações que atuam na economia globalizada.

Adicionalmente essas respostas do poder público, ultrapassam o planejamento, e se desdobram em uma nova forma de regular a terra urbana, conferido a tais áreas um tratamento de “exceção”, reforçado pelos investimentos públicos de infraestrutura, que procuram viabilizar o empreendimento. Muitas vezes isso requer um novo arranjo institucional que altera completamente a natureza da relação entre o poder público e as populações locais, e novas formas de gestão desses espaços se estabelecem privatizando áreas que anteriormente eram públicas.

Há ainda que se considerar o fato dessas áreas responderem a contento ao capital imobiliário, uma vez que na maior parte delas há um vigoroso processo de valorização fundiária, que transforma seus arredores, pela exclusão daqueles que não podem pagar para ali se instalarem, bem como pelo novo padrão de moradia que se estabelece, em geral só acessível às classes mais abastadas. Tornam-se, portanto, áreas de grande interesse para os agentes imobiliários, que nelas encontram formas de reproduzir-se de forma ampliada e diferenciada a partir das inovações trazidas pelos projetos.

Por fim, há uma questão simbólica que perpassa todas as dimensões anteriores, e reforça os projetos como úteis e importantes para as cidades, que é sua espetacularização. Esse traço constitui-se no ponto de convergência aparente, mas que possui singularidades interessantes de serem observadas. Para a população a espetacularização é a negação do espaço degradado, que traz de volta o sentimento de bem estar no local e abre possibilidades ao seu uso, mesmo que isso apresente um custo e que seja efêmero. Para os grandes agentes econômicos, a transformação dos projetos de revitalização em espetáculo, traduz-se na possibilidade ilimitada de auferir ganhos, uma

vez que a reestruturação das formas e funções sempre foi um indutor de valor das paisagens, quando se constrói um discurso de positividade. Para o poder público, a espetacularização desses projetos constituiu-se em uma nova forma de atuar que incorpora princípios de gestão privada e confere uma imagem positiva, visto introduz o fator inovação na administração da cidade. Portanto, o amálgama dos projetos de revitalização em áreas portuárias é exatamente o seu caráter de espetáculo, capaz de transformar espaços, sentimentos e relações.

Bibliografia

- Arantes, O. B. F. (2012). *Berlim e Barcelona. Duas imagens estratégicas*. Annablume, São Paulo.
- Busquets, J. (1996). Nuevos fenómenos urbanos y nuevo tipo de proyecto urbanístico. In: *Presente y Futuros: arquitectura en las ciudades*. Barcelona: Comitè d'Organització del Congrés UIA, Barcelona 96, Cal. Legi d'Arquitectes de Catalunya, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona y ACTAR, 280-287.
- Compans, R. (2004). Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: Experiências nacionais e internacionais. In: Empresa Municipal de Urbanização - EMURB - *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. PMSP/CEBRAP, São Paulo, 23-60.
- Del Rio, V. (2001). Voltando às origens: a revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. In: *Arquitextos*. (15). São Paulo, ago. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp091.asp, acesso em 26/11/2016.
- Global Property Guide (2016). Disponível em: <http://www.globalpropertyguide.com/>, Acesso em 10/11/2016.
- Gomez, M. T. (2015). El impacto sociocultural de las transformaciones en el puerto de Barcelona. *Revista Transporte y Territorio*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Argentina, 12, 16-29.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. Annablume, São Paulo.
- Ivins, C. (2013). *Revitalização da orla em cidades portuárias: Riscos e oportunidades para economias emergentes*. FGV/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Kingdon, J. (1995). *Agendas, alternatives, and public policies*. Harper Collins, New York.
- La Vanguardia. (2014). Edição de 01/03/2014, Acesso em 08/12/2016.
- Kohler, A. F. (2014). Políticas de renovação e regeneração urbana em Liverpool, Inglaterra: a construção de uma distopia urbana através de parcerias público-privadas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. ANPUR, Rio de Janeiro, 16(1), 67-84.
- Leite, C. (2005). Metrô x Retrô: cidades, diversidade, inovação, clusters e projetos urbanos. In: *Arquitextos*. abr. 2005. www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp091.asp, Acesso em 15/11/2016.
- Lungo, M. (2004). Grandes proyectos urbanos: una visión general. In: Mario Lungo (Org.), *Grandes proyectos urbanos*, (pp.15-68). UCA Editores, San Salvador, El Salvador.
- Porto de Barcelona. Sítio eletrônico: <http://www.portdebarcelona.cat/>, Acesso em 28/11/2016.
- Porto de Aarhus. Sítio eletrônico: <http://www.aarhushavn.dk/>, Acesso em 10/11/2016.
- Rocha Neto, J. M. & Cravidão, F. M. D. (2014). Portos no contexto técnico científico. *Revista Mercator*. UFC, Fortaleza, 23-37.
- Rodrigues, R. (2007). As redes logísticas e o novo papel dos portos na economia global. *Revista Geografias*. UFMG, Belo Horizonte, 3(1), 120-134.
- Sanchez, F. (2003). A reinvenção das cidades: para um mercado mundial. Argos, Chapecó.
- Smith, S. (1996). Geografia urbana num mundo em mutação. In: D. Gregory, R. Martin e G. Smith, *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.

A variação da temperatura do ar, ao longo do percurso Ponte Nova-Ubá - MG (Brasil) nos anos de 2014 e 2015

The variation of the air temperature, along the Ponte Nova-Ubá - MG (Brazil) route in the years of 2014 and 2015

Leonardo Brandão do Prado

Universidade Federal de Viçosa - UFV
leonardo.prad@ufv.br
ORCID: 0000-0002-0763-7114

Ludmilla Alves Fernandes

Universidade Federal de Viçosa - UFV
ludmilla.fernandes@ufv.br
ORCID: 0000-0003-3132-8546

Edson Soares Fialho

Universidade Federal de Viçosa - UFV
fialho@ufv.br
ORCID: 0000-0002-1162-632X

Resumo:

No Brasil os estudos climatológicos foram iniciados tardiamente e apenas a partir da década de 1960 foi possível observar a produção de trabalhos na escala regional e local. Dessa maneira, torna-se cada vez mais importante o estudo climático regional que abranja áreas nas quais ainda se mostrem incipientes. Seguindo essa lógica, o presente artigo tem o intuito de compreender a variação térmica do percurso entre os municípios de Ponte Nova à Ubá, na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, Brasil. O recorte temporal consiste nos anos de 2014 e 2015. Para a espacialização e posterior interpretação, os dados foram divididos sazonalmente em tabelas e mapas.

Palavras-chave: Temperatura do ar; Variação térmica espacial; Zona da Mata Mineira.

Abstract:

In Brazil, the climatological studies were started late and only 1960's decade was possible to observe the production of works on the regional and local scale. In this way, a regional climate study that includes areas in which they are still incipient becomes increasingly important. Following this logic, this article intends to understand the thermal spatialisation of the route between the municipalities of Ponte Nova and Ubá, in Zona da Mata, in the state of Minas Gerais, Brazil. The temporal scale consists of the years 2014 and 2015. For spatialization and subsequent interpretation, the data were divided seasonally into tables and maps.

Keywords: Temperature; Seasonal thermal variation; Zona da Mata Mineira.

Soja, E. (1993). Geografias pós-modernas. Jorge Zahar, Rio

de Janeiro.

Introdução

Desde os primórdios o ser humano aspira dominar a natureza em busca de sua sobrevivência e transformação do meio natural de acordo com suas necessidades e ambições. Dentre os fatores naturais que possuem íntima relação com as atividades humanas, o clima apresenta-se como um dos mais relevantes, pois influencia nos processos geosocioeconômicas.

O Brasil apresenta particularidades naturais as quais são conferidas em razão da grande extensão territorial no sentido norte-sul, bem como características derivadas de sua localização na faixa tropical. No Brasil os estudos climatológicos, embora tenham sido desenvolvidos desde o início do século XIX, apenas a partir da década de 1960 foi possível observar uma produção significativa de trabalhos na escala regional e local. Esse fato faz com que tal estudo seja importante, pois o mesmo procura preencher uma lacuna de pesquisas científicas que

abordem fenômenos em escala regional na climatologia brasileira. Além disso, se faz necessário o estudo climático regional que abranja áreas desconsideradas por não apresentarem uma rede de monitoramento de parâmetros climáticos oficial, como a área de estudo do presente artigo: a Zona da Mata Mineira, que inicia a ser investigada pelo Laboratório de Biogeografia e Climatologia da Universidade Federal de Viçosa (BIOCLIMA-UFV), a partir dos trabalhos de Fialho (2009) sobre o clima de Viçosa-MG e Fialho e Paulo (2014) e Alves (2015) que também contemplam o perfil Ponte Nova-Ubá.

Área de estudo

O território Brasileiro encontra-se assentado sobre uma ortoplateforma geomorfológica estável de acordo com Guerra e Cunha (2001), a qual, durante as eras geomorfológicas passou por inúmeras modificações, sendo essas responsáveis pela paisagem esculpida na Zona da Mata Mineira, que ocupa uma área de 36.058 km², correspondente a 6% da superfície do estado de Minas Gerais e é formada por sete microrregiões e 142 municípios (FIEMG, 2004).

De acordo com Valverde (1958) o processo de ocupação da região iniciou pelos fundos de vale, onde os canais fluviais facilitavam a ocupação. Já o espraiamento ao longo do das vertentes ocorreu de forma gradual em conjunto e associado ao processo de urbanização das cidades. Além disso, ressalta-se que o desmatamento e degradação ambiental estiveram, ao longo do tempo, atrelados ao interesse em fornecer carvão para as usinas metalúrgicas e abastecer o sistema de transporte ferroviário, no século XIX.

Em relação ao relevo, as unidades morfoestruturais presentes são determinadas por eventos tectônicos e morfoclimáticos, as quais são identificadas por três grandes compartimentos: os planaltos, planícies e as depressões, sendo que em cada compartimento são identificados reflexos estruturais.

Por conta disso, a topografia da região caracteriza-se por apresentar um relevo que varia de ondulado a montanhoso, mostrando elevações, terminando em vales planos de largura variável. As superfícies de erosão deram origem a platôs de altitudes diversas. Nas partes mais baixas, as altitudes médias variam de 300 a 400m e o relevo é

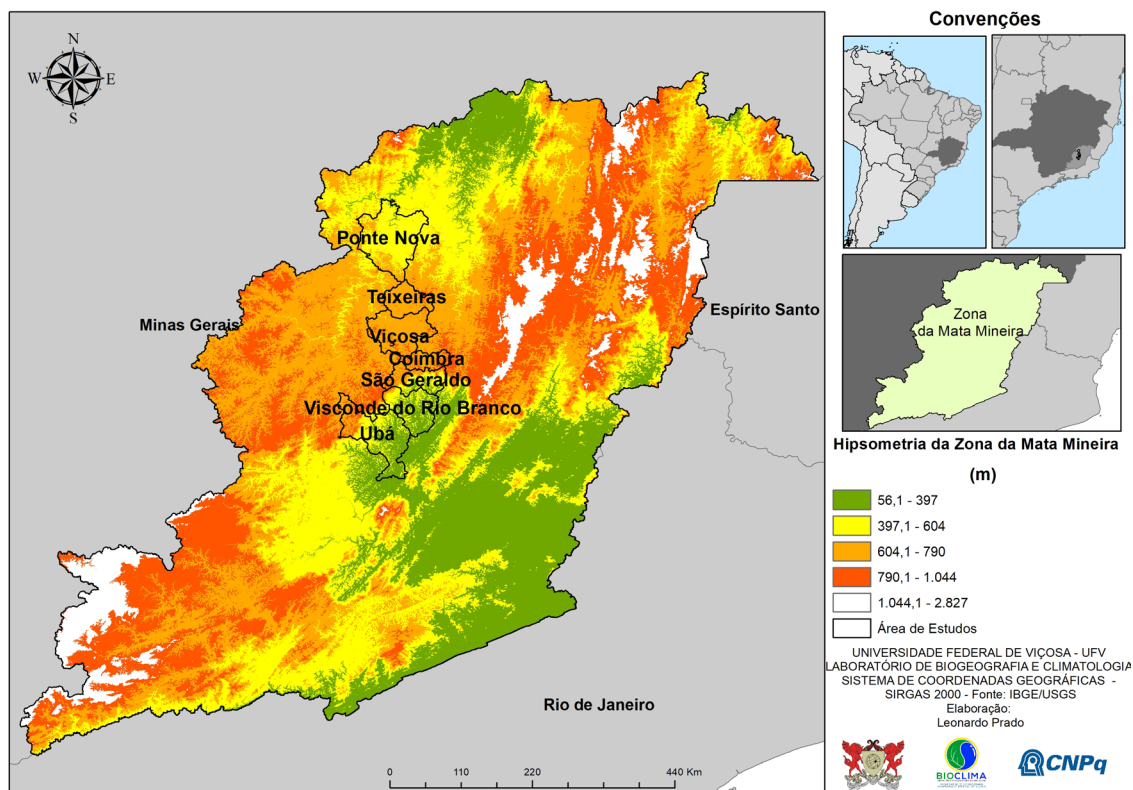


Figura 1
Compartimentação do relevo da Zona da Mata Mineira.

fortemente ondulado. No segundo nível, encontram-se as superfícies de relevo ondulado e fortemente ondulado, com altitudes que variam de 400 a 500m. Nas partes mais altas, as altitudes variam de 800 a 900m e o relevo é fortemente ondulado e montanhoso (Nunes *et al*, 2001).

Ainda segundo Moreira e Camelier (1977), a Zona da Mata, está inserida no domínio morfoestrutural dos planaltos cristalinos rebaixados e sofreu arqueamentos que originaram fraturas e falhas responsáveis pelo abaixamento dos planaltos e pelo levantamento do Maciço do Caparaó. A evolução do relevo dessa região permitiu que nela se desenvolvessem superfícies de erosão bem regulares e caracterizadas por alinhamentos de cristas e uma superfície deprimida no interior da região (Figura 1).

Segundo Ab'Saber (2003), a Zona da Mata Mineira se enquadra no domínio de mares de morros devido à sua conformação física na forma de morros como “meia laranja” e o seu relevo ondulado. Nesse contexto, situa-se o percurso estudado, que abrange sete municípios: Ponte Nova (Depressão do rio Doce), Teixeiras, Viçosa, Coimbra (Planalto dissecado), São Geraldo, Visconde do Rio Branco (Planalto rebaixado) e o município de Ubá em uma depressão.

Metodologia

No percurso analisado foram instalados 11 postos de mensuração de temperatura do ar (°C) e umidade relativa do ar (%), registrados por meio de um miniabrigo meteorológico, elaborado em policloreto de vinila (PVC), tal como em Alves (2015) e Ferreira e Fialho (2016), com um termohigrômetro datalogger da marca HOBO, modelo U10-003 (Figura 2). O processo de aferição obedeceu aos procedimentos realizados por Fialho et al. (2011) e Alves (2015). A escolha dos pontos de mensuração ao longo do percurso Ponte Nova - Ubá (Figuras 3 e 4) foi balizada por critérios semelhantes àquelas quando da definição da localidade de estações meteorológicas oficiais, a fim de padronizar e possibilitar uma comparabilidade entre os postos de observação, como: ambientes em topos de morro, para melhor identificar a mudança da circulação dos ventos regionais e cobertura da superfície de vegetação rasteira.

Além disso, outros fatores foram considerados para a instalação dos aparelhos, como:

- Segurança dos equipamentos, para evitar furtos e interferências nos registros. Por isso,

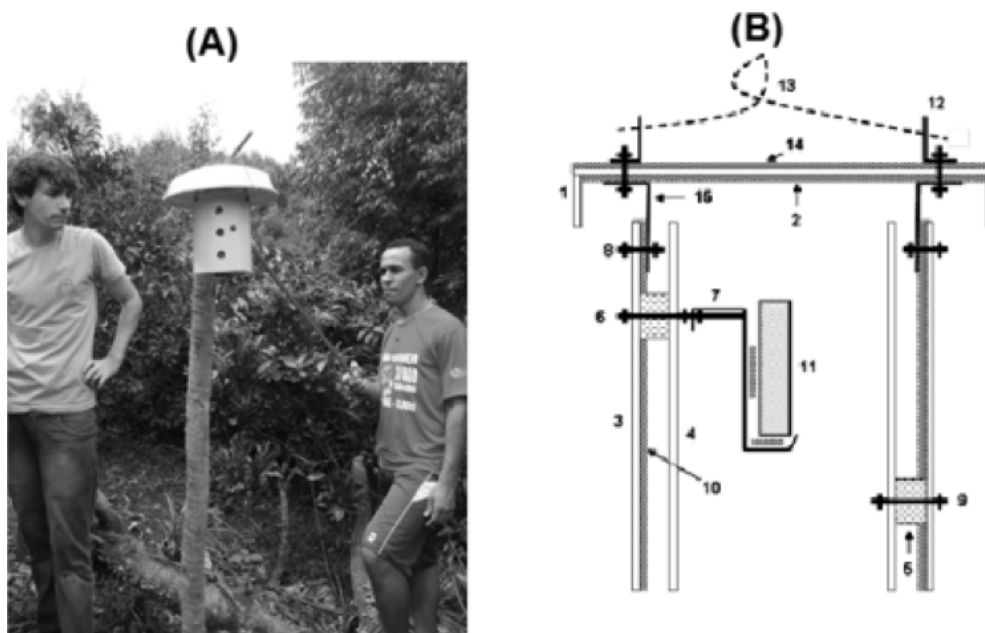


Figura 2

Vista do miniabrigo meteorológico em campo (A). E o perfil esquemático do abrigo (direita). 1. Teto; 2. Lâmina de isopor; 3. Tubo PVC (parede externa); 4. Tubo PVC (parede interna); 5. Calço de madeira para manter afastamento e fixar as paredes externa e interna; 6. Parafuso unindo os dois abrigos e o suporte do sensor; 7. Suporte do registrador; 8. Parafuso da haste que prende o abrigo ao teto; 9. Parafuso de união dos dois abrigos (parede externa e interna); 10. Lâmina de EVA; 11. Registrador; 12. Alça externa; 13. Arame; 14. Lâmina de EVA superposta ao isopor; 15. Haste de metal unindo teto e corpo do abrigo (B)

Fonte: BIOCLIMA-UFV (2A) e Machado e Jardim (2014). Adaptado. (2B).

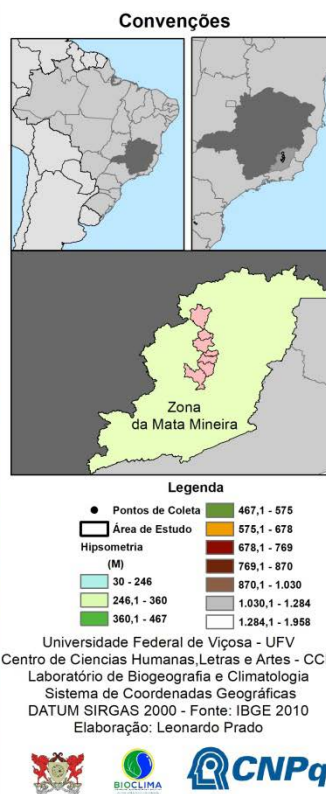
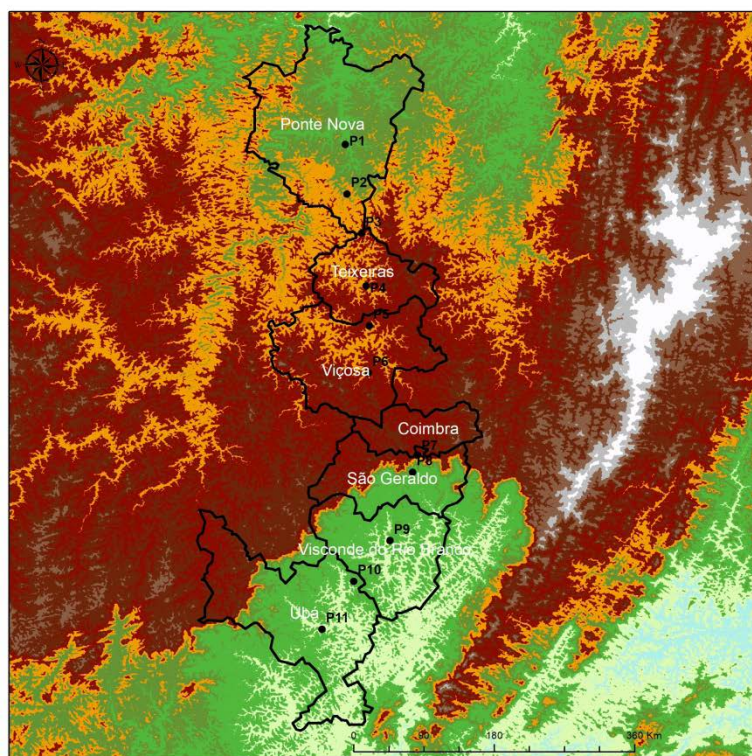


Figura 3
Perfil topográfico ao longo do Transecto Ponte Nova-Ubá, na Zona da Mata Mineira.

privilegiou-se a instalação em propriedades privadas.

- Acesso ao local, que possa ser possível de chegar carregando ferramentas e materiais como computador, cavadeira, soquete, alicate, rolo de arame, mourão de eucalipto tratado, GPS.
- Locais mais afastados possível da mancha urbana, para evitar interferências das edificações e dinâmicas da cidade nos registros. E assim, poder identificar a influência da condição sinótica.
- Locais, preferencialmente nos topos dos morros, para evitar sombreamento e assim, detectar as mudanças em escala sub-regional da dinâmica da circulação atmosférica. (Alves, 2015: 41).

O recorte temporal consiste nos anos de 2014 e 2015 a partir da mensuração da temperatura horária por meio dos aparelhos termohigrômetros. Posteriormente, os dados, em ambiente computacional, foram tabulados de forma a seguir a ordem dos pontos de Ponte Nova à Ubá. No ano de 2014 não houve falhas expressivas, sendo essas inferiores a 20% do total

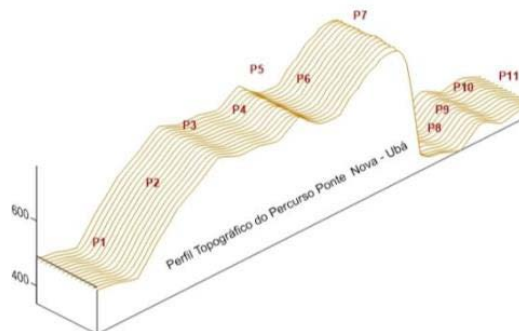


Figura 4
Perfil Topográfico traçado do percurso Ponte Nova-Ubá
Fonte: Elaborado por Leonardo Brandão, 2017.

sazonal, que aqui compreende ao período das quatro estações do ano, sendo elas: Verão, Outono, Inverno e Primavera, para se obter as médias do Verão foram calculados considerando os meses de dezembro do ano anterior (2013), janeiro, fevereiro e março de 2014 até o dia 20, o Outono consiste do dia 21 de março até 21 de junho de 2014, o Inverno do dia 22 de Junho até 22 de Setembro de 2014 e a primavera do dia 23 de setembro até o dia 21 de dezembro de 2014. Em seguida foram realizadas análises estatísticas, tal como o cálculo das médias aritméticas com

os dados horários para cada estação do ano, afim de determinar as médias térmicas horárias. Na primavera de 2015 observou-se uma falha de 51,7% de um total de 2138 dados horários mensurados, devido a problemas com a bateria do aparelho.

Para a espacialização dos dados foram feitos mapeamentos climáticos, também sazonais. Para a interpolação dos dados de temperatura fora utilizado o modelo geoestatístico (IDP), Inverso da Distância Ponderada, pois, de acordo com Magalhães *et al.* (2013) apresenta-se como o método mais eficaz para espacializar a variável meteorológica aqui analisada. Amorim (2009) destaca ainda que a potência ideal a ser utilizada na interpolação para as características físicas da Zona da Mata mineira é de 1,5.

Resultados e discussões

Inicialmente, é essencial caracterizar cada um dos pontos analisados. Essa caracterização pode ser observada no Quadro I. Além disso, o modelado do transecto que abrange o percurso Ponte Nova - Ubá pode ser observado na Figura 5.

Diante das informações apresentadas, observa-se que no que se refere ao uso e ocupação do solo, as características nos pontos de análise, em sua maioria, não se diferenciam o que demonstra certa homogeneidade nas condições locais onde os dados foram obtidos. Em relação a altimetria mostra-se uma amplitude de 406 metros, tendo o sopé da Serra de São Geraldo 373 metros, enquanto o topo 779 metros.

De acordo com Ayoade (2001) o relevo apresenta um papel regulador sobre a temperatura, à medida

que, a mesma diminui numa relação inversa a altitude, com gradiente térmico de $0,6^{\circ}\text{C}/100\text{m}$. Porém, essa não é uma regra geral podendo haver variações locais que influenciam o gradiente térmico, como verificado por Rodela e Tarifa (2002), na Serra do Ibitipoca-MG, com diferenças entre o verão ($0,4^{\circ}\text{C}/100\text{m}$) e o inverno ($0,5^{\circ}\text{C}/100\text{m}$). Enquanto Fritzsos *et. al* (2015) para o estado do Rio Grande do Sul, identificou um gradiente térmico médio para o conjunto das estações meteorológicas de $0,75^{\circ}\text{C}/100\text{m}$.

Fialho e Paulo (2014) elaboram para a mesma área de pesquisa do presente estudo uma análise de correlação entre a altitude e a temperatura média diária dos dados e apresentam que o sistema atmosférico atuante é capaz de flexibilizar a correlação. Apontam ainda que o Sistema Tropical Atlântico (STA), por induzir uma estabilização do tempo atmosférico, favorece a ativação dos sistemas de circulação local, como brisas de vale e de montanha, potencializando a distinção entre os dados.

Ademais, segundo Ayoade (2001: 54), “A altura é importante fator que influencia a temperatura nos trópicos. A relativa uniformidade térmica que predomina nos trópicos é distorcida principalmente pelos efeitos da altura. As grandes diferenças de temperatura entre distâncias curtas nos trópicos são usualmente devidas aos efeitos da variação da altitude. Entretanto, o índice de variação térmica é variável e controlado principalmente pela elevação e nebulosidade. Pode haver também grandes diferenças nas condições de temperatura entre os locais à barlavento e os situados à sotavento de uma montanha.

Quadro I
Informações dos pontos analisados no percurso Ponte Nova-Ubá.

Pontos	Localização	Altitude (m)	X (longitude)	Y (latitude)	Caracterização
P1	Vargem Linda	461	719456	7738397	Vegetação rasteira
P2	Sítio da Mantiqueira	563	719632	7730642	Vegetação rasteira
P3	Dona Albertina	720	721655	7724487	Vegetação rasteira
P4	Museu da Vovó	567	722255	7716228	Vegetação rasteira
P5	Sítio do Tiago	599	722623	7710007	Vegetação rasteira
P6	Estação Meteorológica	712	722379	7702648	Vegetação rasteira
P7	Alto da Serra de São Geraldo	779	729456	7689710	Vegetação rasteira
P8	Sopé da Serra de São Geraldo	373	728708	7687046	Vegetação rasteira
P9	COHAB III	444	725245	7676406	Área urbana
P10	Tomba Morro	412	719836	7670108	Vegetação rasteira
P11	Bairro Industrial	408	715075	7662678	Solo exposto

Fonte: BIOCLIMA-UFV.

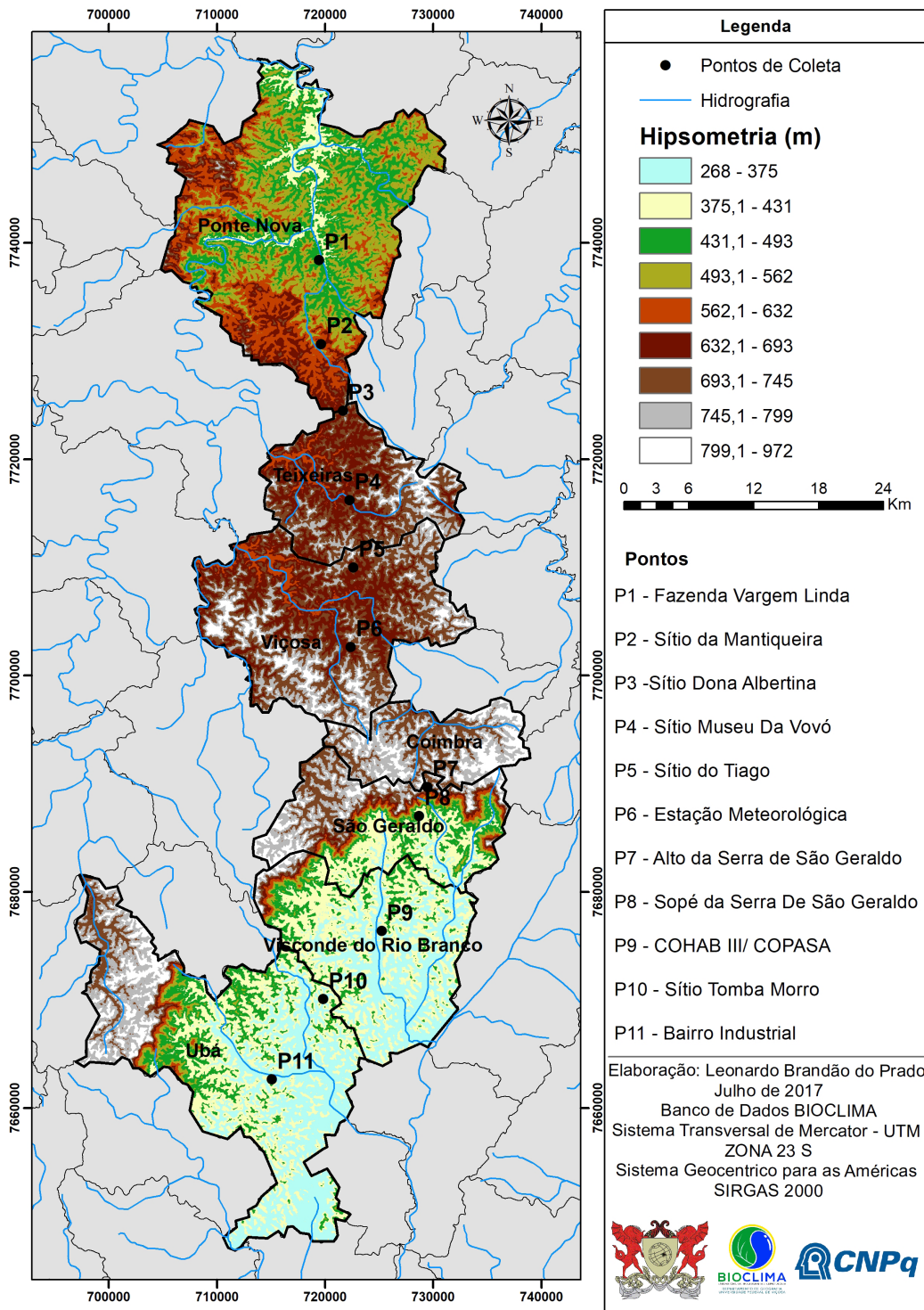


Figura 5
Mapa altimétrico do percurso Ponte Nova - Ubá.

Através do mapa altimétrico do percurso Ponte Nova - Ubá (Figura 5) é possível visualizar o sítio sobre o qual a área de estudo está assentada. O trecho compreende parte de duas bacias hidrográficas, a do Rio Paraíba do Sul e Rio Doce, sendo a escarpa de São Geraldo o interflúvio entre elas, o que pode ser observado nas proximidades do ponto 8.

Dessa maneira, os pontos 8, 9, 10 e 11 seriam aqueles situados a barlavento, enquanto o restante situa-se a sotavento da escarpa de São Geraldo. Essa situação geomorfológica apresentou-se como fator preponderante na conformação climática regional, como constatado por Fialho *et. al* (2011) e Alves (2015), que destacam três ambientes termohigrométricos que condizem com as unidades morfológicas compreendidas na área de estudo: a depressão de Ponte Nova, área rebaixada pela ação fluvial; o planalto de Viçosa, e; o “golfão de Ubá” (Andrade, 1961), derivado de um rebaixamento em função da atividade tectônica.

Entretanto, a altimetria, como já destacado não deve ser analisada por si só, tornando importante a análise de outros parâmetros. Aqui, será analisada a orientação das vertentes (Figura 6), considerando que “em área de topografia e inclinação variadas, o aspecto e o grau de exposição das localidades são fatores importantes que influencia a temperatura.” (Ayoade, 2001: 53). A posição, orientação e declividade das vertentes são atributos do relevo que influenciam na definição do clima (Mendonça e Danni-Oliveira, 2007).

Nota-se que no verão de 2014 (Figura 7) a variação de temperatura do ar mostrou-se uniforme considerando as compartimentações geomorfológicas, observando na depressão de Ubá e a planície de deposição um comportamento homogêneo (pontos 8, 9, 10 e 11) caracterizado por registros de temperatura superiores ao planalto de Viçosa (pontos 4 ao 7). Ou seja, no ano de 2014, de acordo com os mapeamentos elaborados, é possível observar uma tendência de aquecimento que segue a conformação do relevo. Os pontos instalados no “golfão de Ubá” e na depressão de Ponte Nova foram aqueles que apresentaram as maiores medidas térmicas. Por outro lado, aqueles pontos localizados em maiores altitudes foram os que apresentaram as menores médias térmicas.

Os pontos 9 e 11 chamam a atenção pela elevada média de temperatura do ar. esse fato pode estar atrelado à orientação de vertentes uma vez que ambos estão voltados para Leste. Além disso, observa-se uma possível influência do entorno uma vez que o ponto 9, localizado na COHAB III, é caracte-

rizado por um entorno marcado por solo impermeabilizado e área urbanizada. Já o ponto 11 é caracterizado por um entorno de solo exposto e vegetação rasteira, contribuindo assim para um maior registro de temperatura.

No período do outono do ano de 2014 nota-se uma redução de temperatura em todos os pontos, explicitando a distinção entre as estações do ano e o balanço de radiação solar recebida pela região. Além disso, observa-se a formação de uma espécie de “ilha térmica” formada no ponto 10, Sítio Tomba Morro, onde o entorno é formado por vegetação rasteira. Destaca-se ainda o posicionamento desse ponto voltado a Norte, o que pode ter vindo a influenciar a média de temperatura elevada para a região.

No inverno (2014) foi observado que as médias térmicas seguiram o comportamento esperado para todos os pontos registrando as menores médias do ano de 2014. Nota-se que a variação térmica espacial nessa estação do ano foi de apenas 3,6°C o que em caráter regional de um relevo ondulado com grande variação altimétrica não se expressa um valor relevante. Destaca-se novamente os pontos 9 e 11, os quais registraram as maiores temperaturas e ambos orientam-se a Leste.

Na primavera (2014) já é observado um aumento da temperatura média na região, onde o ponto 8, localizado no Sopé da Serra de São Geraldo e orientado a Sul, apresentou a maior média térmica da estação.

Observou-se no ano de 2014 um padrão no que se refere à variação da temperatura do ar. Os municípios de São Geraldo, Visconde do Rio Branco e Ubá registraram as maiores médias térmicas. Enquanto no planalto dissecado, onde se encontram os municípios de Ponte Nova, Teixeira, Viçosa e Coimbra, registram recorrentemente as menores temperaturas, em função da localização geográfica e altitude.

No ano de 2015 (Figura 8), observou-se que tanto a temperatura mínima quanto a máxima apresentaram um aumento. No verão de 2015, nota-se no ponto 3 a maior média da região do planalto dissecado, fato que não se justifica nem pela orientação de vertentes, uma vez que a mesma está voltada para Sul, nem pela altimetria tendo em vista que o ponto localiza-se a 720 metros de altitude, sendo esse o local mais elevado.

O fato de apresentar-se mais quente pode estar atrelado a recorrência de situação de inversões térmicas noturnas, uma vez que os dados observados compreendem também dados horários noturnos. Assim, a elevada temperatura do ar observada se explica pela existência de brisas noturnas, que promovem a

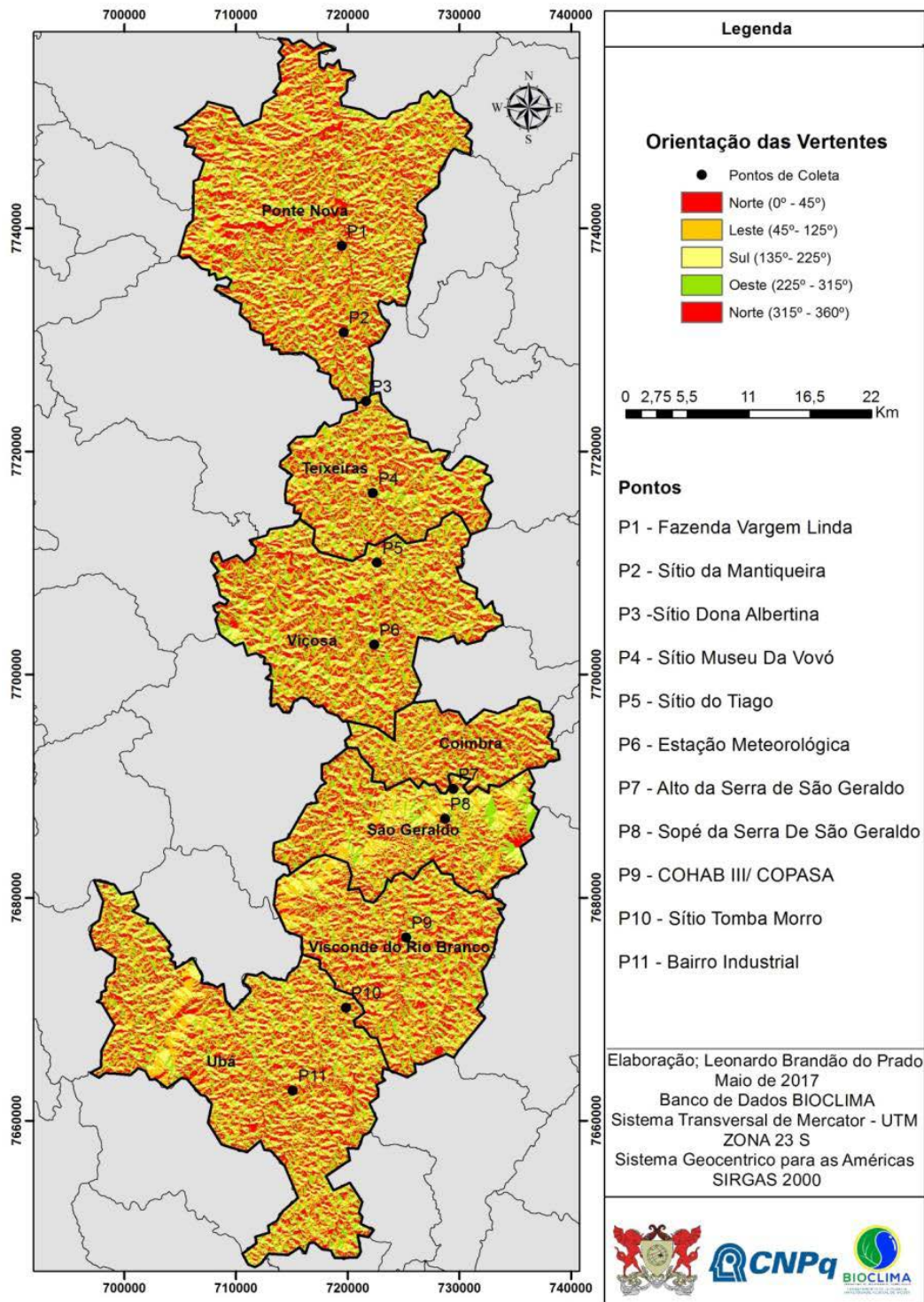


Figura 6
Orientação de vertentes ao longo do perfil Ponte Nova - Ubá.

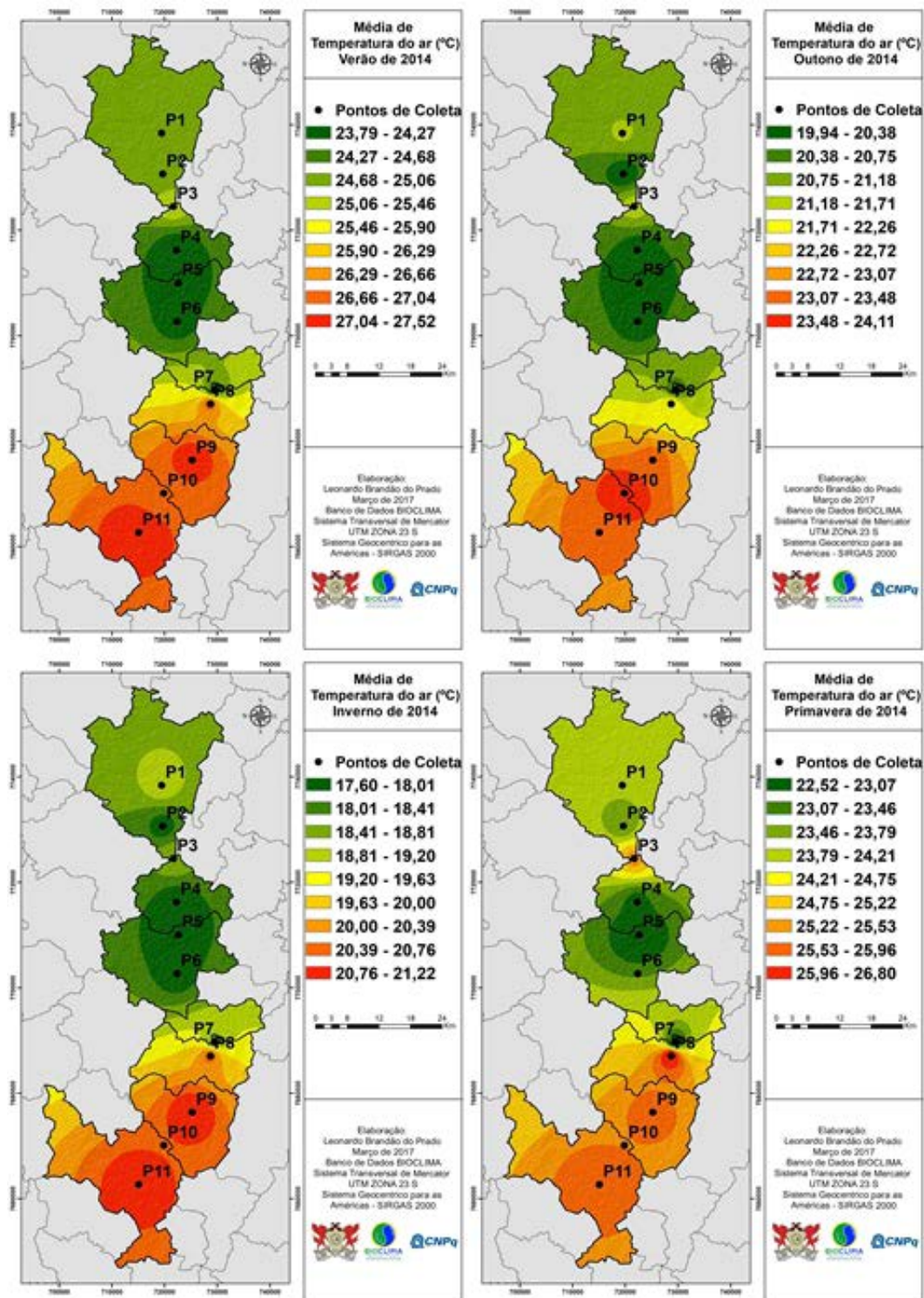


Figura 7
Variação da temperatura do ar (°C) no ano de 2014, no perfil Ponte Nova-Ubá.

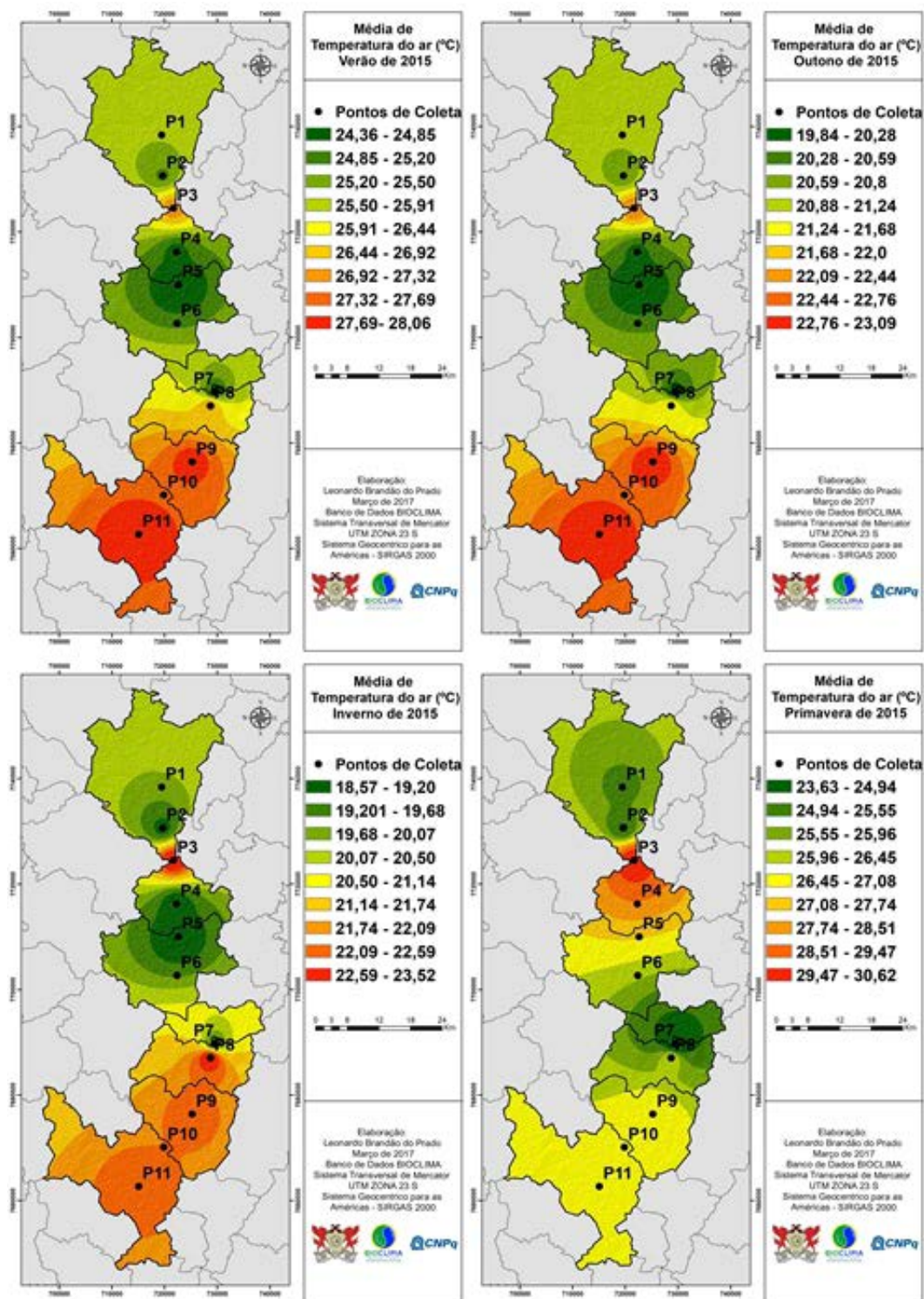


Figura 8
Variação da temperatura do ar (°C) no ano de 2015, no perfil Ponte Nova - Ubá.

ocorrência de nevoeiros relacionados ao fenômeno de inversão térmica.

No outono (2015), não se observa alteração expressiva, sendo possível notar um comportamento térmico padrão, registrando apenas menores temperaturas em relação ao verão. No período do inverno (2015), o ponto 3 volta a demonstrar uma anomalia se comparado ao ano de 2014, caracterizada por um aumento de temperatura do ar.

Na primavera (2015) nota-se uma tendência de expansão das maiores temperaturas no ponto 3 (Sítio Dona Albertina) em direção a Teixeira e região e além disso, toda a região de planície e depressão que configuram São Geraldo, Visconde do Rio Branco e Ubá registraram as maiores médias de temperatura da área de estudo durante essa estação do ano. No entanto, é importante ressaltar que essa situação pôde ser observada, também, nas demais estações do ano, resguardadas as distintas amplitudes térmicas.

A fim de compreender, estatisticamente, a preponderância da altitude e orientação de vertentes para a conformação térmica da área de estudo foram elaborados para a altitude gráficos de dispersão, que podem ser observados nas Figuras 9 e 10, e calculados o coeficiente de correlação (r) e o coeficiente de determinação (R^2) para cada estação do ano.

O gráfico de dispersão, em conjunto com o coeficiente de determinação (R^2) possibilita entender qual a proporção de uma variável (x) é explicada, ou determinada, por outra variável (y). Já o coeficiente de correlação (r) mostra qual a proporção de uma variável (x) está associada a outra variável (y) e, caso exista, se essa correlação é positiva ou negativa. Dizer que a correlação é positiva significa que ao passo que a variável (x) aumenta, a variável (y) tende a aumentar. Por outro lado, dizer que a correlação é negativa significa que ao passo que a variável (x) aumenta, a variável (y) tende a diminuir, sendo elas inversamente proporcionais. Os níveis de correlação, no entanto, podem variar (Quadro II).

Além disso, os coeficientes de determinação constam no Quadro III, e os coeficientes de correlação são apresentados nos gráficos de dispersão. Dessa maneira, ao observar o Quadro III, torna-se possível chegar a algumas conclusões. No ano de 2014 foi possível observar, na totalidade das estações do ano, uma correlação negativa entre a altitude (m) e a temperatura do ar ($^{\circ}\text{C}$).

Isso significa que a tendência geral para a área de estudo foi de que, a medida que, a altitude aumentasse, a temperatura descaísse. No entanto, através das análises aqui já descritas, o ponto 3 - Dona Albertina -, destoa desse padrão ao considerar

que, sendo o ponto mais alto do planalto de Viçosa (720 metros), esteve em muitas delas entre as temperaturas mais elevadas. Os valores de correlação para o ano de 2014 mostram que, em grande maioria, houve de moderada à forte correlação entre a altitude e a temperatura. Além disso, os valores do coeficiente de determinação mostra que há uma significativa relação, ou determinação, entre as variáveis altitude e temperatura do ar.

Observa-se ainda, por meio do gráfico de dispersão (Figura 9) que houve uma redução nos valores de temperatura seguindo uma linearidade desde o verão ao inverno. No ano de 2015, observou-se que os valores de correlação entre a altitude e temperatura decrescem, passando à caracterização de bem fraca à moderada.

Esse fato demonstra que variáveis externas podem ter sido responsáveis pelos valores de temperatura, a exemplo dos sistemas sinóticos atuantes. Esse decréscimo pôde ser observado também no coeficiente de determinação (R^2) demonstrado no gráfico da Figura 10, o que explicita que uma pequena porcentagem dos dados de temperatura analisados pode ser explicada pelo aumento - ou declínio - da altitude.

Para a análise da orientação de vertentes, foi desenvolvida uma análise comparativa entre as médias térmicas e a orientação de cada ponto. A partir desse balanço, algumas considerações podem ser destacadas.

No que se refere à orientação de vertentes (Quadro IV), nota-se que nos dois anos analisados, as maiores médias referem-se à orientação a Leste e Norte, em sua maioria. No entanto, o ponto 8, voltado para Sul apresentou durante três estações temperatura mais elevada, fato esse que pode estar atrelado a própria localização do ponto no relevo, uma vez que situa-se no Sopé da Serra de São Geraldo, local propício a acumulação dos ventos e não à dispersão, gerando um aquecimento atmosférico.

Por outro lado, os pontos que apresentaram as menores médias térmicas aparecem, em grande maioria, voltados para Sul, com exceção do verão e

Quadro II
Classificação dos níveis de correlação.

Valor de Correlação	Nível de Correlação
0 a 0,19	Bem fraca
0,2 a 0,39	Fraca
0,4 a 0,69	Moderada
0,7 a 0,89	Forte
0,9 a 1,0	Muito forte

Fonte: Shimakura (2006).

Quadro III

Coefficientes de correlação (r) entre Temperatura do ar (°C) e Altitude (m) para cada estação do ano.

2014				2015			
Verão	Outono	Inverno	Primavera	Verão	Outono	Inverno	Primavera
-0,7347	-0,7093	-0,6972	-0,6522	-0,5638	-5101	-0,4291	-0,0114

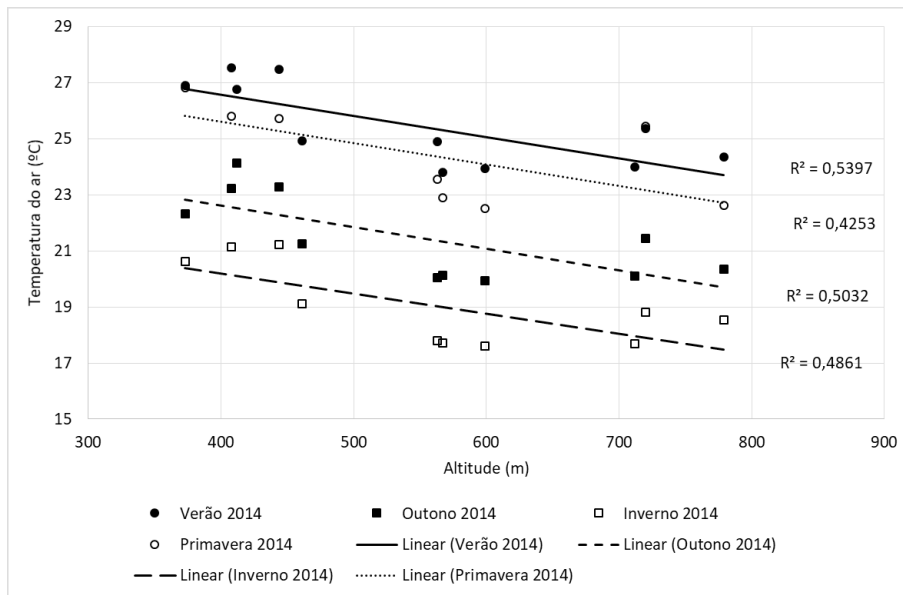


Figura 9

Gráfico de dispersão entre Temperatura (°C) e Altitude (m) para o ano de 2014.

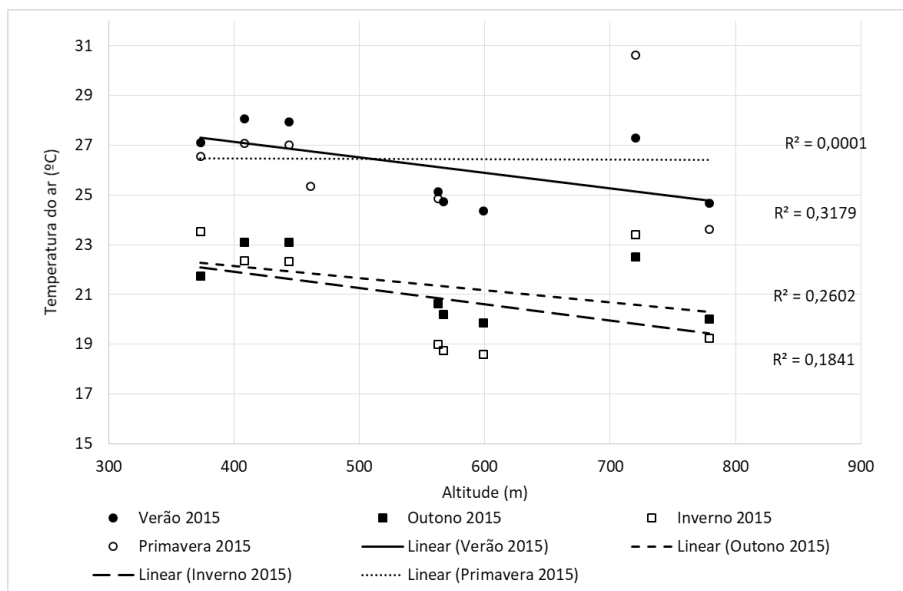


Figura 10

Gráfico de dispersão entre Temperatura (°C) e Altitude (m) para o ano de 2015.

Quadro IV

Dados analisados e orientação de vertentes.

Ponto	Local	Orientação	2014				2015			
			Verão	Outono	Inverno	Primavera	Verão	Outono	Inverno	Primavera
8	Sopé da Serra	Sul	26,90	22,31	20,62	26,81	27,09	21,73	23,53	26,55
5	Sítio do Tiago	Sul	23,94	19,94	17,60	22,52	24,36	19,84	18,58	x
3	Dona Albertina	Sul	25,35	21,44	18,82	25,44	27,28	22,50	23,40	30,63
7	Alto da Serra	Leste	24,35	20,36	18,54	22,63	24,66	20,00	19,22	23,63
9	COHAB III	Leste	27,47	23,29	21,23	25,73	27,95	23,10	22,33	27,02
11	Bairro Industrial	Leste	27,53	23,22	21,13	25,79	28,07	23,09	22,34	27,06
10	Tomba Morro	Norte	26,75	24,12	X	X	X	X	X	x
4	Museu da Vovó	Norte	23,79	20,12	17,72	22,90	24,72	20,18	18,73	x
1	Vargem Linda	Norte	24,92	21,26	19,11	X	X	X	X	25,36
6	Estação Meteorológica	Norte	24,00	20,09	17,70	X	X	X	X	x
2	Sítio da Mantiqueira	Oeste	24,91	20,06	17,80	23,55	25,14	20,63	18,98	24,86

Fonte: BIOCLIMA-UFV.

inverno de 2014, períodos nos quais as menores médias aparecem no ponto 4 e ponto 6, ambos voltados para Norte.

Conclusão

A Climatologia Geográfica urge de expandir os estudos para compreender o comportamento do clima no que tange sua conformação, principalmente devido às dimensões territoriais brasileiras e sua incipiente rede de monitoramento a nível regional.

Nesse sentido, o presente trabalho, de caráter experimental, desenvolvido pelo Laboratório de Biogeografia e Climatologia (BIOCLIMA) da Universidade Federal de Viçosa, a partir da construção de uma rede de monitoramento iniciada em julho de 2013, buscou relacionar os dados de temperatura do ar com a altimetria e orientação de vertentes durante os anos de 2014 e 2015. A partir da análise, constatou-se que a altimetria se mostrou como um fator preponderante no que se refere à conformação térmica da área de estudo, corroborando os resultados constatados pela literatura sobre o tema.

A correlação entre temperatura média e altitude oscilou de moderada à forte no ano de 2014 e de bem fraca à moderada em 2015. Tal observação permite dizer que as condições sazonais, determinadas pelas condições sinóticas influenciam na nessa correlação, como menciona o trabalho de Fialho e Paulo (2014) para condição de 15 dias no mês de julho de 2014.

Um segundo ponto a ser destacado refere-se a alguns dados que demonstraram a influência da localização dos pontos de coleta sobre o relevo. Essa localização apresentou influência significativa para as respostas térmicas, ao passo que a possível explicação para a variação térmica está na ocorrência de brisas - de vale e de montanha -, elemento não mensurado na pesquisa, mas que pode ser inferido quando se compara os dados de temperatura média do ar e a orientação de vertentes.

Agradecimentos

- Ao CNPq pelo financiamento da pesquisa, "A importância do sítio no caráter climático das cidades localizadas na Zona da Mata

Mineira.” (Número do processo: CNPq - Projeto Universal: 400554/2011-9).

- Ao PIBIC-CNPq-UFV (2017-2018) pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica, ao acadêmico Leonardo Brandão do Prado, no projeto: Clima e Sítio - Um estudo de caso ao longo do perfil Ponte-Nova-Ubá, na Zona da Mata Mineira e ao PIBIT-CNPQ-UFV pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica a Ludmilla Alves Fernandes, no projeto: “Utilização de policloreto de Vinila (PVC) na construção de miniabrigos meteorológicos”.

Bibliografia

- Ab'Saber, A. N. (2003). *Os domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Alves, R. S. (2015). *Interações entre fatores e elementos do clima no percurso Ponte Nova - Viçosa - Ubá, Zona Da Mata Mineira: Identificação de diferentes ambientes termohigrométricos*. (2015). Monografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil.
- Amorim, R. C. F. (2009). *Espacialização de variáveis meteorológicas combinando informações de imagens de satélite com técnicas de interpolação para o estado de Minas Gerais*. Tese, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil.
- Andrade, M. C. (1961). *Aspectos Geográficos da Região de Ubá*. Relatório, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, Avulso, nº 1.
- Ayoade, J. O. (2001). *Introdução à climatologia para os trópicos*. (15ª edição). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Fialho, Edson Soares. *Ilha de calor em cidade de pequeno porte: Um caso de Viçosa, na Zona da Mata Mineira*. 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências e Artes, Programa de Pós-graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Fialho, E. S.; Alves, R. S. & Lopes, D. I. (2011). Clima e sítio na Zona da Mata Mineira: Uma análise em episódios de verão. *Revista Brasileira de Climatologia*, Curitiba, 8, 118-136. Acedido a janeiro-junho de 2011, em: < <http://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/25799>>.
- Fialho, E. S. & Paulo, M. L. S. (2014). Clima e sítio: a variabilidade termohigrométrica, ao longo do transeto Ponte Nova-Ubá, na Zona da Mata Mineira/Brasil. In: C. A. da Silva, E. S. Fialho & E. T. Steinke (Org), *Experimentos em Climatologia Geográfica*, (1ª edição) (pp. 107-128). Dourados: UFGD.
- FIEMG. Zona da Mata (2004). Disponível em: <<https://www7.fiemg.com.br/regionais/zona-da-mata/mais-zona-da-mata>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- Ferreira, G. R. & Fialho, E. S. (2016). Campo térmico x fator de visão do céu: Estudo da área central do município de Viçosa-MG em episódios de outono e inverno-2014. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 43, 247-271. Acedido a 5 de abril de 2015, em < <http://seer.u.br/index.php/bgg/article/view/53920>>
- Fritzsons, E.; Wrege, M. S. & Mantovani, L. E. (2015). Altitude e temperatura: estudo do gradiente térmico no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Climatologia*, 16, 108-119. Acedido a 28 de janeiro de 2015, em < <http://dx.doi.org/10.5380/abclima.v16i0.39665>>
- Guerra, A. J. T. & Cunha, S. B. da (Org) (2001). *Geomorfologia uma atualização de bases e conceitos*. (2ª edição). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Machado, F. L. V. & Jardim, C. H. (2014). Indicadores climáticos de degradação ambiental em áreas urbanas: o aglomerado da serra em Belo Horizonte - MG. In: C. A. Da Silva, E. S. Fialho e E. T. Steinke, (Org). *Experimentos em Climatologia Geográfica*, (1ª edição) (129-144). Dourados: UFGD.
- Magalhães, I. A. L.; Almeida, K. L.; Thiago, C. R.; Junior, B. S.; Zanetti, S. S. & Cacilio, R. A. (2013). Análise de métodos de interpolação para espacialização da precipitação pluvial na região norte do estado do Espírito Santo. In *Anais, XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, (5651-5657). Foz do Iguaçu, Abril 13 a 18
- Mendonça, F. & Danni-Oliveira, I. M. (2007). *Climatologia: noções básicas e climas do Brasil*. São Paulo: Oficina de Textos.
- Moreira, A. A. N. & Camelier, C. (1977). *Relevo, Geografia do Brasil: Região sudeste*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Nunes, W. A. G. A.; Ker, J. C.; Schaefer, C. E. G. R.; Fernandes Filho, E. I. & Gomes, F. H. (2001). Relação solo-paisagem-material de origem e gênese de alguns solos no domínio do “mar de morros”, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, 25, 341-354. Acedido em 2001, em : <http://www.scielo.br/pdf/rbcs/v25n2/11.pdf>.
- Rodela, L. G. & Tarifa, J. R. (2002). O clima da Serra de Ibitipoca, Sudeste de Minas Gerais. *Revista Geosp*, 11, 101-113. Acedido em 2002, em < <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2002.123649>>
- Shimakura, S. E. (2006). *Interpretação do coeficiente de correlação*. Em <<http://leg.ufpr.br/~silvia/CE003/node74.html>>

Souza, E.; Toledo, C. C. & Fernandes-Filho, E. I. (2009). Uso do solo na Zona da Mata, Minas Gerais. In *Anais, Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*, 12, Viçosa, Julho 6 a 10. Disponível em: <http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo12/012.pdf >

Valverde, O. (1958). Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, 20, 3-82. Acedido a janeiro-março de 1958, em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBG/RBG%201958%20v20_n1.pdf.

Uma abordagem multiescalar das alterações do uso do solo na Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro.

A multiscale approach to land use change in Tijuca Forest, Rio de Janeiro.

Paula Coelho Araújo

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
plcaraujo@hotmail.com
ORCID: 0000-0002-0836-9094

André de Sousa Avelar

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
andreavelar@acd.ufrj.br
ORCID: 0000-0002-5531-3931

Resumo:

As florestas tropicais prestam diversos serviços ambientais, principalmente as urbanas que atuam como reguladores climáticos e hidrológicos dos sítios urbanos. A Floresta da Tijuca está localizada na cidade do Rio de Janeiro (Brasil) e possui um histórico de devastação, o que refletiu em grande perda da sua diversidade e alterações em todo o sistema geohidroecológico. O objetivo da pesquisa é realizar um resgate espaço-temporal dos impactos provocados na floresta, por alterações no uso do solo, e como estes impactos conduziram às modificações nos sistemas ambientais. O processo de degradação florestal iniciou-se no século XIX, a partir da derrubada da vegetação e implantação do cultivo do café nas encostas florestadas. A cidade do Rio de Janeiro então sofreu déficits no abastecimento de água, a estabilidade original do sistema foi afetada e houve alterações nas condições microclimáticas, contribuindo para que o governo promovesse o reflorestamento destas áreas. Por ser uma floresta urbana, a mesma é fonte de grandes pressões externas que alteram as condições iniciais do geossistema, sendo constatada na pesquisa modificações na temperatura e na qualidade da água, ocorrência de chuva ácida, deslizamentos de terras, dentre outros. Este quadro de degradação evoluiu significativamente ao longo das décadas, porém a unidade de conservação, nos últimos anos, tem sido fortemente protegida por medidas implantadas pelo órgão gestor e apresentando melhorias nos resultados em termos de qualidade ambiental. Conclui-se que a floresta, apesar de toda a degradação sofrida, continua ainda desempenhando funções fundamentais como a estabilização do clima, a regulação hidrológica e as raízes da cobertura vegetal contribuem para a estabilidade das encostas. Nesse sentido, a conservação deste recurso é fundamental para que estes serviços ambientais continuem sendo realizados e continuem também beneficiando a própria cidade.

Palavras-chave: Floresta urbana; Alterações do uso do solo; Degradação florestal.

Abstract:

Tropical forests provide various environmental services, especially urban ones that act as climate and hydrological regulators of urban sites. The Tijuca Forest is located in the city of Rio de Janeiro (Brazil) and has a history of devastation, which reflected in great loss of its diversity and changes throughout the geohydroecological system. The objective of the research is to perform a space-time rescue of the impacts caused in the forest, by changes in the use of the soil, and how these impacts have led to the modifications in the environmental systems. The process of forest degradation began in the 19th century, from the clearing of vegetation and the implantation of coffee cultivation on forested slopes. The city of Rio de Janeiro suffered deficits in water supply then, the original stability of the system was affected and there were changes in the microclimatic conditions, contributing for the government to promote the reforestation of these areas. Because it is an urban forest, it is a source of great external pressures that alter the initial conditions of the geosystem, being verified in the research modifications in the temperature and water quality, occurrence of acid rain, landslides, among others. This degradation framework has evolved significantly over the decades, but the conservation unit in recent years has been strongly protected by measures implemented by the managing body and showing improvements in results in terms of environmental quality. It is concluded that the forest, despite all the degradation suffered, still plays a fundamental role as the stabilization of the climate, the hydrological regulation and the roots of the vegetation cover contribute to the stability of the slopes. In this sense, the conservation of this resource is fundamental so that these environmental services continue being realized and continue also benefiting the own city.

Keywords: Urban forest; Changes in land use; Forest degradation.

Introdução

As florestas tropicais atuam como verdadeiros moderadores da qualidade ambiental, pois amortecem os impactos de diversas magnitudes, contribuindo para a estabilidade do sistema existente nas cidades, a atenuação das variações térmicas, o controle da erosão das encostas, bem como, na manutenção do equilíbrio hídrico. Além destes fatores, ainda garantem a infiltração da água no solo, a recarga dos aquíferos e atuam na intercepção das águas das precipitações (Coelho Netto, 1985; Zaú, 1994; Rocha Leão, 1997; Silveira, 1997; Fernandes, 1998; Felipe, 2009).

O depósito de serapilheira, que se acumula nos solos florestais, impede o impacto direto das gotas de chuva no solo, e por sua vez, a ocorrência de processos erosivos, lixiviação e compactação do solo. Ademais, a serapilheira permite que haja maior disponibilidade de matéria orgânica no solo, contribuindo para sua melhor formação, estruturação e estabilização dos agregados e aprimoramento dos atributos físicos que favorecem a infiltração (Campos *et al.*, 1995).

As mudanças relacionadas ao uso do solo provocam desmatamentos das áreas de cobertura

vegetal e, embora determinadas regiões impactadas possam sofrer uma regeneração parcial ou integral do sistema florestal, o retorno da funcionalidade geohidroecológica só ocorrerá em um prazo mais longo (Coelho Netto, 1995).

As alterações promovidas na vegetação, nos solos e demais componentes da biosfera terrestre influenciam em mudanças no clima, como nos processos biogeoquímicos e nas propriedades biofísicas da superfície. Logo, a quantidade de energia água, carbono e outras espécies químicas que são estocadas e trocadas com a atmosfera irão também sofrer variações (Zhao e Jackson, 2014; Bright *et al.*, 2015). Chapin *et al.* (2012) retrata que as mudanças na cobertura vegetal podem, ainda, resultar em perturbações na temperatura do ar e afetar a estrutura do ecossistema e suas funcionalidades.

A Floresta da Tijuca é uma unidade de conservação urbana, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil (Figura 1). É marcada por um histórico de devastação, com grande perda da sua diversidade, a partir da retirada da cobertura vegetal e uso da terra para fins econômicos, principalmente no que se refere aos fins agrícolas. Tais modificações provocaram alterações em todo o sistema geohidroecológico, principalmente no que tange a dinâmica

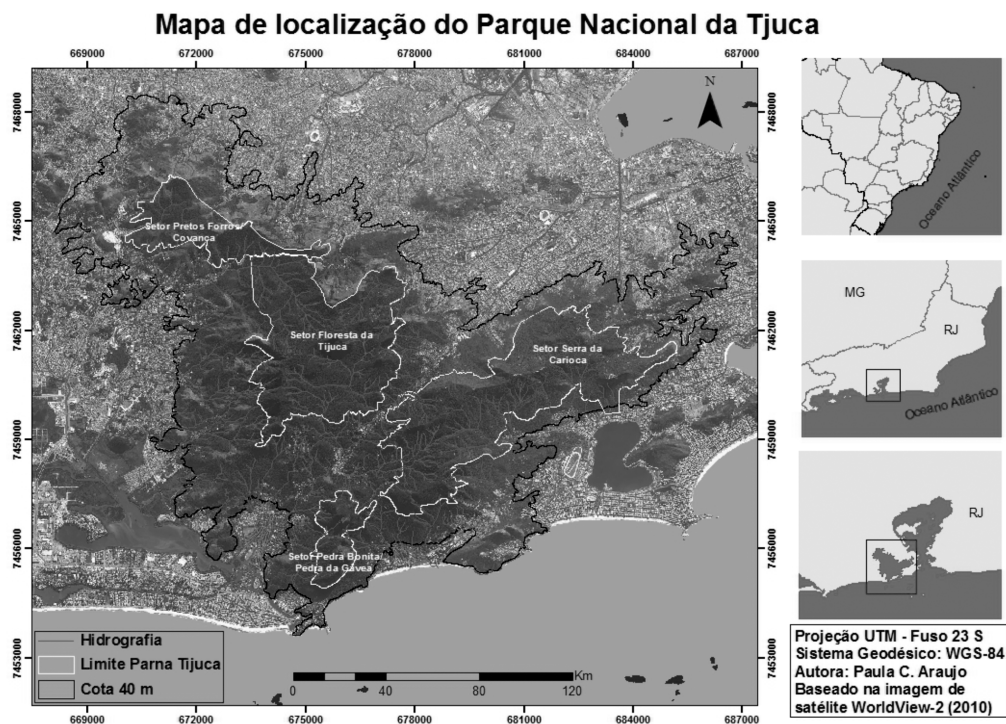


Figura 1
Mapa de localização da Floresta da Tijuca.

hidrológica, conduzindo a grandes desequilíbrios, que afetaram o abastecimento hídrico da cidade do Rio de Janeiro, induzindo a redefinição dos planos de abastecimento de água.

Diante da importância da manutenção das áreas de uso florestal e das consequências causadas pela perda deste recurso, esta pesquisa tem por objetivo fazer um resgate espaço-temporal dos impactos provocados na floresta, por alterações no uso do solo da Floresta da Tijuca, com a finalidade de compreender como estes impactos interferem nos sistemas ambientais e influenciam nas respostas apresentadas pela floresta.

A remoção da floresta e os impactos nos compartimentos geossistêmicos

No ciclo hidrológico há circulação de água no planeta em decorrência das variações de entrada de energia e modificações do estado físico da água. A partir da precipitação, parte da água irá evaporar ou ser interceptada pela vegetação, antes mesmo de atingir a superfície, e a outra parte, irá infiltrar, até saturar os poros do solo, gerando um escoamento subsuperficial (Coelho Netto, 1995; Summerfield, 1991). Quando a umidade do solo estiver suficientemente elevada, a água irá percolar lateralmente no solo em direção aos rios através do escoamento superficial (Dunne e Leopold, 1978).

A partir da retirada da floresta irão ocorrer alterações nos fluxos envolvidos no ciclo hidrológico. Com o aumento do albedo, a vegetação tende a absorver maior quantidade de radiação de onda curta e, por conseguinte, refletir menos. Haverá maiores flutuações da temperatura e déficit de tensão de vapor das superfícies (Tucci, 2003).

Em áreas florestais a evapotranspiração (ET) é alta devido à baixa taxa de albedo, baixas temperaturas da superfície diurna, alta rugosidade aerodinâmica (devido à baixa resistência aerodinâmica ao transporte de vapor de água), alta área foliar, em função do alto armazenamento de interceptação pelas chuvas, além das raízes serem profundas. A ET é maior em florestas tropicais, do que em outros tipos de cobertura da terra (Bruijnzeel, 2001), no entanto, variações nas taxas de evapotranspiração ocorrem a partir de transformações no uso e cobertura do solo (Lee, 2010).

Algumas pesquisas demonstram a relação entre a precipitação e a evapotranspiração. Eltahir e Bras (1996) estimaram que de 25 a 56% da precipitação amazônica é derivada da ciclagem da água evaporada no interior da bacia, logo, se a evaporação for

reduzida pelo desmatamento, a precipitação, por sua vez, também irá. Modelos de previsão do clima apontam para este cenário, ou seja, diminuição da precipitação devido à evapotranspiração reduzida (Hahmann e Dickinson, 1997).

Em geral, as florestas tropicais possuem maior capacidade de infiltração e realizam este processo de uma forma mais rápida, em função dos valores de condutividade hidráulica do solo serem mais elevados, assim como, dispõem de um dossel denso e de um sub-bosque que retém alto teor de matéria orgânica (Lima *et al.*, 2013). Nesse sentido, o desflorestamento produz alterações hidrológicas e climáticas, que afetam a umidade do solo, reduzindo a sua capacidade de infiltração.

Em áreas urbanas, os processos como a lixiviação e a compactação do solo reduzem a porosidade total e o volume dos macroporos no solo, acarretando a redução das taxas de infiltração. Estes fatores, aliados com a redução da condutividade hidráulica nos solos, promovem o aumento do fluxo superficial hortoniano, que é uma importante fonte de erosão fluvial em áreas desflorestadas. De acordo com Neary *et al.* (2009) algumas superfícies foram tão alteradas que as taxas de infiltração se aproximaram de zero e 100% das chuvas incidentes apresentaram fluxo superficial.

Alvarenga *et al.* (2016) analisaram a simulação e observação de componentes hidrológicos em uma pequena bacia florestada, a partir do Modelo de Distribuição Hidrológica no Solo e na Vegetação (DHSVM), e os efeitos de possíveis cenários de mudança de cobertura na bacia estudada. Os resultados demonstraram que essas alterações na cobertura promovem aumento de 22% no escoamento superficial, diminuição de 71% de interceptação do dossel, redução em 30% da evapotranspiração e 10% da profundidade do lençol freático.

A redução na disponibilidade de água dos aquíferos, assim como na ET da bacia, diminui o fluxo que alimenta os canais em períodos mais secos (Price, 2011). A tendência para o declínio do fluxo de base associada à urbanização também foi constatado entre alguns estudos disponíveis na literatura (Chang, 2007; Rose e Peters, 2001; Simmons e Reynolds, 1982; Leopold, 1968).

Coelho *et al.* (2015) afirmam que o sul do Brasil, durante o verão de 2013/2014 e no início do ano de 2015, sofreu a maior seca observada comparada aos últimos anos, o que afetou a disponibilidade de água na região. A floresta poderia atenuar estes efeitos, oferecendo melhores condições para a regulação natural do fluxo (Price, 2011).

Menezes *et al.* (2009) compararam duas nascentes com diferentes usos de solo. Os autores obtiveram resultados de condutividade hidráulica superior a 2,5 m/dia e abaixo de 1 m/dia, bem como, porosidade drenável superior a 40% e inferior a 32%, em bacias florestada e agrícola, respectivamente.

Os fluxos de sedimentos e nutrientes, em bacias florestadas, são também moderados, uma vez que os mesmos fatores que promovem a infiltração, fluxo e armazenamento de umidade no solo, também reduzem a erosão superficial (Neary *et al.*, 2009). Os ciclos curtos de nutrientes em solos florestais e bacias hidrográficas não perturbadas resultam em ganhos líquidos e, quando há perdas, as mesmas mostram-se reduzidas, em comparação com outros usos da terra (Hornbeck *et al.*, 1987; Swank e Waide, 1988). Além disto, as plantas perenes e a matéria orgânica nos solos da floresta ajudam a reter nutrientes.

Os canais que drenam as águas em áreas florestais tendem a ser relativamente estáveis, com baixas concentrações de nutrientes e contaminantes, além de conterem maior biodiversidade aquática em relação aos rios das áreas adjacentes que abrigam outros tipos de uso do solo (Kratzer *et al.*, 2006). Nunes (2009) em sua pesquisa concluiu que as concentrações de nitratos, fósforo, coliformes totais e condutividade na água estavam relacionadas à ocupação do solo. Em área florestal a qualidade da água apresentou-se em bom estado de conservação, enquanto que em locais onde se desenvolvem atividades urbano-industriais o recurso mostrou-se deteriorado.

Em encostas montanhosas a velocidade do escoamento superficial das águas é maior, em função da ação da força da gravidade, tendo a vegetação um papel fundamental ao atuar como barreira natural para o fluxo hídrico (Tambosi *et al.*, 2015). Naturalmente, essas áreas estão sujeitas aos movimentos de massa no solo, no entanto, a remoção da cobertura vegetal do solo potencializa estes eventos catastróficos. Terrenos com declividades superiores a 25°, em que a cobertura vegetal foi removida por ações antrópicas, têm alto risco de deslizamentos, como já ocorrido na Floresta da Tijuca, em que as encostas possuem declividades que variam entre 18° e 37° (Fernandes *et al.*, 2001).

Esta análise teórica permite compreender como a derrubada da cobertura vegetal afeta os demais compartimentos geossistêmicos em florestas tropicais e favorece o entendimento dos processos ocorridos na Floresta da Tijuca, após o uso do solo ser destinado ao cultivo do café.

A Floresta da Tijuca: processos de degradação e esforços para o retorno das suas funcionalidades

As florestas primárias da cidade do Rio de Janeiro sofreram poucas alterações até quase metade do século XVIII. Até o século XIX, o abastecimento de água do Rio de Janeiro estava sujeito à captação do recurso nas encostas florestadas montanhosas (trazidas pela força da gravidade), que chegava até a população através de fontes e chafarizes públicos distribuídos pela cidade, transportada por aquedutos (Drummond, 1988).

O café, espécie exótica que foi introduzida pelos europeus em território brasileiro a partir de 1750, adaptou-se às condições climáticas e pedo-geomorfológicas do Rio de Janeiro e transformou-se rapidamente em cultivo de grande escala, tornando-se a principal atividade econômica da sociedade imperial, já que também a maior parte das receitas geradas no país provinha desta atividade econômica (Abreu, 1992).

Entre 1790 e 1830 o plantio monocultor, inicialmente inserido dentro das fazendas na cidade do Rio de Janeiro, expandiu em direção as encostas florestadas e em um curto período, a vegetação que estava praticamente intacta foi derrubada. Esta cobertura florestal então teve como destino a produção de carvão e o seu emprego como material de construção. A Floresta da Tijuca ficou exposta a pressões demográficas e econômicas (Amador, 1992).

A ausência da cobertura vegetal associada aos processos erosivos e o uso intenso do solo utilizado pela monocultura reduziram as taxas de precipitação, provocando durante os episódios de elevadas chuvas as inundações na cidade. Os aquíferos subterrâneos também deixaram de ser abastecidos, assim como, os fluxos de base dos rios e as nascentes. Quando as terras se mostravam improdutivas para o plantio, se recorria a outras e abandonavam-se aquelas erodidas, aprofundando o desmatamento da floresta (Dean, 1996).

As áreas abandonadas pelo plantio do café eram posteriormente utilizadas pela pecuária extensiva ou eram, gradativamente, ocupadas por gramíneas, dando início ao processo de sucessão ecológica (Drummond, 1997).

Como resultado deste processo exploratório houve quatro grandes secas nos anos de 1824, 1829, 1833 e 1843, que causaram sérios déficits no abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com os cursos d'água que apresentavam redução significativa do seu fluxo. A escassez hídrica, a busca por novas fontes de captação de água era

uma preocupação constante no governo e os debates políticos advertiam sobre as práticas do uso do solo e desmatamento, as modificações nas precipitações e um possível cenário no futuro de paisagens desérticas (Pádua, 2004; Figueiró, 2005).

Conforme Abreu (1992), em 1843 sob forte e prolongada seca, medidas conservacionistas que visavam recompor a vazão das nascentes foram implantadas, uma vez que se compreendeu que não era mais possível encontrar novos mananciais, se os já existentes não fossem preservados. Assim, diversas propriedades rurais foram desapropriadas para fins de preservação e recuperação das fontes de água e da floresta. Posto isto, o governo imperial em 1844: “(...) mandou abastecer com novas plantações as matas existentes, que estão desfalcadas, e ampliá-las com outras artificiais, alternando nestas as árvores de pronto crescimento e de pouca duração, com as de grande duração e crescimento tardio, a fim de que, quando perecerem as primeiras, achem-se as segundas em estado de suprir a sua falta”. (Ministério do Império *apud* Abreu, 1992: 77).

Durante os anos de 1862 a 1887, milhares de mudas foram plantadas junto às encostas e nascentes, promovendo o reabastecimento de água potável na cidade e, ainda, o surgimento do ecossistema de floresta secundária.

Embora essas ações contribuíssem para a retomada da água, a estabilidade original do sistema foi afetada e a floresta não se regenerou por completo. A partir do rompimento da estabilidade inicial, fixaram-se permanentemente as gramíneas, que possuem uma capacidade reduzida de ciclagem de nutrientes (Figueiró, 2005). Logo, as mudanças ocorridas na vegetação, também propiciaram alterações nas condições microclimáticas, nas temperaturas, na umidade, na circulação do ar e mudanças na fauna local. Assim, o processo de desajuste ou a instabilidade do sistema montanhoso iniciou-se a partir do histórico de ocupação.

A floresta frente aos novos desequilíbrios

A floresta, atualmente, é um “importante centro armazenador e distribuidor de águas pluviais, de onde convergem descargas fluviais (líquidas, sólidas e solúveis) para as baixadas circundantes, antes de desaguar em seus respectivos reservatórios terminais” (Coelho Netto, 2005: 48). Os canais fluviais possuem excelente qualidade da água, com altos teores de oxigenação, livres da presença de contaminantes, sendo as alterações apresentadas pelo

recurso, em função do contato entre os outros compartimentos geoambientais (Araujo, 2016).

A serapilheira possui um papel fundamental para a regulamentação térmica e a dinâmica geocológica do solo. Esta camada de matéria orgânica possui a capacidade de “tamponamento térmico” e a pesquisa de Figueiró (2005) aponta uma diferença de temperatura entre o topo e a base da serapilheira, chegando a ultrapassar 3°C.

Apesar dos serviços ambientais prestados à cidade, a expansão do sítio urbano e o processo de ocupação no entorno florestal vem causando alterações na cobertura vegetal. As edificações formais e ocupações informais, estradas, loteamentos, vem alterando as condições climáticas locais, gerando as ilhas de calor, aumento das temperaturas nos centros urbanos e modificações nos fluxos dos ventos potencializando, desta forma, os efeitos dos eventos climáticos extremos e promovendo grandes descargas pluviais (GEOHECO/SMAC, 2000). A poluição atmosférica também é agravada pelas atividades urbanas, sendo constatada a ocorrência de chuva ácida em algumas mensurações pluviométricas (Silveira, 1997).

As mudanças ambientais, induzidas pelo fator antrópico, vêm causando alterações no ciclo hidrológico, perda de resistência dos solos, aumento dos processos erosivos e, gerando em decorrência disto, os movimentos de massa. Estudos demonstram que na estação chuvosa, estas descargas hídricas extrapolam a capacidade de suporte dos sistemas de drenagem urbana, provocando enchentes nas áreas mais baixas (Zaú, 1994; Rocha Leão, 1997; Silveira, 1997; Fernandes, 1998).

Outra forma de degradação verificada é o aumento da ocorrência de incêndios, devido à prática de soltar balões de papel (impulsionados por ar quente) por parte da população. Desta forma, observa-se que estes locais já estão condicionados a um “ciclo de degradação”, tendo em vista que a ocorrência do fogo deteriora a vegetação e cria as condições para que ocorram outros episódios (Freitas, 2001). Além disto, os incêndios são os geradores dos desajustes geo-hidroecológico em todo o sistema.

O mapeamento do uso da terra e cobertura vegetal, de Dias (2011), realizado no maciço montanhoso que abriga a floresta, demonstrou que há predomínio da cobertura vegetal em bom estado de conservação (86%), mas também 10% de áreas de ocupação formal e informal. Estes 10% de ocupação causam mudanças significativas na qualidade de água, como verificado em parte das áreas adjacentes, em que é recorrente encontrar resíduos domésticos na água (Araujo, 2013).

As comunidades de ocupação informal utilizam as nascentes como forma de abastecimento de água, descartam seus resíduos diretamente nos rios, em fossas e em algumas partes o esgotamento sanitário é oferecido para a população residente. Já no setor de ocupação formal, o abastecimento hídrico é feito predominantemente pelas nascentes, mas há presença de fossas. Diante da ineficiência de redes de esgoto no entorno da floresta, as águas podem estar sendo contaminadas e tendo sua qualidade alterada (Silva, 2014).

A escala de impactos na vegetação extrapola os limites da Floresta da Tijuca, como apontado por diversos estudos. A ocorrência de movimentos de massa devido às ocupações estava sendo frequentes durante os anos anteriores a 2006 nas encostas montanhosas florestadas do Rio de Janeiro, sendo que a degradação, das clareiras de deslizamento, se propaga mais rapidamente que o tempo de retorno da vegetação para estas clareiras (Negreiros, 2011).

O crescimento acelerado do Rio de Janeiro, a partir do século XX, juntamente com a ocupação de encostas assinala uma nova etapa de degradação florestal, contribuindo para que os desastres naturais se tornasse um evento recorrente na cidade (GEOHECO/SMAC, 2000).

A bacia do rio Cachoeira possui suas cabeceiras de drenagem inseridas dentro da Floresta da Tijuca e sua extensão abrange as áreas do entorno da floresta, atingindo as áreas urbanas. Nesse sentido, tomando como referência esta bacia, foi realizado o monitoramento do uso do solo de todo o maciço da Tijuca, incluído a bacia do rio Cachoeira, dos seguintes anos e de acordo com as seguintes fontes: 1972, 1984 e 1996 por GEOHECO (2000) e 2014 por Martinez (2014). Desta forma, podem-se compreender as alterações que ocorreram na bacia ao longo dos anos a partir das Figura 2 e Quadro 1 (existem poucas alterações no que se refere às nomeações das classes ao longo dos anos supracitados).

Ao longo dos anos, observaram-se algumas modificações nos resultados, porém cabe ressaltar que, os mapeamentos possuíam alguns aspectos que se diferenciavam, como a resolução e qualidade das imagens e até mesmo na própria interpretação das classes por parte dos autores para mapear.

No Quadro 1, constata-se que no ano de 1996 foram obtidos baixos resultados no que tange a qualidade ambiental, ou seja, aumento dos movimentos de massa e um valor elevado das áreas de gramíneas, no mesmo período em que houve redução da floresta em estágio de sucessão avançado.

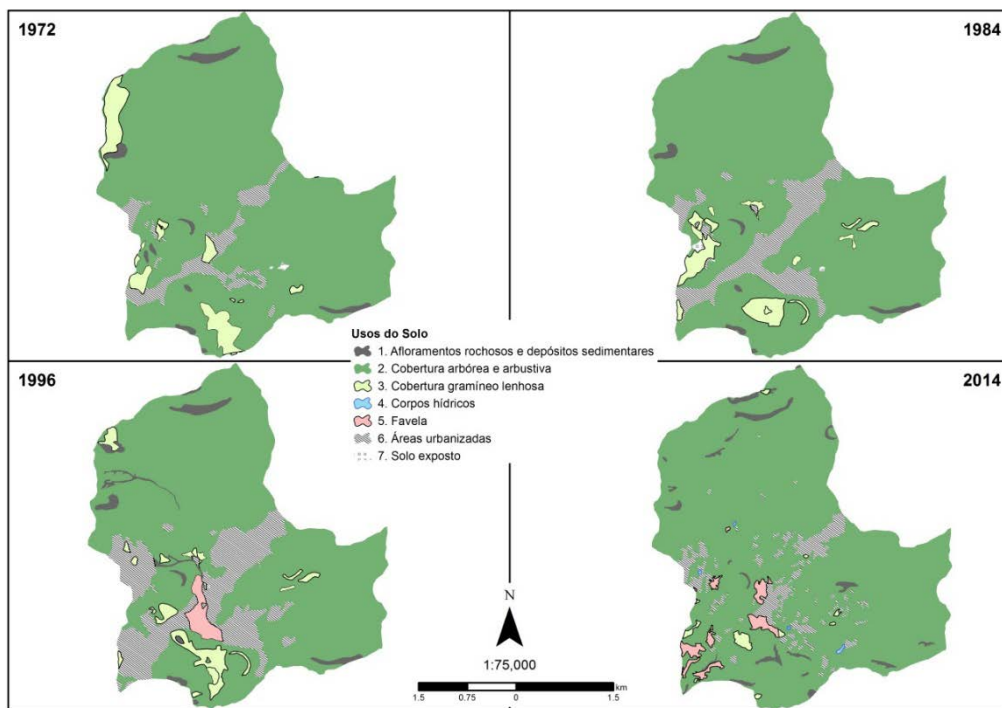


Figura 2
Monitoramento do uso do solo da bacia do rio Cachoeira, Floresta da Tijuca
Fonte: Elaborado por Maria Isabel Martinez (2017).

Quadro I

Informações sobre as alterações de uso do solo da bacia do rio Cachoeira (Floresta da Tijuca), ao longo dos anos.

Classes (anos de 72/84/96)	Classes (ano de 2014)	Área (Km²) relativa às classes ao longo dos anos			
		1972	1984	1996	2014
Movimento de massa	Afloramentos rochosos e depósitos sedimentares	29,87	27,64	39,60	35,75
Floresta Clímax Local/ Floresta Secundária Inicial/ Floresta Secundária Tardia	Cobertura arbórea e arbustiva	1307,55	1256,36	1137,92	1329,76
Cultivos / gramíneas / Formação Pioneira	Cobertura gramíneo lenhosa	75,97	62,16	54,88	11,12
	Corpos hídricos				1,29
Alta densidade	Favela			23,31	28,60
Baixa densidade	Áreas urbanizadas	82,61	148,32	241,54	90,84
Solo exposto		1,31	2,84	0,07	

Fonte:

Elaborado por Maria Isabel Martinez (2017).

Já no ano de 2014, verificaram-se alterações positivas como a redução das áreas urbanizadas no interior e nas bordas e aumento das áreas florestais nesta bacia, que está localizada predominantemente dentro de uma unidade de conservação. Atribui-se estas melhorias as medidas implantadas pelos órgãos gestores desta área de conservação, que vem nos últimos anos implantando diversas medidas conservacionista, embora ainda existam diversos impactos sob a floresta, conforme supracitado. Martinez (2014) pontua também que esta variação está relacionada à diferença de metodologias utilizadas no mapeamento.

Conclusão

Frente aos impactos sofridos pela floresta, desde o ano de 1750 com as primeiras plantações de café, ela continua ainda desempenhando suas funções. A cobertura vegetal contribui para a regulação hidrológica do sistema ambiental e suas raízes, bem conservadas, geram resistência para a estabilidade das encostas, inibindo os deslizamentos de terra. Além disto, a manutenção desta vegetação garante o controle da destruição de chuva e do armazenamento de água.

Destaca-se que o reflorestamento foi essencial para que o abastecimento de água na cidade retornasse as condições normais e para o reajuste do sistema ambiental.

Esta pesquisa permitiu compreender como os processos sociais sucedidos no tempo e no espaço contribuíram para o entendimento da situação atual da floresta, como as ações antrópicas do passado

ainda estão relacionadas com a forma com que esta cobertura vegetal se apresenta atualmente. Assim, através deste estudo, foi possível obter maior entendimento das questões relacionadas ao sistema tratado e auxilia na elaboração de medidas de intervenção no território com a finalidade de modificá-lo.

Bibliografia

- Abreu, M. A. (1992). A cidade, a montanha e a floresta. In: M. A. Abreu (Org.) *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- Alvarenga, L. A.; Mello, C. R.; Colombo, A.; Cuartas, L. A. & Bowling, L. C. (2016). Assessment of land cover change on the hydrology of a Brazilian headwater watershed using the Distributed Hydrology-Soil-Vegetation Model. *Catena*, 143, 7-17.
- Amador, E. S. (1992). Baía de Guanabara: um balanço histórico. In: M. A. Abreu (Org.). *Sociedade e natureza no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- Araujo, P. C. (2016a). *Qualidade de água e relações geoambientais na bacia do rio Cachoeira, Maciço da Tijuca/RJ*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Araujo, P. C. (2013b). *Respostas hidrogeoquímicas da qualidade da água na bacia do Córrego sujo, Teresópolis (RJ)*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Bright, R. M. (2015). Metrics for biogeophysical climate forcings from land use and land cover changes and

- their inclusion in life cycle assessment: a critical review. *Environmental Science & Technology*, 49, 3291-3303.
- Bruijnzeel, L. A. (2001). Forest hydrology. In Evans J. C. (ed.) *The Forests Handbook*, vol.1, pp. 301-343. Oxford: Blackwell Scientific.
- Campos, B. C.; Reinert, D. J.; Nicolodi, R.; Ruedell, J. & Petreire, C. (1995). Estabilidade estrutural de um Latossolo Vermelho-Escuro distrófico após sete anos de rotação de culturas e sistemas de manejo de solo. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, 19, 121-126.
- Chang, H. J. (2007). Comparative streamflow characteristics in urbanizing basins in the Portland Metropolitan Area, Oregon, USA. *Hydrological Processes*, 21(2), 211-222.
- Chapin Iii, F. S.; Matson, P. A. & Vitousek, P. (2012). *Principles of Terrestrial Ecosystem Ecology*. New York: Springer, New York.
- Coelho Netto, A. L. (1995a). Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia. In: Guerra, A. J. T.; Cunha, S. B. (Orgs.): *Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos*, 1ª ed., pp. 93-148. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Coelho Netto, A. L. (1985b). *Surface hydrology and soil erosion in a tropical mountainous rainforest drainage basin, Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica.
- Coelho, C. A.; Oliveira, C. P.; Ambrizzi, T.; Reboita, M. S.; Carpenedo, C. B.; Campos, J. L. P. S.; Tomaziello, A. C. N. T.; Pampuch, L. A.; Custódio, M. S.; Dutra, L. M. M.; Rocha, R. P. & Rehbein, A. (2015). The 2014 southeast Brazil austral summer drought: regional scale mechanisms and teleconnections. *Climate Dynamics*, 1, 1-16.
- Dean, W. (1996). *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Dias, M. A. (2011). *Influência da topografia na dinâmica de bordas floresta-gramínea em um relevo montanhoso, maciço da Tijuca - RJ*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Drummond, J. A. (1997). *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF.
- Drummond, J. A. (1988). O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. *Estudos Históricos*, 1, 278-294.
- Dunne, T. & Leopold, L. B. (1978). *Water in Environmental Planning*. San Francisco: W. F. Freeman & Co.
- Eltahir, E. A. B. & Bras, R. L. (1996). Precipitation recycling. *Reviews of Geophysics*, 34, 367-378.
- Felippe, M. F. (2009). *Espacialização e tipologia de nascentes em unidades de conservação de Belo Horizonte - MG com base em variáveis geomorfológicas, Hidrológicas e Ambientais*. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte.
- Fernandes, M. C. (1998). *Geocologia do Maciço da Tijuca-RJ: uma abordagem geohidroecológica*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Fernandes, N. F.; Guimarães, R. F.; Gomes, R. A. T.; Vieira, B. C.; Montgomery, D. R. & Greenberg, H. (2001). Condicionantes geomorfológicos dos deslizamentos nas encostas: avaliação de metodologias e aplicação de modelo de previsão de áreas susceptíveis. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, 2, 51-71.
- Figueiró, A. S. (2005). *Mudanças Ambientais na interface Floresta-Cidade e propagação de efeito de borda no Maciço da Tijuca, Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Freitas, L. E. (2001). *Transformações geocológicas, hidrológicas e erosivas em ecossistemas florestais de encosta: o papel da recorrência de incêndio*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Geoheco-UFRJ/Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Rio de Janeiro- RJ. *Estudos de qualidade ambiental do Geoecossistema do Maciço da Tijuca, fase 2: Subsistema Hidrográfico da Zona Sul (SSHZS)*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- Hahmann, A. N. & Dickinson, (1997). R. E. RCCM2-BATS Model over Tropical South America: Applications to Tropical Deforestation. *Journal of Climate*, 10, 1944-1964.
- Hornbeck, J. W.; Martin, C. W.; Pierce, R. S.; Bormann, F. H.; Likens, G. E. & Eaton, J. S. (1987). The Northern hardwood forest ecosystem: ten years of recovery from clearcutting. *U.S. Department of Agriculture*, NE-RP-596.
- Kratzer, E. B.; Jackson, J. K.; Arscott, D. B.; Aufdenkampe, A. K.; Dow, C. L.; Kaplan, L. A.; Newbold, J. D. & Sweeney, B. W. (2006). Macroinvertebrate distribution in relation to land use and water chemistry in New York City drinking-water-supply watersheds. *Journal of the North American Benthological Society*, 25, 954-976.
- Lee, X. (2010). Forests and climate: a warming paradox. *Science*, 328(5985), 1479.
- Leopold, L. B. (1968). Hydrology for urban land planning: A guidebook on the hydrologic effects of urban land use. *Geological Survey Circular*, 554.
- Lima, W. P.; Ferraz, S. F. B. & Ferraz, K. M. P. M. (2013). Interações bióticas e abióticas na paisagem: uma perspectiva eco-hidrológica. In: M. C. Calijuri e D. G. F. Cunha, (Ed.) *Engenharia ambiental conceitos tecnologia e gestão*. pp. 215-244. Rio de Janeiro: Elsevier.

- Martinez, M. I. (2014). *Avaliação da susceptibilidade de terreno para deslizamentos rasos: Maciço da Tijuca, Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Menezes, M. D.; Junqueira Júnior, J. A.; Mello, C. R.; Silva, A. M.; Curi, N. & Marques, J. J. (2009). Dinâmica hidrológica de duas nascentes, associada ao uso do solo, características pedológicas e atributos físico-hídricos na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Lavrinha-Serra da Mantiqueira (MG). *Scientia Forestalis*, 37, 175-184.
- Neary, D. G.; Ice, G. G. & Jackson, R. (2009). Linkages between forest soils and water quality and quantity. *Forest Ecology and Management*, 258, 2269-2281.
- Negreiros, A. B. (2011). *Recuperação de Floresta Atlântica e resultante hidro-erosiva em clareiras de deslizamentos nas encostas íngremes do Maciço da Tijuca, RJ*. Tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Nunes, A. (2009). Condicionantes físicas e humanas da qualidade das águas fluviais na bacia do rio Tejo. *Cadernos de Geografia*, 28/29, 51-60.
- Pádua, J. A. (2004). *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- Price, K. (2011). Effects of watershed topography, soils, land use, and climate on baseflow hydrology in humid regions: a review. *Prog. Phys. Geogr.*, 35, 465-492.
- Rocha Leão, O. M. (1997). *Potencialidades e limitações da revegetação no controle da hidrologia e erosão dos solos*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Rose, S. & Peters, N. E. (2001). Effects of urbanization on streamflow in the Atlanta area (Georgia, USA): a comparative hydrological approach. *Hydrological Processes*, 15(8), 1441-1457.
- Silva, F. R. S. (2014). *Uso da água na bacia do rio Cachoeira, Maciço da Tijuca (RJ): Qualidade, escassez e conflitos locais*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Silveira, C. S. (1997). *Hidrogeoquímica em sistema de drenagem montanhoso- florestal: subsídio à compreensão do processo de intemperismo - Parque Nacional da Tijuca, RJ*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Simmons, D. L. & Reynolds, R. J. (1982). Effects of urbanization on base-flow of selected south-shore streams, Long Island, New York. *Water Resources*, 18(5), 797-805.
- Summerfield, M. (1991). *Global Geomorphology*. New York: Longman Scientific & Technical and John Wiley & Sons.
- Swank, W. T. & Waide, J. B. (1988). Characterization of baseline precipitation and stream chemistry and nutrient budgets for control watersheds. In: W. T. Swank e Jr. D. A. Crossley, *Forest Hydrology and Ecology at Coweeta*, 66, 57-80. New York: Springer.
- Tambosi, L. R.; Vidal, M. M.; Ferraz, S. F. B. & Metzger, J. P. (2015). Funções eco-hidrológicas das florestas nativas e o Código Florestal. *Estudos Avançados*, 84, 151-162.
- Tucci, C. E. M. (2003). *Hidrologia: ciência e aplicação*. Porto Alegre: ABRH.
- Zhao, K. & Jackson, R. B. (2014). Biophysical forcings of land-use changes from potential forestry activities in North America. *Ecological Monographs*, 84, 329-353.
- Zaú, A. S. (1994). *Varição da cobertura vegetal e efeitos na hidrologia superficial: Maciço da Tijuca, RJ*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

Rota das emoções: paisagem cultural e turismo no Polo Costa do Delta¹

Emotions route: cultural landscape and tourism in the Polo Delta Coast

Vicente de Paula Censi Borges

Universidade Federal do Piauí, Brasil
vpborges@ufpi.edu.br
ORCID: 0000-0002-2291-2292

Resumo:

A política de turismo no Brasil, nos últimos 13 anos, foi baseada no objetivo de dinamizar a economia regionalmente através de atividades relacionadas ao turismo, utilizando, basicamente, recursos locais, identidade cultural e paisagem. Desta forma, entre os produtos gerados pela política implementada, destacam-se as novas rotas turísticas. Assim, este artigo trata da influência do turismo na região costeira do Piauí, que faz parte do principal produto turístico da região meio-norte, a Rota das Emoções. Portanto, com base numa metodologia qualitativa, a pesquisa incide na área que compreende os municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia, que delimitam o território de estudo, denominado "Polo Turístico Costa do Delta". O presente trabalho tem como objetivo destacar o atual cenário de turismo na Rota das Emoções, apresentando influências na paisagem cultural do Polo Turístico da Costa Delta. Inquirida a população residente, os resultados apontam para um impacto negativo no ambiente natural, transformação no modo de vida local e novas perspectivas econômicas para a região costeira do Piauí, que explicam a modelagem das formas de relação entre os sujeitos com a natureza e espaço turístico.

Palavras-chave: Rota das Emoções; Polo Turístico Costa do Delta; Impactos do Turismo; Paisagem Cultural.

Abstract:

Brazilian tourism policy in the last 13 years has been based on the objective of dynamizing the economy regionally through activities related to tourism, using, basically, local resources, cultural identity and landscape. In this way, among the products generated by the policy implemented, the new tourist routes stand out. Thus, this article deals with the influence of tourism in the coastal region of the state of Piauí, Brazil, which is part of the main tourist product of the central north region, the Route of Emotions. Therefore, based on qualitative methodology, this research focuses on the section comprising the municipalities of Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia and Cajueiro da Praia, which delimit the territory under study which is called the Touristic Polo of the Delta Coast. The present work aims to highlight the current scenario of tourism in the Route of Emotions, presenting influences in the cultural landscape of the Touristic Polo of Delta Coast. Surveys of the resident population has generated results that point to a negative impact on the natural environment, transformations in the local way of life and new economic perspectives for the coastal region of Piauí, all of which explain the modeling of the relationships between the residents and the natural and touristic spaces.

Keywords: Route of Emotions; Touristic Polo of the Delta Coast; Tourism Impacts; Cultural Landscape.

Introdução

Cenário paradisíaco constituído por paisagens de diversificada atratividade aos olhares de quem circula pelo litoral do estado do Piauí, região meio norte do Brasil, o Polo Turístico Costa do Delta (Figura 1) congrega histórias e memórias refletidas no modo de vida e uso do território pelas populações locais, as quais interferem no ambiente e imprimem, como uma impressão digital, às modificações antrópicas que inserem-se na tríade que dinamiza e consti-

tui a paisagem cultural da região, ou seja, influenciadas pelas dinâmicas naturais do Rio Parnaíba e seus afluentes, população residente e pelo mar.

Se por um lado a região é dotada de uma beleza cênica singular sustentada pela natureza com ampla diversidade, atividades extrativistas das comunidades e manifestações culturais com diferentes influências, - sobretudo às com origem na cultura portuguesa - por outro enfrenta um contexto social e econômico que mostra-se antagônico à perpetuação da identidade do território, tendo em vista os problemas

¹ Neste artigo os autores atendem as regras ortográficas do português brasileiro.

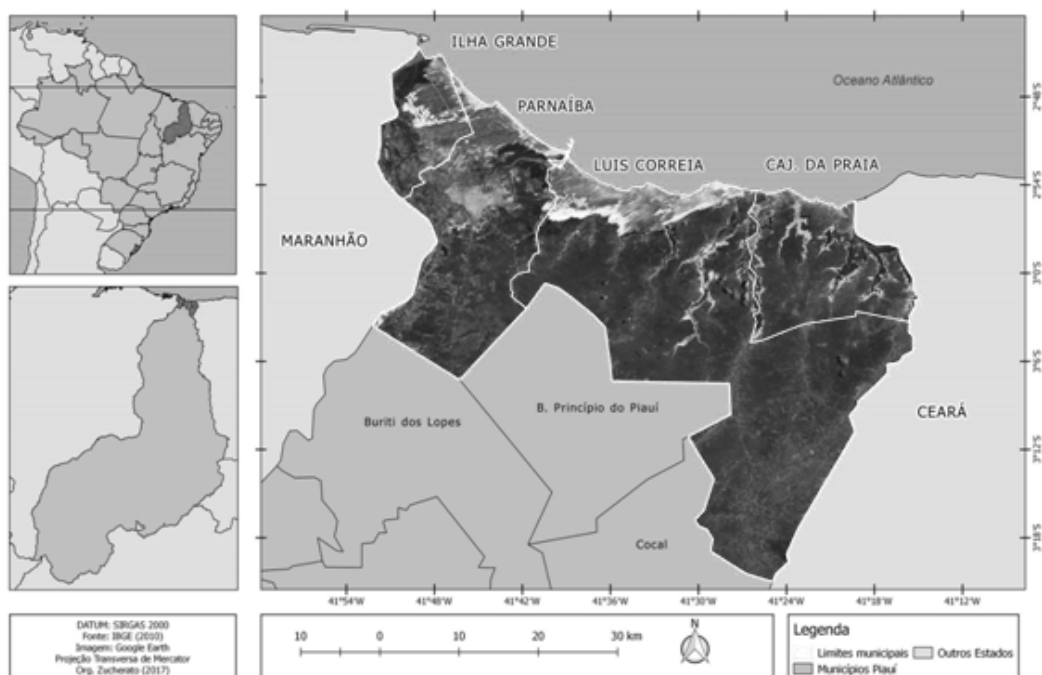


Figura 1
Mapa do Polo Costa do Delta
Fonte: Elaboração própria, 2017.

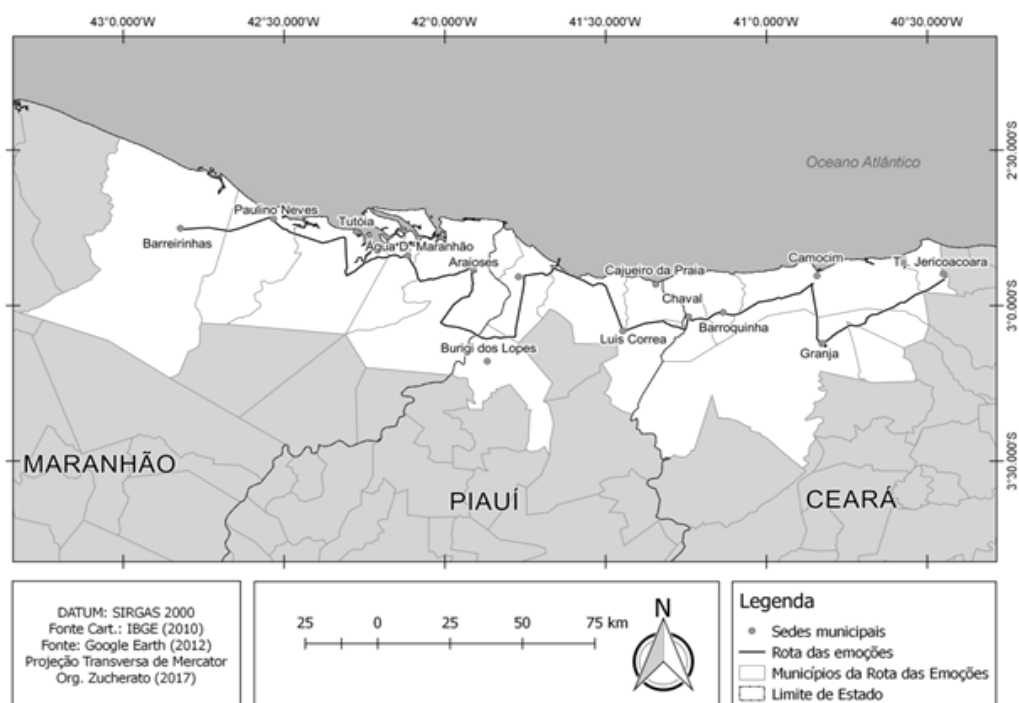


Figura 2
Rota das Emoções (CE, PI, MA)
Fonte: Elaboração própria, 2017.

ambientais, os interesses do capital externo, entre outros que condicionam o desenvolvimento regional.

Considerando que a paisagem cultural é, conforme O'Hare (1997), o ambiente modificado e interpretado pela mente humana, que o presente estudo objetiva destacar o atual cenário do turismo na Rota das Emoções, apresentando as influências na paisagem cultural do território de estudo Polo Turístico Costa do Delta. Para tanto, se faz primaz distinguir os diferentes ambientes que integram os cenários naturais e os que sofreram alguma interferência do ser humano.

A Rota das Emoções (Figura 2), produto turístico que agrega atrativos e outros elementos da oferta turística da região litorânea dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, mesmo mantendo a característica da descontinuidade territorial promovida pelos atrativos pontuais, tem como objetivo unificar, respeitando as diferenças entre os estados e municípios partícipes, o território abrangido pela rota turística.

Enfatiza-se que, na compreensão de Briedenmann e Wickens (2004 citado por Maia *et. al.*, 2011), a rota turística define-se pelo conjunto de atrações e atividades produzidas que estimulam a circulação de pessoas e mercadorias entre áreas distintas e servem de estímulo ao desenvolvimento econômico através do turismo.

Sendo assim, nos tópicos 3 e 4, como compreensões iniciais e resultados da pesquisa, aborda-se, de forma concisa, as regiões de planejamento territorial do estado do Piauí e, de maneira mais aprofundada, as paisagens culturais com ênfase na relação turismo e impactos ambientais, a compatibilidade ambiental e econômica da macrorregião do litoral piauiense e a aptidão para o desenvolvimento do turismo.

Metodologia da pesquisa: características e métodos de recolha e análise dos dados

A relação entre o ser humano, o ambiente e as atividades turísticas são amplamente descritas pela literatura científica. Os autores e pesquisadores², que já debruçaram-se sobre o tema, em sua maioria, reconhecem que as atividades direta e indiretamente ligadas ao turismo são potencialmente geradoras de benefícios assim como de impactos negativos. Desta forma, considerando que os impactos do turismo no ambiente constituem, em conjunto com outros elementos, a paisagem cultural do território deste

estudo, percebeu-se a existência de pouca informação sobre os impactos provenientes da implementação da Rota das Emoções, como produto turístico da região litorânea entre Maranhão e Ceará. Esta compreensão evoluiu para o questionamento motivador, estruturando-se da seguinte forma: Quais influências a Rota das Emoções impõem à paisagem cultural do litoral do Estado do Piauí?

Sendo assim, com base na questão de partida optou-se por adotar uma metodologia de investigação sustentada na análise qualitativa, na perspectiva de que havia fontes de informações não passíveis de quantificação (Lakatos e Marconi, 2007). Portanto, através de inquéritos por questionário aplicados a população residente, 384 indivíduos no total, entre os meses de setembro de 2015 e janeiro de 2016, os dados foram analisados, a partir de uma análise de conteúdo (Bardin, 2009) e descritiva representada pela frequência das respostas, objetivando a complementaridade das informações, além de dados estatísticos pré-existentes. Além dos instrumentos de recolha de dados e informações já explicitados, foram captados conteúdos significativos à pesquisa através de fontes primárias e secundárias, ou seja, através de material bibliográfico e documental.

Portanto, para fins de definição da amostragem, considerou-se como população residente pessoas com residência fixa nos municípios do território, abrangendo, além dos municípios, os gestores municipais (prefeitos e secretários de turismo), *experts* (professores da Universidade Federal do Piauí), empresários da hotelaria e restauração associados a Rota das Emoções, com idade entre 18 e 65 anos, constituindo um universo de pesquisa com a seguinte dimensão:

- a. Gestores Municipais, *experts* e empresários: N=113
- b. População residente: N=190.188 (dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE)

Já a amostragem do universo da pesquisa caracteriza-se como aleatória simples, pois julga-se que todos os elementos tiveram a mesma probabilidade de serem selecionados. No entanto, em atenção a Santos (2016), o cálculo amostral fixou-se nos seguintes parâmetros:

- i. **Erro amostral:** considera-se a diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor. Para esta pesquisa a margem de erro foi fixada em 5%.
- ii. **Nível de confiança:** é a probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor do que o erro amostral admitido pela pesquisa, sendo

² Swarbrooke (2000), Wearing e Neil (2000), Luchiarri (2000), Inskip (1987), Faulkner e Tidswell (1997), entre outros.

assim, com base na margem de erro, o nível de confiança é de 95%.

iii. **Percentuais máximo e mínimo:** não foram definidos, tendo em vista a falta de informação precisa que indicasse que os percentuais não passassem de um determinado valor.

Portanto, o cálculo da amostra do universo da pesquisa obedeceu a seguinte fórmula:

Onde:

n = amostra calculada

N = população

Z = variável normal padronizada pelo nível de confiança

e = erro amostral

p = verdadeira probabilidade do evento

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Portanto, obteve-se, a partir do cálculo com a fórmula acima descrita, uma amostra de 384 indivíduos, considerando o universo da pesquisa.

Paisagem, cultura e turismo: particularidades da região meio norte na rota das emoções³

Compreensões iniciais relevantes

O território do Polo Turístico Costa do Delta encontra-se num litoral entrecortado por rios e mar que, em conjunto a outros elementos, determinam a dinâmica do ambiente costeiro, definindo as paisagens ao longo dos 66 quilômetros de praias e dunas. Reconhecer a potencialidade turística local não é tarefa das mais difíceis, tendo em vista a riqueza de recursos e a beleza cênica do meio natural. Porém, outras condicionantes adicionam-se a esta percepção, como as manifestações culturais que evidenciam os modos de fazer e saber da população autóctone, transformando a paisagem através da simbiose entre sujeito e espaço. Neste sentido, “a paisagem vai, portanto, muito além do real oferecido pela natureza, embora ela também o incorpore, resultando - e ao mesmo tempo fazendo parte - da cultura”, uma vez que a natureza não pode ser vista como um dado independente da representação social (Castro, 2002: 123).

A compreensão básica do turismo como prática social é a de que abarca contextos de afastamento do que é familiar ao sujeito visitante, mobilizando processos de surpresa e estranhamento frente ao novo. Sendo assim, o turismo apresenta-se como um apropriador do estético, ou seja, das formas e conteúdo da paisagem cultural. Santos (2002: 103) indica que “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”.

Dunas, mangues, estuários, são alguns dos ecossistemas presentes no território do Polo Turístico Costa do Delta, trazendo uma característica especial, considerando a pressão da ação de intervenção humana, eles transformaram-se, por vezes permitiram o crescimento e evolução do sistema social local, como no caso de Parnaíba com uma dependência histórica do rio Parnaíba, possibilitando que comunidades rurais e urbanas desenvolvessem relações mais ajustadas ao propósito do desenvolvimento (Bugalho *et.al.*, 2011; Fischer *et.al.*, 2012; Plieninger e Bieling, 2012).

Neste contexto, percebe-se que nos quatro municípios do polo turístico as comunidades tradicionais desenvolveram normas sociais, ou seja, coletivas e, também, comportamentos que ao longo dos séculos garantissem os recursos naturais, de forma compartilhada, para a subsistência e produção de artefactos manuais (Fischer *et al.*, 2012). Desta forma, o caráter da sustentabilidade no território manteve-se na região até o início dos anos 1990, dando espaço, a partir de então, para outros modos de fazer, mais industrializados, padronizados e de grande escala, como a criação de crustáceos, peixes, caprinos, ovinos, bovinos e equinos, ao mesmo tempo em que mantém práticas extrativistas.

Assim compreende-se que as paisagens culturais do litoral piauiense dependem diretamente do uso humano do espaço (Halada *et al.*, 2011). Portanto, com o advento do turismo na região outras formas de manipular o território surgiram, como a fragmentação e descontinuidade, através de empreendimentos imobiliários, hoteleiros e, também, a transformação do espaço natural e/ou real em espaço turístico (Boullón, 2006; Plieninger e Bieling, 2012). Além das questões do uso do território pela pressão do capital, a cultura local assimilou elementos até então desconhecidos ou ignorados, como estrangeirismos na linguagem, adaptação do artesanato ao mercado externo, assim como mudanças nos hábitos de vida.

³ Rota das Emoções é um roteiro integrado, que abarca três estados do Nordeste brasileiro, Ceará, Piauí e Maranhão, resultado do Projeto Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização - 1ª Edição, implementado pelo SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Ministério do Turismo.

Tendo em vista o avanço do interesse do capital sobre o território, há necessidade de uma gestão territorial mais próxima do sistema social tradicional, ou seja, aquele que vigorava e contemplava o conjunto de necessidades da população autóctone e meio ambiente, não só dos empreendimentos turísticos e visitantes.

No turismo, não diferentemente de algumas outras atividades econômicas, em muitos casos, o consumo do espaço segue o modelo capitalista associado à expropriação da terra. Disfarçadamente os grupos de interesse, principalmente aqueles que integram segmentos beneficiários direto do turismo, usam o espaço condicionando-o aos valores econômicos, tangenciando as populações locais e alijando-as do direito de participar do desenvolvimento econômico do lugar.

Corrêa (2000: 72) relaciona o espaço com a sociedade, afirmando que a organização espacial dos lugares implica no futuro dessa própria sociedade, ou seja, na reprodução social, numa época de crescente urbanização da humanidade “a organização espacial não é somente um reflexo da sociedade, pois ao ser um reflexo passa a ser simultaneamente uma condição para o futuro da sociedade, isto é, a reprodução social. Este papel assume enorme importância devido à crescente acumulação de formas espaciais que o capitalismo contemporâneo cria exemplificada com a progressiva urbanização da humanidade”.

A atividade turística caracteriza-se pela multidisciplinaridade, delineando um possível desenvolvimento multifacetado e polissêmico, apropriando-se do estético, da paisagem, impondo regras às transformações do espaço, aos fluxos turísticos e permitindo a mercantilização. Santos (1988: 69), determina que “as formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, cuja era revela; mas ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis”.

Portanto, percebe-se que o turismo é um “agente” dinamizador da economia e do ambiente em muitas comunidades. Mas, é capaz de produzir a desterritorialização e a reterritorialização (Haesbaert, 2004), gerando configurações do espaço novas, descontínuas e, por vezes, permanentes.

No processo de apropriação do estético, o turismo mal planejado e de massa rende a população local às tentações econômicas e expropria seus

territórios, renegando-os a espaços menos favorecidos economicamente.

Considerando os aspetos perturbadores do turismo, no caso do Polo Costa do Delta, compreende-se que o processo de expropriação da terra conta com a negligência do Estado. Santos (2001) explica que na dinâmica de privatização de territórios surge a dominação do capital, objetivando a adaptação e reordenamento territorial às necessidades de empreendedores imobiliários que investem para modificar a geografia das regiões escolhidas. Desta forma, as políticas públicas unem-se aos anseios da iniciativa privada na instalação de infraestrutura turística nos destinos recetores, promovendo mudanças intensas no contexto socioespacial.

Portanto, no caso da atividade turística, a produção do espaço está diretamente ligada à reprodução do capital, ritmando as relações estabelecidas entre os operadores (produtores) turísticos e os consumidores (turistas).

Paisagem cultural da rota das emoções: analisando o Polo Turístico Costa do Delta - resultados da pesquisa

Regiões de planejamento territorial do Estado do Piauí: polos turísticos

O planejamento territorial, quando se observa o setor turístico, por iniciativa do governo do Estado do Piauí é praticamente inexistente, pois apenas se ampara nos planos da gestão federal. Desta forma, destacam-se planos e projetos para a gestão do território piauiense, fundamentalmente, a porção norte do território que compreende o objeto de estudo.

Entre os programas federais de incentivo e incremento do turismo na região norte do Piauí, os mais efetivos foram o Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR-NE I e II e também um subproduto do PRODETUR intitulado Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS.

Segundo o Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica da Região Costa Norte (s/d), de todos os planos e projetos que incidem na Costa Norte, o PRODETUR é o mais importante, devido o volume de recursos e o caráter do programa. Pois, além de contemplar um plano de gestão estadual e municipal do turismo, influenciado pela preocupação da gestão ambiental no âmbito do estado, é resultado do

Quadro I
Polos Turísticos na Rota das Emoções

Polos	Municípios do Polo	Municípios da Área de Planejamento
Ceará Polo Costa do Sol	Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraíçaba, Trairi e Itapipoca, Aquiraz, Cruz, Itarema, Amontada, Acaraú, Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval, Granja e Viçosa do Ceará	Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraíçaba, Trairi, Itapipoca, Aquiraz, Jijoca de Jericoacoara e Camocim
Piauí Polo Costa do Delta	Teresina, Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia	
Maranhão Polo São Luís e Entorno	Polo 1 - Histórico-cultural: São Luís, Alcântara, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar Polo 2 - Lençóis Maranhenses: Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas Polo 3 - Delta do Parnaíba: Paulino Neves, Tutóia, Água Doce e Araíoses	

Fonte: Adaptado de LIMA/COPPE/UFRJ com base em dados do Mtur, 2006.

desenvolvimento de um programa de âmbito nacional. Já o PDITS é o instrumento técnico de planejamento, gerenciamento, coordenação e execução das decisões de investimento de longo prazo nos polos de turismo constantes no PRODETUR.

Neste programa a instituição executora é o Banco do Nordeste, porém na segunda fase (PRODETUR-NE II) a elaboração e execução do PDITS fica a cargo do governo estadual, através, geralmente, das secretarias de turismo e/ou outras secretarias e órgãos do estado. O PDITS tem previsto no processo de planejamento e execução a revisão bianual, compreendendo a dinâmica do território e do turismo.

Para financiar o programa, escolheu-se como principal fonte de recursos ao PDITS o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o qual disponibilizou, via sistema de empréstimo, US\$400 milhões, sendo que 60% por empréstimo e 40% na forma de

contrapartida nacional: governos federal, estadual e municipal.

No entanto, para gerir melhor a execução e gestão de recursos, assim como para mensurar os resultados, elaboraram-se PDITS para os polos dos estados partícipes da Costa Norte - Piauí, Maranhão e Ceará (Quadro I).

É dessa forma que a gestão do território de interesse turístico (Figura 3) acontece no Piauí, ou seja, a iniciativa do governo federal conjugado com recursos externos ao Estado é que determinam como ocorrerão os investimentos e intervenções, cabendo ao Estado apenas indicar, quando lhe é permitido, as áreas de interesse.

Sendo assim, o mapa do turismo no Piauí define-se com base na categorização dos municípios da Regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro (Portaria nº144/2015), o qual é um instrumento de

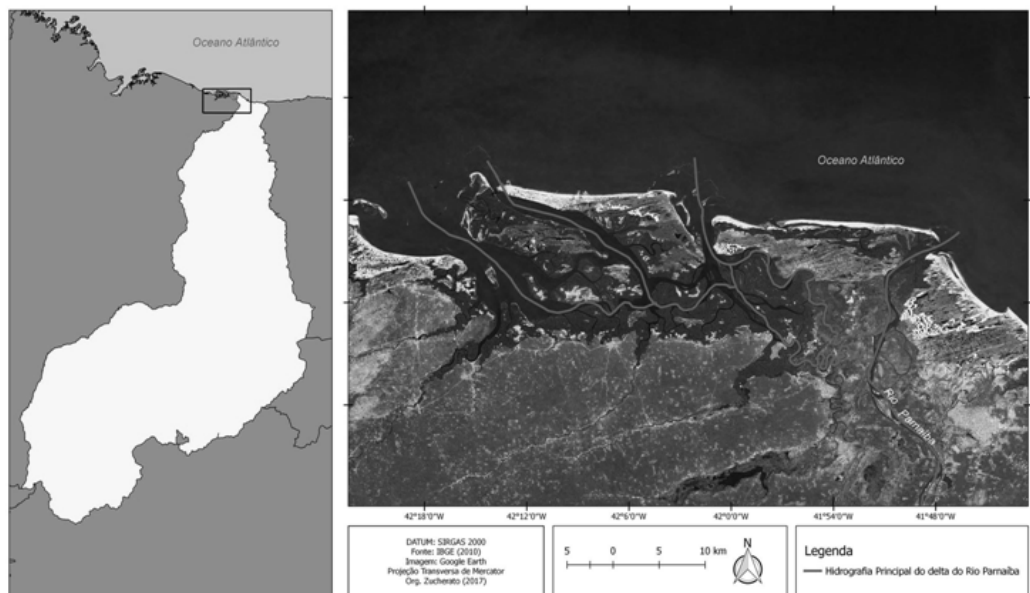


Figura 3
Área de Interesse Turístico: Delta do Parnaíba e Litoral do Piauí
Fonte: Elaboração própria, 2017.

identificação do desempenho econômico do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro (Portaria nº172/2016).

Para o Ministério do Turismo (2016), a categorização respeita as peculiaridades dos municípios e serve para: otimizar a distribuição de recursos, orientar a elaboração de políticas específicas para cada categoria de municípios, aperfeiçoar a gestão pública, na medida em que fornece aos gestores do Ministério e dos Estados mais um instrumento para subsidiar a tomada de decisão, auxilia na atualização do Mapa do Turismo brasileiro feita periodicamente e auxilia na reflexão sobre o papel de cada município no processo de desenvolvimento regional.

A metodologia para a categorização dos municípios utilizada pelo Ministério do Turismo do Brasil considera a amplitude do universo dos municípios brasileiros, porém, a partir de uma análise quantitativa, com base em dados secundários disponíveis pelo próprio Ministério do Turismo, obtendo pela análise de cluster (ou de agrupamento) as referências categóricas.

Desta forma, definem-se os 65 destinos considerados pelo Ministério do Turismo como indutores do turismo regional, os quais foram categorizados para receber investimentos técnicos com base no critério de existência de roteiros que possuíssem infraestrutura turística básica e com atrativos qualificados que fossem capazes de atrair e distribuir o fluxo e benefícios das atividades turísticas e as correlatas com as cidades do entorno.

Portanto, no Polo Costa do Delta a cidade considerada indutora do turismo regional é Parnaíba, tendo em vista características específicas definidas pela geografia, fluxo turístico e infraestrutura.

Características físicas e naturais do Polo Turístico Costa do Delta

As características do litoral do Estado do Piauí, principalmente no que tange o relevo, geologia e

clima, são muito similares as dos estados vizinhos Maranhão e o extremo noroeste do Ceará. Porém, mas algumas diferenças podem ser apontadas na descrição do território.

Em relação ao relevo e geologia, no litoral piauiense, a pressão que a expansão urbana causa sobre os ambientes costeiros, assim como as atividades de mineração proporcionam profundas transformações, evidenciando os seguintes impactos no meio ambiente:

- i) Modificação da paisagem por ação antrópica, fundamentalmente a movimentação de dunas, as quais com a ação dos ventos e intervenção do homem no ambiente, invadem estradas e casas em diversas localidades, como: Praia de Macapá (Luís Correia), Lagoa do Portinho (Parnaíba), além da perda de vegetação nativa (Figura 4).
- ii) Degradação de áreas pela mineração que causam negativo impacto visual, prejudicando o turismo local.
- iii) Processo de desertificação e aumento de erosão eólica e marinha através da remoção de vegetação nativa: restinga, além da poluição (lixo) nas praias.

Já quando se analisa os recursos hídricos, o litoral do Piauí detém um dos principais rios do nordeste brasileiro, o rio Parnaíba, que origina o Delta do Parnaíba, o único delta em mar aberto das américas. Mesmo privilegiado pelos abundantes cursos de rio, mar e lagoas, atividades que valem-se desses recursos, em sua grande maioria, causam danos e outros impactos aos ambientes, condenando o território a escassez cada vez maior dessa oferta natural.

Pode-se elencar como atividades de maior impacto para o ambiente natural as 13 fazendas de carnicultura⁴ (800ha), coleta indiscriminada de caranguejo, coleta de camarão e mariscos em ambiente natural, além de outras atividades de menor impacto, mas que em conjunto com as já citadas formam uma força destrutiva significativa para o



Figura 4
Movimentação das dunas - Praia de Macapá e Lagoa do Portinho (PI)
Fonte: Domínio Público (Wikimedia Commons), 2016.

⁴ Carnicicultura é a técnica de criação de camarões em viveiros.

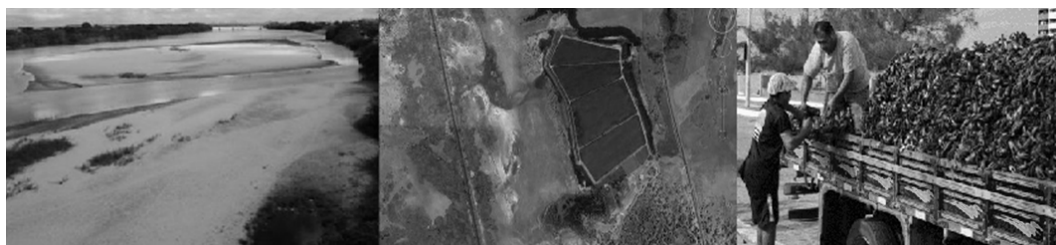


Figura 5
Impactos ambientais aos recursos hídricos do litoral do Piauí
Fonte: Domínio Público (Wikimedia Commons), 2016.

ambiente, a qual apresenta os seguintes impactos: diminuição de recursos estuarinos devido a pesca predatória, poluição causada por resíduos e efluentes sanitários, redução do volume de água de lagoas e assoreamento dos rios, prejudicando, principalmente, a navegação (Figura 5).

Os principais ecossistemas existentes no Piauí, às vezes referidos, na literatura específica, como biomas, tendo em vista que a eles associam-se um tipo de clima e um tipo de vegetação de predominância, no caso específico a Caatinga, o Cerrado e as Áreas de Transição (conhecidos como Ecótonos). Desta forma, a caatinga está associada ao clima semiárido, o cerrado ao tropical subúmido e as áreas de transição correspondem ao encontro dos climas do semiáridos de leste e tropicais subúmidos de oeste (Castro, 2003).

Na região do litoral (Baixo Parnaíba) predominam a Floresta Semidecídua ou Mista e a vegetação litorânea. A floresta mista aparece nos trechos do médio e baixo Parnaíba, regiões mais influenciadas pela umidade, apresentando estrutura complexa, pois além das espécies semidecíduais como as matas fluviais megatérmicas, hidrófilas, também há palmáceas, especificamente o tucum, buriti, babaçu e carnaúba (Figura 6).

Sendo assim, a vegetação litorânea, diferentemente da floresta mista, encontra-se apenas nos 66 Km de costa, fronteira com o Oceano Atlântico, composta por: paisagens de restinga que vão das dunas aos campos herbáceos, abertos ou fechados com fruticetos inundáveis a não inundáveis e matas com porte médio a elevado; mangues do solo pantanoso; praias arenosas; vegetação de dunas e palmeiras, no caso coqueiros e carnaubais (Castro, 2003).

Unidades de paisagem

Aproveitando-se da metodologia e conhecimento explicitado no documento Mapa de Áreas de Proteção Econômica e Proteção Ambiental - Produto 5 (2013: 65), compreende-se que, geralmente, três métodos são utilizados para identificação das unidades de paisagem cultural (analítico, sintético e misto), sendo que no documento supracitado o método definido foi o misto, pois considerou-se “que inclui técnicas de reconhecimento de áreas homogêneas do ponto de vista geográfico e de identificação de descontinuidades paisagísticas relevantes (sintético) e as de superposição de cartas/camadas (mapas temáticos) e delimitação de áreas gerais e posterior



Figura 6
Vegetação do baixo Parnaíba
Fonte: Domínio Público (Morguefile), 2016.

integração, de forma visual e quantitativa”. Tais metodologias de identificação foram utilizadas no planejamento territorial de alguns países, dentre eles: Austrália nos anos 1950-60 (CSIRO), pela FAO em 1976 na análise dos recursos territoriais dos países subdesenvolvidos, e pelos adeptos da escola do Landscape Ecology de Troll (1966), representantes do método sintético; e por McHarg (1969), Van Esteweld y Antrop (2004) na Bélgica, e Sabaté (2000) na Espanha, utilizadores do método analítico.

A unidade de paisagem, que resulta dos métodos citados, tende a ser a de um misto de paisagens com unidades únicas, que destacam a especificidade da associação, detalhes geográficos (ecossistemas e formações vegetais), que associam-se com paisagens de unidades de caráter geral, realçando características de predominância.

Ao realizar um levantamento documental, a presente pesquisa, identificou alguns trabalhos já desenvolvidos sobre o Piauí, percebendo que as unidades de paisagem descritas serviriam como orientação para análises de condicionantes ambientais. São eles: ZEE - Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Piauí (SEMAR, 2012, p.144) e cartas de aptidão do uso da terra desenvolvidas pela EMBRAPA.

Desta forma, extraiu-se dados e informações para subsidiar as análises da paisagem cultural da planície litorânea, a qual tem em seu território todos os municípios componentes do Polo turístico Costa do Delta.

Considera-se que a paisagem cultural é um espaço delimitado geograficamente e associado a eventos, atividades, personagens, história da vida de relações que a originou, assumindo valores estéticos e culturais (Sabaté, 2004).

Paisagem cultural da planície litorânea: 66 quilômetros de litoral

O Polo Costa do Delta detém valores histórico-culturais e naturais fundamentais para a identidade do piauiense, dentre os quais o conjunto histórico-arquitetônico Porto das Barcas (Figura 8), antigo porto para escoar a produção agropecuarista, o próprio delta do rio Parnaíba - saída para o Oceano Atlântico - o peixe-boi em Cajueiro da Praia, entre outros. A dinâmica da região é ditada pela influência da cidade de Parnaíba, abrangendo onze municípios piauienses e alguns do Maranhão e Ceará, porém, considerando somente o território do norte do Piauí, a cidade é sede das relações econômicas e sociais regionais abarcando, neste contexto, uma população

de aproximadamente 280 mil pessoas - soma da população dos municípios influenciados por Parnaíba (IBGE, 2010). Na última década o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística detetou, através dos censos, que a região norte do estado cresceu, em população, uma média de 1.38%, representando em Parnaíba um acréscimo próximo a 13 mil pessoas, em Luís Correia algo em torno de 4 mil habitantes e em Cajueiro da Praia pouco mais de mil residentes.

Com o aumento populacional é perceptível o impacto no ambiente da região, principalmente na paisagem entre as zonas urbanas e rurais, onde cresceram o número de loteamentos e condomínios. Considerando que os quatro municípios do polo turístico têm seus territórios costeiros pertencentes a APA do Delta do Parnaíba e RESEX do Delta do Parnaíba - Unidades de Conservação Federal - (Figura 7), a pressão sobre o ambiente faz dos ecossistemas locais mais sensíveis a influência humana. Manguezais, restingas e dunas, as quais são de interesse crescente à atividade turística sofrem com o manejo inadequado proporcionado pelas populações locais, visitantes e *trade* turístico.

As exigências legais impostas pelas unidades de conservação, se observadas pelas gestões municipais, podem transformar-se em benefícios econômicos, sociais e culturais, fortalecendo a economia regional e o turismo. Pois, a presença de inúmeras lagoas, mangues, apicuns e dunas constituem-se em elementos fundamentais e que caracterizam e individualizam a região litorânea do Piauí. Desta forma, conservar e preservar os ecossistemas e as atividades tradicionais ligadas ao extrativismo, desde que controlado nos parâmetros da legislação vigente, apresenta-se como condição primária à identidade e desenvolvimento do território.

Atividades ligadas a agricultura, carnicultura e pecuária, que num primeiro momento não são consideradas estratégicas ao desenvolvimento do turismo, são fundamentais à dinâmica econômica regional, mesmo na forma atual que são realizadas, pois ainda mantém um grande potencial de destruição de vegetação nativa, poluição de rejeitos, entre outros impactos. Porém, todas as influências negativas podem ser minimizadas e compensadas, permitindo que atividades do ambiente rural, ao moldarem-se às necessidades e desejos dos turistas, possam participar do rol de produtos e serviços conectados a cadeia do turismo (Figura 8). Nesta perspectiva, as instalações hidráulicas de irrigação dos Tabuleiros Litorâneos, onde hoje contrastam com a baixa produção agrícola, seriam a grande facilitadora no desenvolver a fruticultura e produção de hortaliças.

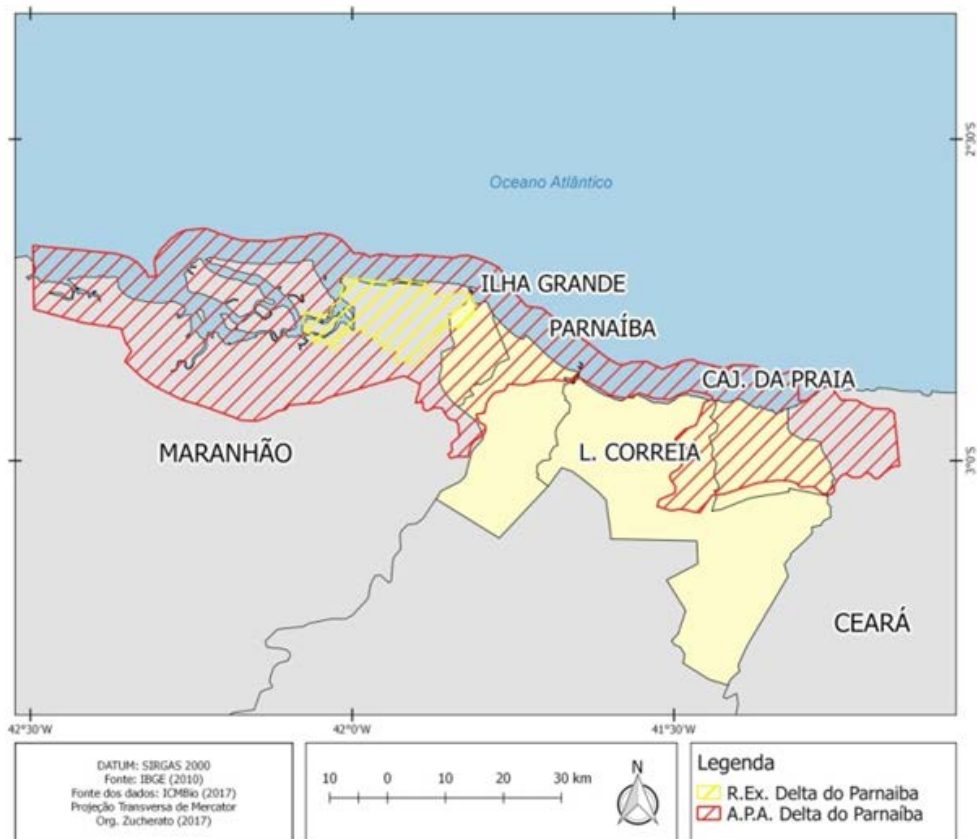


Figura 7
Delimitação da APA e RESEX do Delta do Parnaíba
Fonte: Elaboração Própria/ BIOMAD, 2016.

Práticas extractivistas como a coleta do caranguejo e a pesca, as quais são atividades econômicas tradicionais, mesmo num espaço limitado como o litoral do Piauí, também possibilitariam a interação entre turistas e comunidade tradicional, proporcionando experiências e conscientização sobre os ecossistemas locais.

Mesmo com toda a diversidade de recursos e beleza cênica, algumas questões relevantes encontram-se constantemente na pauta dos debates, audiências públicas e discursos de gestores públicos

locais, como: a necessidade da ampliação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais, não só das atividades tradicionais ligadas ao extrativismo e agricultura, mas também do artesanato e turismo; a preocupação com a perpetuação dos modos de fazer das atividades econômicas tradicionais, principalmente às que vinculam-se a cadeia do turismo; Preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade de Parnaíba e zona portuária.

No âmbito do meio ambiente natural também afloram preocupações com questões ligadas a valori-



Figura 8
Porto das Barcas, Lagoa do Portinho e Tabuleiros Litorâneos
Fonte: Domínio Público (Wikimedia Commons), 2016.

zação da APA e RESEX do Delta do Parnaíba, devido a relevância biológica; e proteção de ecossistemas locais, como: as lagoas, dunas, mangues, salgados e apicuns que ainda mantém-se apesar da crescente pressão do crescimento urbano dos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia.

Turismo e impacto ambiental: a relação conflituosa no território

O turismo na região do Polo Costa do Delta, mesmo sem dados oficiais contínuos, percebe-se (Figura 9) que vem gradualmente crescendo, tendo em vista o aumento do número de estabelecimentos de hospedagem, restauração e entretenimento, no qual o gráfico representa, na visão de 90,7% dos residentes (n=348), que o fluxo turístico é crescente. O desenvolvimento mais intenso, principalmente na costa do Piauí, de um modo geral, atrai duas dinâmicas de pressão sobre o meio ambiente: a expansão da infraestrutura básica, de apoio e turística e o aumento de moradias de primeira e segunda residência. Segundo Cravidão (1989) conhecer os tipos de residência secundária traz um grande desafio no planejamento do território, pois, para a autora, as habitações secundárias podem, tipologicamente, compreender: residências legais e clandestinas, residências do litoral e do interior, residências de fim-de-semana, residência de férias, antigas propriedades familiares e residência de investimento imobiliário e de aluguel. Mesmo esta tipologia sendo desenvolvida para a realidade portuguesa, muito vale para o entendimento da dinâmica do turismo de segunda residência no território em estudo.

As expansões de infraestrutura e moradia traz, naturalmente, um aumento da população residente e flutuante que, caso ocorra em curtos períodos de

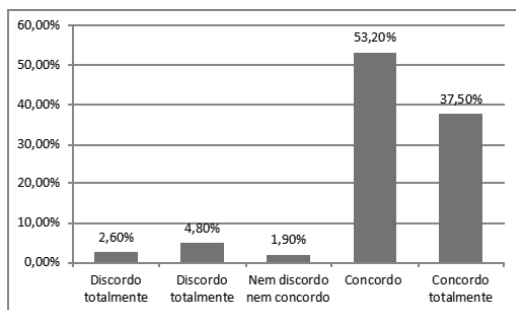


Figura 9

Visão dos residentes: nos últimos anos percebe-se o aumento do fluxo turístico?

Fonte: Elaboração própria, 2017.

tempo, sem proporcionar o prazo adequado para o planejamento e preparação do território, permite o desordenado crescimento, marcando a paisagem local, seja na concepção paisagística, ambiental, urbanística ou social. A “desordem” evidencia-se na vontade e iniciativa do setor privado e, também, no carácter permissivo e omissivo da gestão pública municipal, tal fenómeno ocorre em diversos destinos turísticos no mundo, porém é recorrente em todo o litoral brasileiro.

Pode-se elencar as principais pressões ambientais no litoral piauiense, provenientes do crescimento urbano desordenado e do turismo, destacando-se: o aumento populacional, crescimento da especulação imobiliária, ocupações irregulares, aumento da disputa pelos recursos naturais e serviços essenciais (água, gás, luz, coleta de lixo), aumento do tráfego de veículos e número de acidentes, cresce a demanda por recursos sociais (saúde, educação, segurança e limpeza pública), entre outras.

Em outros municípios do litoral brasileiro, considerados destinos turísticos consolidados, como Rio de Janeiro e Florianópolis, a omissão do poder público fez dos impactos negativos incipientes à evolução de pressões ambientais maiores e com maiores custos de reversão ao erário público, algo em eminência no território Polo Costa do Delta, pois já se percebe poluição dos recursos hídricos, fundamentalmente cursos de água, devido ao despejo de efluentes sanitários não tratados; poluição do solo, ar e lençol freático tendo em vista o aumento dos resíduos sólidos dispostos em lixões; aceleração da erosão do solo e redução da biodiversidade local.

Outras dinâmicas tendem a surgir com a alteração da paisagem e influência dos impactos no meio ambiente. Em relação aos recursos sociais e ao modo de vida local, com as transformações ambientais as comunidades buscam meios de adaptação e, por vezes, de contestação do modelo de desenvolvimento, tendo em vista a percepção de que o aumento do fluxo de pessoas e de residentes traz a descaracterização da cultura local. Porém, na visão de (Grünwald, 2003), as mudanças culturais não podem ser vistas como impuras ou poluídas, mas como resultado da interação, reações aos grupos partícipes da dinâmica social do turismo, que geram novas formas de perceber o mundo. A população residente mostra-se preocupada e descrente com o turismo na forma como se apresenta na atualidade (Figura 10), pois, altera os modos de vida e, também, agravam-se influências negativas à vida social, como: deslocamento e marginalização de populações (desterritorialização e reterritorialização) e problemas sociais

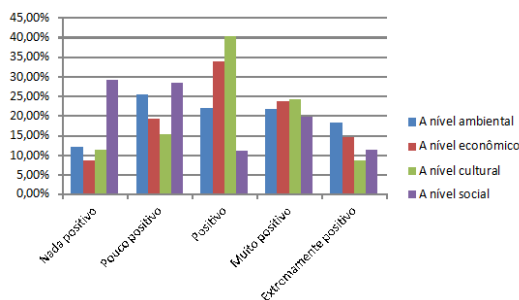


Figura 10
Em que medida consideras o turismo como algo positivo?
Fonte: Elaboração própria, 2017.

(violência, prostituição, etc.) - Figura 11. Assim, os (40,3%, n=155) e na econômica (33,8%, n=130), porém percebe que as atividades concernentes ao turismo impactam negativamente (nada positivo e pouco positivo) no ambiente social (57,6%, n=221).

Ruschmann (1997) relata que no litoral, principalmente nas praias, a densificação humana e a concentração sazonal provocam a poluição das águas e o acúmulo de detritos deixados nas areias. (...) Todas essas, e muitas outras alterações são visíveis, porém dificilmente mensuráveis.

Compatibilizar as atividades turísticas com as necessidades da população autóctone não é das tarefas mais fáceis para o gestor do território, tendo em vista a percepção do impacto (Quadro II).

Porém faz-se primaz à garantia da qualidade dos recursos, da paisagem cultural e, fundamental-

mente, das características do lugar turístico a gestão territorial que minimize os impactos negativos das atividades concernentes ao turismo, conservando as características da paisagem do território, assim como adote estratégias e ferramentas eficientes para maximizar as potencialidades e recursos em prol do turismo e do bem-estar da população local e dos visitantes.

Compatibilidade ambiental/econômica da macrorregião do litoral

As restrições que a região do litoral do Piauí apresenta relacionam-se aos recursos naturais. Considerando que o setor de serviços é dominante na composição do PIB local (IBGE, 2010) as transformações percebidas ocorrem em todo o território (Figura 12), porém impactam primordialmente recursos como Água e a biodiversidade, pois variáveis ambientais como o clima são amplamente favoráveis as atividades econômicas, principalmente ao turismo.

A compatibilidade entre meio ambiente e economia regional é dinamizada pelas restrições e riscos ambientais ao território litorâneo, pois abriga diversificados ecossistemas específicos que interagem entre si, tornando a ocupação humana mais impactante.

Em relação ao relevo/solo, o segmento do turismo provoca transformações no território, perceptível quando se observa a expansão urbana e de

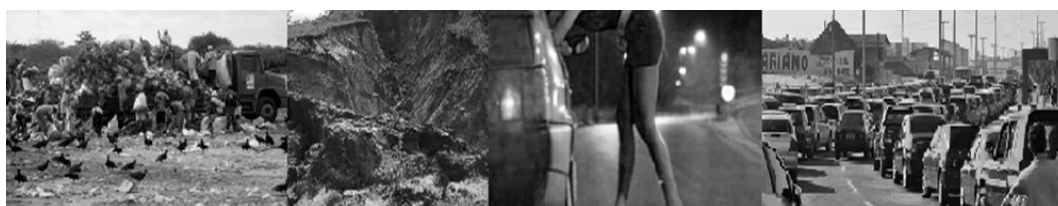


Figura 11
Impactos negativos do turismo de massa nos municípios do Polo Costa do Delta
Fonte: Domínio Público (Morguefile), 2016.

Quadro II
Influências do turismo no território: percepções da população autóctone

Influência do Turismo				
Categorias	Água	Terra	Clima	Comunidade
Ambiental	Falta na alta temporada/ Poluição	Desmatamento/ Extração irregular de areia	Aumento da temperatura	Sofre com erosão e avanço das dunas e areais
Econômica	Redução do tempo de permanência do turista.	Especulação imobiliária	-	Desigualdade/ Expropriação de propriedade
Cultural	Uso racional	Novos usos	-	Modo de vida/ tradições
Social	Responsabilidade individual/ compartilhamento do recurso hídrico	Exclusão	-	Perda de identidade

Fonte: Elaboração própria, 2017.



Figura 12

Falta de água e verticalização das moradias

Fonte: Domínio Público (*Morguefile*), 2016.

atividades correlatas ao turismo, sobretudo o aumento do mercado imobiliário de segunda residência. Esse movimento de expansão escasseia as áreas próprias para serem ocupadas, desencadeando problemas mais graves socialmente, economicamente e ambientalmente, como: a ocupação de áreas alagadas, várzeas, mangues e dunas; retirada de terra de determinados lugares, por vezes, de espaços protegidos por lei, para o uso como aterro; verticalização das moradias e impermeabilização do solo e obstrução de áreas de movimentação de dunas (CEPRO, 2013).

O impacto sobre a reserva de água é mais visível, e se não controlado, no que tange ao elevado consumo sazonal, traz, em tempos de férias, colapsos no abastecimento e prejuízos à qualidade da oferta.

O Quadro III demonstra a relação entre as atividades econômicas no litoral do Piauí e a relevância do impacto sobre o ambiente que proporcionam, sendo assim percebe-se que o setor mineral, no que concerne a extração de petróleo e gás, ainda é inexistente, exceto a exploração de areia, argila e seixo⁵, sendo o turismo considerado uma ameaça apenas para o bioma local.

As atividades turísticas denominam, no presente momento, as maiores preocupações com o ambiente local, pois considera-se que há ligação entre o aumento do interesse do setor imobiliário pela região e o aumento do fluxo de turistas. Todavia, quando se analisa o impacto ao relevo/solo identifica-se pontos específicos, como a extração de areia das dunas e praias para a construção civil e desmatamento de mata ciliar⁶ nas margens de rios e nascentes, se o poder público atentar-se, reversíveis. Já em relação a água, o aumento do consumo ocorre somente em períodos de férias, o qual traz a toda alta temporada o colapso no abastecimento, tendo em vista a má dimensionalidade da infraestrutura pela empresa responsável e governo local. O impacto mais notório do turismo se dá na forma de ocupação

do espaço territorial, o qual sofre com a perda de vegetação nativa, sendo, no litoral, a principal perda a de áreas de restinga.

Aptidão do pólo turístico Costa do Delta para o turismo na rota das emoções

De acordo com o Ministério do Turismo (2016), o turismo na região nordeste do Brasil vem ao longo dos últimos dez anos crescendo mais do que o de outras regiões do país. Segundo a pesquisa Sondagem do Consumidor/Mtur (2016), o nordeste brasileiro concentra 41% da preferência de viagem, destes uma pequena parte indica o Piauí como destino turístico.

Entre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará, o Piauí apresenta, atualmente, a mais baixa procura, a qual justifica-se revela-se na pouca exposição do estado no mercado turístico e um único voo interestadual com possibilidade de conexão com destinos estrangeiros. Porém, o fluxo turístico ao litoral é crescente, mas sazonal por concentrar-se em determinados períodos do ano, ocorrendo no sentido interior - litoral e em menor dimensão de estado para estado (Figura 13).

As condições necessárias ao desenvolvimento do turismo no Polo Costa do Delta já existem, no entanto o setor esbarra na burocracia, inação estatal, falta de planejamento do setor e, consequentemente, poucos dados confiáveis, forte participação de mercado dos estados vizinhos Ceará e Maranhão, relegando ao litoral piauiense preferência secundária. Nesta questão, em específico, uma das razões pelas quais a preferência se dá pelos estados vizinhos é o acesso aos atrativos turísticos, principalmente os da Rota das Emoções (Figura 14).

Sendo assim, o potencial turístico do Polo Costa do Delta firma-se na diversidade de ecossistemas no pequeno território de 66 Km, com destaque ao Delta do Rio Parnaíba. Nesta pequena extensão territorial todos os municípios foram agraciados pela natureza

⁵ Pequena pedra muito utilizada na formação do concreto.

⁶ É a vegetação ripícola presente em locais (espaços) próximos a corpos da água.

Quadro III

Compatibilidade entre os segmentos econômicos e recursos ambientais: Branco (neutro), Azul (Muito compatível), Amarelo (Compatível), Vermelho (Pouco compatível)

Relevo - Solo	Clima	Água	Bioma (Vegetação)
Turismo	Turismo	Turismo	Turismo (Lazer)
Industria Extrativa Mineral*	Industria Extrativa Mineral	Industria Extrativa Mineral*	Industria Extrativa Mineral
Petróleo e Gás	Petróleo e Gás	Petróleo e Gás	Petróleo e Gás
Energias Renováveis	Energias Renováveis	Energias Renováveis (biomassa)	Energias Renováveis (biomassa)
Agronegócio	Agronegócio	Agronegócio (agr. Irrig)	Agronegócio
Infraestrutura	Infraestrutura	Infraestrutura (portuária)	Infraestrutura (hidrov. e portuária)
Educação e Cultura	Educação e Cultura	Educação e Cultura	Educação e Cultura
Ciência, Tecnologia e Inovação	Ciência, Tecnologia e Inovação	Ciência, Tecnologia e Inovação	Ciência, Tecnologia e Inovação
APLs	APLs	APLs	APLs (pesca/carnicultura)

Fonte: ZEE/CEPRO, 2013.

com recursos naturais aptos ao desenvolvimento de produtos turísticos (Figura 15).

A dinâmica socioeconômica do turismo no Polo Costa do Delta caracteriza-se, dentre outros aspectos, pelo fluxo de turistas que se deslocam na chamada zona de trânsito⁷, a qual é percebida como o espaço geográfico que mostra-se de grande relevância em relação às atividades econômicas concernentes ao turismo, pois a área de abrangência do polo abarca municípios que detém atrativos que tendem a ser compreendidos como complementares na perspectiva de formatação de produtos turísticos, da operacionalização de rotas e roteiros e da comercialização.

O efeito multiplicador do turismo na região induz, em parte, o surgimento de novos empreendimentos e atividades, ao todo são aproximadamente 68 empreendimentos no setor de hospedagem, 80 estabelecimentos de restauração e 17 agências de viagem, porém ainda não apresenta uma distribuição e circulação da renda mais ampla e menos desigual. A arrecadação de imposto, o qual pode significar os benefícios econômicos, nessa área de influência podem ser verificados através da conta ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza das prefeituras da zona de trânsito (Figura 16), pois incide diretamente no desenvolvimento das atividades turísticas que promovem a perpetuidade das produções locais em artesanato, gastronomia, entre outras, criando um mercado para a produção local.

⁷ No caso da rota das emoções, as zonas de trânsito localizam-se entre os municípios de Jijoca de Jericoacoara e Parnaíba (pela extremidade leste da rota) e Parnaíba e Barreirinha (pela extremidade oeste).

Verificar a amplitude da distribuição dos benefícios do crescimento econômico regional, no Polo Costa do Delta, não se mostra tarefa fácil, tendo em vista a falta de dados estatísticos do ambiente social e econômico da região. Mesmo com tais dificuldades, algumas informações surgem de algumas iniciativas, como as da Fundação CEPRO, as quais apresentam, com certa defasagem temporal, dados estatísticos sobre educação, turismo, saúde, segurança e demonstram, a partir de dados quantitativos, o crescimento regional do turismo.

Sendo assim, a aptidão para o desenvolvimento do turismo no território Polo Costa do Delta se dá pelo reconhecimento da amplitude e diversidade dos recursos naturais e sua singularidade, pela crescente capacidade de atração de investimentos e pela melhoria incipiente do acesso aos municípios do polo e atrativos turísticos. Nos últimos dois anos, a infraestrutura de apoio ao turismo apresentou melhoras com investimentos do governo brasileiro e do Estado do Piauí, atendendo a ampliação da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional Prefeito Dr. João Silva Filho (capacidade para 500 mil passageiros/ano, segundo a INFRAERO, 2016) e recomposição da capa asfáltica das BR's 343 e 402.

Conclusões

A paisagem cultural do território do Polo Turístico Costa do Delta mostrou-se de grande complexidade e variável de acordo com cada grupo de interesse. Para a população local, os aspectos que

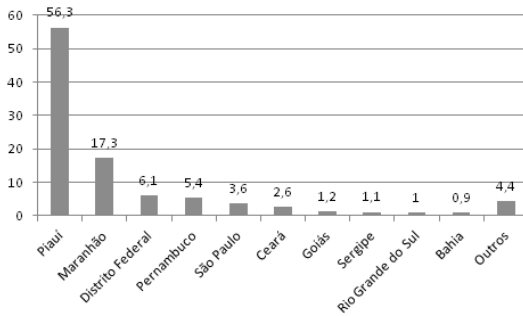


Figura 13
Turismo doméstico: pólos emissores
Fonte: FIPE/Ministério do Turismo, 2012.

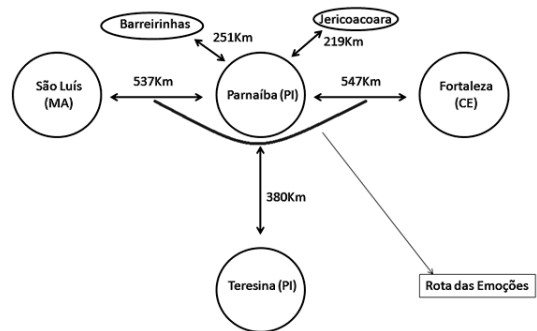


Figura 14
Distâncias regionais entre Parnaíba e pólos emissores
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Guia Rodoviário Michelin, 2016.



Figura 15
Atrativos naturais do Pólo Costa do Delta
Fonte: Domínio Público (Wikimedia Commons), 2016.

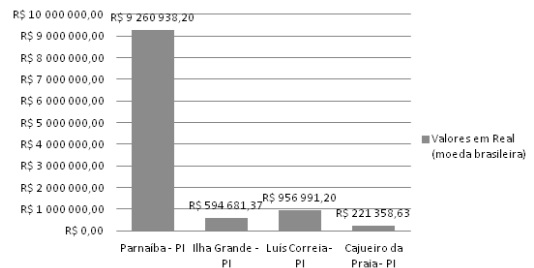


Figura 16
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza/ Ano de referência 2013
Fonte: Tesouro Nacional/Siconfi-contas anuais, 2015.

potencialmente tendem a pressionar o ambiente, mudando-o eventualmente, são as forças da natureza ligadas ao clima e a ação humana. Neste contexto, o turismo é percebido como um agente dinamizador do território, porém também um dos responsáveis pelas intervenções na paisagem.

O questionamento inicial que propunha a pesquisa de identificar as influências na paisagem cultural do Polo Turístico Costa do Delta a partir do contexto atual da Rota das Emoções, orientou os estudos encaminhando para as seguintes conclusões:

- i) as influências sobre a paisagem derivam dos interesses dos stakeholders e modelo de desenvolvimento turístico do Polo;
- ii) mesmo com a riqueza de diversidade dos recursos naturais, a paisagem cultural do Polo ainda não é, por si só, atrativo suficiente para mobilizar os turistas a entrarem na Rota das emoções por Parnaíba;
- iii) o aumento da intensidade do uso do território pelas atividades turísticas traz a possibilidade da perda de parte da identidade do território, tendo em vista o processo de adapta-

- ção e padronização dos espaços e dinâmica social impostos pela pressão do mercado;
- iv) mentalmente o municipal, reflete na inação como política pública presente no território, falta de planejamento, permitindo, assim, uma menor regulamentação e fiscalização das iniciativas do setor privado no turismo.
- v) o turismo no modelo de desenvolvimento existente é insuficiente para atender as demandas da população local no âmbito das suas necessidades e expectativas.

Sendo assim, as influências da Rota das Emoções, demandadas pelos interesses dos estados do Maranhão e Ceará, vizinhos ao Piauí, presentes no território Polo Turístico Costa do Delta, evidenciam-se na força do capital, o qual determina as políticas públicas e ações da iniciativa privada no que tange ao uso dos recursos naturais, dos espaços no território, e as dinâmicas sociais locais. Assim, com a pressão constante existente, os gestores locais, na visão da população autóctone, adotam iniciativas equivocadas, que ferem os interesses das comunidades tradicionais e privilegiam o capital, fundamentalmente pela busca de protagonismo regional, tanto

em relação ao turismo, na receção de visitantes, quanto na influência política.

Concluindo o raciocínio, enfatiza-se que a paisagem cultural nos municípios do Polo Turístico, apesar de diversa, tende a homogeneização pelo processo de urbanização dos espaços turísticos e naturais e, também, pela adoção de novos modos de vida pela população local, destinando a espaços mais longínquos e periféricos, como áreas específicas da unidade de conservação APA Delta do Parnaíba, o caráter da conservação da identidade local reconhecida pelas tradições culturais que associam os modos de fazer e saber popular.

Agradecimentos

Os agradecimentos estendem-se à CAPES - Proc. nº9984/13-5 pelo financiamento da pesquisa e ao Prof. Dr. Norberto Santos (Universidade de Coimbra) pelas orientações.

Bibliografia

- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.
- Boullón, R. C. (2006). *Planificación del espacio turístico*. 4ª ed. México: Trillas.
- Bugalho, M. N.; Caldeira, M. C.; Pereira, J. S.; Aronson, J. & Pausas, J. G. (2011). Mediterranean cork oak savannas require human use to sustain biodiversity and ecosystem services. *Frontiers in Ecology and the Environment*.
- Brasil, Ministério do Turismo (2015). Portaria nº 205 de dezembro de 2015 - Estabelece critérios para a atualização do Mapa de Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria nº313 de dezembro de 2013, e dá outras providências.
- Castro, I. E. (2002). Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. In: Eduardo Yázigi (org.), *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto. (Turismo Contexto).
- Castro, A. A. J. F. (2003). Survey of the vegetation in the State of Piauí. In: T. Gaiser, M. Krol, H. Frischkorn e J. C. Araújo (eds.), *Global change and regional impacts: water availability and vulnerability of ecosystems and society in the semiarid northeast of Brazil*. (pp. 117-123). Springer-Verlag, Nova Iorque.
- CEPRO (2013). *Piauí em números*.
- Corrêa, R. L. (2000). *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática.
- Cravidão, F. D. (1989). A residência secundária da burguesia de Coimbra - Projecto de Investigação, *Cadernos de Geografia*, 8, Coimbra.
- Faulkner B. & Tideswell C. (1997). A framework for monitoring community impacts of tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 5(1), 3-28.
- FIPE & Ministério do Turismo do Brasil (2012). Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil - 2010/2011. Relatório Executivo - Produto 6.
- Fischer, J.; Hartel, T. & Kuemmerle, T (2012). Conservation policy in traditional farming landscapes. *Conservation Letters*, 5, 167-175.
- Grünewald, R. (2003). Turismo e etnicidade. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, 141-159.
- Guia Rodoviário Michelin (2016). Acedido em 03 de novembro de 2016 em <https://www.viamichelin.pt/>
- Halada, L.; Evans, D.; Romão, C. & Petersen, J.-E. (2011). Which habitats of European importance depend on agricultural practices? *Biodiversity and Conservation*.
- Haesbaert, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre.
- Inskeep, E. (1987). Environmental planning for tourism. *Annals of Tourism Research*, 14(1), 118-135.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. 6.ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas.
- Luchiari, M. T. D. P. (2000). Turismo e meio ambiente na mitigação dos lugares. *Turismo e Análise*, v. 11, n. 1.
- Maia, S.; Martins, U & Baptista, M. (2011). Cultural tourism in the urban context. Museum routes - The cases of Aveiro and Ílhavo (Portugal). *Colloque International Nouveaux Musées, Nouvelles Êres Urbaines, Nouvelles Mobilités Touristiques*, Paris, 20 e 21 de janeiro
- Mapas de Áreas de Produção Econômica e de Proteção Ambiental (2013). Produto 5 - Piauí, Dezembro.
- Ministério do Turismo (s/d). *Avaliação ambiental estratégica do PRODETUR nacional no Estado do Piauí, Polo Costa do Delta e Polo Origens*.
- Ministério do Turismo do Brasil (2016). *Programa de regionalização do turismo: categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro*. Brasília.
- McHarg, I. L. (1969). *Design with nature*. American Museum of Natural History. First Edition.
- MTur. *Projeto de desenvolvimento sustentável do turismo da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Brasília. 2006.
- O'Hare, D. (1997). Interpreting the cultural landscape for tourism development. *Urban Design International*, 2(1), 33-54.

- Plieninger, T. & Bieling, C. (eds) (2012). *Resilience and the cultural landscape: understanding and managing change in humanshaped environments*. Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- Ruschmann, D. (1997). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus Editora.
- Sabaté, J. (2000). *El Corredor Sant Llorenç de Munt-Collserola*. Barcelona: Fundació Politècnica de Catalunya.
- Sabaté, J. (2004). De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje. *Ambiente Digital*, 98, 1-10.
- Santos, G. E. O. (2016). *Cálculo amostral: calculadora on-line*. Acedido em 09 de julho de 2016 em <http://www.calculoamostral.vai.la>.
- Santos, M. (1988). *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2002). O espaço geográfico, um híbrido. In: *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Coleção Milton Santos, 01).
- Santos, M. & Silveira, M. L. O. (2001). *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo: conceito e impacto ambiental*. São Paulo: Aleph.
- Tesouro Nacional Brasileiro (2015). *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI*. Acedido em 02 de novembro de 2016 em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>
- Troll, C. (1966). *Landscape ecology*. Publication S 4, ITC-UNESCO, Delft, The Netherlands.
- Van Eetvelde, V. & Antrop, M. (2004). Analyzing structural and functional changes of traditional landscapes—two examples from Southern France. *Landscape and Urban Planning*, 67, 79-95, Elsevier.
- Wearing, S. & Neil, J. (2000). *Ecoturismo: impactos potencialidades e possibilidades*. São Paulo: Manole.

Dinamização multifuncional dos centros históricos: propostas a partir dos centros histórico-marítimos da Galiza (Espanha)

Multifunctional dynamization of historic centres: proposals from the historic-maritime centers of Galicia (Spain)

Inês Gusman

Instituto Universitario de Estudos e Desenvolvimento de Galicia. (IDEGA)- Universidade de Santiago de Compostela
mariains.gusman@rai.usc.es
ORCID: 0000-0003-0678-3395

Lucrezia Lopez

Departamento de Xeografía - Universidade de Santiago de Compostela
Lucrezia.lopez@usc.es
ORCID: 0000-0003-4451-6423

María de los Ángeles Piñero Antelo

Departamento de Xeografía - Universidade de Santiago de Compostela
manxeles.pineiro@usc.es
ORCID: 0000-0002-8837-9898

Resumo:

Para além de serem peças fundamentais da estrutura urbana, os centros históricos são espaços singulares de alto valor simbólico. São espaços diferenciados do restante tecido urbano pelas suas dinâmicas físicas, sociais e funcionais específicas. Guardam vestígios do urbanismo de diferentes épocas, sendo por isso elementos representativos da memória coletiva de uma população. Quando localizados em zonas costeiras, os Centros Históricos incorporam testemunhos da relação entre o ser humano e o mar e das atividades económicas e sociais por esta geradas. Neste contexto, o presente artigo centra-se na análise das dinâmicas destes espaços que, devido às suas características físicas e identitárias, se denominam de “Centros Histórico-Marítimos”. Recorrendo a uma proposta metodológica que, através da contabilização de edifícios dos municípios, permite a seleção das unidades territoriais de estatística oficial mais adequadas à captação das dinâmicas socioeconómicas dos centros históricos. Desenvolveu-se assim uma análise de três casos de estudo na Comunidade Autónoma da Galiza, Espanha - Muros, Baiona e Combarro - e elaborou-se um diagnóstico dos principais desafios territoriais que afetam este tipo de espaços. Com base nos resultados, apresentam-se propostas de linhas de atuação para alcançar a revitalização multifuncional destes centros históricos, baseada na sua dinamização cultural, comercial, residencial e turística.

Palavras-chave: Centros históricos; Património cultural marítimo; Galiza; Revitalização multifuncional.

Abstract:

Historic centres are important pieces of the urban structure with an important symbolic value. These spaces stand out from other urban areas because of their physical, social and functional dynamics. Moreover, historic centres embody elements of past land-uses, and, for this reason, they are representative of the local collective memory. Those which are located on the coastal areas embody, beyond these values, the testimonies of the interaction between humans and the ocean and the economic and social activities generated by it. Thus, this article focuses on the analysis of the dynamics of these urban areas that, due to their physical and identity characteristics, are called "Historical-Maritime Centres". Applying a methodological proposal that, through a survey of the municipalities' existing buildings, allows the selection of suitable territorial units of official statistics to obtain the socioeconomic dynamics of historic centres. An analysis of three case studies was carried out in the Autonomous Community of Galicia, Spain - Muros, Baiona and Combarro - and a diagnosis of the main territorial challenges affecting this type of spaces was elaborated. Based on the results, action lines are proposed to achieve the multifunctional revitalization of these historic centres, based on their cultural, commercial, residential and tourist promotion.

Keywords: Historic centre; Maritime cultural heritage; Galicia; Multifunctional revitalization.

Introdução

O reconhecimento social do valor do património histórico, verificado sobretudo durante as últimas décadas, levou ao aparecimento de inúmeras figuras de proteção patrimonial que vão desde a escala local à escala internacional, demonstrando o crescente interesse pela sua preservação. Neste contexto, têm surgido vários documentos por parte de diferentes entidades que definem os critérios para a proteção e gestão do património cultural (Castro Fernández, 2015). A necessidade de salvaguarda dos elementos materiais e imateriais herdados das utilizações passadas dos territórios levou à valorização dos Centros Históricos, que pelo facto de serem espaços de aglomeração de símbolos, são representativos da memória das comunidades.

Devido à dificuldade de encontrar um equilíbrio entre a manutenção dos valores simbólicos herdados do passado e as necessidades presentes da sociedade os centros históricos, enquanto produtos histórico-culturais, enfrentam hoje grandes desafios (Torres, 2013; Santamaría Camallonga, 2013; Santos Solla e Pena Cabrera, 2014). Nestes espaços coexistem várias funções atuais e passadas nas quais se incluem, por exemplo, as de carácter cultural: manifestações identitárias tais como património monumental e urbanístico, manifestações religiosas, eventos culturais e produtos artesanais (Troitiño Vinuesa, 2002; Cardesín, 2015). Às funções sociais dos centros históricos juntam-se as suas atuais capacidades de gerar dinamismo económico, muito relacionado com o crescimento das atividades turísticas à escala global. Desta forma, garantir a multifuncionalidade dos centros históricos é fundamental, não apenas para assegurar a sustentabilidade das suas dinâmicas económicas e sociais, mas também para melhorar a sua capacidade de atrair visitantes (Cardesín, 2015).

No caso dos pequenos centros históricos localizados em zonas costeiras, sobrepõem-se desafios de vária ordem. Aos valores sociais e económicos associados aos centros históricos, junta-se ainda o valor de serem testemunho de uma ligação histórica entre o ser humano e o mar. Nesta investigação denominam-se “centros histórico-marítimos” aqueles espaços que, para além de possuírem o estatuto oficial de centros históricos, reúnem as seguintes características:

- 1) localização geográfica próxima do mar;
- 2) atividade económica tradicionalmente vinculada ao setor pesqueiro;
- 3) elementos patrimoniais símbolos de uma vocação marítima (fábricas de conserva, casas de pescadores, portos, etc.).

A partir da ilustração e caracterização de três casos de estudo da Comunidade Autónoma da Galiza (Espanha) desenvolve-se uma reflexão cujo principal objetivo é identificar os desafios deste tipo de centros históricos. Posteriormente serão apontadas possíveis atuações para a sustentabilidade das dinâmicas sociais e económicas destes espaços, segundo uma lógica de manutenção da sua multifuncionalidade.

Baseado no trabalho realizado no âmbito da elaboração do Plan Estratégico de Dinamización de los Pequeños Cascos Históricos, da Xunta de Galicia, entre os meses de abril e setembro de 2016, aprofunda-se nesta investigação a análise de três pequenos centros históricos-marítimos: Baiona, Combarro e Muros. Os critérios de seleção estão relacionados com o facto destes centros históricos além de corresponderem aos critérios já descritos de centros histórico-marítimos, terem o reconhecimento de Bem de Interesse Cultural (BIC) e possuírem um Plano Geral de Ordenamento Municipal (PGOM) aprovado (algo que não ocorre em todos os centros históricos galegos declarados BIC). Este Plano Especial é uma ferramenta de proteção e planeamento das atuações no centro histórico.

Serão apresentados os resultados de uma breve revisão teórica sobre os atuais valores e funções dos centros históricos em geral, e dos centros histórico-marítimos em particular. Segue-se a exposição da metodologia e das fontes de investigação e, posteriormente, um diagnóstico dos três casos de estudo feito a partir de dados quantitativos, em função de indicadores relacionados com a demografia, parque habitacional, economia e património. Será apresentada uma análise comparativa entre os casos de estudo e apresentadas propostas de linhas de atuação para alcançar uma dinamização multifuncional, baseada em quatro pilares: dinamização cultural, comercial, residencial e turística.

Os Centros histórico-marítimos: uma abordagem teórica

Segundo a Convenção da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), os critérios que manifestam o valor simbólico e histórico do património são: “(...) iii) Fornecer um testemunho único, ou pelo menos excepcional, sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida; iv) Ser um exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de um conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana; v) Ser um exemplo

destacado de formas tradicionais de assentamento humano ou de utilização da terra ou do mar. Devem ser formas representativas de uma cultura (ou de várias culturas) ou de interação do homem com o meio, sobretudo quando este se tornou vulnerável devido ao impacto provocado pelas mudanças irreversíveis; vi) Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos e tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias que tenham uma importância universal excepcional.” (Convenção da UNESCO sobre a Proteção do Património Cultural e Natural, 1972). Desta forma, e sendo o património uma utilização seletiva do passado como recurso para o presente e para o futuro (Graham *et al.*, 2005), a sua existência é fundamental para a continuidade de sentimentos de identidade territorial por parte das populações. Dentro dos elementos que compõem o património, o centro histórico representa uma categoria fundamental (Mudarra, 1994; Castro Fernández, 2015).

Os centros históricos são espaços fundamentais da paisagem urbana, através dos quais se manifestam momentos, personagens, histórias e contextos (Palonen, 2008; Fernandes, 2013). Assim sendo, o seu papel avalia-se segundo as suas funções, a sua estrutura demográfica ou a sua entidade económica (Troitiño Vinuesa, 1992). Os centros históricos devem ser realidades urbanas vivas, dinâmicas e multifuncionais. Troitiño Vinuesa (1996, 2003) afirma que para interpretar a dinâmica dos centros históricos é necessário realizar uma análise baseada nas seguintes contextualizações:

- 1) Temporal: situar a conjuntura atual no marco dos ciclos das transformações urbanas;
- 2) Espacial: evidenciar a singularidade de cada núcleo para compreender a diversidade da sua estrutura interna;
- 3) Funcional: compreender as interdependências e evidenciar a multifuncionalidade da cidade histórica;
- 4) Cultural: evidenciar as formas como a nossa sociedade encara a sua revalorização simbólica e, em determinadas ocasiões, a sua mitificação.

As comunidades que ao longo da história se foram assentando nas áreas costeiras desenvolveram estratégias, conhecimentos, tradições, crenças e habilidades profissionais ligadas ao comércio, intercâmbio e exploração de recursos marítimos. Por esta razão, o valor dos elementos patrimoniais existentes nestes espaços advém do facto de testemunharem séculos de relação entre o ser humano com o mar. Assim, o património cultural nestas zonas adquire um significado próprio pelos valores que

suporta, e por essa razão, podem ser denominados de Património Cultural Marítimo. Este conceito engloba todos os bens imateriais e materiais localizados na água ou ao seu redor que expressam a cultura vinculada à água (doce ou salgada) e possuem valores ou interesses antropológicos, arqueológicos, históricos, arquitetónicos, artísticos, científicos ou literários, entre outros (Baron, 2008).

As dimensões culturais, sociais e económicas, geralmente integradas no conceito de património cultural marítimo, contribuem para dar uma nova riqueza a estes territórios que, em muitos casos, se encontram em reconversão devido às perdas da sua capacidade económica e social. Esta riqueza está também vinculada às emoções, à memória e à satisfação estética que as heranças marítimas proporcionam aos habitantes e, de um modo mais amplo, aos visitantes destas comunidades (Péron, 2009). Esta realidade levou à aplicação de figuras de proteção patrimonial em muitas pequenas vilas costeiras. Sendo territórios onde as atividades económicas vinculadas ao mar tiveram um peso crucial, hoje considera-se que as suas heranças culturais marítimas são um recurso sobre o qual devem assentar estratégias locais de desenvolvimento sustentável.

Metodologia e fontes

Através da aplicação dos avanços da investigação sobre centros históricos e segundo uma lógica de análise comparativa, o presente trabalho recorre às diferenças e semelhanças entre três casos de estudo para propor atuações de dinamização multifuncional dos centros histórico-marítimos. O facto de possuírem um centro histórico e serem portadores de uma identidade ligada ao mar são os elementos comuns destes três casos; a forma como têm vindo a dinamizar e equilibrar as funções económicas e sociais dos seus espaços difere entre eles.

O primeiro passo para analisar as dinâmicas do centro histórico é proceder à sua delimitação, a partir dos planos vigentes no momento deste estudo. No caso de Muros, a sua declaração de Conjunto Histórico Artístico é do ano de 1970 e não incorpora nenhuma delimitação precisa em relação ao conjunto protegido. Posteriormente, o Plan Especial do Casco Histórico de 2008, estabelece como âmbito de atuação a totalidade da vila histórica, o Castelo e Muralhas de Muros, que corresponde a 18 ha 5790,672 m². No caso de Baiona, o antigo centro histórico foi declarado Conjunto Histórico Artístico em 1993, e a sua proteção está contemplada no Plan Especial de Protección do Conxunto Histórico e a superfície

delimitada a ordenar é de 15 ha 421,524 m². Já no caso de Combarro, situado no concelho de Poio, foram elaboradas inicialmente normas que regiam as edificações situadas no conjunto artístico e pitoresco de Combarro (Vallejo Pousada, 1995) que delimitavam o conjunto que foi declarado BIC em 1972. O Plan Especial de Protección do Conxunto Histórico de Combarro foi aprovado em 2001, e atualmente protege uma área correspondente a 7 ha 2859.468 m².

Tendo em conta as delimitações citadas recorreu-se, nesta investigação, à representação gráfica oficial presente na documentação do Planeamento de Protección do Conxunto Histórico Artístico de cada centro, e disponibilizada na página Sistema de Información de Ordenación do Territorio e Urbanismo de Galicia (SIOTUGA) da Xunta de Galicia (<http://www.planeamentourbanistico.xunta.es/siotuga/>). A partir de uma análise destes documentos, e utilizando uma ferramenta SIG - QGIS 3.0, digitalizou-se a delimitação dos centros históricos de cada caso. A antiguidade destes documentos oficiais levou à existência de desajustes entre os mesmos e a atual realidade morfológica dos espaços. Para ultrapassar esta limitação sobrepôs-se a informação oficial à atual estrutura dos centros, obtendo-se assim uma delimitação o mais fidedigna possível. De forma a conhecer a realidade social, económica e física dos centros históricos, procedeu-se à recolha de dados estatísticos secundários, tendo como base preferencial o Instituto Nacional de Estadística de España (INE) e o Instituto Galego de Estatística (IGE).

Nos mesmos, recolheram-se dados relativos a:

- Indicadores demográficos (a principal fonte é o Padrón municipal de habitantes do INE, relativo ao ano 2015).
- Indicadores económicos (“Inscritos na Segurança Social em 2015 segundo o setor de atividade” e “Dados da atividade económica” disponibilizados pelo IGE, através do “Directorio de empresas e unidades locais (Ano 2014). Empresas con actividade en Galicia segundo actividade principal e titularidade (CNAE 2009)”. Identificaram-se as micro e pequenas empresas (com menos de 50 assalariados) que se localizam nos conjuntos históricos (a partir da sua morada fiscal) e a atividade principal a que se dedicam. Dados de hotelaria: base de dados de Turgalicia (<http://www.turismo.gal/inicio>).
- Indicadores de património: Os Plans Especiais são a principal fonte deste indicador. De forma a conseguir isolar a análise da realidade do centro histórico, os dados foram recolhidos à escala mais pormenorizada possível, que são as

secciones censales (secções) do Instituto Nacional de Estadística (INE), atualizado a 1 de novembro de 2011. Estas unidades territoriais são definidas, salvo raras exceções, por um território habitado contínuo com um número de habitantes entre 500 e 2 500 pessoas e, perfeitamente, delimitado por características territoriais, geográficas e/ou urbanísticas (Veres, 1999). São as unidades territoriais mais pequenas a que se referem os dados do Censo de Población. No entanto, devido ao facto de a delimitação das secções não coincidir com a dos centros históricos, foi aplicado um método que se denominou de “Método dos Portais”. Este, consiste em considerar que se uma percentagem significativa de edifícios de uma secção se encontra dentro dos limites do centro histórico, os dados dessa secção são representativos da realidade do centro histórico. Desta forma, foi possível avaliar a representatividade dos resultados obtidos para cada secção no conjunto de centro histórico.

No caso de Muros, a totalidade do centro histórico está dentro de duas secções (secção 1-1505301001 e secção 2 -1505301002). Em concreto, 61,4%, dos edifícios da secção 1 e 89% dos edifícios da secção 2 de Muros estão dentro do seu centro histórico. O mesmo acontece no caso de Baiona, onde o centro histórico também é composto maioritariamente por duas secções (secção 1 - 3600301001 e secção 2 - 3600301002). A secção 1 de Baiona tem 93,7% e a secção 2 cerca de 36% dos seus edifícios dentro do centro histórico deste concelho. Todos os edifícios do pequeno centro histórico de Combarro se encontram numa única secção (3604102001) que por sua vez detém 34% dos seus edifícios neste centro histórico. Este método permitiu-nos fazer um levantamento o mais pormenorizado possível da realidade dos centros históricos, isolando-os dos restantes espaços das cidades. No entanto, é importante referir que pelo facto deste estudo se tratar de um exercício de aproximação à realidade com base em dados oficiais, desenvolvido com base nos critérios já descritos, tem algumas limitações ligadas à não inclusão de determinadas realidades nos dados oficiais, ou ainda, pela antiguidade de alguns dos documentos de proteção utilizados para esta análise.

Descrição do âmbito de estudo

Em virtude da sua costa extensa (1295 km), da sua morfologia muito peculiar e da riqueza das suas águas, a Galiza tem um elevado número de assentamentos humanos que estão diretamente vinculados a diferentes atividades relacionadas com o mar: à pesca, ao transporte de mercadorias, à construção

naval e, mais recentemente, ao turismo de “sol e praia”. A grande parte das vilas que se desenvolveram no litoral galego sofreu processos de transformação urbana que, em alguns casos, levou à destruição dos seus patrimónios históricos. Contudo, nos três casos selecionados nesta investigação, existe um centro histórico reconhecido e protegido, com dinâmicas económicas e sociais muito próprias. Muros, Combarro e Baiona situam-se nas Rias Baixas galegas (nas rias de Muros, Pontevedra e Vigo respetivamente), tal como ilustra a Figura 1.

Atendendo ao perfil económico destes casos, tal como se pode observar na Figura 2, é o setor dos serviços o que tem um maior número de beneficiários da Segurança Social, o que indica uma terciarização da economia nos três casos estudados. No entanto, é importante assinalar que no caso de Muros o setor da Agricultura e Pesca mantém uma presença destacada (concentra 14% dos inscritos na segurança social).

Análise dos Casos de Estudo

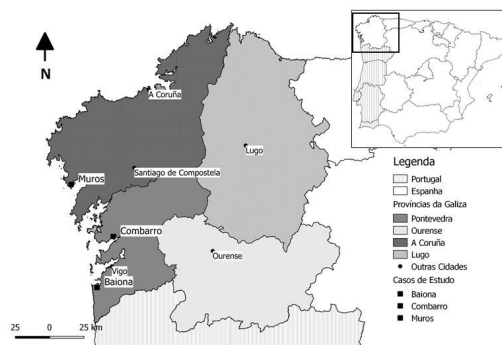


Figura 1
Mapa dos casos de estudo
Fonte: Autoria própria.

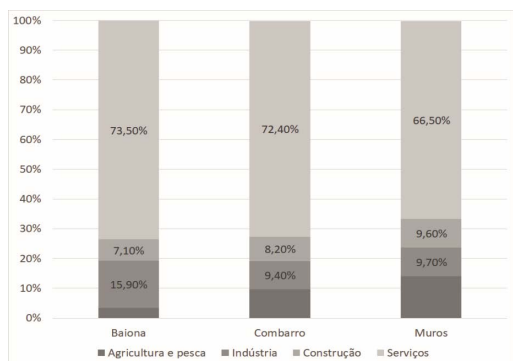


Figura 2
Inscritos na Segurança Social por setor económico
Fonte: Autoria própria a partir dos dados do INE (2015).

Muros

O concelho de Muros situa-se na beira norte da Ria de Muros e Noia e pertence à província de A Coruña. O seu centro histórico tem 2 452 habitantes (2015), representado 27,3% do total do concelho, tendo vindo a registar perdas de população constantes nas últimas décadas. A idade média da população residente neste espaço é de 47,4 anos. Na análise por intervalos de idade, é de notar que no centro histórico as pessoas com mais de 65 anos representam 26% do total, 4 pontos percentuais abaixo da média municipal. Adicionalmente, o centro histórico de Muros apresenta uma percentagem de residências vazias de 21%, ainda que existam diferenças entre as duas secções que compõem o centro. É de ressaltar que nos últimos anos cresceu em todo o município o número de residências secundárias, fundamentalmente devido ao desenvolvimento da atividade turística.

Em relação à oferta hoteleira oficial do concelho de Muros, no total existem quinze estabelecimentos (2 hotéis e 13 pensões) que oferecem uma capacidade total de 400 camas. No centro histórico a oferta de alojamento regulado limita-se a um hotel e três pensões. Já na restauração, há uma ampla oferta que se localiza principalmente nas ruas do conjunto histórico, em concreto na faixa litoral e na Praça da Pescadería Vella.

No Plan Especial de Protección inclui-se um catálogo de edifícios classificados em vários níveis, segundo a sua qualidade arquitetónica e valor histórico. Destacam-se os restos que se conservam da muralha medieval. Entre as construções de maior relevância encontra-se a Casa da Torre, que era parte da muralha medieval, e que se localiza perto da Praça do Concello.

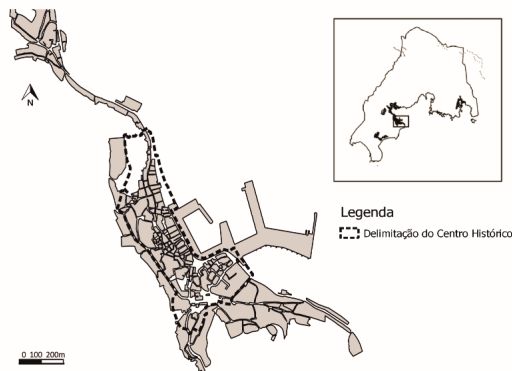


Figura 3
Delimitação do centro histórico de Muros
Fonte: Autoria própria a partir dos dados de SIOTUGA.

Combarro

Combarro, apesar de já ter tido o estatuto de município, atualmente é uma parroquia do concelho de Poio, na província de Pontevedra. No centro histórico de Combarro residem 1869 pessoas, representando 11,1% da população do concelho de Poio e a idade média é de 43,3 anos, mais elevada do que a média municipal (41,9 anos). A população com mais de 65 anos representa 19,9% do total, estando acima do valor municipal de 17,4%. O escalão etário com menor peso no conjunto histórico é o correspondente aos menores de 15 anos (18,8%), demonstrando assim o envelhecimento populacional que caracteriza Combarro. Adicionalmente, este centro histórico regista, ao longo das últimas décadas, uma intensa perda de população e um aumento dos índices de envelhecimento a níveis preocupantes.

No centro histórico de Combarro, a maior parte das suas 1065 residências estão desocupadas (44,1%). Neste espaço, só 41,3% são residências principais e 14,4% são residências secundárias. Em relação à capacidade de alojamento, a oferta hoteleira é de apenas um estabelecimento de turismo rural.

Relativamente às suas características patrimoniais, os monumentos de Combarro estão classificados segundo três tipos: arquitetura religiosa, civil e a ponte de Ramallosa. No primeiro caso, o elemento mais representativo é a capela paroquial de San Roque. A arquitetura civil está representada sobretudo pelo número de casas, emblemas da arquitetura popular galega, que fazem de Combarro um exemplar único. No seu centro histórico existe um notável conjunto de 60 espigueiros, que são os elementos patrimoniais mais atrativos em termos de recurso turístico (Mesía López, 2012) e sete cruzeiros.

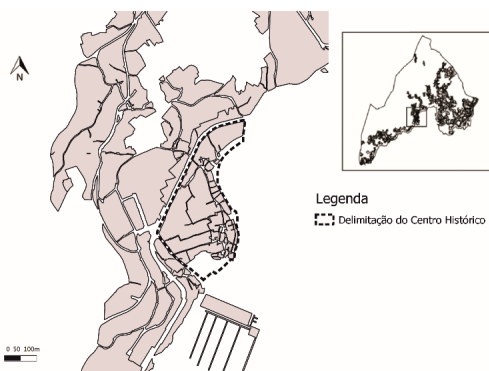


Figura 4
Delimitação do centro histórico de Combarro
Fonte: Autoria própria a partir dos dados de SIOTUGA.

Baiona

Localizado no sul das Rias Baixas galegas, está o concelho de Baiona que pertence à província de Pontevedra. Tem uma população total de 12.072 habitantes (2015), e uma significativa percentagem da desta reside no centro histórico, cerca de 25%. O centro histórico de Baiona conta com 20,7% da população com mais de 65 anos, sendo que 15,1% possui menos de 20 anos. A idade média dos habitantes neste no centro histórico de Baiona é de 45 anos.

No centro histórico concentram-se cerca de 24,4% das 8565 residências do município de Baiona. Na primeira secção regista-se uma percentagem de residências desocupadas de 30,6%, muito acima daquela que é registada no total do concelho de 12,5%. No caso da segunda secção, este valor é mais baixo, registando-se apenas 6,9% de residências deste tipo. A estes dados junta-se o facto de a segunda secção registar uma percentagem de residências secundárias de quase 50%, enquanto na primeira secção este valor é mais baixo, representando 27,1% do total das residências, sendo que a média do município é de 39,5%.

O conjunto histórico de Baiona tem um valor intrínseco que resulta do seu próprio desenvolvimento histórico que deu lugar a um tecido urbano com um traçado de interesse patrimonial. Alberga também importantes representações da arquitetura religiosa galega, das quais se destacam a Antigua Colegiata de Santa María, a Iglesia de Santa Liberata e o Convento de las Madres Dominicás. Adicionalmente, Baiona possui importantes exemplares da arquitetura civil da região, com importantes casas nobres monumentais tais como Casa de Mendoza ou a Casa dos Correa. Baiona foi alvo de um Plan de Excelencia Turística, cujos objetivos gerais eram melhorar o meio urbano e natural do município; ampliar e

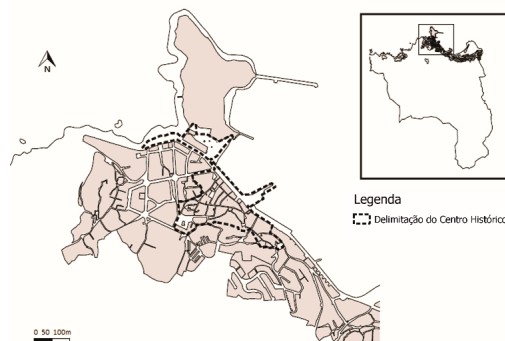


Figura 5
Delimitação do centro histórico de Baiona
Fonte: Autoria própria a partir dos dados de SIOTUGA.

melhorar a oferta complementar; valorizar os recursos turísticos e criar novos produtos (Beas Secall, 2012).

Resultados: análise comparativa

Pela sua importância estratégica a nível territorial, os centros históricos de Muros, Combarro e Baiona têm sido alvo de atuações de promoção do desenvolvimento territorial, financiadas a nível regional, estatal e comunitário. No caso de Baiona, a partir do ano de 1994 e através do Programa PRODER (Programa Operativo de Desenvolvimento e Diversificação Económica das Zonas Rurais), começam a ser levadas a cabo ações de desenvolvimento territorial, que no caso de Muros e Poio se iniciam apenas no ano 2000. A partir do ano de 2007 as três localidades passam a integrar Grupos de Desenvolvimento Rural (GDR) do programa europeu LEADER (Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) e também dos Grupos de Ação Costeira (GAC) do Fundo Europeu da Pesca (FEP). Uma vez que o FEP financia projetos destinados à sustentabilidade das áreas de pesca, os GAC elaboram estratégias de desenvolvimento à escala supralocal com o objetivo de converter estes municípios num fator estratégico para o progresso económico e social das suas respetivas comarcas. Entre os objetivos destas estratégias locais está a intenção de reforçar as sinergias entre os setores pesqueiro e turístico, aproveitando o património cultural marítimo como recurso. Dentro das intervenções relacionadas com a difusão do património marítimo pesqueiro destas vilas constam: a recuperação de embarcações tradicionais em Muros e Combarro; a valorização de antigas instalações de fábricas conserveiras localizadas em Baiona como recurso didático e turístico; a criação de centros de interpretação da vida numa vila pesqueira em Muros; a organização de itinerários culturais através do centro histórico e do porto de Combarro; ou a celebração de jornadas de divulgação de aspetos da cultura marítima em Baiona. Por outro lado, foram financiados projetos dirigidos a travar a perda do peso da pesca nestes territórios: em Baiona destacam-se os projetos relacionados com o emprego dedicado às algas e os programas de recuperação ambiental de áreas marisqueiras e em Combarro a dinamização de serviços de manutenção e reparação de embarcações.

Apesar de terem recebido projetos e financiamentos com bases comuns, os três casos de estudo abordados registam diferenças relativamente às suas dinâmicas territoriais. Tal como se pode observar na Figura 6, a relevância do centro histórico em termos de representatividade de ocupação de território do

concelho e a percentagem de população residente varia nos três casos. Enquanto em Muros o centro histórico ocupa apenas 3% da área total do município, e alberga 27% dos residentes no concelho, em Combarro este representa 16% de território e alberga 11% dos residentes do concelho de Poio, no caso de Baiona o centro histórico ocupa quase 6% da área do concelho e é onde residem 25% dos seus habitantes.

As diferenças entre os três centros históricos são também evidentes nas características do seu parque habitacional, tal como se pode observar na Figura 7: Muros é entre os casos analisados o centro histórico onde existem mais residências principais, que representam 59% do total, seguindo-se as residências secundárias que atingem os 21% e as residências desocupadas cerca de 20%. Em Baiona o valor é mais baixo, já que 42% das residências são principais, e as secundárias têm um importante peso de 38%, enquanto as desocupadas representam 20% do parque habitacional do centro histórico. Já no caso de

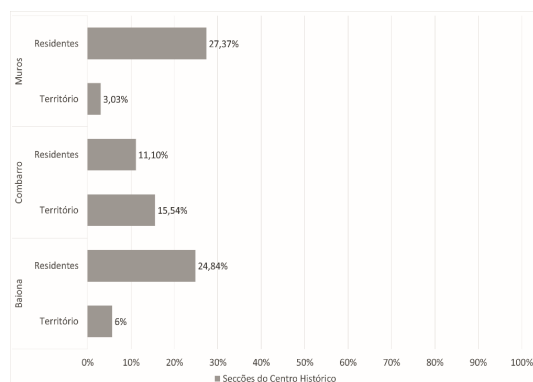


Figura 6 Residentes e extensão do território dos centros históricos de Muros, Combarro e Baiona

Fonte: Autoria própria a partir dos dados do INE (2011).

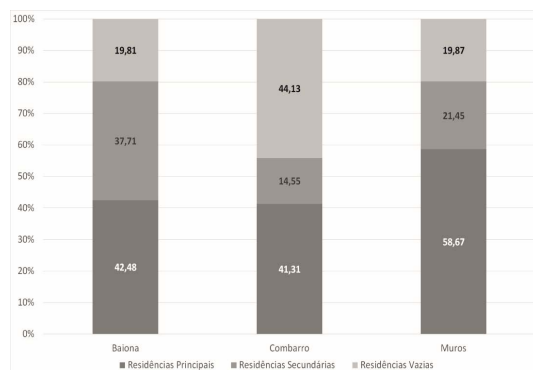


Figura 7 Percentagem das residências por tipo de ocupação no parque habitacional

Fonte: Autoria própria a partir dos dados do INE (2011).

Combarro as residências desocupadas são as que mais presença têm no centro histórico, representando 44% do total, neste as residências principais representam 41% e as secundárias 15% do total de residências.

Em relação à atividade comercial dos centros históricos analisados, tal como se pode observar na Figura 8, Baiona possui um dinamismo comercial bem mais destacado do que os outros dois casos, onde o pequeno comércio e os serviços de alimentação e bebidas assumem a maior importância. Neste concelho 18% do total das micro e pequenas empresas localiza-se dentro do centro histórico. No caso de Muros, o centro histórico tem uma oferta especializada de comércio e serviços. Existe neste concelho um total de 79 pequenas e médias empresas, 25% das mesmas localizam-se dentro do âmbito territorial considerado centro histórico, o que ilustra a importância deste espaço no dinamismo do concelho. Já no caso de Combarro, o peso das pequenas e médias empresas do seu centro histórico relativamente ao concelho onde se insere é muito residual, representando apenas 1% do mesmo. Ainda assim, visitando este centro durante os meses de verão é possível identificar inúmeros comércios dedicados sobretudo à venda de souvenirs.

Os dados ilustrados nas anteriores figuras evidenciam claras diferenças nas dinâmicas funcionais dos centros históricos analisados. No caso de Baiona, estas dinâmicas parecem estar fortemente vinculadas ao seu posicionamento turístico. Este centro histórico-marítimo apresenta uma oferta robusta de alojamento e serviços hoteleiros. Contudo, o facto de Baiona ser um destino turístico de “sol e praia” de relevo e ser o principal destino de turismo náutico da Galiza, levanta problemas relacionados com a sazonalidade das suas dinâmicas económicas. No caso de Muros, é perceptível que o seu centro histórico mantém uma função económica e residencial destacável dentro do concelho, contudo, a sua capacidade hoteleira é muito débil, condicionando o desenvolvimento do turismo. Já o centro histórico-marítimo de Combarro demonstra sinais mais preocupantes, uma vez que regista uma atividade comercial débil e claros problemas no parque habitacional, com 44% das residências desocupadas. A informação retirada dos dados analisados contrasta com o facto de Combarro ser um espaço turístico emblemático das Rias Baixas galegas, com património e atividades comerciais com grande potencial atrativo (Torres Outón, 2013). Este contraste pode ser explicado pelo

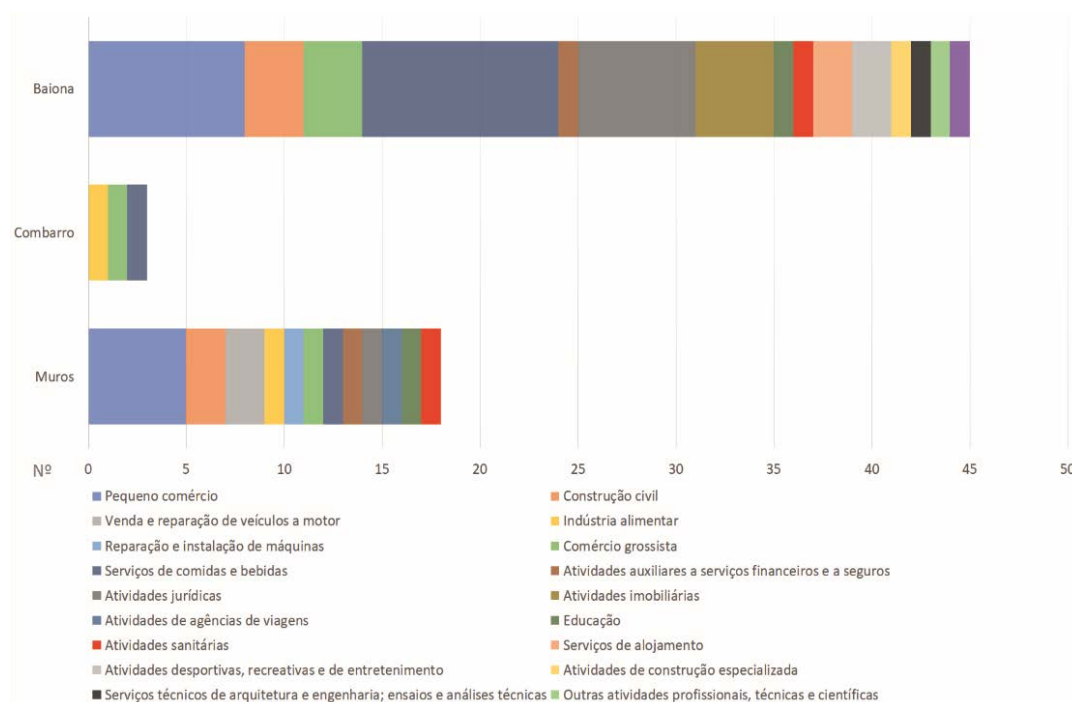


Figura 8
Número de empresas por tipo nos centros históricos de Baiona, Combarro e Muros
Fonte: Autoria própria a partir dos dados do IGE (2014).

facto das dinâmicas turísticas de Combarro serem maioritariamente de carácter excursionista.

As quatro dinâmizações: cultural, comercial, residencial e turística. Pilares para a multifuncionalidade

Os dados recolhidos e apresentados, tanto a nível individual como comparativo, alertam para a necessidade de revitalizar, redistribuir e reestruturar as dinâmicas dos centros histórico-marítimos analisados. Estas tarefas exigem um profundo conhecimento das dinâmicas dos territórios, de forma a promover linhas de intervenção culturais, comerciais, residenciais e turísticas. Esta abordagem, em linha com o que refere Campesino Fernández (1989), tem como objetivo contribuir para uma dinamização dos centros históricos segundo uma visão integradora, que permita dar resposta a diferentes problemas.

A capacidade de revitalização territorial do património marítimo está relacionada com os valores que são atualmente associados ao património cultural em geral. Se por um lado está o seu destacado valor social, já que o património é um alicerce fundamental das identidades territoriais, por outro está o seu valor económico ligado à atividade turística e à capacidade de posicionamento territorial (Graham *et al.*, 2000; Prats, 1997). Desta forma, a manutenção e valorização do património é importante não apenas para os habitantes, como também para as pessoas que visitam os territórios, sendo reconhecida a forte relação entre o património cultural e as dinâmicas turísticas dos territórios (Richards, 1996). Por esta razão, o valor e o potencial do património cultural, quando bem gerido, é um recurso fundamental para o desenvolvimento comunitário e um fator de aumento da qualidade de vida das populações (Di Pietro *et al.*, 2015).

Os centros históricos aqui estudados apresentam, a partir dos dados analisados, dinâmicas económicas e sociais que alertam para a necessidade de regeneração destes espaços, de forma a garantir a sua multifuncionalidade. Considerando que a regeneração urbana tem como objetivo solucionar problemas urbanos e contribuir para uma melhoria duradoura das condições económicas, físicas, sociais e ambientais de espaços em mudança (Roberts, 2000), e considerando a complexidade dos centros históricos, organizam-se as propostas de atuação em quatro pilares: cultural, comercial, residencial e turística.

Começando pela dinamização cultural, urge valorizar os elementos patrimoniais destes territórios para que a memória identitária ligada à relação

histórica destas comunidades com o mar se mantenha no tempo. Para tal, é necessário levar a cabo uma dinamização cultural que tenha como base uma sensibilização dos residentes e dos visitantes sobre o valor patrimonial dos respetivos territórios. Por esta razão, é fundamental continuar a proteger e a valorizar o todo e as partes do centro histórico, criando novas utilizações para o mesmo, estimulando a interação das pessoas com os patrimónios. Alguns exemplos de dinamização cultural do património são, o aproveitamento de edifícios históricos para a oferta de serviços culturais tais como casas de espetáculos ou albergue de associações culturais locais. Também a promoção de eventos relacionados com as utilizações passadas destes elementos é uma forma de melhorar o conhecimento da população sobre os mesmos, e assim estimular o seu valor cultural. A isto junta-se ainda uma das necessidades mais urgentes em relação à proteção do centro histórico, relacionada com a conclusão do processo de reabilitação do conjunto de edifícios que fazem parte do âmbito do plano especial de proteção. Por exemplo, no caso de Muros ainda existem edifícios degradados e em más condições de conservação.

Relativamente à dinamização comercial, seria importante favorecer e reforçar a colaboração e o associativismo entre comerciantes, para que possam ter um papel ativo na promoção do espaço, segundo uma lógica conjunta. Uma das possíveis atuações seria criar roteiros comerciais temáticos, de ofícios que sejam característicos destes espaços, que permitam a manutenção dos negócios existentes e a criação de novas oportunidades de negócio. Também a recriação de ofícios tradicionais e a promoção de produtos locais ligados ao mar é importante, não apenas para a criação de valor económico a partir da diferenciação, como também para estimular o sentimento de identidade da população.

Em relação à dinamização residencial, é fundamental consolidar a funcionalidade de residência permanente e, nos casos em que a percentagem de residências vazias é elevada, complementar com o estímulo à utilização turística das habitações. Nesta linha, é fundamental conseguir um equilíbrio entre a preservação patrimonial dos edifícios e a adequação das residências às exigências atuais dos cidadãos. Para tal deve incentivar-se a requalificação dos edifícios com uso residencial, melhorar os serviços básicos destes espaços, melhorar as vias públicas e o mobiliário urbano, de forma a manter os residentes existentes e, com políticas de incentivo ao aluguer, atrair novos. Relativamente ao estímulo às residências turísticas, seria uma das possíveis opções para

ultrapassar a escassa oferta de alojamento nos casos de Muros e Combarro. Contudo, este tipo de soluções carece de uma planificação e controlo cuidados e atentos por parte das administrações públicas, já que se podem pôr em risco as suas diversas funções. É por exemplo fundamental que se evitem fenómenos de gentrificação e turistificação destes espaços. Por esta razão, não se avançam propostas vinculadas à oferta de alojamento através de plataformas web (como por exemplo, AIRBNB) que, apesar de se apresentarem como alternativas inovadoras relativamente às tradicionais formas de alojamento, estão a despertar debates e críticas político-sociais (Varma *et al.*, 2016; Gutierrez *et al.*, 2017).

O quarto eixo de atuação sustenta-se nos três anteriores e está relacionado com a dinamização turística baseada numa marca conjunta de “centros histórico-marítimos”. Pela sua importância territorial, é fundamental proteger a identidade marítima que caracteriza estes territórios galegos e valorizar as vocações que os espaços litorais foram ganhando ou perdendo ao longo dos tempos (Fernandes, 2013). Foram identificadas, nos três casos de estudo, iniciativas de valorização do património cultural marítimo, tais como, a valorização de antigas ferramentas e instalações pesqueiras, criação de centros de interpretação, entre outras. Partindo da base do trabalho que está a ser desenvolvido nestas iniciativas é importante estimular a cooperação entre as mesmas e concentrar esforços na criação de uma mesma marca de “centros histórico-marítimos”. Esta marca poderia materializar-se na criação de um itinerário cultural, dado o atual valor destes produtos enquanto recursos para o desenvolvimento social e económico dos territórios (Trono, 2014). Desta forma, a criação de um itinerário centrado nas heranças marítimas destes territórios poderia funcionar como forma de posicionamento e diferenciação externa, bem como estímulo à cooperação e coordenação de ações entre os territórios.

Os três centros históricos aqui analisados apresentam oportunidades para não cingirem o seu dinamismo económico e social ao turismo sazonal. Muros, Baiona e Combarro têm as estruturas e recursos adequados para permitir aos seus habitantes e visitantes a fruição do mar a partir de alternativas às convencionais atividades ligadas ao turismo de “sol e praia”, tais como o turismo cultural e de natureza. Estas formas de turismo, para além de terem a capacidade de se distribuírem no tempo e no espaço, favorecem um turismo de bem-estar físico, mental e social (Organização Mundial de Saúde).

Conclusões

Os centros históricos possuem uma singularidade física, simbólica e funcional que justifica que sejam espaços cuidadosamente monitorizados, de forma a manter o equilíbrio entre as suas funções socioeconómicas e a sua proteção patrimonial. No caso dos centros histórico-marítimos, tal como se definem neste estudo, a preservação desta multifuncionalidade é especialmente relevante, num momento em que a globalização, a urbanização costeira e as mudanças económicas e ecológicas afetam as heranças culturais das vilas pesqueiras.

Apesar dos diferentes perfis, os três centros históricos aqui analisados são espaços que guardam heranças da cultura marítima galega e importantes reflexos da sua história. Para além do património edificado, estas vilas mantêm vivas atividades económicas tradicionais ligadas ao mar. Foi possível, através da análise de dados, identificar perdas ou desequilíbrios nas funções residencial, económica, social e/ou patrimonial que podem pôr em risco a manutenção da multifuncionalidade destes espaços. No entanto, Muros Baiona e Combarro são bons exemplos da preservação da autenticidade de um passado semelhante, e cujo aproveitamento económico dos seus elementos patrimoniais se apresenta como uma potencialidade. Sendo a atividade turística uma aposta transversal aos três casos, é fundamental que a administração local continue a contribuir para a descentralização da procura turística, tanto temporal como espacialmente, e aposte no desenvolvimento do turismo cultural, gastronómico e etnográfico, vinculado à valorização do património material e imaterial ligado ao mar. Nos três casos analisados, é possível identificar uma sazonalidade que os converte, durante uma parte do ano, em núcleos parcialmente vazios, numa paisagem urbana caracterizada por portas fechadas e as ruas vazias. Reverter esta realidade passa pela manutenção da multifuncionalidade destes espaços, que tem que ser estimulada a partir de atuações integradas que incidam em quatro dinâmizações fundamentais: cultural, comercial, residencial e turística.

Neste estudo identificaram-se condições e necessidades que justificam que estes três territórios desenvolvam produtos culturais e turísticos conjuntos, gerando oportunidades económicas que juntamente com as ações de promoção à residência, poderão devolver vitalidade aos centros históricos. Contudo, é fundamental controlar os possíveis perigos resultantes do excessivo desenvolvimento do setor turístico, pois existe o perigo de que a cultura marítima seja manipulada para satisfazer os requerimentos desta

indústria (Martindale, 2014). Devido ao facto de muitos espaços patrimoniais marítimos enfrentarem problemas e desafios semelhantes, torna-se fundamental desenvolver metodologias de análise comuns e formas de atuação coordenadas. Isto é especialmente relevante quando os territórios se localizam em quadros administrativos, regionais ou estatais comuns e partilham elementos de identidade territorial semelhantes, tal como se verifica nos três centros históricos-marítimos aqui analisados.

Bibliografia

- Baron, A. T. O. (2008). *Constructing the Notion of the Maritime Cultural Heritage in the Colombian Territory: Tools for the Protection and Conservation of Fresh and Salt Aquatic Surroundings*. Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs, United Nations.
- Beas Secall. L. (2012). Los Planes de Excelencia Turística en España (1992-2006). Una apuesta por la revitalización de los destinos. Revisión de su implantación e impactos. *Scripta Nova*, XVI (411). Acedido a 08 de 01 de 2018, em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-411.htm>.
- BOE, Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español. Texto Consolidado. Última modificación: 30 de octubre de 2015 «BOE» núm. 155, de 29 de junio de 1985 Referencia: BOE-A-1985-12534.
- Campesino Fernández, A. J. (1989). Rehabilitación integrada de los centros históricos: el reto urbanístico de finales de los ochenta. *Revista Investigaciones Geográficas*, 7, 7-17.
- Cardesín, J. M. (2015). Histórias dos centros históricos: a memória social das sete cidades galegas. In R. Lois González e D. Pino (Eds.), *A Galicia Urbana* (pp. 393-411). Vigo: Ed. Xerais.
- Castro Fernández, B. M. (2015). Arquitecturas, prazas e espazos públicos: a dimensión monumental do urbanismo galego. In R. Lois González. e D. Pino (Eds.), *A Galicia Urbana*, (pp. 465-479). Vigo: Ed. Xerais.
- Consejo de Europa (2000). *Convenio Europeo del Paisaje*. Estrasburgo.
- Decreto 3394/1972 de 30 de noviembre, por el que se declara conjunto artístico y pintoresco de carácter nacional el pueblo de Combarro, en el Ayuntamiento de Poyo (Pontevedra)". *Boletín Oficial del Estado*, nº 299 de 14 de diciembre de 1972.
- Di Pietro, L.; Guglielmetti Mugion, R.; Mattia, G., & Renzi, M. F. (2015). Cultural heritage and consumer behaviour: A survey on Italian cultural visitors. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 5(1), 61-81.
- Directorio de empresas e unidades locais (Ano 2014). Empresas con actividade en Galicia segundo actividade principal e titularidade (CNAE 2009)" (consultado em 14/04/2016)
- Fernandes, J. L. (2013). A paisagem urbana de Pombal - dinâmica geográfica, representações simbólicas e apropriações ideológicas. *Cadernos de Geografia*, 32, 3-13.
- Graham, B.; Ashworth, G. J. & Tunbridge, J. (2000). *A Geography of Heritage*. London, Arnold.
- Graham, B.; Ashworth, G. J. & Tunbridge, J. E. (2005). The uses and abuses of heritage. *Heritage, museums and galleries: an introductory reader*, 28-40.
- Gutierrez, J.; García-Palomares, J.; Romanillos, G. & Henar Salas-Olmedo, M. (2017). The eruption of Airbnb in tourist cities: Comparing spatial patterns of hotels and peer-to-peer accommodation in Barcelona. *Tourism Management*, 62, 278-291.
- Instituto Galego de Estatística IGE (2016). *Padrón Municipal de habitantes, datos de población*. Disponível em: www.ige.eu (consultado em 21/07/2016)
- Instituto Nacional de Estadística (INE). *Censo Población*. Disponível em: <http://www.ine.es/censos2011/visor/> (consultado em 21/07/2016)
- Martindale, T. (2014). Heritage, Skills and Livelihood: reconstruction and regeneration in a Cornish fishing port. In J. Urquhart, T. G. Acott, D. Symes, et al. (Eds.), *Social issues in sustainable fisheries management* (pp. 279-299). New York, London: Springer, Dordrecht Heidelberg.
- Mesía López, A. (2012). Conjuntos históricos: patrimonio cultural o producto turístico. El ejemplo de Combarro. *Revista da Facultade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, IX-XI, 25-43.
- Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. *Planes Nacionales de Patrimonio Cultural*. Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/planes-nacionales/planes-nacionales.html>.
- Mudarra, M. (1994). Reflexiones en torno a los vínculos entre monumento y ciudad. In Ayuntamiento de Priego de Córdoba e Instituto Andaluz del patrimonio Histórico (Eds.), *Patrimonio y Ciudad. Reflexión sobre Centros Históricos* (pp. 10-11). Córdoba: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura y Medio Ambiente, Instituto del Patrimonio Histórico.
- Palonen, E. (2008). The city-text in post-communist Budapest: street names, memorials, and the politics of commemoration. *GeoJournal*, 73, 219-230.

- Péron, F. (2009). Patrimonio y paisajes del litoral. Itsas Memoria. *Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, 6, 33-40.
- Prats, L. (1997). *Antropología y patrimonio*. Barcelona, Editorial Ariel
- Richards G. (1996). *Cultural tourism in Europe* (CAB International, Wallingford, UK
- Santamaría Camallonga, J. (2013). Centros históricos: análisis y perspectivas desde la Geografía. *GeoGraphos*, 4(37), 115-137.
- Roberts, P. (2000). The evolution, definition and purpose of urban regeneration. *Urban regeneration*, 9-36.
- Santos Solla, X. M. & Pena Cabrera, L. (2014). Management of Tourist Flows. The Cathedral of Santiago de Compostela. Pasos. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 12(4), 719-735.
- Sistema de Información de Ordenación do Territorio e Urbanismo de Galicia (SIOTUGA)*. Disponible em: <http://www.planeamentourbanistico.xunta.es/siotuga/> (Consultado em 25/04/2016 e 26/04/2016)
- Torres Outón, S. M. (2013). Revitalización urbana y especialización del centro histórico de Pontevedra. *Configurações 11, Território e Desenvolvimento*, 129-141.
- Troitiño Vinuesa, M. A. (1992). *Cascos antiguos y centros históricos: problemas, políticas y dinámicas urbanas*. Madrid: MOPT, Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo.
- Troitiño Vinuesa, M. A. (1996). La protección y la recuperación de los centros históricos. In A. J. Campesino Fernández e C. Velasco Bernardo (Eds.), *Portugal-España, ordenación territorial del Suroeste comunitario: acta, ponencias y comunicaciones / VII Coloquio Ibérico de Geografía*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 367-377
- Troitiño Vinuesa, M. A. (2002). La Ciudad Histórico-Turística y el Museo: Flujos, Turísticos y Visitantes. *Museo*, 6, 1-12.
- Troitiño Vinuesa, M. A. (2003). La protección, recuperación y revitalización funcional de los centros históricos. Colección Mediterráneo Económico “Ciudades, arquitectura y espacio urbano”, 3, 131-160.
- Trono, A. (2014). Cultural and religious routes: a new opportunity for regional development. In R. Lois, X. M. Santos e P. Taboada (Eds.), *New Tourism in the 21st Century: Culture, the City, Nature and Spirituality* Edited . Cambridge Scholars Publishing, pp: 1-24
- Consellería de Innovación e Industria (TURGALICIA) (2006). *Dados de hotelaria: base de dados*. (consultado em 15/06/2016)
- UNESCO (1972). Convención sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural. Acedido a 04 de 05 de 2017, em <http://whc.unesco.org/archive/convention-es.pdf>.
- Varma, A.; Jukic, N.; Pestek, A.; Shultz, C. J. & Nestorov, S. (2016). Airbnb: Exciting innovation or passing fad?. *Tourism Management Perspectives*, 20, 228-237.
- Vallejo Pousada, R. (1995). A arquitectura e o urbanismo tradicionais: da identificación á substitución por derribo. O exemplo do conxunto histórico de Combarro. *Cadernos A nosa terra de pensamento e cultura*, 19, 12-23.
- Veres, E. J. V. (1999). Ordenación de secciones censales según un indicador de pobreza. *Estadística Española*, 41 (144), 169-201.
- Xunta de Galicia (sf). *Plan Estratégico de Dinamización dos Pequenos cascos Históricos de Galicia*. Documento inédito.

NOTAS
NOTÍCIAS
RECENSÕES

Histórias de cultura. O poder do *Storytelling* em destinos de Turismo Cultural Stories of culture. The power of *Storytelling* in Cultural Tourism Destinations

José Carlos Gonçalves

Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
josecpvg@sapo.pt
ORCID: 0000-0002-9270-3509

Cláudia Seabra

Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
cseabra@estv.ipv.pt
ORCID: 0000-0002-8496-0986

Carla Silva

Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
csilva@estv.ipv.pt
ORCID: 0000-0001-6251-9113

Resumo:

O Turismo Cultural assume cada vez maior relevância nos dias de hoje. De facto, este segmento de mercado foi, nos últimos anos, um dos que apresentou maior crescimento (UNWTO, 2015). O *Storytelling*, uma atividade essencial nas experiências de Turismo Cultural, vem assumindo um papel preponderante nos consumos turísticos (Rodríguez e Corazon, 2011). O *Storytelling* é um catalisador, não só por ser um produto único, mas também porque faz a ponte entre os residentes e os turistas, aproxima-os de uma forma que a vertente tradicional do turismo jamais faria. Contudo, a informação existente sobre este tema ainda é escassa, especialmente na sua vertente turística. Este trabalho tem como objetivo apresentar abordar a importância do Turismo Cultural e o papel relevante do *Storytelling* nas experiências turísticas culturais. Posteriormente será proposto um modelo conceitual onde serão propostos os fatores influenciadores de compra, consumo e avaliação do produto *Storytelling*. A metodologia utilizada foi uma análise extensa de bibliografia sobre os tópicos em análise. Este é um estudo conceitual, contudo com intenção futura de aplicação empírica, através da recolha de dados através de questionário em destinos culturais. Os resultados deste estudo permitirão compreender melhor o fenómeno do *Storytelling* e a sua importância para a atividade turística, especialmente o turismo cultural.

Palavras-chave: *Storytelling*; Turismo cultural; Economia das experiências; Comportamento do Consumidor em Turismo.

Abstract:

Cultural Tourism is increasingly relevant in the present. In fact, this segment has been one of the most important presenting the highest growth rates in tourism market (UNWTO, 2015). *Storytelling* is assuming a crucial role in Cultural Tourism experiences (Rodríguez e Corazon, 2011). *Storytelling* is a catalyst not only for being a unique product, but also because it bridges the gap between residents and tourists, bringing them closer together in a way that the traditional tourism landscape would never accomplish. However, the existing information on this subject is still scarce, especially in its tourism aspect. The present work aims to present the importance of Cultural Tourism and the relevant role of *Storytelling* in Cultural Tourism experiences. Later, a conceptual model will be presented, where the factors influencing the purchase, consumption and evaluation of the *Storytelling* product will be proposed. The methodology used was an extensive literature review of the topics under analysis. This is a conceptual study, however in the future there is the intention of empirical application, through data collection through questionnaire in cultural destinations. The results of this study will allow a better understanding of the phenomenon of *Storytelling* and its importance for tourism, especially Cultural Tourism.

Keywords: *Storytelling*; Cultural Tourism; Experience Economy; Consumer Behavior in Tourism.

Introdução

Os turistas pretendem cada vez mais “experiências vivas”, ou seja, realizar atividades que os permitam colher, construir, permanecer e acima de tudo aprender (Phipps, 2007). O valor associado a este conceito de turismo “experiência viva” tem como base a convicção de que existem muitos significados atribuídos ao destino, os quais, muitas vezes passam despercebidos, pois as viagens dos turistas estão constrangidas pelo tempo bem como pela escassez de narrativas e histórias que lhes permitam desfrutar as “experiências” (Rodríguez, 2011).

O papel do *Storytelling* no turismo advém do facto de que uma história “transforma o que seria um espaço indiferente e sem importância num atrativo destino turístico” (Chronis, 2012: 445). Num mundo onde o fornecimento de produtos turísticos, serviços e destinos estão em constante crescimento, onde todos asseguram serem únicos, mas que na maioria dos casos não são nada mais do que cópias uns dos outros, uma das poucas ofertas que se pode considerar verdadeiramente única são as histórias que os locais têm à sua disposição (Bryon, 2012).

Storytelling é também um meio fundamental para os homens entenderem o mundo e um mecanismo para que se possam expressar emocionalmente relativamente ao mundo tal como ele é observado pelas pessoas (Kim e Jeong, 2010). É também um meio de transmissão de conhecimentos ou experiências, através de histórias ou episódios de forma a transmitir ideias ou conceitos complexos (Sole e Wilson, 1999). Assim como uma forma eficaz de fidelização de clientes e um meio de atrair potenciais novos clientes (Jensen, 2001).

De facto, alguns autores defendem que os destinos turísticos podem ser vistos como “storyscapes” ou domínios de negócios onde as narrativas podem ser transformadas e ordenadas através da interação entre distribuidores, produtores e os clientes (Chronis, 2005). Estudos sobre o *Storytelling* concluem que este é um elemento diferenciador nos produtos, principalmente quando se fala em mercados altamente competitivos. O papel do *Storytelling* no turismo é portanto crucial oferecendo experiências turísticas diferenciadoras, pois história “transforma o que seria um espaço indiferente e sem importância num atrativo destino turístico” (Chronis, 2012: 445).

O objetivo deste trabalho é elaborar um estudo sobre o *Storytelling* e proceder ao levantamento das variáveis do comportamento do consumidor, relacionadas com este produto turístico. Especificamente pretende-se construir um modelo conceptual de comportamento do turista para o consumo do produto

Storytelling. Através deste estudo de comportamento do consumidor irá ser possível analisar as escolhas e as motivações dos turistas que optam por este tipo de produtos, mas também obter um melhor entendimento da sua tomada de decisões.

Contextualização teórica

A Organização Mundial do Turismo (OMT) determinou em 1985 duas definições para o Turismo Cultural - a primeira, em sentido lato, inclui “todo o movimento de pessoas que satisfaça a necessidade de diversidade contribuindo para a valorização pessoal e intelectual e de vivência de novas experiências e encontros”; e a segunda, mais específica, diz respeito ao “fluxos de pessoas com motivações de visita, viagem, e estudo do património e da natureza, ou de culto” (OMT, 1985).

O turismo cultural aparece interligado com outras tipologias de turismo onde os turistas realizam, de uma forma complementar, uma despesa cultural. Por exemplo, durante um City-Break o objetivo principal do turista acaba por ser, na maior parte das vezes, conhecer o património do destino escolhido e a cultura que este transmite. Se pensarmos na cultura no seu sentido amplo, ou seja, o interesse pelas formas de vida de outros povos, a maioria dos turistas consomem ou irão consumir, em algum momento, produtos culturais. Por outro lado, todos os destinos turísticos oferecem de uma forma ou outra alguma oferta cultural (Dominguez, 2012).

A atual dimensão do turismo cultural é difícil de estimar, no entanto a OCDE e a OMT estimavam que em 2007 que representava cerca de 40% de todo o turismo internacional, acima dos 37% de 1995. Perante estes dados é possível fazer uma estimativa do número total de turistas com motivação cultural que viaja pelo mundo. De facto, este tipo de turismo sofreu um crescimento de exponencial nos últimos anos. Os turistas culturais passaram de 195 Milhões em 1995 para 453 Milhões em 2014 demonstrando o peso que este tipo de turismo tem a nível mundial (UNWTO, 2015).

Na Europa, o turismo cultural foi reconhecido como um importante agente de mudança social e económica (Richards, 1996). Este tipo de turismo surge como um dos cinco segmentos mais importantes. De facto, nas últimas décadas, a cultura tem sido uma das principais motivações de viagem na Europa, logo a seguir ao sol e praia e à visita a amigos e familiares (European Commission, 2016), crescimento que se prevê manter-se contante até 2020 (Niemczyk, 2014). O crescimento do turismo cultural,

Quadro I

Volume total do turismo cultural internacional

Ano	Total de Chegadas Internacionais	(%) de viagens culturais	Total de viagens culturais
1995	527 Milhões	37%	195 Milhões
2000	674 Milhões	37%	249 Milhões
2005	809 Milhões	37%	299 Milhões
2010	898 Milhões	40%	359 Milhões
2013	1,087 Milhões	40%	434 Milhões
2014	1,133 Milhões	40%	453 Milhões

Fonte: Elaboração própria, segundo Estimativas de UNWTO (1995-2014).

em diferentes contextos e escalas espaciais, constitui uma resposta às características e mudanças da sociedade pós-moderna representando, igualmente, um sinal de esperança para os destinos que têm importância patrimonial (Carvalho, 2010).

Em Portugal o turismo cultural tem um peso significativo no mercado turístico global. Entre 2011 e 2015 assistiu-se a um crescimento de 44,5% no número de visitantes de Monumentos, Museus e Palácios, registando em 2016 mais de 4.6 milhões de visitantes. No 1º semestre de 2017 registaram-se mais de 2,4 milhões de visitas aos monumentos e museus portugueses, um aumento de 10% em relação ao ano anterior (Direção Geral do Património Cultural, 2016; 2017).

Qualquer viagem cuja motivação seja férias, negócios ou lazer, envolve elementos culturais e, portanto, pela sua própria natureza, a arte de viajar retira os turistas da sua cultura e coloca-os temporariamente num meio cultural diferente do seu. Falar de turismo cultural é, portanto, recuar no tempo para conhecer o passado de um povo, contudo não descurando a ligação com o presente. A cultura dá a conhecer a memória e a história de um povo segundo uma perspetiva do seu passado. O turismo cultural faz essa ponte com o passado a partir de uma experiência de viagem presente. Nesta perspetiva, a prática do turismo cultural inclui todos os aspetos da cultura específica de um país, de uma região ou de uma comunidade no seu passado (Raj, 2004) e, ainda, as atividades associadas à cultura no dia-a-dia presente (Smith, 2003) principalmente na perspetiva da comunidade local dos destinos.

A experiência de Storytelling é a ponte que proporciona aos habitantes locais partilharem e verbalizarem eventos, lugares, pessoas, objetos, atividades, assim como momentos no tempo (Eduards, 2003). O uso de histórias pode também satisfazer sentimentos de nostalgia que os habitantes

locais têm sobre atividades que se perderam em resultado da urbanização. O uso de narrativas providencia também um elemento que é original e único e que muitos destinos turísticos necessitam para assegurar a sustentabilidade da sua atividade turística (Steward e Stratern, 2003). Em todas as histórias relativas ao Storytelling podem-se identificar os protagonistas e com eles criar laços afetivos de camaradagem (Herskovitz e Crystal, 2010). Os destinos podem ser vistos como “storyscapes” ou domínios onde as narrativas podem ser transformadas e ordenadas através da interação entre o destino, residentes e turistas (Chronis, 2005).

A motivação para a procura do storytelling está muito centrada nos factores pull entendidos como as características e atributos específicos do destino que possam potenciar a sua atração (Dann, 1981; Gavcar e Gursoy, 2002; Silva, Abrantes e Lages, 2009). De facto, os locais históricos, a história e estórias, e as lendas de um local fazem parte das atrações históricas de um destino e criam uma experiência singular para os turistas ao mesmo tempo que fazem parte da identidade das comunidades residentes (Mcgrath, 2003; Silva, 2011).

A distância cultural pode ser, igualmente um fator motivador importante na procura turística, especialmente no turismo cultural, na medida em que a diferença traz em si um fator de curiosidade de saber mais sobre o outro que é diferente. Este aspeto motivacional tem igualmente influência no valor atribuído à viagem. A distância cultural pode ser avaliada através de três dimensões: Interesse em outras culturas, Etnocentrismo no consumidor e Abertura de Espírito (Kim e Littrell, 2001).

Assim, propõe-se que:

H1: A motivação pull e a distância cultural têm um efeito positivo no valor atribuído a viagens para destinos de turismo cultural.

Storytelling oferece às pessoas um meio de fuga, especialmente quando estas compreendem o que está escondido no seu interior, assim sendo, pode dizer-se que as experiências turísticas, têm o poder de conceder um estatuto simbólico aos turistas, pois através das suas ações, atitudes e valores conseguem fazer com que os seus mundos se tornem parte do quadro mais vasto e global (McCabe e Foster, 2006). As narrativas não apelam exclusivamente às emoções, elas também têm o poder de dar um toque pessoal aos destinos turísticos que são demasiado estandarizados. Neste âmbito, a empatia é um fator fundamental na ligação emocional dos turistas aos destinos que visitam.

Empatia é a capacidade de entendermos o que as outras pessoas sentem e pensam. É também uma ferramenta que facilita o entendimento social e o sucesso no mundo das relações pessoais (Waal, 2009). A empatia é um alicerce fundamental no comportamento pró-social, assim como nas ações que as pessoas tomam e que beneficiam outros e a Sociedade (Eisenberg e Mussen, 1989).

Segundo Mussen e Eisenberg (2001) a empatia pode ser entendida como uma reação emocional idêntica ou muito semelhante à de outra pessoa, originada pela compreensão apropriada do estado interno dessa outra pessoa; por outras palavras, é a capacidade de ‘ler’ as emoções e perspectivas de outra pessoa e compreendê-las sem julgar. Por sua vez, a simpatia é uma resposta emocional ao estado de outrem, na qual não é sentida a mesma emoção. A simpatia opõe-se à empatia porque se trata basicamente de um atributo emocional que envolve sentir intensamente a dor e o sofrimento do outro (Hojat, Vergare, Maxwell, Brainard, Herrine e Isenberg, 2009), isto é, em geral são sentimentos de tristeza e de lamento (Cecconello e Koller, 2000).

Estudos garantem que a empatia é um elemento essencial quando falamos do *Storytelling*, pois este faz com que as pessoas consigam compreender sentimentos e emoções transmitidas pelos autores,

assim como as consequências que certos atos e comportamentos podem ter. Assim, o *Storytelling* pode ser usado como uma poderosa ferramenta de marketing, não apenas para atrair e fidelizar clientes, mas também como forma de motivar e alterar comportamentos ou intenções (Akgun, Keskin, Ayar e Erdogan, 2015).

Storytelling acrescenta valor, pois é através dele que as heranças histórico-culturais podem ser divulgadas. Os factos históricos referentes a estas heranças podem ser consumidos, como reproduções de ambientes do nosso passado. Nós sentimos-nos mais próximos das pessoas que frequentemente ouvem as nossas histórias (Lee, 2005). O valor atribuído aos produtos e consequentemente às viagens pode ser avaliado de forma multidimensional: i) valor funcional, ii) valor monetário, iii) valor emocional, iv) valor social, v) valor como novidade, vi) satisfação, (Babakus e Boller, 1992; Bello e Etzel, 1985; Oliver, 1993; Patterson e Spreng, 1997; Sweeney e Soutar, 2001; Weber, 2001).

Com base no exposto, propõe-se que:

H2: A Empatia e simpatia do Storyteller influenciam positivamente o valor atribuído a viagens para destinos de turismo cultural

H3: A Empatia e simpatia do Storyteller influenciam positivamente as intenções de comporta-

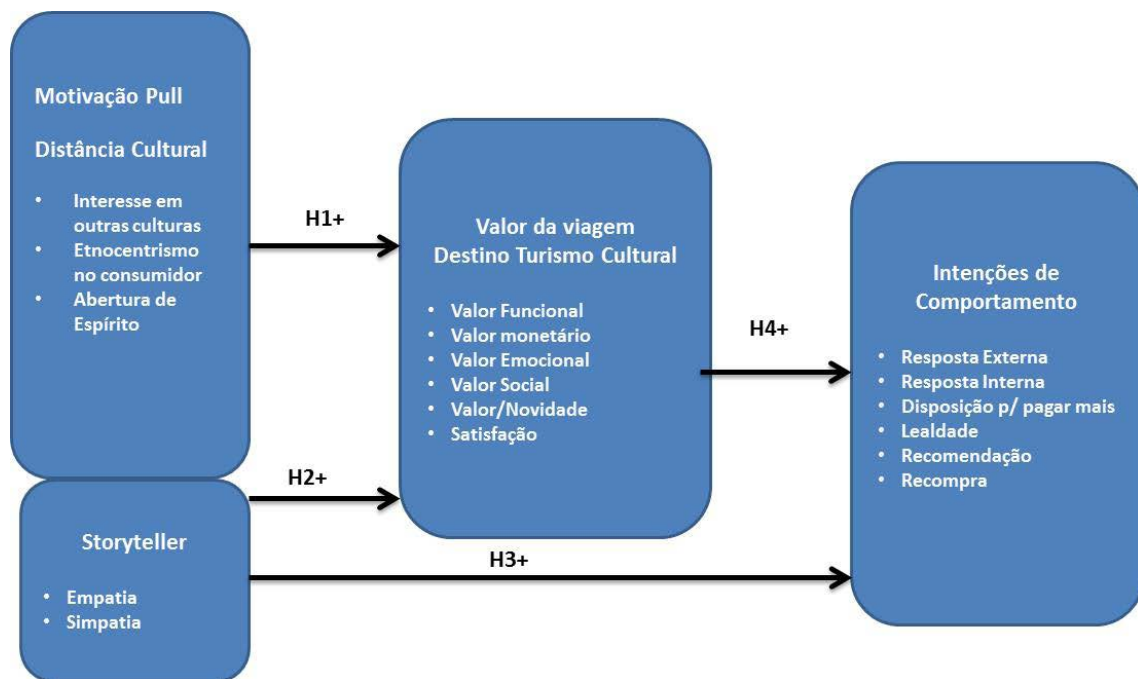


Figura 1
Modelo conceitual: Storytelling: fatores influenciadores de compra, consumo e avaliação
Fonte: Elaboração própria.

mento dos turistas relativamente a destinos de turismo cultural.

O valor do *Storytelling* especialmente no que diz respeito à experiência turística pode ser confirmado quando se tenta apurar qual o elemento que mais influencia os comportamentos dos indivíduos (March, 1995). As emoções dominam o comportamento humano, mais especificamente no domínio do consumo. Deste modo verifica-se que as pessoas compram emocionalmente e depois justificam as suas decisões com a lógica, isto é, com argumentos racionais (Cardoso, 2009).

Assim, devido à sua componente emocional, propõe-se que o *Storytelling* tem um efeito importante nas intenções futuras de comportamento dos turistas no que diz respeito aos destinos visitados e experiências vividas. O comportamento futuro dos turistas pode ser avaliado de forma multidimensional através da i) Resposta Externa, ii) Resposta Interna, iii) Disposição para pagar mais, iv) Lealdade, Recomendação e Recompra (Babakus e Boller, 1992; Patterson e Spreng, 1997; Parasuraman Zeithaml e Berry, 1988).

Assim, propõe-se o seguinte e apresenta-se o modelo conceptual proposto (Figura 1):

H4: O valor atribuído a viagens para destinos de turismo cultural influencia positivamente as intenções futuras de comportamento dos turistas.

Metodologia

Este é um estudo concetual, contudo com intenção futura de aplicação empírica. Propõe-se um estudo empírico com recolha de dados através de questionário em destinos culturais. A medição dos constructos apresentados será feita com escalas adaptadas de outras previamente estabelecidas e testadas. Depois de feita uma análise extensa da literatura, foram identificadas as escalas que melhor se adaptam ao estudo:

- (i) Motivação Pull (Mcgrath, 2003).
- (ii) Distância Cultural: Interesse em outras culturas, Etnocentrismo no consumidor e Abertura de Espírito (Kim e Littrell, 2001).
- (iii) Valor da Viagem: i) valor funcional, ii) valor monetário, iii) valor emocional, iv) valor social, v) valor como novidade, vi) satisfação, (Babakus e Boller, 1992; Bello & Etzel, 1985; Oliver, 1993; Patterson e Spreng, 1997; Sweeney e Soutar, 2001; Weber, 2001).
- (iv) Intenções de Comportamento: i) Resposta Externa, ii) Resposta Interna, iii) Disposição para pagar mais, iv) Lealdade, Recomendação

e Recompra (Babakus e Boller, 1992; Patterson e Spreng, 1997; Parasuraman Zeithaml e Berry, 1988).

Pelo facto de se utilizar uma base de literatura científica sólida, plenamente testada empiricamente, far-se-á a avaliação da robustez de cada fator determinando os alfas de *Cronbach*. Posteriormente, realizar-se-á uma análise fatorial confirmatória para contrastar as relações pré-estabelecidas a partir da teoria. Finalmente, desenvolver-se-á a análise causal, modelo de equações estruturais, para contrastar empiricamente o modelo conceptual proposto.

Conclusões

Estudos sobre o *Storytelling* defendem que este é um elemento diferenciador nos produtos turísticos, especialmente para os novos turistas que procuram cada vez mais produtos diferenciadores para contribuir para as suas experiências turísticas. As histórias fortalecem a identidade, acrescentam valor, influenciam o preço e a imagem de produtos e destinos turísticos (Mora, 2012; Pierre e Florine, 2013).

Storytelling é uma poderosa ferramenta do imaginário. As histórias possibilitam as pessoas de ver o mundo através da perspectiva de personagens muito diferentes delas. Elas libertam as pessoas dos constrangimentos das suas experiências e ajudam a vislumbrar as suas vidas. Ao fazer isso, as histórias tecem relações alternativas, oferecendo-nos janelas vividas do nosso futuro (Irene, 2014).

Pretende-se com este estudo compreender melhor o fenómeno do *Storytelling* e a sua importância para a atividade turística, especialmente o turismo cultural. O trabalho apresentado propõe um modelo concetual para avaliar a influência do *Storytelling* no valor atribuído e intenções futuras de comportamento dos turistas relativamente a destinos de turismo cultural. Espera-se, desta forma contribuir para a análise de um aspeto cada vez mais fundamental do turismo cultural. Está provado que o *Storytelling* tem um efeito catalisador para os destinos de turismo cultural visto que o relacionamento entre o visitante e o *storyteller* potencia o envolvimento dos visitantes com o destino, potenciando a fidelização dos turistas ao destino através de uma experiência turística e memorável (Lee, 2005). Compreender este fenómeno é pois fundamental para os gestores dos destinos turísticos culturais. Especificamente para a gestão e planeamento de estratégias de marketing e comunicação mais efetivas para os destinos de turismo cultural.

Existem algumas limitações a considerar neste estudo. O modelo conceptual proposto pode não integrar todas as dimensões determinantes do consumo do *Storytelling* no que concerne aos constructos propostos, podendo assim não considerar outras variáveis relevantes. Neste sentido sugere-se para investigações futuras analisar a relação das variáveis em estudo com outras que possam estar associadas e ser determinantes na experiência turística do *Storytelling*.

Não obstante o presente trabalho ser concetual, uma outra limitação pode ser a ausência de resultados. Contudo, pretende-se no futuro testá-lo empiricamente de forma a validar a relação complexa entre o lugar, os residentes e os visitantes, através da aplicação de inquéritos e entrevistas aos diferentes grupos sociais.

Agradecimentos

This work is financed by national funds through FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., under the project UID/Multi/04016/2016. Furthermore we would like to thank the Instituto Politécnico de Viseu and CI&DETS for their support.

This work was funded by National Funds through FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia under the project Ref. UID/ECO/00124/2013 and by POR Lisboa under the project LISBOA-01-0145-FEDER-007722.

Bibliografia

- Akgun, A.; Keskin, H.; Ayar, H. & Erdogan, E. (2015). The influence of storytelling approach in travel writings on readers' empathy and travel intensions. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 207, 577-586.
- Babakus, E. & Boller, G. (1992). An empirical assessment of the SERVQUAL scale. *Journal of Business Research*, 24(3), 253-268.
- Bello, D. & Etzel, M. (1985). The role of novelty in the pleasure travel experience. *Journal of Travel Research*, 20-26.
- Bryon, J. (2012). Tour guides as storytellers - From selling to sharing. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 12(1), 27-43.
- Cardoso, A. (2009). *O comportamento do consumidor - Porque é que os consumidores compram?* Lisboa: Lidel.
- Carvalho, P. (2010). Turismo cultural, património e políticas públicas em territórios rurais de baixa densidade: eixos vertebradores de revitalização e de construção de novas identidades? In M. G. Poças Santos (esd), *Turismo Cultural, territórios e identidades*, pp. 123-158. Porto: Afrontamento e Instituto Politécnico de Leiria.
- Cecconello, A. & Koller, S. (2000). Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia*, 5(1), 71-93.
- Chronis, A. (2005). Co-constructing heritage at the Gettysburg storiyscape. *Annals of Tourism Research*, 32(2), 386-406.
- Chronis, A. (2012). Tourism as story-builders: Narrative constrction at a heritage museum. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 29(5), 444-459.
- Dann, G. M. S. (1981). Tourism motivation: an appraisal. *Annals of Tourism Research*, 8(2), 187-219.
- Dominguez, Y. (25 de Julho de 2012). *Potencialidades del Turismo Cultural para el desarrollo turistico en las ciudades*. Obtido de Monografias.com: <http://www.monografias.com/trabajos93/potencialidades-del-turismo-cultural-desarrollo-turistico-ciudades/potencialidades-del-turismo-cultural-desarrollo-turistico-ciudades.shtml>
- Direção Geral do Património Cultural (2017). Ano 2016. Monumentos e museus DGPC. Obtido de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/estatisticas-dgpc/>.
- Direção Geral do Património Cultural (2017). Ano 2017. Monumentos e museus DGPC. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/estatisticas-dgpc/>.
- Eduards, J.; Fernandes, C. & Matos, O. (2003). The rainbow sustainable tourism development model. *European Regions: Tourism and Sustainable Development from Global to Local Agenda 21: from theory to practice [conference proceedings]*. Florence.
- Eisenberg, N. & Mussen, P. (1989). *The Roots of Prosocial Behavior in Children*. Cambridge: Cambridge University Press.
- European Comission. (2016). *Flash Eurobarometer 432 - Preferences of Europeans Towards Tourism*. Brussels: European Comission .
- Gavcar, E. & Gursoy, D. (2002). An examination of destination-originated (pull) factors. *Tourism Analysis*, 7(1), 75-81.
- Herskovitz, S. & Crystal, M. (2010). The essential brand persona: storytelling and branding. *Journal of Business Strategy*, 31(3), 21-28.
- Hojat, M.; Vergare, M.; Maxwell, K.; Brainard, G.; Herrine, S. & Isenberg, G. (2009). The Devil is in the third year: A longitudinal study of Erosion of Empathy in Medical School. *Academic Medicine*, 84(9), 1182-1191.

- Irene, P. (2014). The power of storytelling. *Research-Technology Management*, 57(2), 54-55.
- Jensen, R. (2001). *The Dream Society: How The Coming Shift from Information to Imagination will Transform your Business*. McGraw Hill Professional.
- Kim, M. H. & Chung, H. K. (2010). Development of native local foods in Chungcheongnam-do by storytelling. *Journal of the Korean Society of Food Culture*, 25(3), 270-284.
- Kim, S. & Littrell, M. (2001). Souvenir buying intentions for self-versus others. *Annals of Tourism Research*, 28(3), 638-657.
- Lee, J. (2005). Establishing a conceptual model of tourism development: Based on symbolic image and cultural activities of venues. *Korea Association Regional Geography*, 23(2), 93-113.
- Lee, Y. S. & Shin, W. J. (2015). Marketing tradition-bound products through storytelling: a case study of a Japanese sake brewery. *Service Business*, 9(2), 281-295.
- March, C. (1995). *The Art of Storytelling*. Colorado: Neriwether Publishing.
- McCabe, S. & Foster, C. (2006). The role and function of narrative in tourism interaction. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 4(3), 194-215.
- McGrath, G. (2003). Myth, magic, meaning & memory - mentor tour guides as central to developing integrated heritage tourism at archaeological sites in cusco, Peru. *12th International Tourism and Leisure Symposium*, (pp. 1-26). Barcelona.
- Mckercher, B. & Cros, H. (2002). *Cultural Tourism: the Partnership between Tourism and Cultural Heritage Management*. London: Haworth Hospitality Press.
- Mora, P. & Moscarola, J. (2010). Representations of the emotions associated with a wine purchasing or consumption experience. *International Journal of Consumer Studies*, 34(6), 674-683.
- Mussen, P. & Eisenberg, N. (2001). *Constructive and Destructive Behavior: Implications for Family, School and Society*. Washington: American Psychological Association.
- Niemczyk, A. (2014). The application of path modelling in the analysis of consumer behaviour in the cultural tourism market. *Economics & Sociology*, 7(1), 204-216.
- OECD. (2009). *The Impact of Culture on Tourism*. Paris: OECD. Obtido de http://www.em.gov.lv/images/modules/items/OECD_Tourism_Culture.pdf
- Oliver, R. (1993). *A Conceptual Model of Service Quality and Service Satisfaction: Compatible Goals, Different Concepts*. In *Advances in Services Marketing and Management*. Greenwich: JAI Press.
- Parasuraman, A.; Zeithaml, V. & Berry, L. (1988). Servqual: A multiple-item scale for measuring consumer perceptions of service quality. *Journal of Retailing*, 64(1), 12-40.
- Patterson, P. & Spreng, R. (1997). modelling the relationship between perceived value, satisfaction and repurchase intentions in a business-to-business, services context: An empirical examination. *International Journal of Service Industry Management*, 8(5), 414-434.
- Phipps, A. (2007). *Learning the Arts of Linguistic Survival. Language, Tourism, Life*. Clevedon: Channel View Publications.
- Pierre, M. & Florine, L. (2013). Does storytelling add value to fine Bordeaux wine? *Wine Economics and Policy*, 2, 3-10.
- Raj, R. (2004). The impact of cultural festivals on tourism. *The Journal of The College of Tourism and Hotel Management*, 4, 66-77.
- Richards, G. (1996). *Cultural Tourism in Europe*. Wallingford: CABI.
- Rihova, I.; Buhalis, D.; Moital, M. & Gouthro, M. -B. (2015). Conceptualising customer-to-customer co-creation in socially dense tourism contexts. *International Journal of Tourism Research*, 17(4), 356-363.
- Rodriguez, M. & Corazon, P. (2011). Interpretative stories (Kwenton Bayan) of Sariaya, Quezon and tourism as a lived experience. *Social Science Diliman*, 7(1), 1-36.
- Silberberg, T. (1995). Cultural tourism a business opportunity for museum and heritage sites. *Tourism Management*, 16 (5), 361-365.
- Silva, C. (2011). *A Imagem de Destinos Turísticos de Montanha pelos Residentes e Turistas*. PhD Thesis, umi dissertation service, University of Aveiro, Aveiro.
- Silva, C.; Abrantes, J. & Lages, C. (2009). Push motivations for tourism mountain destinations. In A. Fyall, M. Kozak, I. Andreu, J. Gnoth & S. Sibila (Eds.), *Marketing innovations for sustainable destinations* (pp. 92-101). Goodfellow Publishers.
- Smith, M. (2003). *Issues in cultural tourism studies*. London and New York: Routledge.
- Sole, D. & Wilson, D. G. (2002). Storytelling in organizations: The power and traps of using stories to share knowledge in organizations. *LILA, Harvard, Graduate School of Education*.
- Stewart, P. & Strathern, A. (2003). *Landscape, Memory and History. Antrological Perspectives*. London: Pluto Press.
- Sweeney, J. & Soutar, G. (2001). Consumer perceived value: The development of a multiple item scale. *Journal of Retailing*, 77(1), 203-220.

- UNWTO. (2008). *International Recommendations for Tourism Statistics Draft Compilation Guide*. Madrid: Statistics and Tourism Satellite Account Programme. Obtido de unstats.un.org: <http://unstats.un.org/unsd/tradeserv/egts/CG/IRTS%20compilation%20guide%207%20march%202011%20-%20final.pdf>
- Waal, F. (2009). Putting altruism back into altruism: The evolution of empathy. *Annual Review of Psychology*, 59, 279-300.
- Weber, K. (2001). Outdoor adventure tourism: A review of research approaches. *Annals of Tourism Research*, 28(2), 363-380.

The paradoxical happiness - Essay on hyperconsumption society, by Gilles Lipovetsky. Book review and analysis for work organization, leisure and consumption concepts.

A felicidade paradoxal - Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo, por Gilles Lipovetsky. Recensão crítica e análise aos conceitos organização do trabalho, lazer e consumo

Luís Silveira

CEGOT / Department of Geography and Tourism, University of Coimbra
aviladasilveira@gmail.com
ORCID: 0000-0002-8030-7074

*The book has as its original title *Le bonheur paradoxal - Essai sur la société d'hyperconsommation*. It was written by Gilles Lipovetsky (philosopher and professor at the University of Grenoble, France), and published for the first time in 2006. The read book version was Lipovetsky, G. (2014). *A Felicidade Paradoxal - Ensaio sobre a Sociedade do Hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70. ISBN: 978-972-44-1354-9. It has 357 pages and is divided in two parts. The first comprises six chapters and the second comprises five chapters.*

Part 1 - The Hyperconsumption Society

Chapter 1. The three phases of consumer capitalism

Chapter 2. Beyond statute: the emotional consumption

Chapter 3. Consumption, time and play

Chapter 4. The post-Fordism organization of the economy

Chapter 5. The emergence of a turbo consumer

Chapter 6. The fabulous destiny of Homo

Part 2 - Private Pleasures, Blessed Happiness

Chapter 7. Penia: material pleasures, existential dissatisfaction

Chapter 8. Dionysus: hedonistic society, anti-Dionysian society

Chapter 9. Superman: obsession for performance, pleasure of the senses

Chapter 10. Nemesis: overexposure of happiness, regression of envy

Chapter 11. Homo felix: greatness and misery of an utopia

After the advent of mass capitalism at the end of the nineteenth century and the society of abundance, in the post-World War II, the world lives a new form of consumption. It begun in the last five decades and is marked by the permanent supply of products on a global scale. Lipovetsky claims that this time represents the third stage of capitalism, which he termed as the Hyperconsumption Society. The times and the experiences of the leisure are, in this space of time, valorized, bringing a discussion on different points of view in relation to the purposes of this appointed time.

Tourism, at the present time, is already considered a global activity, being responsible for 10.2% of world GDP (in 2016) and having been of 1,322 million the international tourist arrivals (in 2017). In order to explain how tourism (and leisure times) has been growing and will continue to follow, according to World Tourism Organization (UNWTO) projections for the next decades, it's crucial to understand how leisure is involving and changing the society. If we'll be able to understand these changes, we will be better prepared to plan and adapt ourselves to the tourism activity. In order to understand how the

organization of work, Fordism and post-Fordism leisures, and contemporary leisure in this hyperconsumption society are addressed in this book, four questions will be made as an approach model.

What are the main characteristics of the new forms of work organization?

The characteristics of the new forms of organization exist from the follow-up or evolution of the corresponding systems to previous phases of consumption (phases I and II), and the revolution of information techniques, the globalization of markets and financial deregulation. Companies have made structural changes in the approach to the market in the forms of competition and in the supply policies. Market segmentation, the extreme differentiation of products and services, the existence of a quality policy, and the acceleration of the launch pace of new products take place. Work organization is now configured for the demand-dominated market to replace the supply-driven market. Moreover, "the material-based economy has become a service

economy: the era of over-consumption is dominated by intangible supplies and by the service structure" (Lipovetsky, 2014: 66).

The time factor has become, at the moment, primordial for the organization of the labour structure. The aim is to increase consumption through the renewal of products and goods in smaller time spaces. Through the seduction and the novelty, the appetite for the acquisition is stimulated. Through technological and organizational evolution, companies reduced the time of designing and placing new products on the market, rendering obsolete goods that even had a short functional life span. As the author points out, "the challenge is not so much to produce massively and continuously, but to ensure faster entry of products into the market, to respond to demand before the competitors" (2014: 77). Lipovetsky concludes that this phase III of post-Fordism has, as determinants factors, the reactivity, the design and the rapid innovation of the products.

What are the differences and similarities between Fordism and post-Fordism leisure?

It was in the Fordism period that economies grew more, bringing an era of marked consumerism. With the large increase in wages, purchasing power has skyrocketed and access to economic goods has been given to the majority of the working population. Over time, the share of wages earmarked for the acquisition of social goods has increased. The author points out that, "for the first time, the masses have access to a more psychological and more individualized material search, to a way of life (durable goods, leisure activities, vacations, fashion) hitherto exclusive to social elites" (2014: 29).

The Fordism phase "is assumed as a 'society of desire', all daily life is imbued with an imaginary of happiness achieved through consumption, beach dreams, erotic fun, ostensibly young fashions" (2014: 31). The well-being masses cult celebrated in phase II has begun to undermine the logic of expenditure in terms of social status, promoting an individualistic type of consumption. The social classes were noticed in their differentiation through the purchase and use of goods that, according to the corresponding marks, it was possible to affirm the different social status.

Post-Fordism leisure thus arises in the context of the process of reducing expenses due to status issues. The individualistic premise is, at this stage, the characteristic factor and, in addition, it differs

from the previous phase. The diversification of supply, and the democratization of comfort and leisure occurred, the access to the novelties available in the market became a commonplace, class regulations have been disintegrated, and new aspirations and new behaviours emerged. "It is the era of hyperconsumption, phase III of the modern commercialization of needs, orchestrated by a deinstitutionalised, subjective, emotional logic" (2014: 36). In phase II, an example would be a social demarcation through the possession of a personal computer. In phase III, the access to this property is generalized / mass-oriented; the characteristic individualization occurs through the creation of a profile in a social network and a new return to the collective through belonging to a thematic group within it. Post-Fordism leisure "translates a new relationship of individuals with the items that establish the primacy of sensation, the change of the social and individual significance of the consumption universe that accompanies the individualization impulse of our societies" (2014: 39).

What is the impact of post-Fordism on the structuring of times and leisure spaces?

At the end of the (19) 60's decade of the twentieth century emerges the rupture with the technocratic and authoritarian society. "Instead of discipline, family and work, a new culture celebrates the consumption and present life pleasures". With this introduction, "a generation that opposes authority and war, puritanism and competitive values, calls for sexual liberation, for the direct expression of emotions, for the psychedelic experiences, and for different forms of life in common" (2014: 177).

The central zones of the former industrial cities are transformed (after Fordism) into spaces of distraction, organized around the values of environment, animation and spectacle, as the author affirms, "the old building is recovered, converted into a museum, hotel or cultural centre (...). There are cafes and restaurants everywhere, clothing and handicraft shops, exhibition galleries (...). It is the time of the city dedicated to idle conviviality, to buy for pleasure" (2014: 180). Lipovetsky also points out that, "the private pleasures of leisure activities consumption took place over the collective pleasures of the united community. Travel, tourism, sports, television, cinema, outings with friends: what dominates is the dissemination and pluralisation of pleasures chosen according to the tastes and aspirations of each one" (2014: 182).

The hyperconsumption society presented by the author extended consumerist principles to all spheres of social and individual life. To what extent do contemporary leisure practices socialize and educate subjects' subjectivity to the hyperconsumption society?

The striking individualistic characteristic of the hyperconsumption society is, itself, permissive of a self-sustaining cycle. In this society, the author claims that "people tend to situate their interests and their pleasures, first and foremost, in family and sentimental life, rest, holidays and travel, leisure activities and other associative activities" (2014: 227).

The hyperconsumption society, filled with the leisure practices that instil in the population the development of individual fitness, health, sexuality and beauty, expects a constant intensification of these same objectives. "The individual must build up, distinguish himself, expand his capacities: the 'performance society' tends to become the preponderant image of hypermodernity" (2014: 223-224).

The author points out that "more and more material pleasures, more and more trips, more amusements, greater life expectancy - and, after all, none of this has opened the doors to the joy of living" (2014: 127). It is in this context that paradoxical happiness arises today to each person when have the freedom to choose and obtain the goods and services with what they wish to fill the existential void. But then, after their limited time success, an unceasing desire to new consumption rebirths, and the snowball effect follows with an undefined horizon.

Lipovetsky's book characterizes and explains the process of change in the globalized society in which the world we live in today has become. However, there are some elements that constraint the way we must see this society's evolutionary process of hyperconsumption. The author began his discourse with the systematization and characterization of the three phases of consumer capitalism. It would have been pertinent to contextualize the different phases into the territories in which it was inspired. He identifies the French and North American example and more rarely, the English case. He also encompasses other countries, but which are not identified.

Both space and time will have varied in each country, being difficult to make a generalization as it did. For instance, the Portuguese case in which

there was never a settled process of industrialization making the idea of the existence of Phase I to be impossible.

The work organization notion, referred to as being set up in Phase III for a sense of supply rather than demand, does not encompass some societies, among them the Portuguese, where the population not triggered itself the demand but, primarily, the competition between Portuguese and foreign companies in the context of the European Single Market, have brought this new concept and organizational philosophy.

The author highlights the almost complete disappearance in Phase III of consumption based on the social status (characteristic of Phase II). We must not neglect the importance of not taking tendencies or majorities as absolute truths. Today, both in Portugal and in Finland (geographically and culturally opposed), access is possible, for example, to the acquisition of well-known brands of handbags, yet economic access to and possession of a Louis Vuitton bag remains a status differentiator. The access to portable computers or mobile phones is now massified but the acquisition of an Apple laptop or phone can be a differentiation, again, with the existence of social motivation nuances in some societies.

The human body worship is referred to as one of the standards for the hyperconsumption society. However, the high percentages of obesity, never seen before among the populations of the most consuming countries, were discarded.

In sum, if we assume the paradox of individual happiness in the present, we also must highlight the presence of a society with huge contradiction levels.

Reference

Lipovetsky, Gilles (2014). *A felicidade paradoxal - Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Lisboa: Edições70.

IN MEMORIAM

- Julio Villar Castro, Nuno Serra e Fernanda Cravidão** 7
Espaços e tempos em Geografia. Homenagem a António Gama

ARTIGOS

- Conceição Malveira Diógenes, Norberto Pinto dos Santos e Pedro de Alcântara Bittencourt César**..... 17
O desenvolvimento de uma rota turística no litoral leste do estado do Ceará (Brasil) ancorada em paisagens culturais.

- Zeny Rosendahl** 33
Tempo e temporalidade, espaço e espacialidade: a temporalização do espaço sagrado

- João Mendes da Rocha Neto e Edna Maria Furtado** 43
Os “novos” velhos portos: espaços de metamorfose para o capital imobiliário e para o turismo.

- Leonardo Brandão do Prado, Ludmilla Alves Fernandes e Edson Soares Fialho** 55
A variação da temperatura do ar, ao longo do percurso Ponte Nova-Ubá - MG (Brasil) nos anos de 2014 e 2015

- Paula Coelho Araújo e André de Sousa Avelar** 71
Uma abordagem multiescalar das alterações do uso do solo na Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro.

- Vicente de Paula Censi Borges** 81
Rota das emoções: paisagem cultural e turismo no Polo Costa do Delta

- Inês Gusman, Lucrezia Lopez e María de los Ángeles Piñero Antelo** 99
Dinamização multifuncional dos centros históricos: propostas a partir dos centros histórico-marítimos da Galiza (Espanha)

NOTAS

- José Carlos Gonçalves, Cláudia Seabra e Carla Silva**..... 113
Histórias de cultura. O poder do *Storytelling* em destinos de Turismo Cultural

RECENSÕES

- Luís Silveira** 121
The paradoxical happiness - Essay on hyperconsumption society, by Gilles Lipovetsky. Book review and analysis for work organization, leisure and consumption concepts.

1. **Tipo de documentos**

Na revista *Cadernos de Geografia* publicam-se artigos inéditos, notas, notícias e resenhas em português, inglês, francês ou espanhol.
2. **Extensão**
 - 2.1. O artigo não deve exceder 50 000 caracteres com espaços, incluindo resumo e palavras-chave em dois idiomas, figuras, quadros e bibliografia.
 - 2.2. A nota ou notícia não deve possuir mais de 10 000 caracteres com espaços.
 - 2.3. A resenha não deve ultrapassar 30 000 caracteres com espaços.
3. **Título**
 - 3.1. Deve ser conciso e exprimir o conteúdo do texto.
 - 3.2. É apresentado em minúsculas, a negrito e alinhado à esquerda.
 - 3.3. Deve apresentar-se no mesmo idioma do texto e ser traduzido para inglês.
4. **Autores**
 - 4.1. O nome do(a) autor(a) é escrito em minúsculas, com as iniciais em maiúsculas, apresentando-se no parágrafo imediatamente a seguir ao título, alinhado à esquerda e a negrito.
 - 4.2. No parágrafo a seguir ao nome do(a) autor(a) insere-se a filiação institucional.
 - 4.3. No parágrafo a seguir à filiação institucional indica-se o endereço de correio eletrónico respetivo.
 - 4.4. No parágrafo a seguir ao endereço eletrónico de cada autor deve ser indicado o ORCID respetivo.
5. **Resumos**
 - 5.1. São apresentados dois resumos, um no mesmo idioma do texto e outro em inglês.
 - 5.2. O resumo deve ser conciso, exprimir o conteúdo do texto, contemplando os objetivos essenciais, os resultados e as conclusões alcançadas.
 - 5.3. Não devem fazer-se constar nos resumos referências bibliográficas ou citações.
 - 5.4. Cada resumo não deve exceder 1 500 caracteres com espaços.
6. **Palavras-chave**
 - 6.1. São apresentadas no final de cada resumo.
 - 6.2. Surgem separadas entre si por ponto e vírgula.
 - 6.3. Devem ser no mínimo 3 e no máximo 5.
 - 6.4. São apresentadas no mesmo idioma do texto e em inglês.
7. **Formatação do texto e das secções**
 - 7.1. Os originais devem ser preparados em suporte digital, em versão recente do Word, tamanho A4 com margens superior, inferior e laterais a 2,54cm. Tipo de letra Times New Roman a 12 pt, alinhamento do texto justificado, com avanço de 1,27 cm na primeira linha de cada parágrafo. Espaçamento duplo entre linhas.
 - 7.2. Os títulos devem estar alinhados à esquerda, a negrito, com letra de tamanho 16 pt. Os subtítulos, sem qualquer numeração, deverão ser formatados de acordo com os seguintes exemplos:
Nível 1 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 14 pt.
Nível 2 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 13 pt.
Nível 3 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 12,5 pt.
Nível 4 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 12 pt.
 - 7.3. No decurso do texto a indicação bibliográfica de um/a autor/a deve ser apresentada do seguinte modo: o apelido, seguido da data da referência entre parêntesis. Ex.: Cunha (2015) ou (Cunha, 2015). Tratando-se de uma citação deve constar a indicação da(s) página(s). Ex.: Gomes (2014: 61) ou (Gomes, 2014: 64) ou (Gomes, 2014: 72-73). Havendo 2 autores usa-se “e” entre os apelidos. Ex.: (Santos e Gonçalves, 2011); tratando-se de 3 ou de mais autores indica-se o apelido do 1.º seguido de *et al.* Ex.: (Rodrigues *et al.*, 2012). Se forem utilizadas várias referências do(a)s mesmo(a)s autor/a(s) com o mesmo ano de edição devem ser distinguidas pelas letras a, b, c, etc., imediatamente após o ano. Ex.: Silva (2014a) ou (Silva, 2014b).
 - 7.4. As transcrições devem ser colocadas entre aspas.
 - 7.5. O texto deve seguir o acordo ortográfico de 1990 e apresentar uma linguagem inclusiva. Ex. Homem deve ser preferido a favor de ser humano.
 - 7.6. As palavras num idioma diferente do que serve de base ao texto deverão ser formatadas em itálico. Todos os sublinhados deverão ser substituídos por itálico.
 - 7.7. Se forem necessárias abreviaturas, acrónimos ou siglas, devem ser discriminados na primeira vez que são referidos, apresentando-se as iniciais imediatamente a seguir entre parêntesis. Ex.: Instituto Nacional de Estatística (INE).
8. **Notas de pé de página**
 - 8.1. Devem ser as estritamente imprescindíveis, breves e limitar-se a abonar o texto, a introduzir um esclarecimento ou um ponto crítico.
 - 8.2. As referências bibliográficas não devem aparecer em notas de rodapé.
 - 8.3. As notas têm uma sequência numérica árabe, contínua, sem parêntesis e apresentam-se no final da página.
9. **Figuras**
 - 9.1. A figura designa uma ilustração que contempla mapas, gráficos, representações esquemáticas, desenhos, fotografias, fórmulas, entre outros.
 - 9.2. As figuras têm uma sequência numérica árabe e contínua.
 - 9.3. A designação da figura deve ser concisa, exprimir o conteúdo e utilizar maiúsculas apenas no início e nos nomes próprios.
 - 9.4. Todas as figuras devem estar devidamente posicionadas e ser referidas no texto, usando a palavra Figura, mesmo quando inserida entre parêntesis [Ex.: (Figura 1)].
 - 9.5. As figuras são enviadas em ficheiro separado do texto, em modo CMYK, formato TIFF, com uma resolução de 300 dpi. Cada figura é identificada pelo apelido do primeiro autor, n.º da figura e extensão correspondente ao formato. Ex.: Silva_Fig_2.tiff
- 9.6. As fotografias devem ter uma dimensão de 16x23 cm.
- 9.7. As figuras devem ter qualidade e legibilidade suficientes para permitirem redução para a mancha da revista.
- 9.8. Os autores devem selecionar com parcimónia as ilustrações que consideram preferenciais para impressão a cores. Sempre que possível esta preferência será respeitada.
- 9.9. No caso das figuras a preto e branco, é aconselhado o uso de tramas que permitam uma leitura fácil, devendo evitar-se a multiplicação de escalas de cinzentos.
- 9.10. As legendas devem ser simples e claras.
- 9.11. Caso a imagem não sejam original, a sua fonte deve ficar expressa no parágrafo imediatamente a seguir ao título da figura.
- 9.12. As equações e fórmulas devem ser convertidas para imagem e numeradas no seu canto inferior direito, numa sequência numérica árabe, contínua e entre parêntesis.
10. **Quadros**
 - 10.1. Todos os quadros devem estar devidamente posicionados e ser referidos no texto, usando a palavra Quadro, mesmo quando inserida entre parêntesis [Ex.: (Quadro I)].
 - 10.2. Os quadros são identificados numa sequência numérica romana, contínua, posicionada no seu topo.
 - 10.3. O título segue a numeração do quadro e deve ser conciso, exprimir o conteúdo e utilizar maiúsculas apenas no início e nos nomes próprios.
 - 10.4. Devem evitar-se quadros muito extensos que não excedam uma página.
 - 10.5. Os quadros devem ser simples, não incluindo frases longas, números muito extensos ou o uso de demasiadas casas decimais.
 - 10.6. Caso o quadro não sejam original, a sua fonte deve ficar expressa no final do quadro, alinhada à esquerda.
11. **Bibliografia**
 - 11.1. É inserida no final do texto, precedida pelo uso da palavra Bibliografia.
 - 11.2. A norma APA (American Psychological Association) será considerada como guia para todo o tipo de referências bibliográficas não expressamente incluído neste ponto.
 - 11.3. As referências bibliográficas devem ser sempre escritas em caracteres latinos (efetuar transliteração).
 - 11.4. Devem incluir-se, exclusivamente, as referências citadas no texto.
 - 11.5. Não é permitida a auto-citação em mais de 20%.
 - 11.6. As referências bibliográficas são apresentadas por ordem alfabética.
 - 11.7. No caso de existirem diversas referências do mesmo autor segue-se a ordem cronológica, com a referência mais recente em primeiro lugar.
 - 11.8. Se existir mais do que uma referência do mesmo ano e autor acrescentam-se à data as letras a, b, c, etc.
 - 11.9. Livro impresso
Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: subtítulo*. (edição). Local de edição: Editor.
 - 11.10. Capítulo de livro impresso
Apelido, A. A. & Apelido, B. B. (ano). Título do capítulo/parte da obra. In C. C. Apelido & D. D. Apelido (Ed./Coord./Ed. Lit. ou Org.), *Título da obra: subtítulo*, (edição) (pp. xx-xx). Local de edição: Editor.
 - 11.11. Artigo impresso em publicação periódica
Apelido, A. A. (ano). Título do artigo: subtítulo do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), xx-xx.
 - 11.12. Comunicação em atas de congresso impressas
Apelido, A. A. & Apelido, B. B. (ano). Título do texto. In *Título das atas, Especificação do Congresso, cidade, mês e dias* (pp. xx-xx).
 - 11.13. Legislação ou normas
[Ex.:] Portaria n.º xxxxx de dd de mm. *Diário da República n.º xxx/xx - X Série*. Ministério.
Norma (ano). *Identificação da norma por extenso*. Local de edição: Entidade.
 - 11.14. Livro eletrónico
Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: subtítulo*. Acedido a dd de mm de aaaa, em doi: ou URL.
 - 11.15. Artigo em publicação periódica online com DOI (*Digital Object Identifier*)
Apelido, A. A. (ano). Título do artigo: subtítulo do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), páginas. Acedido a dd de mm de aaaa em doi.
 - 11.16. Artigo em publicação periódica online com endereço URL (*Uniform Resource Locator*)
Apelido, A. A. (ano). Título do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), páginas. Acedido a dd de mm de aaaa, em http://.
 - 11.17. Manuscritos ainda não publicados (tais como dissertações e teses)
Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: subtítulo*. Dissertação/Tese, Instituição, Localidade, País.
12. **Organização do texto para submissão**
 - 12.1. Os textos e as figuras devem ser gravados individualmente e integrar uma pasta identificada pelo apelido do 1.º autor, que deverá ser comprimida, em formato ZIP, não podendo ultrapassar os 45 MB.
13. **Deveres dos autores**
 - 13.1. É da exclusiva responsabilidade dos autores a obtenção de autorização para a publicação de material que esteja sujeito a direitos de autor.
 - 13.2. Em função do processo de revisão, os autores comprometem-se a aceitar as sugestões propostas pelos revisores anónimos e a introduzi-las no documento final nas condições requeridas. Sempre que os autores discordem das propostas devem apresentar uma justificação para cada um dos casos, devidamente fundamentada.
14. **Direitos de edição**
 - 14.1. Os direitos de edição pertencem ao Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra.
 - 14.2. A publicação implica a aceitação das “instruções para autores”, do “Código de ética guia de boas práticas da UC Digitalis”.

